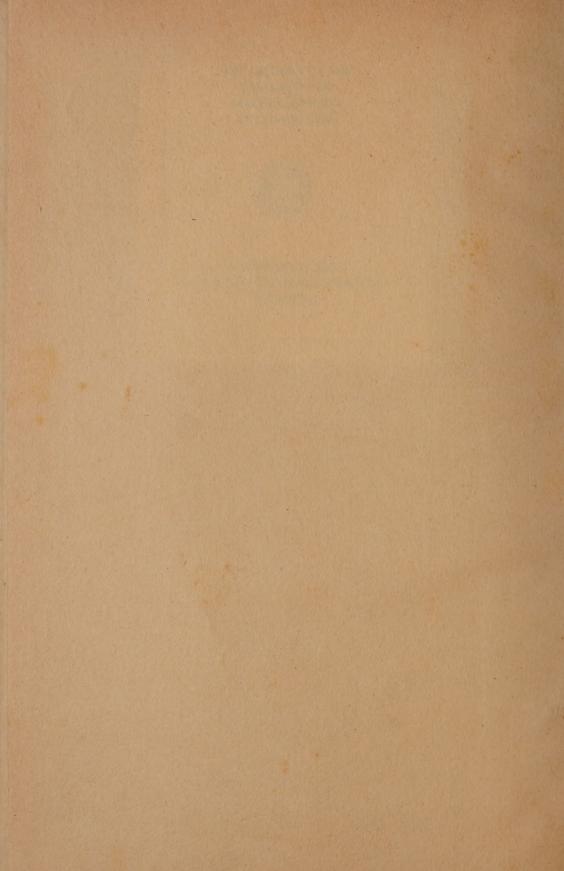


THE LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA AT CHAPEL HILL



ENDOWED BY THE
DIALECTIC AND PHILANTHROPIC
SOCIETIES





Tenente Mário Costa

DT3337 .C68 1928

Como Fizeram os Portugueses em Moçambique

Premiado no Concurso de Literatura Colonial (1927)

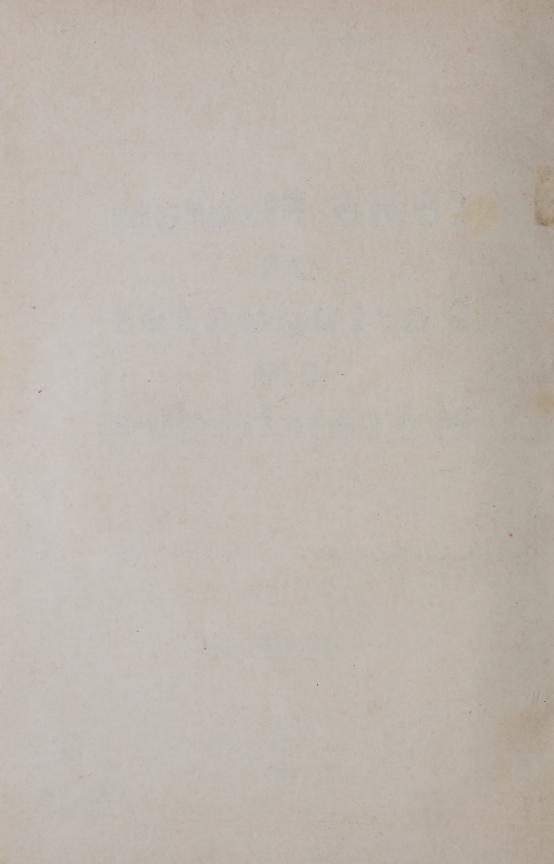
THE LIBRARY
THE UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA
AT CHAPEL HILL

LISBOA

J. RODRIGUES & C.^a

186, Rua do Ouro, 188

1928



DEDICATÓRIA

Áqueles que, como eu,

religiosamente, dogmàticamente, cegamente,

crêem no

progredimento de Moçambique e no

rejuvenescimento da Pátria.

COMO FIZERAM
OS
PORTUGUESES
EM
MOÇAMBIQUE

I have the second to the

Crendo é que se consegué.

Querendo é que se vence.

Antonio Enes.



¿ Que importa que tenhamos perdido uma parte das nossas conquistas? Perdeu-as acaso o Mundo? Ainda que Portugal desapareça da carta geográfica, ainda que das raças humanas chegue a desaparecer a ultima gota do sangue português imortalizado por Afonso de Albuquerque e outros varões ilustres, ninguem ousará negar que foi o engenho, a fé e a fôrça de vontade dessa raça de heróis inteligentes, que dotou o Mundo conhecido e sabido com a sciência de quási metade do Mundo ignorado e desconhecido até então.

Visconde de Coruche.



Prefácio



PREFÁCIO

Ocioso será lembrar,—tantas vezes o facto tem sido apontado!—que a nossa literatura, nas suas multíplices modalidades, mal conhece as colónias; por outras palavras, é raro que ela lá vá buscar a inspiração e o assunto.

Não é que a matéria falte. Desde os episódios da sua longa e interessante história, onde há figuras que hombreiam com as de maior vulto dos nossos fastos, e acontecimentos a que sobeja grandeza heróica, até aos motivos românticos, às galas inegualáveis da natureza tropical e aos problemas sociais, que estão na ordem do dia, de tudo as colónias são pródigas. Mas apesar da riqueza da cornucópia, a verdade é que temos ficado para trás de outras nações coloniais e muito especialmente da inglesa, vendonos, por vezes, forçados a recorrer à bibliografia estrangeira para estudarmos questões que interessam aos nossos domínios ultramarinos, visto a escassez da nacional. E quando desejamos formar o espírito da mocidade portuguesa no amor do património colonial, dificilmente deparamos livro adequado.

São pouquissimos os acontecimentos e os episódios da nossa história, desenrolados nos territórios de além-mar, que teem despertado o interêsse dos cultores das letras pátrias. A todos sobrelevam os do período heroico, como se costuma chamar ao que vai das descobertas e conquistas até ao comêço da decadência no Oriente e na Africa oriental, e muitos escritores ali teem encontrado assunto para as suas obras, tanto no passado como nos nossos dias. É grande o número dos

antigos, em regra testemunhas ou comparsas dos acontecimentos que narram, que poderiamos citar, e ainda ha pouco a Academia das Sciências de Lisboa nos deu, por diligência do sr. Dr. António Baião, uma preciosa relação quinhentista, escrita por Leonardo Nunes, do segundo cêrco de Diu, feito glorioso que impressionou, como poucos, o espirito nacional e que inspirou a Jerónimo Côrte Real o seu conhecido poema.

Entre os modernos que foram aos tempos heróicos respigar assunto para os seus escritos, ocorrem nos, além doutros, Pinheiro Chagas, com o Naufrágio de Vicente Sodré, e Lopes de Mendonça, que nas façanhas praticadas pelos nossos maiores em Marrocos achou inexgotável matéria para interessantes quadros históricos.

Depois do período heroico, e apesar de tantos e tão emocionantes acontecimentos que o Ultramar português tem visto desenvolarem-se, apenas um teve profundo eco no nosso país, e êsse mesmo talvez por não ter sido restricto às nossas possessões, apresentando um carácter acentuadamente humanitário e social e o estrangeiro no-lo apontar; a escravidão com o seu cortejo de horrores. Uma vasta bibliografia, em prosa e em verso, de originais e traduções, onde quási todos os géneros literários estão representados, fez vibrar nos mais longínquos recantos do nosso país as delicadas cordas do sentimento popular. A emoção chegou ainda ao meu tempo. Recordo-me que os rapazes da minha geração pagaram o tributo das suas lágrimas às dolorosas peripécias da Cabana do Pai Tomás, onde Mrs. Marriett pinta com

traços magistrais as torturas morais e as misérias de uma familia de negros de não sei que região da América, mas que igualmente poderia ter tido por scenário Angola, Moçambique ou qualquer outra das nossas colónias, onde se fez a escravatura, proibida desde 1836 pela humanitária lei de Sá da Bandeira.

A lira de Soares de Passos não ficou indiferente ao movimento e desferiu alguns dos seus mais belos e poéticos queixumes sôbre as misérias da escravidão, conseguindo com os seus inspirados versos, em que contava o sofrimento dum pobre escravo, comover as almas dos seus contemporâneos e das gerações que se lhes seguiram de perto. Sabiam-se de cór e recitavam-se com lágrimas nos olhos e na fala os transes dolorosos da enorme dôr que dilacerava o pobre captívo, a quem negreiros desumanos, depois de lançarem as algemas da escravidão, tinham levado as afeições mais caras:

Eu	ı e	ra	l	lii	UP	e	5	se	n	ı	1	n	ei	t G	l								
Cc	n	0	. 6	is	C	n	ıá	la	S	l	lá	i	n	0	,	n	10	11	• !	,			
																			٠				
																					•		•
Ó																		!!					
Ó	fl	01	re.	st	as	S	d	0	1	n	е	и		lι	11	-!	,						
									٠.				٠	- 4		٠		٠	٠		٠	•	

Mas, afora a cruel escravidão, que rebaixava a humanidade e cuja extinção é inegavelmente um dos grandes acontecimentos do século XIX, temos, nos domínios do sentimento, factos que—e ser-me-ia fácil citar tantos!—poderiam bem servir de motivo a encantadoras obras, se uma pena afeita às lides literárias, que—louvado seja Deus!— não escasseiam entre nós, quizesse reparar neles. Mas não se aponta uma novela digna de registo, um romance, um simples conto que, deleitando pela forma, possa, pela substância, instruir, incutir no ânimo quálquer noção sôbre as colónias!...

Não são os motivos que faltam; a realidade, a triste realidade é que a literatura colonial—se nos é permitido chamar-lhe assim—tem em Portugal rarissimos cultores.

Não vá, porém, o leitar tomar estas palavras tanto á letra, que suponha que ninguem entre nós tem escrito sôbre as colónias.

Não é isso que pretendo dizer, pois tal afirmação seria uma grande injustiça para Lopes de Lima, Bordalo, Andrade Corvo, António Enes, Mousinho, Lopes Mendes, Eduardo de Noronha e muitos outros dos nossos colonialistas, que das colónias se teem ocupado na imprensa. A legião dos escritores vai mesmo engrossando, como o atestam as páginas do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, o Arquivo da Agência Geral das Colónias, o Arquivo das Colónias, o Oriente Português e porventura ainda outras publicações periódicas, onde tantos escritores se teem afirmado, mas é manifestamente preciso procurar formas de divulgação mais felizes do que as que até hoje se teem usado.

Um facto que decerto vai concorrer para o esplendor das letras coloniais é a instalação do arquivo, que com tanto amor e energia está levando a cabo, no histórico palácio dos condes da Ega, o sr. Pires Avelanoso, ilustre e incansável Director da Biblioteca e do Arquivo do Ministério das Colónias. Não tardará muito que os estudiosos tenham á sua disposição, na nobre casa da Junqueira, no recolhimento antigo daqueles calmos salões, quanto lhes é preciso para levantarem as letras coloniais à altura daquelas que noutros tempos enriqueceram a nossa bibliografia e hoje são tidas como repositórios preciosos dos mais notáveis acontecimentos da nossa epopeia ultramarina.

Veio isto a propósito da obra — Como fizeram os Portugueses em Moçambique, louvável tentativa de divulgação da história da nossa grande possessão da Africa Oriental entre os soldados, as creanças das escolas, os colonos e mesmo entre os indígenas, cujo grau de cultura lhes permita elevarem-se a assuntos desta natureza. É seu autor o sr. tenente Mário Costa, jovem e ilustrado oficial, que emprega as horas que lhe ficam livres das suas ocupações militares no estudo da grande Província a que dedica entranhado afecto e que lhe deve já o importantissimo trabalho de divulgação que é o Anuário de Lourenço Marques, ou, antes, de Moçambique, porque nele se compendiam muitas e muito valiosas noticias de toda a colónia.

O prémio que agora lhe foi concedido, como justo galardão das suas canceiras, atesta o aprêço em que é tido o seu novo em-

preendimento, digno do melhor éxito não só pelo que representa de trabalho, senão tambem pelos intuitos que o seu autor teve em mira ao concebê-lo e ao escrevê-lo.

Condensação hábil dos principais factos da história da Província, escrita em linguagem correntia, mas correcta, sem pruridos de erudição, que seriam descabidos em trabalho desta natureza, de perene oportunidade, Como fizeram os Portuguezes em Moçambique está destinado a uma expansão desusada nas nossas publicações coloniais e ha-de ser o livro predilecto, o vade-mecum dos colonos que quizerem conhecer a paciente e laboriosa acção dos nossos maiores em Moçambique, e das creanças das escolas, em cujas almas é indispensável enraizar a noção de que lhes está destinado o grato e pesado encargo de continuarem com glória uma obra que tem custado à mãe pátria muitos e honrados esforços, muitos sacrifícios, e que é das que mais indelevelmente vincam o espirito de tenacidade da familia portuguesa, pois não sei de outra em que ela tenha lutado com maiores dificuldades.

Lisboa, abril de 1928.

GENERAL TEIXEIRA BOTELHO.

Palavras...

(Aos criticos de um só facto)



Palayras . . .

(Aos críticos de um só facto)

(Afirmações pretensiosas e também verdadeiras)

(A intriga foi sempre o cancro do Oriente)

Por vários motivos, como é de uso dizer-se para abreviar eu sei já de antemão que alguns críticos hão de retocar—in mente e depois talvez em carta de assíduo leitor—êste ou aquele capítulo do livro, pegando-lhe nos títulos, nos sub-títulos, nos parágrafos, na capa, nas entrelinhas e em tudo o mais que a fantasia crítica lhes faça aparecer ao lume da censura tam tropical, como a estupidez que um homem de espírito—que nunca é um homem estúpido—descobriu nesta nossa colónia de Moçambique.

* *

Como se a história não fôsse a cópia do tempo, dirão — que

copiei!

Porque o crítico conhece apenas um facto, desde o início do mesmo—incluindo a gestação—até o seu expirar, quantos me hão de censurar por não ter mencionado ou, pelo menos, não ter dito, mesmo em *nota*, que êle, crítico, estava incluido em tal e tal facto... porque assistiu a êle... porque o facto é muito importante—pois se o crítico assistiu a êle!—porque... finalmente:... porque...

:: ::

Eu sei já que, sôbre o Calendário Histórico da África Oriental Portuguesa, pelas centenas de efemérides que o calendário contém, há de aparecer o crítico admirado de se não mencionar o decreto v. g.: 4.025.005,4 (quatro milhões vinte e cinco mil e cinco virgula quatro) que o nomeou funcionário, caixeiro, patrão, ou que o fez sentar à sombra de qualquer árvore produtora de caixotes de libras!

Eu sei que muitos hão de achar num «segundo» — um segundo talvez mais pequeno que o segundo dos relójios — um êrro

duma data!

Pois eu... daqui o felicito admirado! Sabem porquê? É que demorei milhões de segundos para procurar essas datas tôdas, peneirá-las, verificá-las, escrevê-las e revê-las e.. Milhões de segundos! Quatro anos dêles!

Da parte do livro que é simples transcrição de trechos, nem falar... Ora! Copiou. Copiei, sim; mas... abri muitos e muitos livros — relatórios, relatórios e relatórios — ralatórios — das pequenas bibliotecas (a) de Lourenço Marques, e no entanto grandes demais para o número de frequentadores. E daqui garanto, daqui afirmo, e daqui juro, que os abri não só referindo-me às páginas, mas também usando uma faca de cortar papel. Sim. Em África, lêem-se muitos livros de África, mas êsses têm uma edição semanal e chamam-se o «Boletim Oficial». . .

Dizerem que fiz, afinal, o que os outros já fizeram? Pois quem achar tarefa fácil que a produza. Demais, agora, até já é mais fá-

#

Factos há de que tam de passagem se fala neste livro, tendo uma importância tam grande! — dirão. Peço meças! Também a retirada de Xenofonte — que é talvez o maior facto da história militar andarilha, de todos os tempos, se conta em duas palavras... Leitor crítico: «que é isto de Xenofonte?»

E sôbre os nomes geográficos! Não escrevi M'kula! Não escrevi M'conta! Não escrevi N'gambo! Não escrevi N'gomano! Fora com o autor!

⁽a) Entre os favores prestados pelas facilidades de consulta a alguns livros valiosos, devo destacar os dos srs. encarregados das bibliotecas do Govêrno Geral, Câmara Municipal, Quartel General e Escola de Paiva Manso, e ainda, pelo obséquio do empréstimo de alguns livros que bem úteis me foram, os srs. Sebastião J. de Carvalho e Capitão António Pires. A todos — incluindo aqueles que por acaso, e nunca ingratidão, me tenha esquecido de mencionar aqui - o meu reconhecimento.

Pois não escrevi como tu queres e fiz bem. Garanto-te que fiz

Nomes africanos da África portuguesa devem ler-se portuguêsmente, escrever-se portuguêsmente, enquanto uma ortografia geográfica oficial e portuguesa não despontar nos livros de Portugal.

Depois, então, cingir-me-hei às regras. Por agora, digo eu:

fora com os apóstrofos! Fora com a nomenclatura inglesa! A África portuguesa é portuguesa por ser de Portugal.

Finalmente. Passam-se meses que não vou à praia da Polana, lugar aprazível e arejado de iodo, de ideias e de areia. Anos rolam sem que me sente a uma mesa dum quiosque!

Se produzi - não me agradeçam Mas também não me ape-

drejem! Uma pedra fora da mão é um perigo.

Numa palavra: deixem-me trabalhar.

O AUTOR

Nota Importante

Impresso êste livro em Lisboa, não foi possível ao autor, residente em Lourenço Marques, fazer a precisa e aturada revisão, facto que é sempre uma grande desvantagem, a qual muito mais se acentua no trabalho presente, onde aparecem centos de nomes arrevesados e de dificil grafia.

Espera pois o autor a absolvição do leitor benévolo—benévolo e ilustrado—comprometendo-se, desde já, a editar algumas páginas corrigindo as possíveis gralhas, se o número destas fôr elevado e de difícil correcção.

Essas páginas serão distribuídas a quem as procurar na Livraria Editora.

O AUTOR

1.11

Divisão da história de Mocambique

A história de Moçambique pode dividir-se em três grandes períodos:

O primeiro, que abrange o século XVI e parte do século XVII, época da descoberta e da conquista e do monopólio

do comércio - é o período aúreo.

O segundo, que vai dos meados do século XVII até depois dos meados do século XIX, época da perda do monopólio comercial absorvido pelos navegantes francezes, ingleses e holandeses e do tráfico da escravatura - é o periodo da decadência.

do século XIX, até aos nossos dias, da ocupação O terceiro, definitiva, do ressurgimento, trazendo como consequência o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial — é o período da exploração e colonização.

Sobre todos, sobressaem quatro nomes na história de Moçambique. O primeiro, do primeiro período, descobrindo e conquistando - VASCO DA GAMA. A seguir, no segundo período, tentando levantar a Colónia do marasmo da decadência, - BALTÁZAR PEREIRA DO LAGO; e os restantes no último período, - ANTÓ-NIO ENES e MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, consolidando a posse efectiva de regiões que apenas nominalmente pertenciam a Portugal.





Infante D. Henrique



Capitães, capitães generais, governadores gerais e altos comissários de Moçambique

		Categorias	Tempo de Govêrno
	Capitães de Sofala		
1	Pero de Anaia	Ignora-se	1505-06
2	Manuel Fernandes	»	1506 1507
3	Nuno Vás Pereira	»	1507
	Capitães de Sofala e Moçambique		
4	Vasco Gomes de Abreu	»	1507-08
5	Rui de Brito Patalím (interino)	»	1508-09
6	António de Saldanha	»	1509-12
7	Simão de Miranda Azevedo	»)	1512-15
8	Sancho de Toar (interino)	»	1515-18
9	Cristovam de Tavora)) >>	1518-20
10	Sancho de Toar (2.ª vez)	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	1521-24
11	D. Lopo de Almeida		1525-28
12 13	António da Silveira de Menezes	>>	1528-31
14	Vicente Pegado	t,	1531-38
15	Aleixo de Sousa Chichorro	»	1538-41
16	Ioão Senúlveda	»	1541-47
17	Fernão de Sousa de Távora	»	1548-51 1552-53
18	Diogo de Mesquita))	1554-57
19	D. Diogo de Sousa	»	1558-60
20	Sebastião de Sá)) 	1560-64
21	Pantaleão de Sá	"	1564-67
22	Jerónimo Barreto	" »	1557-67
23	Francisco Barreto	Capitão general	1569-71
24 25	Vasco Fernandes Homem		1571-72
26	D. Simão da Silveira		1572-76
27	D. Pedro de Castro	,	1577-82
28	Nuno Velho Pereira	ν	1583-86
2 9	D. Jorge Telo de Menezes	. "	1586-89
30	D. Lourenco de Brito	, »	1589-91
31	D Pedro de Sousa	. "	1591-95 1595-98
32	D. Nuno da Cunha de Ataíde	, »	1599-90
33	D. Alvaro Abranches	· *	1601-04
34	D. Vasco Mascarenhas	, »	1604-07
35 36		, "	1607-09

		Categorias	Tempo de Govêrno
	Governadores de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa		
37	D. Nuno Alvares Pereira	Ignora-se	1609-11
38	D. Estêvão de Ataíde (2.ª vez)	*	1611
39	Diogo Simões de Madeira (interino))	1611-12 1612-14
40 41	D. João de Azevedo Rui de Melo Sampaio	n))	1614-18
41	D. Nuno A. Pereira (2.ª vez)	»)	1619-23
43	Nuno da Cunha	»	1623
44	D. Lopo de Almeida (interino)))	1623-24
45	Diogo de Sousa de Menezes))	1624-28 1628-31
46	D. Ňuno A. Pereira (3.ª vez)	»))	1631-32
47 48	Diogo de S. e Menezes (2.1 vez)	" »	1632-33
49	D. Filipe Mascarenhas	»	1633-34
50	D. Lourenço Soto Maior	»	1635-39
51	D. Diogo de Vasconcelos	>>	1639 40
52	António de Brito Pacheco interino	*	1640-41
53 54	Francisco da Silveira	» »	1641-42 1643-46
55	Alvaro de Sousa de Távora	"	1649-51
56	D. Francisco de Mascarenhas	»	1652
57	D. Francisco de Lima	»	1653-57
58	Manuel Côrte Real de Sampaio))	1657-61
59	D. Manuel de Mascarenhas	»	1661-64
60	António de Melo e Castro))))	1664-67
62	João de Sousa Freire	»	1670-73
63	Simão Gomes da Silva	»	1673-74
64	André Pinto da Fonseca	»	1674
65	Manuel da Silva (interino))) Caniba1	1674-76
66 67	João de Sousa Freire 2.ª vez)	Capitão general	1676-82 1682-86
68	Caetano de Melo e Castro	Ignora-se	1686-89
69	Manuel dos Santos Pinto	»	1689-92
70	Tomé de Sousa Correia	»	1693-94
71	Francisco C. de Mesquita (interino)	»	1694
72 73	D. Estêvão José da Costa	»	1694-96
74	D. Francisco da CostaLuís de Melo Sampaio	» Cap. arm. Mbaça.	1696 1696-99
75	Jácome de Morais Sarmento	Ignora-se	1699-03
76	D. João Fernandes de Almeida	Capitão general	1703-06
77	Luís de Brito Freire	Ignora-se	1706-07
78 79	Luís Gonçalves da Câmara	*	1708-12
80	D. João Fernandes de Almeida (2.ª vez) D. Francisco Mascarenhas	Capitão general	1712-14
81	D. Francisco Soto Maior.	lgnora-se »	1714-16 1716-19
82	D. Francisco de Alarcão Soto Major	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	1710-13
83	Alvaro Caetano de Melo e Castro	»	1722-23
84	Antonio João Sequeira e Faria	<i>»</i>	1723-26
85 86	António Cardim Fróis	»	1726-30
87	D. António Casco de Melo José Barbosa Leal	»	1730-33
88	Nicolau Tolentino de Almeida	» »	1733-36 1736-39
89	D. Lourenço de Noronha	» *	1740-43

		Categorias	Tempo de Govêrno
90 91	Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro Caetano Correia de Sá	Ignora-se »	1743-46 1746-50
	Capitães generais		
92	Francisco de Melo e Castro	Capitão-general	1750-58
93	João Manuel de Melo	» Brigadeiro	1758
95	Pedro de Saldanha de Albuquerque	Capitão-general	1758-63
96	João Pereira da Silva Barba	»	1763-65 1765-79
97 98	Baltazar Pereira do Lago	»	1700-79
90	dor da Prelazia, João Nogueira da Cruz;		
	ouvidor geral, Diogo Guerreiro de Aboim;		1779
99	e capitão Pedro da Costa Soares Segundo govêrno provisório, composto do		1119
33	mesmo ouvidor geral; de fr. José Victorino		
	de S. José e do tenente-coronel Vicente Cae-		1779
100	tano da Maia e Vasconcelos (interino) Frei José de V. e Almeida	Caval. de Malta	1779-80
101	Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos	Tenente-coronel	1781-82
102	Pedro de Saldanha de Albuquerque (2.ª vez). Terceiro govêrno provisório, composto do	Capitão-general	1782-83
103	bispo de Pentacomia, fr. Amaro José de		
	S. Tomás, ouvidor geral António José de	·	
	Morais Durão, e do tenente-coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos		1783-86
104	António M. de Melo e Castro	Cap. mar e guer.	1786-93
105	D. Diogo de Sousa Coutinho	Cap. de artilharia	1793-97
106	Costa	»	1797-01
107	Isidro de Almeida de Sousa e Sá	Capitão-general	1801-05 1805-07
108	Francisco de Albuquerque do Amaral Cardoso Quarto govêrno provisório, composto do bispo	Coron, de cav.	1000-07
103	de Oloa, D. Vasco José da Boa Morte Lôbo;		
	ouvidor geral, Agostinho Bernardo Delgado		
	Pinto e do coronel de milícias, Elias José Pereira Ramos; sendo substituido por fim o		
	ouvidor, por José António de O. e Lima,		1007.00
110	juiz ordinário Antônio Manuel de Melo e Castro de Men-		1807-09
110	donca	Brigadeiro	1809-12
111	Marcos Caetano de Abreu e Menezes	Ten. cor. Brig. R. M	1812-17
112	José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque	Marech. de campo	0 1817-18
113	Quinto govêrno provisório, composto do pre-	•	
	lado, fr. Nicolau de Jesus Maria Pegado; do		
	ouvidor geral, Amaro Guedes da Silva; e do brigadeiro Francisco Carlos da Costa		
	Lacé		1818-19
114 115	João da Costa de Brito Sanches Sexto govêrno provisório, composto do bispo	Coron. de caval.	1819-21
113	de S. Tomé, fr. Bartolomeu dos Mártires	, (
	João Vicente de Cardenas, Joaquim Antónic		
	Ribeiro, António Alvares de Macedo, António Lourenço de Sousa, Baltazar Manuel de		
	Sousa Brito e Francisco de Paula	-	1821

		Categorias	Tempo de Govêrno
116	Sétimo govêrno provisório, composto de João Manuel da Silva, tenente-general; bispo de S. Tomé; J. V. de Cardenas; António A. de Macedo; Dionísio Inácio de Lemos Pinto; Baltazar Manuel de Sousa de Brito e António Lourenço de Sousa		1821-24
117	João Manuel da Silva	de engenharia.	1824-25
118 119 120	Sebastião Xavier Botelho	Desembargador. Coronel de infant.	1825-29 1829-32
121	milícias Francisco Henrique Ferrão Nono govêrno prov., composto do prelado frei Ant.º José da Maia; major João de Alexan- dre de Campos; Adolfo João Pinto de Ma galhães; Francisco Xavier Ferreira Nobre,	<u></u>	1832-34
122 123	Teodorico José de Abranches José Gregório Pegado (a) Décimo govêrno provisório, composto do padre Custódio José Vaz; Juiz de Direito, António Ramalho de Sá; major Cândido da Costa Soares; Francisco António Cardoso e José	Cap. Mar e Guer.	1834 1834-36
	Inácio de Andrade Nery		1836-37
	Governadores Gerais		1027
124 125 126	D. Antònio José de Melo	_	1837 1837-38
127 128 129 130 131 132	de Santana Garcia de Miranda Joaquim Pereira Marinho João da Costa Xavier (interino) Rodrigo Luciano de Abreu e Lima Domingos Fortunato do Vale Joaquim Pinto de Magalhães Vasco Guedes de Carvalho e Menezes (inte-	Brigadeiro Major do exército Brigadeiro Cap. de fragata Juís de direito	1838 40 1840-41 1841-43 1843-47 1847-51 1851-54
	rino)	Major de infantaria	
133	João Tavares de Almeida	Tenente-coronel de artilharia	1857-64
134	Décimo segundo govêrno provisório, 2.º con- selho do govêrno geral, composto do briga- deiro graduado Cândido Máximo Moules; Juiz de Direito, Luís Carlos Garcia de Mi- randa; administrador da prelazia, padre Joa- quim da Virgem Maria; escrivão deputado, Joaquim da Cunha Travassos e Celestino		
135	Feliciano de Menezes, proprietário		1864 1864-67

The same of the sa			
		Calegorias	Tempo de Govêrno
136	António Augusto de Almeida Correia de La-	Tenente coronel do estado maior	1867-68
137	Décimo terceiro govêrno provisório, 3.º con- selho do govêrno geral, composto do capi- tão Manuel Nicolau Pontes de Ataíde e Azevedo; substituto do juiz de direito, António Baltasar de Meneses; escrivão de- putado José Vicente da Gama; director da Alfândega de Moçambique, José Zeferino Xavier Alves; como substituto, Frederico Carlos da Silveira Estrêla		1868-69
138	António Tavares de Almeida	Tenente-coronel do exérc. India	1869
139	Fernando da Costa Leal	Coronel do exército Angola	1869
140	Décimo quarto govêrno provisório, 4.º con- selho do govêrno geral, composto do juiz de direito, Ernesto Kopke da Fonseca e Gouveia; capitão Amilcar Barcínio Neves; administrador da prelazia, padre Valentim Constantino Fernandes; escrivão deputado Eduardo Augusto da Cunha Seixas; director		1050
141	da Alfândega, José Zeferino Xavier Alves Inácio Augusto Alves (interino)	Coronel de infant.	1870 1870
142	José Rodrigues Coelho Amaral	General de brig.	
143 144	Décimo quinto govêrno provisório, 1.º con- selho governativo, composto do juiz de di- reito, José Manuel Crispiniano da Fonseca; tenente coronel Amílcar Barcínio Neves; tenente coronel Honorato José de Mendonça José Guedes de Carvalho e Meneses		1873-74 1874-77
145	Francisco Maria da Cunha	Tenente - corone	
146 147	Augusto César Rodrigues Sarmento (interino) Visconde de Paço de Arcos (Carlos Eugénio		1880-81
148	Correia da Silva)	Cap. de fragata Capitão-tenente	1881-82 1882
149	Agostinho Coelho	(Tenente-coronel) de infantaria	1882-85
150	Décimo sexto govêrno provisório, 2.º con- selho governativo, composto do bíspo de Filadélfia, D. Henrique Read da Silva; subs- tituto do juiz de direito, Benjamin Antunes de Melo Portugal da Graça; tenente-coro- nel Rogaciano Pedro Rodrigues; secretário geral, bacharel Joaquim de Almeida da		
151	Cunha		1885 1885-89
152 153	José Joaquim de Almeida (interino)	Secretário geral Capitão de fragata	1889 1889
154	Joaquim José Machado	Tenente-coronel de engenharia	1889-91
155 156 157	Rafael Jácome Lopes de Andrade Francisco Teixeira da Silva Joaquim da Graça Correia e Lança (interino)	Capitão-tenente Vice-almirante	1891-93 1893-94 1894

		Categorias	Tempo de Govêrno
158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181		Gen. de brigada Ministro e Secre- tário de Estado honorário Secretário geral Major de cavalaria Major de cavalaria Secretário geral Cap. mar e guerra Cap. de fragata Cap. de fragata Coronel engenharia General de briga- da de engenharia Maj. est, maior Capitão-tenente Maj. engenharia Capitão-tenente Juiz da Relação Médico Juiz da Relação Médico Juiz da Relação de Moçambique Gen. engenharia Maj. de artilharia Advog. e capit de infantaria Tenente coron. de artilharia Juíz de direito Coronel médico Juiz da Relação	1894-95 1895-96 1896-97 1896-98 1897 1898-900 1900 1900-02 1902-05 1905-06 1906-09 1910-11 1911-12 1912-13 1913 1914-15 1915-18
184 185	Artur Ivens Ferraz (interino)	. Cor. est. maior	1926

⁽a) Em 1892, António Enes, já como Comissário Régio, viera a Moçambique, a fim de executar o Convénio ajustado com a Inglaterra em 1891 e de estudar as providências de que a colónia carecesse.

(b) Comissário Régio.



VASCO DA GAMA



Período Aureo

... A febre dos descobrimentos foi a designação que serviu por muito tempo de rótulo ao grande volume das acusações feitas ao Infante D. Henrique e aos reis de Portugal desde D. João I até D. João III, esquecendo se que á persistência destes monarcas e do Iufante D. Henrique, deve a nação portuguesa o nome e a preponderância, que ainda hoje ostenta junto das outras nações da Europa; e que, á importancia dos seus territórios ultramarinos, que descobriu e conquistou, deveu sempre o ser uma das maiores nações coloniais.

¡ Quem sabe, se não fôsse o impulso dado aos descobrimentos portugueses nos séculos XV e XVI, se Portugal ainda seria uma nação livre no século XX!

(Descobrimentos, Guerras e Conquistas dos portugueses em Terras do Ultramar nos Séculos XV e XVI, por E. A. de Bettencourt).



Periodo Aureo

I—Introdução á descoberta da Costa Oriental da Africa

Em 1486 saia do Tejo a armada comandada por Bartolomeu Dias, — que havia de descobrir o Cabo no termo sul da Africa a que se chamaria das *Tormentas* e mais tarde da *Boa Esperança*.

Depois de ter corrido a costa ocidental, foi descobrindo várias terras, desde o Cabo Negro — último lugar marcado por Diogo Cão no ano anterior — até rodear o grande Cabo a que deram então o nome de *Cabo das Tormentas* pelos grandes perigos e trabalhos que, para o dobrar, passaram os homens da sua tripulação. Seguindo depois a costa oriental, chegaram até um rio a que deno-

minaram do Infante. (1)

Não pôde Bartolomeu Dias prosseguir, porque a marinhagem a isso se recusou, receosa da continuação dos perigos e procelas, sendo então obrigado a regressar a Portugal, tendo deixado, contudo, descobertas 350 léguas de costa e franqueado, dobrando o Cabo, o caminho marítimo para a India. Prevendo D. João II a vantagem desta descoberta, mudou-lhe o nome de Cabo das Tormentas em Cabo da Boa Esperança. Bartolomeu Dias, o primeiro navegador português que tocou a costa oriental da Africa, abriu assim as portas do Oriente e apontou a região onde, vinte anos mais tarde, se havia de fundar a pequena fortaleza de Sofala e a seguir várias capitanias que se transformaram depois, submetidos os naturais e corridos quatrocentos e quarenta e dois anos, na actual Colónia de Moçambique.

⁽¹) O rio do Infante é o actual Great Fish Rived a leste do Cabo da Boa Esperança em 32,° 5: entre Peddie e Bathurst. Deram-lhe aquele nome por ter sido João Infante, capitão duma das naus de Bartolomeu Dias, o primeiro a pôr pé em terra.

* *

Enquanto se diligenciava descobrir o caminho para a India por via marítima, tentava-se fazê-lo ao mesmo tempo por via terrestre, tendo sido encarregados dêsse feito, João Peres da Covilhã e Afonso de Paiva, com o principal fim de se informarem do caminho por onde vinham as especiarias e drogas que tão apreciadas eram no ocidente e conseguirem um itinerário pelo interior de África para a costa oriental, penetrando desta forma nos estados do lendário Preste João, rei católico da Abissinia, com quem os reis de Portugal pretendiam fazer aliança, levados pela fama do seu poder e das suas riquezas.

II-A descoberta

Tendo D. João II mandado construir uma armada debaixo da direcção de Bartolomeu Dias, que pudesse suportar os fortes embates do Oceano nas paragens do Cabo da Boa Esperança, para ir ao descobrimento da India, não chegou a colher os louros de tão ambicionada emprêsa, por ter falecido durante aqueies trabalhos.

Sucedeu-lhe D. Manuel I, que logo a mandou completar, indo de encontro aos conselhos dos timoratos que diziam aparecerem no mar Atlântico monstros extraordinários e, de mistura, tudo quanto as lendas do tempo faziam acreditar.

Completa e apetrechada a armada, saiu de Lisboa a 8 de Julho de 1497, comandada por Vasco da Gama. Compunha-se das naus S. Rafael, S. Gabriel, Bérrio e uma outra carregada de manti-

mentos. A guarnição não excedia uns 170 homens.

Seguida a sua rota a caminho do Grande Cabo, pouco antes de o terem dobrado descobriram, ainda na costa ocidental, a baía que denominaram de Santa Helena. Dobrado aquele—cinco meses depois de haverem partido de Lisboa—descobriram outro lugar a que deram o nome de Aguada de S. Brás, hoje *Mossel Bay*. (1)

À 25 de Dezembro, descobriam a terra a que chamaram do Natal, (2) nome que ainda hoje conserva. No mês seguinte, o Rio dos Reis ou do Cobre, dando á terra o nome de Terra de Boa

Gente (Inhambane).

A seguir, a Aguada da Boa Paz; e, depois, o Rio dos Bons Sinais (Quelimane).

⁽¹⁾ Situada no Cabo da Boa Esperança (hoje Cape of Good Hope). No paralelo 34º S.

 $^{(\}mbox{\sc 2})$ A 25 de Dezembro, descobriram a terra a que chamaram do Natal. Situada no paralelo $29\mbox{\sc o}$ S.



D. João II



Em Março, Moçambique; em Abril, Mombaça (¹); e, finalmente, Melinde (²). Depois seguiram para nordeste até descobrirem o primeiro porto da Índia (Calecut), o que teve lugar só em Maio.

Regressando ao Tejo 2 anos e 21 dias após a partida, foi Vasco da Gama recebido com grandes honras e demonstrações de

aprêço, da parte do Rei e da população.

D. Manuel, logo que Vasco da Gama entrou em Lisboa,

acrescentou aos seus títulos o de:

«Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.», mandando cunhar moeda com a seguinte legenda:

«Emmanuel Rex Portugallae, Algarbiorum ultra et ultra in

Africa et Dominus Guinae».

E ao redor das armas:

«Conquista, Navegaçam, Comercio Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiae», tendo erigido o templo e mosteiro de Belém como monumento destinado a perpetuar a memória do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, no próprio lugar em que o imortal Infante D. Henrique havia fundado uma ermida, onde os mareantes rezavam antes de partirem para os mares desconhecidos.

III — Segunda viagem de Vasco da Gama

Na 2.ª viagem que em 1502 Vasco da Gama fez á Índia, levava já uma armada de 20 navios.

Então, não se limitou o seu papel apenas ao de descobridor,

mas também ao de conquistador.

Estabeleceu uma feitoria em Sofala (3) e outra em Moçam-

(2) Melinde — No paralelo 3° S. Idem.

(Elementos para um Dicionário Corográfico da Província de Moçambique, por Joaquim J. Lapa e A. Oio de

Castro Ferreira).

⁽¹⁾ Mombaça — No Paralelo 4º S. — Africa Oriental Inglesa (British East Africa).

⁽³⁾ Sofala, o primeiro estabelecimento que os portugueses possuíram na África Oriental. Foi durante muito tempo a Capital da Colónia. Foi vila (1764) e mais tarde séde de distrito. Hoje é séde de Circunscrição, fazendo parte dos territórios da Companhia de Moçambique. Nada resta da sua antiga grandeza, atestada ainda pelas suas ruinas. É o primeiro padrão de Portugal em Moçambique. Fica situada o 20° de latit. S. e 43°44′ de Long.

^{«...} foi Pero de Naya ou Pero d'Anhaya o primeiro capitão da Colónia. Foi êle que deu comêço á fortaleza de S. Caetano, que ainda hoje mostra evidentes vestígios dos colossais trabalhos levados a cabo por êsses heróicos portugueses de então. Raça de gigantes que em Sofala como em Moçambique, na India como em Angola, deixaram padrões notáveis da sua força e actividade. Essas fortalezas, construidas algumas com a cantaria levada de Lisboa — são exemplo e lição infelizmente não seguidos pelos modernos portugueses...»

bique e avassalou o rei de Quíloa a quem fez tributário. Já antes, Pedro Alvares Cabral em 1500, depois de descobrir o Brasil, havia tocado em Moçambique, Quíloa, (4) e Melinde, quando, de re-

gresso, se dirigia para a Índia.

Então, experimentou a sua esquadra, composta de treze navios, os grandes tufões do Mar Tenebroso, tendo-se perdido seis naus. Uma das naus — do comando de Diogo Dias — aportou a uma ilha a que puseram, comemorando o dia, o nome de S. Lourenço (Madagáscar), tendo alcançado a costa da Africa Oriental que demandava, já muito ao norte de Melinde e subindo até Guardafui. (2)

Em 1502, também foi descoberta por António do Campo — da armada de Vasco da Gama — a baía que se havia de chamar de Lourenço Marques, — não se chegando, porém, a fazer a sua ocupação, que só teve lugar mais tarde, por 1544, quando o navegador Lourenço Marques, que lhe deu o nome, aportou áquele lugar.

Em 1503, António Saldanha descobriu a Aguada a que deu o seu nome, em cuja baía está hoje assente a cidade ingleza do Cabo, sendo então impossível prever o incremento que as futuras Cape Town e Lourenco Marques tomariam quatro séculos depois. (3) A armada de Vasco da Gama foi fazendo o resgate do ouro nos portos onde isso era possível e todo o que pôde conseguir entregou no seu regresso a Lisboa ao Rei D. Manuel que, por sua vez, mandou fazer com êle uma riquíssima custódia que ofereceu ao magnificente mosteiro de Nossa Senhora de Belém. (4)

IV — A ocupação

Desejando Portugal, numa ânsia de engrandecimento, assegurar uma conquista definitiva que lhe desse o monopólio do comércio indiano e arábico no Oriente, sai de Lisboa em 1505 o primeiro Vice Rei das Índias, D. Francisco de Almeida, levando uma esquadra de 22 naus, muito bem apetrechadas.

Aportando a Moçambique, como soubesse que o Rei de Quíloa — o primeiro tributário a Portugal — tinha renegado a vassalagem que havia prestado três anos antes, obrigou-o de novo á submissão arrazando e incendiando as suas povoações e começando a levan-

tar uma fortaleza na costa do novo dominio.

A seguir toma Mombaça a que, da mesma forma, arraza e

(6) Ler «Elementos e Subsídios para um Estudo do Desenvolvimento de Lourenço Marques»-do autor.

⁽¹⁾ Na Antiga Africa Oriental Alemã (Tanganica) — no paralelo 8,30′ S. (2) Na Costa dos Somalis (Colónia italiana). Paral. 11º30' N.

⁽⁴⁾ Em 1524, partia pela 3.ª vez para a India como Vice-Rei, o Almirante Vasco da Gama. Em nada de vulto se assinalou então a sua passagem em Moçambique. Três meses depois de ter chegado á India, falecia, quando tanto se esperava da sua accão.

lança fogo. No mesmo ano, Pero de Anaia, que havia partido de Lisboa com 6 naus, edifica a fortaleza de Sofala (¹) — a primeira que os portugueses levantam na África Oriental — que, pouco depois de construida, é atacada pelos indígenas e pelos árabes, tendo, contudo, a sua limitada guarnição resistido heròicamente e vencido o inimigo.

* *

Data, pois, de 1505, o início da ocupação e da colonização portuguesa na África Oriental, a que hoje chamamos Colónia de Moçambique, sendo Sofala a primeira terra onde os portugueses se estabeleceram para fazer o comércio do ouro; e assim, de uma simples feitoria se estendeu o seu domínio por léguas e léguas no litoral e no interior.

O Governador daquela fortaleza, o mencionado Pero de Anaia,

tomou, então, o simples título de Capitão de Sofala.

Reconhecendo se, porém, que Moçambique tinha melhores condições para ponto de étape das naus que se dirigiam para a India, porque a sua situação geográfica era a mais adequada para um interposto comercial entre a Europa e o Oriente, erigiu-se-lhe em 1507 uma fortaleza, uma igreja e um hospital, obras estas fundadas por Duarte de Melo, que viera da côrte de Lisboa expressamente para êsse fim.

Começava pois a estabelecer-se o domínio português, que se ia caracterizando pela presença de fortalezas, cujo número foi suc-

cessivamente aumentando.

Logo em 1512 tiveram os portugueses de sustentar renhido combate com os árabes de Angoche, (²) cujo assédio constante era motivado por verem desaparecer-lhes o exclusivo do comércio com os indígenas, em proveito dos novos conquistadores.

Angoche, ainda durante mais de três séculos foi motivo de discórdias, umas vezes por se pretender obrigar o seu xeque a prestar

(1) O primeiro que explorou o pôrto de Sofala, foi Sancho de Toar, da armada de Pedro Alvares Cabral. Foi êle também, o primeiro que chegou a Portugal com as novas da riqueza de Sofala. (Ver o Capitulo III, 3.)

(²) Angoche foi sempre um pesadelo para a soberania portuguesa em Moçambique. Centro de negreiros, só em 1910, se pode dizer, passou completamente ao domínio português. Os principais actos da rebeldia, foram, resumindo: em 1855, sendo sultão daquela localidade—Angoche era um sultanato—Hassani Issufo, atacaram, as suas hordas, os habitantes entre Quelimane e Tete no vale do Zambeze. Em 1861, um indivíduo da classe civil, João Bonifácio, com 3:000 cipais ataca a região de Angoche, tomando-a. Em 1877, é assinada a paz entre o governador do distrito de Angoche—elevado a distrito em 1865—e o sultão Mussa-Quanto.

Em 1885, nova revolta do pretendente Ibraímo. Em 1889, revolta-se um outro pretendente, Farelay, sendo batido. Em 1896, novos ataques do Farelay. E, finalmente, em 1902, nova revolta promovida ainda pelo mesmo Farelay, sendo este completamente batido, e a paz em Angoche—ainda assim perturbada por pequenas revoltas, algumas vezes—assegurada por meio de postos militares. Angoche, hoje, é uma circunscrição do distrito de Moçambique, compreendida na latit. apr.

16°30' G. & long. 40' E.

submissão a Portugal, outras para cumprimento das leis contra a escravatura, comércio êste em que aquela terra foi sempre fértil e que praticou, durante muitos anos, impunemente.

Foram-se levantando mais algumas fortalezas pela costa—Quelimane, Mombaca, Quíloa, Mascate e ao longo do Zambeze, de

Sena ('), e de Tete.

D. João III de Portugal, que havia subido ao trono por morte de D. Manuel, rei poderoso pelos feitos das descobertas e conquistas de seu súbditos, á semelhança do seu antecessor, tomava orgulhosamente, e com justo direito, os esplenderosos títulos de:

«D. João III, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em Africa, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, Inda e senhor do Reino e senhorio de Malaca, do Reino e senhorio de Goa e do Reino e senhorio de Ormuz, etc.

V - Resistência de alguns povos submetidos

Após a construção de fortalezas, alguns povos indígenas, num desejo de independência umas vezes, induzidos pelos árabes, outras, e ainda pelos turcos, levantaram-se contra a soberania portuguesa.

Os insubmissos povos das ilhas da Querimba (2) (Cabo Delgado), derrotados, sofreram o incêndio e o castigo, até à mais

completa submissão.

Também Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, na sua passagem para a India, aportando a Moçambique, se dirigem, em seguida, para o norte, em auxilio do Rei de Melinde, onde batem os inimigos dêste súbdito de Portugal, arrazam Oja, em Zanzibar, Lamo e Brava. Tristão da Cunha dirige-se para Socotorá onde toma aos mouros uma fortaleza.

Por êstes actos de fôrça, o gentio ia-se submetendo a custo à bandeira de Portugal. Mombaça, que havia sido tomada pelo Vice-

rei D. Francisco de Almeida, quis alijar êste jugo.

Por 1526, D. Nuno da Cunha de passagem para a India derrotou aquele povo, obrigando-o a pagar um pesado tributo.

É actualmente uma das circunscrições administrativas da Companhía de Moçambique.

⁽¹⁾ Antiga vila do então distrito de Manica, situada na margem direita do Zambeze, que a limita a N. e L. Foi muito importante no início da colonização portuguesa, como o atestam ainda hoje as suas ruinas.

⁽²⁾ Ilhas de Querimba, nome por que era conhecido o antigo distrito de Cabo Delgado, (parte da actual Companhia do Niassa). Ilha Querimba, nome duma das ilhas, era a capital daquele distrito; foi muito povoada em tempos antigos, como o atestam ainda hoje as suas ruinas. Situada em 12°30¹. O distrito de Vuma com o rio Lujenda; L., Oceano indiço,

VI - Os Franceses

Conhecedoras as outras nações das descobertos e conquistas dos portuguezes, alguns aventureiros começam seguindo no encalço das suas naus. E assim, em 1527, aparecem pela primeira vez os franceses no mar da India, evitando sempre, contudo, os portos onde aqueles estivessem, bem como as suas naus no alto mar. Os franceses estabeleceram-se mais tarde em Madagáscar (¹) onde em 1515 os portugueses haviam tentado fundar, sem resultado, uma feitoria no porto de Matatana, e alguns anos depois uma fortaleza, também com a mesma sorte.

A seguir aos franceses vieram os holandeses, ingleses e aus-

triacos, como veremos a seu tempo.

Há de 1527 a 1544 um grande interregno na história de Moçambique, uma estagnação de conquista, porque tôdas as atenções se voltavam nesse período para a conquista, ocupação e colonização dos portos da India e principalmente do Brasil, para onde se distraíam inúmeros portugueses.

VII - Lourenco Marques

Data de 1544 a exploração do comércio na baía descobertas em 1502 por António do Campo, (²) como já dissemos. Foi Lourenço Marques, de quem depois a tradição deu o nome á terra, o primeiro português que comerciou naquelas paragens e que começou com o resgate do marfim que por lá abundava.

Para se estabelecer, edificou por ordem do Rei de Portugal D. João III, uma pequena «feitoria-fortaleza» na margem direita do

rio de Santo Espírito ou de Espírito Santo.

O primitivo nome da baía foi o de «baía de Alagoa», não se sabe bem se pela mansidão das suas águas se pela suposição de que os rios que nela desembocavam nasciam numa lagoa, suposta fonte de Nilo.

Desta mesma época data também a feitoria de Quelimane. D. João de Castro, na sua passagem para a India em 1545, deu a notícia para Portugal da descoberta que Lourenço Marques havia feito e ordenou também que a fortaleza de Moçambique passasse para lugar próprio, o que se fez, por ser baixo, pantanoso e bastante insalubre, aquele onde estava situada.

⁽¹) Ilha pertencente á França, situada a L. da Colónia de Moçambique entre latit. 12º e 24º S.; long. 45º e 50 . A L. (meridiano 58) ficam as ilhas de Reünião e Maurícias, de triste lembrança no caso humilhantemente solucionado para Portugal da barca «Charles et George».

gal da barca «Charles et George».

(²) Antes também, além de António do Campo, Cid Barbudo (ou Barbosa ?)
e Pero Quaresma em 1506 visitaram a Baia da Lagoa (Lourenço Marques). Em
1508, Diogo Lopes de Sequeira e Duarte de Lemos ao dirigirem-se para a India.
estiveram na baía para tomar água, o mesmo acontecendo em 1528 a Diogo Botelho Pereira.

WIII-A defesa

Desde 1505 que em Sofala, como atrás ficou dito, havia uma fortaleza edificada durante o govêrno de Pero de Anaia; mas, o sistema defensivo da costa estava reduzido apenas áquela e a algumas outras pequenas obras, até que em 1558 — governando Sebastião de Sá — com receio dos turcos que então infestavam o mar das Indias, atacando sem desfalecimento os portugueses em toda a parte, se deu comêço em Moçambique á fortaleza de S. Sebastião, em substituição da primitiva e que até meados do século XIX foi uma fortaleza das melhores, com todas as condições de defesa e considerada mesmo inexpugnável.

IX—As minas de ouro—O monomotapa (1)

Em 1560 aportou a Moçambique, vinda de Goa, a primeira missão de jesuítas, destinada a missionar entre os indígenas.

Trouxe consigo o célebre jesuíta Francisco de Monclaros, que tam prejudicial depois se havia de tornar com os seus conselhos ao grande capitão Francisco Barreto, quando êste atravessou com a sua gente o sertão da costa até Sena.

Em 1569, como as descobertas e conquistas dos portugueses se fôssem estendendo até à China, pretendeu D. Sebastião limitar o

Diz o snr. Marechal Gomes da Costa in *Descobrimentos e Conquistas*—que tudo indica vir a ser a publicação mais completa sôbre os descobrimentos dos portugueses — o seguinte, sôbre *Monomotapa*:

«...os actuais representantes dos *Mocarangas*, são os *Machona*. Foi com esta tribu Mocaranga que os portugueses mais tiveram de lidar; o seu chefe era o *Monomotapa*, palavra a que os cronistas portugueses deram a significação de Imperador, mas que na realidade era apenas um dos titulos hereditários do grande chefe, e que literalmente significa *Senhor da Montanha* ou *Senhor da Serra* ou *Senhor da Mina*.

Seja porém como fôr, esta palavra Monomotapa, Manamotapa, ou Benamotapa, como os diversos escritores a escrevem, era o título do chefe principál da tribu Calanga. Mais curioso ainda é o facto de esta palavra ter sido lançada nos Mapas da região, como se designasse uma porção de território, e ter-se pouco a pouco alastrado, cobrindo todo o país do Zambeze ao Rio Fish. E assim se criou a lenda da existencia dum povo de civilização avançada, formando um Império,

⁽¹) A área do império do Monomotapa abrangia quási toda a parte central da hoje Colónia de Moçambique. Era limitada ao norte pelo Zumbo e Tete e estendia-se até Inhambane, compreendendo toda a extensa região mineira de Manica, Quiteve, Chicanga, incluida actualmente na Companhia de Moçambique.

poder dos governadores da India, tirando-lhes o govêrno directode toda a vasta região do Oriente e dividindo êste em três govêrnos, a saber:

O 1.º desde o Cabo das Correntes (1) até ao de Guardafui;

O 2.º desde Guardafui até Ceilão; e o 3.º de Ceilão até á China.

Ficou governando o primeiro, que compreendia de litoral mais do que é hoje o da Colónia de Moçambique, — Francisco Barreto. E assim, em obediência aos desejos daquele Rei, partiu de Portugal uma expedição comandada por Barreto, composta dos melhores fidalgos, todos voluntários. Levava também a expedição bastantes cavalos. O entusiasmo traduzido no grande número de voluntários, em seguir Francisco Barreto, se provinha muito do espírito aventureiro da época, era também, em parte, motivado pela conquista das faladas minas do Monomotapa, apòs a sua possível descoberta.

Ao comandante desta expedição deu-se o título grandioso de: Capitão-General de Moçambique, Sofala e Rios de Cuana e con-

quistador das minas do Monomotapa.

A expedição, chegada a Sofala, subiu o curso de Zambeze, teve de se defrontar várias vezes durante a jornada com hordas aguerridas que lhe fizeram frente, chegou até Sena e depois de mil trabalhos e privações retirou, afinal, sem colher os resultados esperados. Afirmam as crónicas, que foi a alma má desta expedição o orientador espiritual de Francisco Barreto, o já referido jesuíta Monclaros, que induziu aquele a seguir por um itinerário desvantajoso, apenas na mira de vingar a morte do seu confrade Gonçalo da Silveira, que havia sido martirizado por mandado de Monomotapa.

Grande número de soldados, adoeceu; e de tal forma a doença lavrou neste exército que, de 1.000 homens saídos de Porgal, apenas um número aproximado a metade pôde acompanha-lo á procura das cobiçadas minas. Faleceu em Sena Francisco Barreto, sem conseguir os seus fins, e o seu sucessor, Vasco Fernandes Homem, que preparou idêntica expedição, foi tam infeliz como êle. Êste alcançou porém, ainda, as minas de Manica; mas, reconhecendo que as despesas com o trabalho da extracção do ouro, eram

que nunca existiu senão na imaginação dalguns escritores; a tribu que teve o nome de Monomotapa, só foi notável por ocupar o país donde se extraía o ouro.

A séde ou residênçia de cada chefe tinha o nome de Zimbabóe, que significa lugar grande na acepção moderna de capital. Das ruinas chamadas Zimbabóe encontradas na Rhodésiá, não tinham os Mocaranga tradição alguma.

O grande Zimbabóe fica entre o Zambeze e Kimpopo, em 20,º 16'30'' latit. S. e 31º, 10' 10'' longit. E.; é de granito assente sôbre granito, formado por grandes blocos assentes uns sôbre os outros, sem espécie alguma de argamassa. Assente sôbre um monte, é protegido do lado sul por um precipício de 90 pés de altura. Tôda a construção é labiríntica».

⁽¹⁾ Na costa do distrito de Inhambane.

tam grandes que seria talvez impossível serem compensadas, desistiu de continuar na sua procura, tendo, contudo, deixado assente paz e trato de comércio com os reis de Quiteve e de Chicanga, (¹) o que trazia declaradas vantagens para o estabelecimento das futuras feiras.

Duraram estas duas expedições de 1569 a 1576.

* *

As feiras não eram mais do que locais escolhidos no interior, onde os portugueses negociavam e cobravam ao mesmo tempo seus impostos e estabeleciam como que uma rêde comercial para troca e venda de produtos. Em regra, consistiam numa ligeira fortificação em terra ou palissáda, tendo no seu interior as edificações oficiais mais importantes, como feitoria, igreja, etc. A feira estendeu-se tam longe, que chegou até aos confins do Zumbo. Os seus dirigentes (capitães) enviavam para Portugal e para a India as fazendas compradas e estabeleciam a permuta com os artigos que levavam.

A procura das minas de ouro e prata de Monomotapa foi, durante os anos seguintes á expedição de Barreto, a preocupação

de todos os governadores.

A ambição pela posse do cobiçado ouro chegou a ponto de se arrendar o govêrno (²) da Capitania de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa, para os seus governadores tentarem a procura das celebradas minas, usando, quási todos, de abusos, de arbitrariedades e de tôda a casta de prepotências para conseguirem os seus fins. E de tal forma irregular procederam — inclusivamente mandando prata (³) para a Côrte, que fingiam ter descoberto, á espera de recompensa — que o Govêrno de Portugal viu-se obrigado a proíbir a procura das minas, sem que, afinal, os portugueses as viessem a utilizar.

X—A primeira lei para a abolição da escravatura

Cabe a Portugal desde 1570 a honra de dar lições de civilização ao mundo, publicando a sua primeira lei abolindo o estado de escravidão.

(2) Mais de uma vez foi leiloado, na cidade de Gôa, o Govêrno de Moçam-

^(°) Chicanga—Pertence ao antigo distrito de Sofala. Quiteve—Antigo reino confinando ao N. com o R. Pungué, a S. com os rios Buzi e Révue, a E. com a costa de Sofala e a O. com as terras de Manica. Abundante em ouro.

⁽³⁾ Diogo Simões Madeira, que governou interinamento a Capitania em 1612, mandou alguma prata para Lisboa que não era das minas: foi processado e fugiu para o sertão, não mais sendo visto.

Esta lei, que não pôde ser cumprida, tam contrária ao espírito da época, foi contudo o primeiro passo para outros países pensarem na abolição daquele tráfico. Motivo foi a escravatura para grandes discórdias e desavenças tantos internas como provocadas pelo estrangeiro, em especial a Inglaterra. Muitas leis foram publicadas no sentido de exterminar gradualmente aquele desumano comércio, como veremos no decorrer dêste livro, mas só em 1878 é que definitivamente êle terminou. (1)

XI — Ataque á soberania portuguesa

Por 1585 os zimbos (2) apossam-se da terra firme fronteira a

Moçambique, matando quási todos os moradores.

Dois anos depois eram destroçados; mas de novo voltavam a atacar Sena e Tete, arrazando tudo o que encontraram no seu caminho, assolando a costa — á semelhança do que três séculos mais tarde fizeram os vátuas de Manicusse.

Começam os turcos nesta data a atacar os fortes da costa, obrigando os régulos submetidos a Portugal a prestar-lhe vassala-

gem e a pagar exagerados tributos.

Em 1587, porêm, a armada de Martim Afonso de Melo, vinda da India, castiga os xeques que haviam acatado os turcos sem lhe terem oferecido resistência. (3)

Mombaça, que mais uma vez desobedecia a Portugal e que

A lei para a abolição da escravatura na Africa Oriental Alemã tem a data de 24-12-1904, mas apenas limitada aos filhos de escravos, nascidos depois de 31-12-1905.

Na Serra Leôa (Colónia inglesa) terminou o estado de escravidão em 1-1-1928,

isto é, há poucos meses.

(2) Ao norte do Zambeze existiam, nos primeiros tempos em que os portugueses ocuparam Sena e Tete, algumas tribus cafres, os «zimbos», que praticando uma vida nómada atacavam constantemente as outras tribus africanas que, vencidas, ficavam encorporadas na tribu zimba. Percorreram a Africa Central em contínuas invasões, atacaram Melinde, Quíloa, Mombaça, etc.

Frei João dos Santos na sua «Etiópia Oriental», emprega na descrição dos zimbos as palavras seguintes: «... destruindo e roubando quanto achavam, matando e comendo tôda a cousa viva, assim homens, mulheres e meninos, como gado, cães, gatos, etc., sem perdoarem a ninguém, salvo aos cafres, que se vinham para êles e os queriam acompanhar nesta empresa, os quais admitiam a seu exército

(3) Os povos que se fizeram tributários dos turcos foram os de Ampaza, que depois a esquadra de Martim Afonso havia de arrasar; de Pate, que fôram obrigados a pagar um pesado tributo a Portugal; e de Lamo, onde foi decapitado o seu

rei. Apenas Melinde se havia conservado fiel aos portugueses.

Onde o combate foi mais renhido foi ás portas de Mombaça, sendo destruida a esquadra turca. Mombaça foi arrasada e incendiada. Qualquer das regiões citadas estão, hoje, fóra do domínio português, pertencendo, actualmente, á Inglaterra.

⁽¹⁾ O estado de escravidão na Colónia inglesa do Cabo terminou em 1-12-1833, sendo dada a soma de vinte milhões de libras esterlinas, para indemnizar os senhores dos libertos.

tinha tomado o partido dos turcos, é arrasada e incendiada, tendo a gente de Martim Afonso feito grande mortandade nos seus in-

submissos habitantes.

A esquadra de Tomé de Sousa Coutinho (1) completou em 1589 o obra de Martim Afonso, continuando a castigar mais povos que haviam prestado vassalagem aos turcos que novamente, no interregno entre a saida daquele capitão e a chegada do segundo. se lhes haviam entregue.

A esquadra turca foi batida e destroçada e Quíloa e Mombaça, que segunda vez lhes estavam tributárias, sofreram de novo duro

castigo, voltando ao domínio português.

Os turcos não desanimavam dos seus propósitos, perseverando

nos ataques tanto na costa oriental de África como na India.

Matias de Albuquerque, Vice-rei da India, invernando em Mombaça no fim de século XVI, começou a construir lá uma fortaleza para defesa contra provaveis tropelias dos turcos, a quem constantes derrotas não afastavam do intento de voltarem ao antigo comércio com os indígenas, que ora viam prejudicado pela chegada dos portugueses.

XII — Os holandeses

Em 1595 aparecem pela primeira vez cruzando os mares da África Oriental os holandeses, pirateando por toda a costa, a semelhança dos franceses e que, desde então, seguindo sempre na esteira dos portugueses, tornaram ao seu domínio terras que eram vassalas a Portugal mas que se encontravam desguarnecidas, tendo como sinal de país conquistado apenas o padrão de pedra que os descobridores na sua passagem lá haviam colocado. A audacia dos holandeses foi ilimitada: apossaram-se do Brasil e de Angola; estabeleceram-se em Lourenço Marques; atacaram Portugal nos mares; mas, sofreram sempre o duro castigo das armas portuguesas, não conseguindo nunca ser duradoura a posse á sombra. da sua bandelra, naquelas terras. O que foi a perseguição dos holandeses, ver-se há em capitulos adeante.

E ainda aí não ficou a vingança do português. Amarrou ao banco da se gale o rei de Sio, para lhe mostrar a destruição de uma cidade soberba, como era Mandra, na ilha do mesmo nome, julgada até então inexpugnável, mas que não resistiu ao esfôrço dos nossos. Depois voltou a Ampaza, a assentar pazes com o seu príncipe e dando por concluída a missão de que o encarregara o Vice-rei, vejou

na volta da India. .»

^{(1) «...}Entretanto percorria a costa o capitão Tomé de Sousa com a sua temida frota, resolvido a castigar sem piedade todos os potentados que haviam dado auxílio aos turcos contra os portugueses. Chegando a Lomo, prendeu ao banco da sua galé o rei daquela ilha, conduziu-o a Pate, e o fez degolar na presença do principe da terra e dos reis de Ampaza e Sio, em companhia de um irmão de el-rei de Quilife e de dois regedores de Pate... Este acto de justiça barbaresca assombrou e atemorizou os mouros de tôda aquella costa!



D. MANOEL I, o Venturoso (1495-1521)



XIII — Ataque dos holandeses a Moçambiquê

Já dissemos que, em 1527, apareceram pela primeira vez os navios franceses no mar das *Índias*. Em 1601, de novo volta uma esquadra francesa, mas sem resultado algum, porque se perdeu nas Maldivas. Depois seguiu-se um longo interregno, até que voltaram novamente em meados do século XVII, facto a que nos referiremos a seu tempo. Fizemos também alusão ao aparecimento dos holandeses, pela primeira vez, em 1595.

Em 1607, a ousadia dêstes chegou a ponto de pôrem cêrco por espaço de dois meses à fortaleza de S. Sebastião de Moçambique — que ainda não estava acabada de construir —, terminando por incendiar tôda a ilha, ante a impossibilidade de renderem pela

fome os seus habitantes.

A fortaleza de S. Sebastião foi defendida heròicamente pelos seus moradores.

Voltaram no ano seguinte, em que foram da mesma forma mal sucedidos, apesar de terem atacado a fortaleza com um número de homens muitas vezes superior ao que a guarnecia.

XIV — Primeiro projecto de ligação de Angola a Moçambique

Desde 1606 que tomou vulto a ideia da possibilidade de ligar Angola a Moçambique — facto realizado mais tarde e por mais duma vez.

O Governador de Angola, Manuel Pereira Forjaz, intenta naquele ano a comunicação com a contra-costa, encarregando dêsse cometimento a Baltasar Rebêlo de Aragão que, depois de largas e ousadas tentativas, não conseguiu o seu fim, devido às inúmeras dificuldades concernentes ao meio e á época, tendo, contudo, atingido regiões próximas ao Lago Niassa.

Foi esta, pois, a primeira tentativa de ligação das duas colónias portuguesas — se, de facto, o pensamento de Francisco Barreto na expedição ao Monomotapa, em 1569, não era já o de procurar o caminho que ligasse as duas costas, como pretendem atri-

buir-lhe alguns dos seus cronistas.

XV — As minas de prata de Chicova (1)

O prestígio de Portugal ia-se consolidando de tal forma, que o próprio Monomotapa, em paga do auxílio que os portugueses lhe prestaram na guerra movida por êle a outro régulo, faz doação das minas de ouro, prata e cobre dos seus estados àquela nação. Favorecido assim o intuito dos portugueses, foi D. Estêvão de Ataíde, Governador de Sofala, reconhecer as minas de prata de Chicova—que não chegou a encontrar. Por esta ocasião levantou-se em Chicova e Manapa uma fortaleza, sendo a da primeira denominada de «S. Miguel».

Punzagate, régulo poderosíssimo, no desejo de ter os portugueses por seus aliados, cede-lhes então todos ou quási todos os Territórios de Rios de Sena,— extensa região que compreendia

as terras de Quelimane, Tete, Sena, Manica e Zumbo.

XVI — Ataque dos macuas

Os macuas (²), que já em 1585 haviam atacado os portugueses da terra fírme fronteira à ilha de Moçambique, tentam mais uma vez impedir a acção dêstes e invadem diversas vezes o Mossuril, arrazando tudo e matando todos os habitantes que não puderam fugir.

XVII – Governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa

Em 1609, chega a Moçambique, vindo de Gôa, o primeiro Governador com o título de Governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama (3) e Monomotapa, substituindo o título anterior de «Capitão de Sofala», pequeno de mais para poderio tão grande.

(¹) Chicova (actual *Chicoa*) ficava incluida nos domínios do Monomotapa, 20 milhas a montante das cachoeiras de Cabrabassa. Organizaram se várias expedições para a exploração duns supostos jazigos de prata. Foram estas minas grande preocupação para o Rei de Portugal, D. Sebastião, e para as descobrir e explorar formou-se a expedição de Barreto, já citada. Em 1623, foi mandada suspender a

procura das ambicionadas minas.

^(?) Os «macuas» habitavam a extensa área entre os paralelos 12.º e 18.º e compreendiam os povos Mavia, Mêdo, Ajaus e Lómués. Frei João dos Santos (In «Etiópia Oriental») diz dos macuas, entre outras referências, o seguinte: «... Os cafres da terra firme de Moçambique — a Macuana inferior — são macuas gentios, muito bárbaros e grandes ladrões... Esta nação de macuas de que já falei, é a mais bárbara e a mais mal inclinada, de todas as nações de cafres que tenho visto nesta costa... Depois que fêz assento (nas terras, o chefe dos macuas) e começou de as cultivar, vendo que lhe era necessário ter comércio e trato com os portugueses, fêz pazes com êtes... (o governador) mandou que nenhum macua fizesse mais fôrça, nem roubos nas fazendas dos portugueses, nem comesse carne humana. Quanto ao comerem carne humana, já o não fazem publicamente, mas em secreto tôdas as vezes que podem a comem...»

(3) O rio Zambeze (a região banhada pelo Zambeze.)

O primeiro governador com aqueles títulos — que representavam o facto da cedência das minas pelo Monomotapa e dos Rios de Sena — foi D. Nuno Álvares Pereira.

Para vincar mais o domínio de Portugal constróem-se entre os fortes de Luabo e de Quelimane outros fortes, indo-se assim levantando pela costa e interior uma rêde de fortificações, marcos de soberania que ainda hoje atestam, nas suas vetústas ruinas, o sacrifício dos portugueses do século XVI. Nuno Álvares Pereira, socorrendo o Monomotapa que andava envolvido em guerra com outro chefe, alcançou dêle a serra e terras da Chicova, com todas as suas faladas mas nunca encontradas minas de prata.

XVIII - O exclusivo do comércio

Como os turcos pretendessem, por todas as formas, reconquistar o perdido comércio com o gentío, ordens apertadas do Govêrno de Portugal determinavam aos capitães da Fortaleza de Mombaça, ponto obrigatório de comércio, sob pena de morte, não lhes fos-

sem passadas licenças para a entrada de Méca.

Ém 1618, nomeado pela segunda vez D. Nuno Álvares Pereira para o *Govêrno de Moçambique e Monomotapa*, foi-lhe dado como remuneração o exclusivo de comércio nos Rios de Cuama, medida esta que veiu a dar péssimos resultados de futuro e que foi, junto à escravatura, uma das maiores causas de decadência de Moçambique, — porque aos governadores, à sombra daquela medida, pouco importava a administração, mas apenas tratavam de arrecadar os benefícios do seu comércio exclusivista. (¹)

XIX — Luta com os holandeses

Em 1621, um facto que teve lugar no mar da India, mostra bem os sacrifícios da gente portuguesa na África Oriental.

⁽¹⁾ Os cargos principais de Moçambique, Sofala e Mombaça, eram dados como recompensa aos capitães das naus que tinham prestado bons serviços. Do rendimento do tráfico, que lhe era dado como exclusivo, tirava o Governador o seu vencimento e dos seus subordinados. Só em 1614, é que o comércio dos Rios de Cuama (Zambézia) foi contratado ou adjudicado ao capitão-mor de Moçambique e Sofala, sendo-lhe pouco depois tirado para ser administrado pela Real Fazenda, para de novo lhe ser adjudicado em 1622.

(Do Arquivo Português Oriental, por Cunha Rivara)

Para exemplo do exclusivo do comércio, se apresentam dois casos: o Governador Filipe de Mascarenhas (1633) abandonou a Colónia, porque tendo contratado o tráfico de Rios de Sena, viu que ele era onerado em demasia. Outro Governador, Francisco da Silveira (1641) comprou em leilão, na cidade de Goa, dois anos de govêrno de Moçambique por 30:000 pardaus (moeda de valor variável entre 520 e 1\$250 reis, isto é, 10 a 12 mil escudos.

Se um dos actos de mais acendrado valor e da mais denodada coragem foi a expedição de Barreto, a que por mais duma vez temos aludído, não foi de menos valor o combate que Pedro Morais Sarmento, Vice-Rei da India, sustentou com uma esquadra

holandesa próximo do Cabo da Boa Esperança.

Morais Sarmento viu-se obrigado a encalhar a sua nau e, desembarcando com perto de 400 homens, dirigiu-se por terra a Sofala, tendo de sustentar vários combates com os indígenas durante o seu caminho — percorrendo assim uma distáncia próxima a 800 léguas!

XX-Luta contra o rei de Melinde A Machona ou Duma

Em 1630, o Monomotapa, em paga do auxilio que mais uma vez lhe prestámos, cede-nos a Machona (1) ou Duma — que tam importante papel havia de tomar séculos depois para servir a cobiça de subditos ingleses.

Em 1631, o rei de Melinde ataca e conquista-nos Mombaça. Meses depois, D. Diogo de Sousa Menezes reconquista aquela fortaleza e derrota as hostes dos régulos de Mocaranga e Manica, os quais haviam auxiliado o rei de Melinde na conquista de

Mombaca.

O rei de Manica foi justiçado como represália contra as atrocidades que havia cometido nos infelizes prisioneiros portugueses. Ao mesmo tempo caía sôbre Mombaça uma esquadra vinda de Goa, não achando já lá o rei de Melinde, que se havia passado para os navios holandeses que então pirateavam pela costa.

XXI — Divisão da África Oriental

Em 1635, a África Oriental Portugueza é dividida em duas circunscrições: a de Mombaça, que se ficava estendendo de Cabo Delgado até Zanzibar e ilhas adjacentes e a de Moçambique, compreendendo os distritos de Sofala, Moçambique e Rios de Cuama.

Do de Sofala dependiam os estabelecimentos de Lourenço

Marques e de Inhambane.

Em 1635 foi permitido também aos moradores da ilha de Moçambique o comércio com os indígenas, ficando severamente

Nesta última ainda existem hoje algumas ruinas de antigos edificios particulares e de uma igreja, que atestam a sua passada importância — que decorreu de 1630 a 1769. Ler «Voluntários de Lourenco Marques» — do autor.

⁽¹⁾ A Machona ou Duma é uma região montanhosa nos confins de Sofala. Fica situada na cordilheira Dunanzele e Madumumbela na Matabeleland (Rhodésia) a 105 quilómetros de Manica e a 335 de Sofala. Na Machona tiveram os portugueses «feiras» importantes como as do Ongoé e Dambarara e outras.

proíbido o comércio com os holandezes e mais povos europeus, dando-se contudo, aos comerciantes, certas liberdades, mas continuando a ficar para a Fazenda o exclusivo das minas de ouro —

cujo produto não pagava, porém, a sua exploração.

Só em 1642 foi permitida aos portugueses a liberdade de poderem comerciar com a India e todas as outras possessões ultramarinas, exceptuando dos seus produtos, a canela, o velório (¹) e a missanga.

XXII — Auxilio a Quiteve

Em 1644, o rei de Quiteve, assediado por um régulo visinho, pede auxílio (²) aos portugueses, que lho concedem, doando então em paga as suas terras, fazendo-se-lhes tributário e autorizando-os a mercadejar livremente nos seus domínios (³), férteis em mineração.

XXIII — Permissão da escravatura

Em 1645 entra Moçambique numa nova fase. Como Angola se encontrasse em poder dos holandeses (4) e paralizado, portanto, o rendoso comércio de escravos que aquela colónia exportava para a Metrópole e muito principalmente para o Brasil, foi permitido que em Moçambique se fizesse aquele tráfico, que veio a tomar o incremento máximo, tendo paralizado todas as iniciativas úteis e concorrendo, mais do que nenhuma outra causa, para a decadência de Moçambique durante séculos. Os colonos vendo que nenhum comércio era tam rendoso como êste, deixaram absolutamente de se dedicar à agricultura para tratarem exclusivamente da venda de escravos. As vantagens económicas que os seus traficantes auferiam, eram, pelo contrário, o caminho para a ruína de Moçambique,

(2) Um ano antes se havia baptizado o Monomotapa, a quem foi dada uma

guarda de trinta soldados portugueses para o seu zimbuoé.

⁽¹⁾ Espécie de missanga. Contas de vidro.

⁽³⁾ Quinteve era um antigo Reino que confinava a N. com o rio Punguè, ao S. com os rios Buzi e Révuè, a E. com a costa de Sofala e a O. com as terras de Manica. Dizia-se tam abundante de ouro, que os cafres nem se davam ao trabalho de o pesquizar. contentando-se em o apanhar à superfície e nas areias dos riachos que passam junto das minas...

⁽⁴⁾ Em 24 de Ágosto de 1641 uma forte esquadra holandesa desembarcava em Angola, tendo-se refugiado muitos portugueses no forte de Massangano (entre os ríos Cuanza e Lucala), enquanto outros com o Governador Pedro César de Meneses, assentavam arraiais nas margens do Bengo. Os potentados pretos fizeram então guerra aos poucos portugueses. Dois anos depois, os holandeses faziam pazes com Portugal, mas o chefe holandês em Angola, a-pesar disso, atacou traiçoeiramente os confiantes portugueses, matando 187 soldados e prendendo o Governador César de Meneses que, pouco depois, conseguia evadir-se. Salvador Correia de Sá Benevides, por ordem de D. João IV, partiu do Rio de Janeiro com uma armada de 15 navios e 900 homens, chegando a Loanda a 12 de Agosto de 1648, onde desembarca batendo os holandeses bem como os régulos que lhes haviam prestado auxílio. Angola voltava ao domínio português.

porque as iniciativas por mais prometedoras que se apresentassem nunca podiam ir ávante, pela falta de braços. Só de Moçambique saíam de quatro a cinco mil escravos, anualmente. Passou pois, Moçambique, a ser um depósito de escravos, desviando-se da sua primacial função — aproveitamento, para pôrto de abrigo das naus que iam para a India e ao mesmo tempo a fundação de feitorias para o resgate do ouro e marfim.

As lutas entre os vários régulos muitas vezes provinham dos ataques que se faziam mutuamente, para depois venderem os prisioneiros válidos como escravos. Para não alterarmos a ordem cronológica dêste livro, a seu tempo nos iremos referindo a êste

assunto.

Os ingleses

Em 1649, aparecem pela primeira vez os ingleses, cruzando os mares da Costa Oriental da África, com a intenção de comerciarem. E assim, ao nosso abandôno de comércio e à entrega apenas ao tráfico de escravos sucedeu o aparecimento daquele povo, o estabelecimento dos holandeses no Cabo da Boa Esperança em 1651 e o dos franceses em Madagáscar por 1655, como já dissémos.

XXV — Novo projecto de ligação de Angola a Mocambique

Tendo Salvador Correia de Sá acabado de libertar Angolados holandeses, traçou um plano de grandeza cujo início era a abertura da comunicação por terra, desde Angola até Cuama e-

Monomotapa (Moçambique).

Esta tentativa não foi aprovada pelo rei de Portugal, D. Pedro II, mas a sua lembrança mostra bem o sonho da formação mais de uma vez tentado pôr em prática — de um grande império estabelecido pela livre passagem de Angola para Moçambique, e quanta razão tinha Portugal quando dois séculos depois, pretendia, na «Conferência de Berlim,» demonstrar os seus direitos a uma faixa de terreno ligando Angola a Moçambique.

... O infame tráfico dos negros foi certamente uma nódoa indelével na história das nações modernas, mas não fomos nós os principais nem os únicos, nem os piores réus. Cúmplices, que depois nos argüiram tanto, pecaram mais e mais feiamente...

(Trabalho Rural Africano, por Marquês de Sá da Bandeira)



Período da Decadência

XXVI — A decadência

Se o poder dos portugueses na África Oriental ia declinando por culpa dos próprios colonos, cheios da mais desmesurada ambição duma rápida riqueza, por sua vez ía o domínio português enfraquecendo pela sujeição de Portugal à Espanha; porque, se de facto, se havia perdido já Ormuz em 1622, e se se encontravam alguns locais da costa — outróra ocupados — quási abandonados por completo e outros mesmo completamente, difícil era, se não impossível, provê-los de novo, pois que todos os portugueses válidos andavam combatendo na Europa, sujeitos á ordem de Filipe III, (¹) que então governava Portugal. E bem mais dificil — se não impossível — seria ainda a realização da ideia que ia lavrando entre os portugueses: fazer de toda a costa oriental da África, do Cabo da Boa Esperança ao Mar Roxo, um Govêrno independente do da India — numa palavra, outra vice-realeza.

* *

Livres ou quási livres os mares da India das naus portuguesas, começaram aparecendo, como já dissemos, os holandeses, os franceses e os ingleses. Fundaram os holandeses uma colónia no Cabo, os ingleses assenhorearam-se de Tanger e de Bombaím em 1661 e os franceses de Madagáscar em 1655.

Por sua vez, o Brasil, apresentando aos colonos mais facilidades, seduzia os portugueses, dando-se uma emigração numerosa e permanente. «Feiras» importantes como as de Ongoe e Damba-

(1) Durante os 60 anos do domínio filipíno em Portugal, perdemos quási sucessivamente a maior parte das melhores possessões.

Em 1603, os holandeses bloqueavam a cidade de Goa. Em 1612, os franceses tomavam o Maranhão. Ormuz, perdia-se em 1622. Em 1624, os holandeses ocupavam a baía. Pernambuco arriava a bandeira portuguesa em 1630. Os dinamarqueses ocupavam Coulão em 1631. Damão resistia em 1639 às fôrças do Grão Mogol.

Em 1641, Malaca capitulava.

No Japão, eram perseguidos os cristãos, por intrigas dos holandeses.

rara (1) na Macaranga, desapareciam para sempre do comércio português e os árabes e gentíos conhecedores dêste declinar, iam

retomando sem estôrvo de maior, os seus antigos lugares.

Assim os árabes por 1660, época a que nos estamos referindo, tomam Mascate; e, como as comunicações entre Moçambique e a India estivessem quási interrompídas pela presença das naus holandesas que então sulcavam os mares, difícil se tornava o envío de reforços da India para Moçambique. Os mesmos árabes, ousados com a posse de Mascate, atacam a fortaleza de Moçambique com uma numerosa esquadra, sem resultado, ainda que aquela praça se encontrasse quási abandonada, por terem de se distrair as suas reduzidas fôrças para as regiões dos Rios de Cuama que se encontravam em aberta rebelião. A resistência verdadeiramente épica do limitado número de portugueses comandados por Gaspar de Sousa de Lacerda, fêz frente à grande massa de árabes, conseguindo opôrlhe uma invencível barreira.

Nêste estado de decadência surgiu em Portugal a independência de 1640, no memorável 1.º de Dezembro. Porém, nada melhorou, pois que se até aí, o descuido da Espanha concorreu para a perda de algumas colónias e para o enfraquecimento doutras, de novo se via Portugal envolvido em guerras, batendo os espanhóis para a defesa da integridade da Pátria. Ao mesmo tempo, via-se esta, combalida por tantas causas, obrigada ainda a sustentar longa vigilância nos mares e continuados combates com os franceses que, infestando não só o mar Índico como o Atlântico, procuravam a todo o custo, estabelecer feitorias nas costas do Brasil onde os com-

bates tomavam maior vulto.

A fraqueza de Moçambique, a veloz decadência, além de todas as causas apontadas, mais se ressentiam com os maus govêrnos, acontecendo até, mais duma vez, serem presos os seus governadores (²) e enviados para a Metrópole por ordem dos governadores da India, a cujo govêrno Moçambique estava subordinada.

(2) Aqui se deixam nesta Nota, os nomes de alguns governadores da Coló-

nia, presos por actos que honraram bem pouco os seus apelídos:

David de Márques Pereira (1758). Que me não objectam os críticos, lembrando que há misérias que convémes conder, esquecendo-se das vezes que teem chamado imbecil a João VI de Por-

tugal!

⁽¹⁾ Ver *Nota* Capít. XX. *Dambarara* foi abandonada em 1693, restaurada em 1769 e de novo abandonada. Esta «feira» era importante pelo ouro e outros produtos do sertão que lá afluíam.

António Pereira Brandão (1569).

D. Lourenço de Brito (1589).

D. Estêvão de Ataíde (1607 a 1611).

Diogo Simões Madeira (1611).

Diogo de Sousa de Meneses (1627).

Escusam de me ensinár o que já dizia Herculano: «quem não souber fazer história elevando a raça, que trate doutro ofício...». Dentro do princípio dêste historiador: — porque é elevar a raça mostrar como os portugueses de Moçambique sabiam castigar os que prevaricaram que, sendo de cima, tantas vezes ficam impunes! — (O autor).

Três motivos importantes iam portanto, ensombrando o futuro da Colónia de Moçambique: o tráfico de escravos, a falta de colonos e a má administração.

XXVII — Termina o exclusivo do comércio

O comércio decaía assustadoramente; e, para obviar a êssemal que tinha como principal causa a antiga concessão do exclusivo de comércio aos governadores (¹) como remuneração dos seus serviços, resolveu o Govêrno da Metrópole acabar com êsse exclusivo, porque os governadores, na ansia de uma breve e farta fortuna, tratavam apenas de si e raro do bem geral.

Com esta medida ficou o comércio livre para os portugueses, com algumas condições restritas, criando-se ao mesmo tempo para fins de receita para a Fazenda Pública, a alfándega de Moçambique (1671). Só mais de um século depois, por 1786, é que se criaram as alfándegas de Quelimane, Ibo, Sofala, Inhambane e Lou-

renco Marques.

O exclusivo de comércio dos *Rios de Cuama* que se havia deixado para os governadores, também lhes foi tirado em 1674, ficando da mesma forma para a Fazenda Pública, sendo administrado por uma *Junta de Comércio* e mais tarde pela *Companhia da India*, que era pouco tempo depois dissolvida, passando os seus poderes à primeira. Finalmente em 1680, ficou livre todo o tráfico sópara os nacionais, tanto nos Rios de Cuama como em Moçambique.

XXVIII — Colonização

Em 1677, num desejo de levantamento de Moçambique, partem de Lisboa 600 homens de várias profissões, como engenheiros, mineiros, ourives e vários artífices, mulheres para casarem e alguns missionários, tudo destinado à colonização dos férteis Rios de Cuama, Sena e Tete. Ainda que se não tivessem colhido grandes frutos desta tentativa, ela marcou, porém, um princípio de colonização, abrindo caminho às várias tentativas que se sucederam e destruindo em parte a opínião de que a África era apenas para os degredados. (2)

(²) ... Em todo o caso as colónias de qualquer outro país, hoje das mais importantes, não tiveram melhores principios. Receberam no seu seio os condenados por crimes comuns e políticos por simples punição, mais tarde como tentativa de

⁽¹⁾ Por Carta Régia de 1 de Abril de 1757 foi proíbido todo o comércio aos-Governadores, capitães-mores e oficiais do exército, passando os seus vencimentos a ser pagos em moeda corrente, o que indubitavelmente — aos que fôssem honrarados — lhes havia de trazer muitas dificuldades porque os soldos eram diminutíssimos e o comércio que antes lhes era permitido fazer, de grandes lucros.

XXIX - Os baneanes

Em 1686, o Conde de Alvor que então governava a India, permitiu aos baneanes o comércio com a colónia de Moçambique. A sua entrada nesta colónia significava uma mudança no sistema dos exclusivos de comércio de que por largos anos haviam gosado os governadores, como dissemos. Criaram os baneanes a chamada «Companhia dos baneanes» a que o mesmo Conde de Alvor permitiu o exclusivo do tráfico entre Dio e Moçambique, sujeitando-se aqueles a um contracto de três anos — que, afinal, prevaleceu por um século — e dando-se-lhes ao mesmo tempo excepcionais privilégios.

Não deu a criação da mencionada companhia os resultados desejados apesar da actividade dos seus membros, porque se alguma terra ficou favorecida foi apenas a India, com a introdução de capitais que os baneanes para lá levaram e com o produto dos

direitos alfandegários em Dio.

Em 1690 proíbiu-se o comércio livre nos portos de Sofala e Rios de Cuama, mandando-se criar uma companhia de negociantes para o exclusivo do comércio naquelas regiões. A companhia denominou-se «Companhia da India», sendo dissolvída em 1700.

XXX — Pretensões dos holandeses

Vendo os holandeses do Cabo uma boa saída para o mar da baía de Lourenço Marques, mandaram por 1688 uma galeota fazer o estudo da baía, levantar a carta e apossar-se da terra, não tendo, porém, conseguido os seus fins. Os holandeses, mais tarde, foram os primeiros povos a reconhecer os limítes da colónia de Moçambique com a inclusão de Lourenço Marques como limite sul e assinaram vários tratados de paz e comércio com os governadores de Lourenço Marques.

XXXI — Perde-se mais uma vez Mombaça

Em 1695, D. Estêvão da Costa, que governava a colónia, começa a obra da fortaleza de S. Lourenço na ilha de Moçambique, não a tendo, porém, concluido. Era uma defeza principalmente

colonização. Desta medida, hoje olhada com tanta repugnância, se formou o núcleo de algumas das mais ricas e florescentes; a raça dos paulistas no Brasil teve essa origem e assim princípiou a Austrália. Para *Botany Bay* foram a princípio 800 degredados; de 1787 a 1836, diz Merivale, foram 75 200 para a *Nova Gales do Sul* e 27.757 para a Tasmânia; a média dos últimos anos dêste período, era de 3.500 para a primeira daquelas terras e de 2.000 para *Van Diemen...»*—(O Distrito de Lourenço Marques, por E. de Noronha.)

contra os árabes,—povo que precedeu Portugal no comércio com Moçambique,—os quais foram durante séculos os nossos inimigos irreductíveis, por causa do antigo comércio com os indígenas que ora viam perdido e que haviam monopolizado desde tempos remotos. Ainda por 1696, conhecedores da nossa crescente decadência, incitam os indígenas a assaltar Sofala, o que êstes executam em grande número. Tendo sido batidos, foram também castigados os árabes que os haviam ajudado àquela acção.

Estes, porém, foram mais bem sucedidos, porque Mombaça tendo sido atacada por um grande número, caiu em seu poder.

XXXII — Outra tentativa de ligação de Angola à contra-costa

No intervalo 1650-1700, operou-se mais uma tentativa de ligação de Angola a Moçambique, por terra. Aires de Saldanha, Governador de Angola (1676) intentou, à semelhança do que já havia feito Salvador de Sá, o «libertador de Angola», abrir comunicação por terra com a contra-costa. Ofereceu se o capitão José da Rosa, que não pôde levar a efeito a travessía, por causa da oposição de alguns régulos do interior, vendo-se obrigado, assim, a retroceder.

XXXIII - Retoma-se Mombaça

Mombaça só veio de novo ao dominio de Portugal, em 1725, para ser, afinal, perdida quatro anos depois e para sempre.

Senhores de Mombaça, desejosos do seu antigo domínio comercial, os árabes atacam, em 1704, a ilha de Moçambique, sendo

repelidos.

Fortalecidos os indígenas pelo quási abandono das terras que os portugueses antes ocupavam, atacam Rios de Sena (¹) tratando os habitantes bárbaramente. São castigados apenas um ano depois, pelo Governador daqueles Rios, D. João Fernandes de Almeida.

(1) Os limites dos Rios de Sena, são assim descritos na «Estatística da Capi-

tania dos Rios de Sena» por Vilas Boas Truão:

^{«...} fazendo consequentemente uma extensão de terreno de 3.600 léguas quadradas. Os seus limites são,—o mar, da parte leste, e pela parte do sul principiam os limites nas terras de Sofala, e decorrem pelos reinos de Quiteve e Báruè, seguindo depois as terras que confinam com o Império de Monomotapa até ao Zambeze da parte do sueste e oeste, nas vizinhanças de Chicova;... norte, confinam as terras do distrito de Quelimane com as dos cafres bororos até á vizinhança da serra Morumbala no sítio em que o Zambeze se divide em dois braços; dall à bôca das serras da Lupata o mesmo Zambeze serve de limites às terras da colónia, pois que da parte dalém, ao norte, são terras de régulos maraves independentes.

XXXIV - Liberdade de comércio

Em 1710 o comércio de Sena, que havia sido monopolizacio como já dissemos, em 1674, passou a sê-lo sómente nas chamadas fazendas da lei — panos usados no comércio de sertão —, ficando livre o outro tráfico, mas apenas para os povos vassalos a Portugal. A seguir, em 1720, deu-se uma nova tentativa de restauração, sendo prorbida toda a sorte de comércio aos governadores ultramarinos e aos oficiais do exército de patente superior a capitão, para acabar com as constantes imoralidades de tôda a casta.

XXXV—Os holandeses em Lourenço Marques O Bazaruto (1)

Em 1721, tentam mais uma vez os holandeses apoderar-se de Lourenço Marques, como já haviam tentado em 1688. Conseguiram, aproveitando o nosso abandono, fundar uma pequena feitoria na margem direita do rio Espirito Santo, em frente da antiga feitoria portuguesa. Enfraquecidos pela falta de recursos e pela doença, foram batidos e expulsos pelos proprios indígenas. Anos depois, por 1734, voltaram novamente; levantam outra feitoria, com idêntica sorte, mas desta vez foram os piratas ingleses que os desalojaram e ficaram snbstituindo.

Em 1722, o régulo de Bazaruto, andando em guerra com outros régulos vizinhos, pede o auxílio dos portugueses. Prestado êste, e bem sucedidos, aquelo régulo faz doação a Portugal de

tôda a costa da região onde dominava.

XXXVI — Reconquista de Mombaça, Pate e Zanzibar

Um vislumbre de regeneração se produziu em 1725, caindo Mombaça, Pate, Zanzibar e toda a costa de África Oriental desde Brava (2) até Quiloa, (3) nas mãos de Portugal, em sucessivos combates dirigidos pelo General da Armada da India, Luis de Melo de Sampaio.

Foi pouco duradoura esta posse, porque quatro anos depois perdia Portugal, Mombaça, como já dissemos, e para sempre, o

mesmo sucedendo com Pate e Zanzibar.

(3) Em 8°57' lat S.

E enquanto holandeses e ingleses se disputavam Lourenço

⁽¹⁾ O Bazaruto compõe-se de cinco ilhas; Santa Carolina, Bazaruto, Benguerua, Chigine e Bango. Está situado em 21°30′ latit. S. Foi doado a Portugal pelo régulo Micissa. A sua ocupação data de 1855. Serviu primeiro como presidio. E' importante pela pesca das pérolas.

(2) Em 1°7′ lat. N.

Marques, os franceses iam comerciando e pirateando à vontade na costa de Moçambique, monopolizando em absoluto todo o comércio das Ilhas de Querimba e de Zanzibar.

No meio de toda esta série de calamidades, apenas prosperava

o infame comércio da escravatura.

XXXVII — Separação do Govêrno de Moçambique do da India (1)

Em 1752 deixou a *Capitania de Moçambique* de estar dependente do Govêrno da India, passando a formar um Govêrno Geral, a que ficavam sujeitos Sofala, Rios de Sena e toda a costa de África e seu continente, desde o Cabo Delgado até à baía de Lourenço Marques. O primeiro governador que, por êsse facto, usou do novo título de «*Governador* e *Capitão-General* de Moçambique» foi Francisco de Melo e Castro.

Independente do Govêrno da India, tratou com afinco êste Governador da manutenção da soberanía portuguesa; mandou reparar as fortalezas existentes—Sena, Tete, Manica, Moçambique, Sofala e Inhambane e procedeu de todas as formas para a ocupa-

ção de algumas regiões semi-abandonadas.

Em 1753, como as terras fronteiras a Moçambique se encontrassem em franca rebelião, organizou-se contra elas uma expedição que, infelizmente, nada conseguiu, por diminuta, tendo sido, pelo contrário, desbaratada pelo régulo insubmisso, Morimuno.

XXXVIII—Liberdade de Comércio

O comércio, como dissemos já, foi sempre monopolizado pelo Estado sob diferentes formas, até ser declarado livre para nacionais, o que teve lugar em 1755, restringindo-se apenas a venda de missanga e do velório que continuou por conta da Fazenda. Ficavam assim os portos da Colónia abertos a todo o comércio, o que vinha trazer um certo rendimento proveniente do pagamento dos direitos. Para obstar, por completo, a que os funcionários do Estado continuassem com os costumados abusos de comércio ilícito, enriquecendo à custa de arbitrariedades e pouco ou nada se dedicando

⁽¹) O Govêrno de Moçambique foi separado do da India não porque o seu estado fôsse florescente. Pelo contrário, como se vê pelo documento junto: «Provisão de 9 de Maio de 1752.

D. José por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves...
Faço saber a vós, Marquês de Távora, Vice-rei e Capitão-General do
Estado da India, que por me ser presente a decadência do Govêrno de Moçambique, e que seria mais conveniente separá-lo dêsse de Goa, para o seu
restabelecimento...»

ao seu *mistér* e exercendo antes, em seu exclusívo proveito, toda a casta de prepotências nos indígenas, — publicou-se uma Carta Régia em 1757, proíbindo que tanto os governadores como os *capitães mores* e demais oficiais da Colónia, pudessem comerciar, passando os seus ordenados a ser-lhes pagos em moeda corrente. O inconveniente dos exclusivos de comércio e da sua concessão aos governadores como remuneração dos seus serviços, fazia-se sentir pela falta de estímulo que viesse transformar os indivíduos em possíveis colonos, e pela fuga de natívos, motivada quasi sempre pelos abusos praticados.

XXXIX-Os prazos

Os *prazos*, eram porções de terreno agricultáveis concedidas por mercê a pessoas do sexo feminino descendentes de portugueses europeus, com a obrigação de casarem com portugueses também europeus, e não devendo sôbre êles ter domínio útil senão famílias ali residentes. Foram instituidos os *prazos* para prover à colonização e à cultura, principalmente nos terrenos margínais do Zambeze. Nenhuma vantagem houve dêste regime, porque os donos armavam em senhores absolutamente feudais, vendendo muitas vezes os seus colonos como escravos.

Passando de mão em mão, deixou de se cumprir a lei que os instituiu só para europeus, chegando mais de uma vez a serem seus arrendatários, indivíduos pretos e indianos. Em 1760, com a nova regulamentação nada melhoraram, porque à falta de possuídores legítimos, os governadores entregavam-nos a asiáticos e a filhos de africanos que, senhores de grande número de homens, que armavam, foram mais tarde causa de grandes perturbações.

Chegaram a existir *prazos* com mais de 500 quilómetros de comprimento por 100 de largo, absolutamente contrário ao preceito da lei, que lhes marcava a extensão máxima de três léguas de comprido sôbre uma de largo.

XL—Tentativas de ressurgimento Ataque dos indígenas

Tambem em 1760, Pedro Saldanha de Albuquerque, Capitão-General de Moçambique, mandou construir alguns fortes e reparar outros, fazer uma carta geral da Colónia, bem como escrever a história da África Oriental Portuguesa. (¹)

Protegeu Saldanha de Albuquerque a agricultura, obrigando

⁽¹) Tanto a carta como a história, se chegaram a ter execução, não existem † je nos arquivos.

a plantação da batata doce e mandioca. Apesar, porém, de toda a sua actividade, perdemos algumas partes no interior da Colónia, sendo a principal, Tambara (1), na Capitanía de Rios de Sena.

Em 1761, são elevadas a vila as povoações de Moçambique, do Ibo, Quelimane, Tete, Sena, Sofala, Inhambane, Zumbo e Manica e o comércio é declarado livre para nacionais, na parte que havia sido excluida e a que já nos referimos: velório e missanga.

De Lourenço Marques, apesar de por esta data estar lá estabelecida uma feitoría holandesa, começaram os portugueses a ex-

trair ferro e cobre.

Em 1761, os indígenas de Inhambane fazem uma horrorosa carnificina, escapando um limitado número de europeus.

XLI-Baltasar Pereira do Lago

Em 1765, toma posse do Govêrno, Baltasar Pereira do Lago, que governou a Colónia durante 14 anos, até que faleceu, sendo até aos nossos dias quem mais anos a tem governado. A êle muito deve Moçambique: protegeu o comércio e a agricultura; obrigou os habitantes a plantar algodão e mandioca; terminou o Arsenal da Marinha; criou escolas de pilotagem; mandou construir casas para as câmaras dalgumas vilas, dotando-as com muitas terras; melhorou todas as vilas e suas respectivas fortificações; e mandou construir o palácio para residência dos capitães-generais, bem como algumas enfermarias, etc.

Para ter em respeito os indígenas da Macuana (macuas), mandou levantar uma fortaleza no Mossuril e um quartel adjunto.

De nada valeu êste trabalho, porque os macuas tudo arrasa-

vam pouco tempo depois.

Abríu uma cisterna para fazer aguada aos navíos; fundou várias obras em Quelimane; cercou Tete de uma muralha para defesa dos seus moradores; restaurou também a «feira» de Dambarara, perdida em 1693 e praticou de todas as formas para que a agricultura progredísse, dedicando especial atenção à cultura da mandioca, (2)

Em 1769 intenta-se recuperar Mombaça, — que se havia perdido como já vimos e reconquistado várias vezes, - nada se tendo

(1) Antigo «prazo». Fazia parte do antigo distrito de Sena, hoje incluído na

Companhia de Moçambique.

⁽²⁾ De tal maneira Baltasar Pereira do Lago se interessou pela plantação da mandioca, que por seu alvará de 10-10-1770 estabeleceu por tempo de três anos o privilégio de não poderem ser perseguidos em Juízo por quaisquer dívidas, exceptuando as da Fazenda Real e dos Legados Pios, todos os que mostrassem por certidão do Juíz de Paz terem plantado 400 pés de mandioca em terreno virgem e us prémio de 100 cruzados a quem excedesse na plantação até 600 pés.

conseguido, ainda que se dispendessem nessa emprêsa os maiores esforcos.

Durante o govêrno de Baltasar Pereira do Lago, Bandire (1), no Quiteve, é atacado pelos cafres, que incendeiam as casas dos

portugueses.

Em 1768, os ingleses estabelecem-se na baía de Lourenço Marques, que não estava então guarnecida, arvorando a sua bandeira.

XLII - Lourenço Marques - Presídio

Em 1777, os austríacos estabelecem-se na margem esquerda do Rio Espírito Santo (Lourenço Marques), contruíndo uma fortaleza que guarnecem com algumas peças de artilharia. Dois anos depois, uma expedição vinda da India arrasa aquela fortaleza, bem como uma feitoría situada na Inhaca e apreende aos austríacos as

peças de artilharia e alguns barcos.

Desde então, entra Lourenço Marques na posse definitiva de Portugal, isto é, na posse sem interregnos, tendo-se formado por 1781 um presídio com a respectiva guarnição (2). Em presença da derrota sofrida pelos austríacos, os régulos da Matola, Catembe e Inhaca, apressam-se a apresentar a sua submissão ao comandante do novo presídio.

XLIII — Expedição à Macuana (3) Ataque a Lourenço Marques

Em 1783, para vingar as afrontas constantes dos habitantes da Macuana, organiza-se uma expedição de uns 70.000 homens, portugueses, árabes e indígenas de 28 régulos aliados, mas por morte do Governador Pedro Saldanha de Albuquerque, que pela segunda vez governava a Colónia, deixou de ser levado a efeito o castigo dos insubmissos macuas, o que os tornou ainda mais insolentes, convencidos da nossa fraqueza.

A fortaleza só ficou concluida em 1787.

⁽¹⁾ Território situado a 30 léguas ao N. de Sofala, doado a Portugal em 1580 pelo Monomotapa.

Nota — Sôbre Baltasar Pereira do Lago, lêr no capítulo «Transcrevem-se alguns trechos» dêste livro, excertos do testamento daquele Capitão-general e doutros assuntos.

⁽³⁾ O primeiro Governador do Presídio foi Joaquim de Araújo. Em 1781, data da sua fundação, compunha-se a guarnição de 60 praças com a respectiva carga, munições e artilharia, oficiais e um feitor.

⁽⁴⁾ Antiga região cujos limites eram: N., paralelo 11°; S., paralelo 18°; isto é, desde o distrito de Cabo Delgado a Quelimane.

Da mesma forma, em Lourenço Marques, os indígenas atacam o presídio, que arrasam (¹), tendo obrigado as tropas da guarnição a retirar de Moçambique, na impossibilidade de oferecerem resistência.

XLIV — Os govêrnos provisórios

Em 1782, entrou-se no regimen dos govêrnos provisórios para substituição dos governadores, por seu falecimento, obstando assim às contínuas desordens e conflitos — que a morte daqueles originava no longo interregno decorrido com a vinda dum novo governador. Raro foi o Govêrno provisório, dos dezasseis que governaram a Colónia (²), que mereceu o elogío dos seus contemporaneos. Éstes govêrnos eram compostos das primeiras autoridades eclesiástica, judícial e militar. Mais de uma vez os seus membros foram presos, tam irregular era a sua conduta e tam nefasta a sua acção.

XLV — Abertura dos portos de Moçambique ao comércio da India

O Capitão-general António Manuel de Melo e Castro, foi um zeloso administrador dos dinheiros do Estado. Fêz regulamentos especiais e pautas alfandegárias, o que muito aumentou o parco rendimento da Colónia.

Fortificou o presídio de Lourenço Marques, que ficou concluido em 1787. Sôbre terrenos, obrigou os foreiros a pagarem o respectivo imposto e mandou abrir os portos da costa aos navios de Goa, Damão e Dio. Promoveu a agricultura nas ilhas de Cabo Delgado e Rios de Sena.

XLVI-Ataque dos franceses

Nos anos seguintes, desde 1793 a 1796, foi Moçambique muito incomodada pelos franceses, que atacaram o presídio de Lourenço Marques, arrasando-o e incendiando-o, tendo-o em seguida abandonado.

(2) O primeiro Governo provisório foi em 1779 e o último em 1884. De tal forma os sucessivos governos provisórios se conduziram, que se podem apontar como uma das causas da decadência desta Colónia — além do tráfico de escravos

e do monopólio do comércio aos Governadores.

⁽¹⁾ Parece que os indígenas não chegaram a atacar o Presídio, pois que o seu Governador, tenente João Henriques de Almeida, o abandonou com tôda a guarnição — segundo as crónicas do tempo — por mera pussilanimidade, dirigindo-se para Moçambique, onde foi expulso do exército. Uma nova expedição, vinda para Lourenço Marques, naufragou em Bazaruto.

Obrigados, apesar de tudo, a abandonar a baía de Lourenço Marques, os franceses procuram vingar-se, dando os géneros cafreais mais baratos do que os davam os portugueses e vendendo ao mesmo tempo pólvora e balas aos indígenas da costa, o que era

absolutamente proíbido nos estabelecimentos da Colónia.

Estabelecem uma feitoría em Quiloa, monopolizando por baixo preço o comércio de tôda a costa de Zanzibar, desde Mombaça até Cabo Delgado e tendo ainda, pouco depois do assalto a Lourenço Marques, feito o mesmo às ilhas de Querimba, (1) matando toda a gente que encontraram, vendo-se o Capitão-general obrigado a propôr tréguas entre as possessões portuguesas e as francesas da África, — durante a guerra europeia, (2) — que não foram aceites. Apesar dos instantes pedidos do governador-geral Melo e Castro, de Portugal não mandavam, nem sequer para vigiar a costa, um único barco de guerra!

Lourenço Marques só foi guarnecido de novo pelas tropas

portuguesas em 1799,

Em 1798, o xeque de Quitangonha (3) revolta-se contra a soberanía portuguesa sem conseguir o seu intento, porque foi duramente batído.

XLVII—Nova tentativa de ligação das duas cestas

As tentativas de ligação das duas costas da África, - ocidental e oriental, - começaram tomando vulto; e, em 1798, o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, Governador dos Rios de Sena, tenta a travessía de Moçambique para Angola, chegando ainda até ao meio do caminho, no Cazembo, onde faleceu. Ao mesmo tempo, de Angola, tentavam igual travessia como continuação da tentativa de 1606, a que aludimos a seu tempo, não podendo, porém, passar do Cazembo, por o régulo desta região andar em guerra com uns régulos visinhos. Mais tentativas dêste género se seguiram, como veremos.

(2) Em 1793, Portugal declarava guerra à França, com a aliança da Inglaterra e Espanha. Em 1801, Portugal tem guerra com a França e Espanha, que termina pela invasão do Alentejo, perdendo se Olivença.

Em 1807, bloqueio continental contra a Inglaterra.

⁽¹) Uma das ílhas do grúpo de Cabo Delgado ou de Querimba (Companhia do Niassa). Fica situada ao sul do Ibo entre 12º 24′ e 12º 28′ S. Foi muito povoada em tempos antigos, tendo existido lá duas igrejas. Em 1816 foi atacada por indígenas Sacalaves, da ilha de Madagascar.

⁽³⁾ Ilha ao norte de Moçambique, na baía de Condúcia. Fica a sul de Porto Velhaco, na long, de 40, 49 E. G.

XLVIII—A instrução

A primeira escola pública portuguesa em Moçambique data de 1799, sendo governador desta Colónia, Francisco Guédes de Carvalho e Menezes.

A seguir outra em Quelimane e mais outras nas Ilhas de Cabo Delgado. E de reparar, segundo a opinião dum esclarecído historiador, que os jesuitas, que foram expulsos em 1760, nunca tivessem aberto uma única escola pública nas suas missões da Capitanía de Moçambique. Desde 1504 a 1799 — quási três séculos — não houve uma escola pública em Moçambique.

Só em 1845 se determinou a instituição de uma «escola prin-

cipal» em cada uma das províncias.

Lourenço Marques, em 1855, teve a sua primeira escola. (1)

XLIX—Nova tentativa de ligação de Angola a Mocambique

Em 1806, tenta-se mais uma vez a ligação de Angola a Mocambique, por terra. De Pungo-Andongo (Angola) partem dois negociantes indígenas incumbidos de entregar uma carta ao Governador de Tete, o que só conseguiram cumprir em 1811, por terem sido retidos no caminho. Foram êstes, pois, os primeiros viajanles que atravessaram a África.

L - Continúa a decadência

Os chefes indígenas não desistiam de recuperar os seus anti-

Logo no comêço deste século, em 1804, fôrças indígenas atacam o presídio de Zumbo (2), que fica em seu poder, até ser recu-

perado pelos nossos pouco tempo depois.

Assistindo às desavenças constantes entre os capitães-generais e os colonos e, principalmente, ao desleixo dos vários govêrnos provisórios, íam os indígenas ganhando em fôrça e atrevimento.

Obs. — Na parte do presente trabalho referente à Corografía de Moçambique,

mente em 1-12-1861.

Elevado à categoría de vila, por provisão de 27-4-1763.

⁽¹⁾ Ler «Esbôço Histórico da Instrução na Colónia de Moçambique»—pelo autor.

encontrará o leitor mais larga referência à instrução pública.

(2) No distrito de Tete, na margem esquerda do Zambeze. É a antiga ilha do Méroè. O Zumbo foi doádo aos portuguezes pelo Imperador de Monomotapa, sendo Rei de Portugal D. Sebastião. Em 1710, foi o Zumbo atacado por um régulo indígena, Changamira, vendo-se os moradores obrigados a fugir para a vila de Tete. Em 1780 foi abandonado, bem como em 1836 a sua «feira». Ocupado nova-

Além do assalto a Zumbo, vê-se o Govêrno obrigado a fazerlhes guerra no Mossuril, batendo-os em toda a linha.

Invádem também as ilhas de Cabo Delgado, onde fazem tal

destrôço e mortandade que elas ficam quási desertas.

Em 1810, o Zumbo é de novo atacado por indígenas, tendo sido bárbaramente assassinado o Governador de Rios de Sena, Vilas Boas Truão (¹), que tanto esfôrço dedicou às colónias durante o seu govêrno. Pouco depois, porém, o sargento-mor João Vicente de Cardenas bate os régulos da terra firme fronteira a Moçambique, derrotando-os.

Em 1812, sempre numa crescente decadência, perde-se a «feira» de Manica, — uma das mais antigas e mais importantes — pela impossibilidade de negociar naquele ponto, em vista da rebe-

lião constante dos seus habitantes.

Por sua vez, os franceses, aproveitando também as lutas e dissensões internas, desenvolvem o seu comércio com os indígenas, quer negociando em géneros quer em escravos.

LI — Mais leis sôbre a escravatura

Pretendendo Portugal, de acôrdo com a Inglaterra, dar um golpe de morte no tráfico de escravos, assina em Viena de Áustria, em 1815, um tratado nesse sentido; mas, vendo que era impossível conseguir os seus fins duma só vez, por causa dos grandes interêsses criados, começou por abolir aquele tráfico ao norte do equador, passando esta abolição a ser extensiva ao sul dois anos depois.

Em 1815, o Governador de Cabo Delgado vinga a afronta recebida em 1808, a que no capítulo anterior se faz referência, batendo e castigando povoações indígenas que haviam assaltado aque-

as ilhas.

Em 1818, de novo são invadídos a «feira» de Manica e o presidio de Zumbo.

LII – O comércio estrangeiro

Apesar de tôdas as leis favorecendo mais ou menos o comércio, depois de ser tirado o monopólio dêste aos governadores, foi, contudo, vedado aos navios estrangeiros negociarem nos portos de

⁽¹⁾ António Norberto de Barbosa de Vilas Boas Truão, Governador de Rios de Sena, assassinado bárbaramente por traição de um chefe indígena. Públicou um estudo interessantíssimo, intitulado «Estatística dos Rios de Sena do ano de 1806».

Moçambique, pelo que o Governador de Lourenço Marques se viu obrigado em 1815 a expulsar da baía, a tiros de peca, uma embarcação inglesa que teimosamente pretendia trocar fazenda com os indígenas.

LIII — As pretensões da Inglaterra a Lourenço Marques

Em 1817, a Inglaterra reconhece como limites das possessões portuguesas na África Oriental, ao norte o Cabo Delgado e ao sul a baía de Lourenço Marques, parecendo, pois, êste reconhecimento da parte daquela nação, motivo bastante para mais tarde não contestar a Portugal o direito à posse da parte sul que antes lhe havia reconhecido, isto é, Tembe, Maputo e Inhaca, - o que deu lugar à célebre «sentença de Mac-Mahon» (1). Para não deixar sem sequência o facto dos limites a que nos estamos referindo, passemos para o ano de 1822.

Em 1822, chegou a Lourenço Marques o oficial de marinha de guerra inglesa, William Owen, encarregado pelo seu Govêrno de fazer o estudo da baía. Owen, levantada a carta da baía, mudados os nomes portugueses para outros ingleses, transformado o próprio nome de «Lourenço Marques» em «Delagoa Bay», obtida cedência de alguns territórios cujos régulos eram ja vassalos da corôa portuguesa, levou a Inglaterra à pretensão de que a baía de Lourenço Marques era, de futuro, dependente daquele país. A Inglaterra tratou de exigir mais tarde a posse de algumas terras que, em face dos tratados forjados por Owen, ficavam sendo suas colónias.

Em 1825, aquele oficial de marinha volta a Lourenço Marques. para continuar os estudos da baía; e então, querendo fazer crer que Lourenço Marques não pertencía a Portugal, esboçou uma tentativa de assalto ao presidio, por haver o seu comandante mandado aprisionar o brigue inglês «Eleonora», que se encontrava contrabandeando, alegando, como Owen, que a baía de Lourenco Marques não estava na posse dos portugueses.

Alguns barcos franceses, que da mesma forma contrabandea-

vam, igualmente foram aprisionados. (2)

⁽¹⁾ Pelo interêsse que a nós, portugueses, merece a sentença de Mac-Mahon,

se a transcreve, em parte, nêste livro. (Ver *Indice*).

(2) Como adeante se verá, houve mais duma tentativa da parte dos ingleses, para a posse de Lourenço Marques, esquecendo o art. 2.º do tratado de 28-7-1817, em que a própria Inglaterra reconhecía a soberanía de Portugal na costa oriental da África, desde Cabo Delgado até à Baia de Lourenço Marques.

Além de Owen, que as autoridades portuguesas receberam dando-lhe tôdas as facilidades, também em 1828 o brigue de guerra inglês «Helicon» tirou à fôrça, às autoridades portuguesas, uma escúna inglesa apreendida por ter sido encontrada a contrabandear no rio Maputo.

LIV — A decadência moral

Voltemos ao ano de 1821. Nesta data, o povo de Moçambique, num estado anárquico, reflexo das lutas políticas em Portugal — de que quási sempre foi fiel imitador — prende e depõe o Governador-geral Brito Sanches (¹), à semelhança do que já havia feito

a alguns dos seus antecessores.

Em 1822, com a independência do Brazil, alguns colonos de Moçambique, prejudicados com as diversas tentativas tendentes a terminar o tráfico de escravos e proíbindo-o mesmo, em parte, pensaram, — juntamente com outros de Angola, — numa anexação destas duas colónias àquela nova nação. A conjura, porém, foi denunciada e os seus promotores presos.

Não é do domínio deste resumo enumerar os males políticos desta colónia. Apenas os factos narrados veem a propósito, para mostrar o estado de decadência também moral em que Moçambi-

que, àquela época, se debatía.

Em 1825, os «vátuas» do Natal invadem o interior de Lourenço Marques, assim como outros do norte invadem a vila de Sena. Fazem uns e outros grandes razías e retiram após.

LV — Mais uma tentativa de ligação de Angola a Moçambique

Sempre no grandioso desejo da ligação das duas colónias, Angola e Moçambique, parte de Tete para o Cazembe (Angola) em 1831, uma expedição que não consegiu chegar ao seu destino. Era dirigida pelo major José Maria Monteiro e António Pedroso Gamito.

Em 1831, recuperou-se também o território de Bandire, no Quiteve, que havia sido invadido pelo gentío rebelde em 1774 e as casas dos portugueses ali residentes, então roubadas e incendiadas. Mas em consequência dos constantes ataques, de novo êsse território foi abandonado.

⁽¹⁾ Lêr no capítulo dêste livro, «Transcrevem-se alguns trechos», os episódios da prisão do Governador João da Costa Brito Sanches e da notícia da aclamação de D. Miguel.

LVI — Os vátuas

Em 1833, os vátuas de Manicusse (1), chefe de guerra do rei da Zululândia (2), Chaca, atacam o presídio de Lourenço Marques, que arrasam e incendeiam, tendo assassinado bárbaramente o seu

governador, Dionísio António Ribeiro.

Inhambane sofre o ataque dos mesmos vátuas, tendo sido assassinados todos os europeus. Da mesma forma invadem a feira de Manica, o presídio do Zumbo e o forte de Fernão Veloso, que teve de ser abandonado pela sua guarnição - em tam limitado número ela era.

A Vila de Sena vê-se obrigada a pagar-lhes um certo impos-

to para se ver livre das suas correrías.

Em 1835, atentos à nossa decadência, 3000 vátuas assaltam o forte de S. Caetano, em Sofala. O seu capitão, José Marques da Costa, com os poucos soldados e alguns régulos aliados, foi esperá-los, dando lhes combate. E tão heroico êle foi, que nem um só

dos portugueses ficou vivo!

Apesar dêstes desastres, revoltam-se ainda algumas tropas quási formadas exclusivamente por degredados corrompídos por índole própria e pelos adversários do Govêrno, que se vê obrigado a reprimir as constantes insubordinações, mandando fusilar os principais culpados.

Em 1836 perde-se também o Zumbo, que se conserva durante

alguns anos fóra do nosso domínio, até 1862.

A vila de Sofala é também fortemente atacada, vendo-se os seus moradores obrigados a uma longa defeza, tendo afinal aquela vila ficado totalmente arrasada pelo barbarismo dos invasores.

Socorros de Portugal para acudir a êste estado de coisas, nunca vinham e no pôrto de Moçambique, só uma vez por ano e raríssimo duas, entravam os navios da Metrópole.

renço Marques, vinte anos depois do primeiro.

⁽¹⁾ Os vátuas pertencem à raça zulu – negros aguerrídos das proximidades do Natal (Zululandia) - que deu origem à tribu dos matabeles e dos vátuas; êstes últimos fugidos ao jugo de Chaca, chefe zulu, e comandados por Manicusse, um dos seus antigos chefes de guerra, estabeleceram-se no Bilene. Outro ramo zulu deu origem aos *angoni*, povos da margem ocidental do lago Niassa. Manicusse, que veio a ter um papel importante na historia de Moçambique, chegou a ser senhor de todo o sul da colónia até ao Zambeze. Foi a cabeça da dinastía que teve como chefes Musila, Mauéua e o Gungunhana, que até 1897 grandes prejuizos causou com as suas constantes arremetídas.

Foi o chefe Manicusse que fundou a povoação de Chaimite, onde mais tarde Mousinho de Albuquerque havia de prender o régulo Gungunhana. Entre os grandes males que Manicusse nos causou, sobressaem os do ataque à fortaleza de Lourenço Marques, cuja guarnição foi morta; o ataque a Inhambane, onde foi morto o Governador, bem como a maioria dos moradores e novo ataque a Lou-

⁽²⁾ No Transvaal — ao sul de Lourenço Marques.

LVII - Para abolir a escravatura

Em 1836, é publicado novo decreto para a abolição da escravatura, que foi logo suspenso um ano depois, como inexequível por falta de um cruzeiro que vigiasse a costa e atendendo a que os interêsses feridos eram tantos que o Governador Geral, Marquês de

Aracaty, foi o primeiro a entender não lhe dar execução.

Só quatro anos depois o Governador-geral Joaquim Pereira Marinho — um dos maiores inimigos dos negreiros — lhe deu inteiro cumprimento; e tais e tantas dificuldades trouxe a sua execução, que se chegou a formar um conlúio entre Moçambique e Angola, para um movimento separatista, à semelhança do que se havia feito em 1823, tendo por fim a sujeição das duas colónias ao Brasil, para onde a exportação de escravos se fazia em grande escala. Moçambique, não é demais repeti-lo, não estava preparada para o extermínio da escravatura: a sua agricultura era quási nula; não possuia qualquer indústria; o seu comércio limitava-se à exportação de escravos e, ao mesmo tempo, as receitas cobradas não davam para o pagamento de 15 das despezas.

LVIII - Tentativa de colonização

No intuito de colonização, mais uma vez o Governo da Metrópole, pela acção dum notável Ministro, o Marques de Sá da Bandeira, manda distribuir terras e alfáias agricolas a indivíduos da Metrópole que desejassem estabelecer-se em Moçambique e também mandando dar baixa de serviço imediata aos militares em serviço na Colónia que se quizessem dedicar à agricultura, dando-lhes alfáias e sementes e instituindo prémios para os melhores agricultores de café e de algodão. Tódas estas tentativas se malograram, apesar da boa vontade do Ministro. Enquanto de Portugal, Sá da Bandeira tratava da regeneração e moralização da Colónia, nesta as lutas partidárias e de interesses puramente individuais eram constantes: principalmente durante os vários governos provisórios se deram sedições, incidentes, etc. (1).

Deu-se grande protecção à cultura do algodão, chegando-se a

^{(1) . . «}O Secretário do Govérno, José F. Alves Barbosa, homem inteligente e homesto, participando ao Ministério, em oficio confidencial, a instalação do Govérno provisário que sucedeu a Cavalcanti, informa assim àcérca de cada um dos seus membros: O Administrador Eclesiástico fr. José Pegado, é um religioso chim, maquiavelho e ambicioso; o Ouvidor Amaro Guedes, um ministro natural do país, victoso, pomos inteligente e ocioso; o Brigadeiro Lace, um militar orgulhoso é imprudente, que mandon cortra uma orelha e dar quatrocentos açoutes a cada um de nove caires marinheiros pertencentes aos prazos da coroa, como castigo de pequena falta que haviam cometido l». (Ensaios estatisticos, por F. M. Bordalo)

mandar vir tecelões da India e a isentar-se do pagamento de direitos as máquinas agrícolas e os utensilios necessários (1840).

No intuito de moralização, mandou-se pagar às tropas os vencimentos em dinheiro, em substituição dos panos, arroz, etc., que eram antes dados como paga; porém, só muito tarde esta ordem foi cumprida.

LIX - Revolta do Choutama

Em 1841, Pedro Caetano Pereira, capitão-mor das terras do sertão de Tete, revolta-se contra a autoridade portuguesa e derrota uma expedição que foi enviada contra êle. Um ano depois é duramente castigado, mas de novo voltou a revoltar-se, tendo obrigado o Govêrno a mobilizar bastante gente para o submeter, o que só se conseguiu alguns meses depois, em 1843.

LX – Perseguição à escravatura

Continuando a perseguição aos traficantes de escravos, a Inglaterra e Portugal assinam um tratado, em 1842, pelo qual é declarado pirataria o comercio de escravos, aplicando-se ao mesmo tempo pênas severíssimas aos prevaricadores. Por êste tratado dava-se direito mútuo aos navios de guerra das duas nações de, reciprocamente, — havendo suspeita de escravatura, — visitarem os seus portos.

Começaram os tratados contra a escravatura a ter, desta forma,

execução.

* *

Ao principio os seus resultados foram desastrosos: as colónias ficaram moribundas, desaparecendo o comércio tanto nacional como estrangeiro, que ou era de escravos ou de permuta de vários arti-

gos por escravos. (1)

Com a extinção da escravatura, a situação de Moçambique muda completamente: declina primeiro até ao quási aniquilamento, iniciando-se numa mutação tam atribulada, como jà lhe tinha acontecido quando da independência do Brasil (²), entrando só depois, após 260 anos de marasmo (1600-1850), numa fase de desenvolvímento vagaroso, metódico, e cheia de dificuldades pela falta de recursos da Mãe Patria.

(2) O Brasil era um óptimo mercado de escravos, para onde Moçambique

exportava anualmente alguns milhares dêles,

⁽¹) Só em 1842, havia registados para mais de 24:000 escravos. Muito antes, em 1806, em Tete, Zumbo, Manica, Sena e Quelimane (excluido o distrito de Moçambique), existiam registados 21:827 escravos.

LXI – Novos ataques a Inhambane, Lourenço Marques e outras localidades

Em 1843, mais uma vez o presídio de Lourenço Marques é atacado. Foram os régulos da Magaia e da Moamba que puseram o presídio em sobressalto, ainda que não tivessem conseguido o seu intento.

Lourenço Marques, a que se não previa o futuro, pois raras noticias dêle se sabiam, é visitado pela primeira vez por um Governador Geral, Rodrigo Luciano de Abreu e Lima (1845-1847) — o primeiro governador que visitou todos os portos de Moçambique.

Em cumprimento do último acôrdo com a Inglaterra sôbre a escravatura, a que nos acabamos de referir, é apresado por um barco de marinha portuguesa um brigue americano, próximo de Angoche, local escolhido para o carregamento de escravos — para onde se teve de mandar mais tarde uma expedição, como veremos. Ainda em 1846, a fragata inglesa «Cléopatra» entra no rio de Angoche, em cumprimento do último tratado sôbre a escravatura, encontrando embarcações com escravos. Em Angoche, os negreiros chegaram a construir fortificações, onde tinham artilharia para proteger os seus barcos empregados naquele ilícito comércio.

LXII — Os degredados no exército. Tungue (¹)

Depois da escravatura, outro mal corrompeu a Colónia: a remessa exclusiva de degredados para vários cargos e principalmente para servirem no exército. Em resultado de medidas desta ordem, Moçambique não se erguia facilmente do estado de pobreza em que de longa data se vinha arrastando. E desta forma continuavam ousados os indigenas, recomendando muitas vezes os governadores que não se lhes desse combate, a não ser em caso de defesa, tão diminutas e fracas, moral e fisicamente eram as guarnições europeias. Assim, em 1849, os indigenas atacam Inhambane, Lourenço Marques e Sofala; e o sultão de Zanzibar, apesar do protesto de Portugal, apodera-se pacificamente da baía de Tungue, que veio, como nos referiremos adeante, a ser causa da guerra de Zanzibar com Portugal. Portugal, depois de tantos sacrifícios e de tantas vidas ceifadas, apenas mantinha a sua soberania no litoral e esta mesmo mais por prestigio pessoal dos governadores das capitanias, do que pela fôrça das armas.

Tal era o quadro em meados do século passado.

⁽¹) Ao Sul de Cabo Delgado. Na margem norte da baía existe a povoação de Tungue ou Palma.

Tungue foi doada a Portugal pelo Rei de Quiloa em 1510. Desde 1765 que Portugal tinha naquela localidade uma autoridade sua. Em 1849, a própria autoridade indigena fez entrega da baía ao sultão de Zanzibar. Só em 1886, é que, de novo, foi ocupada pelas nossas tropas.

LXIII - A indisciplina e a rebelião

O estado de indisciplina interna correspondia à frouxidão dos sucessivos govêrnos nos últimos anos. Um exemplo: por esta epoca, 1850, o Governador de Lourenço Marques, saindo do presídio com alguns poucos soldados, —degredados da Metrópole, — é roubado e prêso por êles ao terceiro dia de marcha. Na Zambézia, desde 1841 que Caetano Pereira, a que já aludímos e mais tarde seus filhos, se revoltam constantemente contra a soberanía portuguesa, tendo sido derrotados, mas não sem antes terem batído e obrigado a retirar algumas expedições que foram enviadas para os tornar à obediência.

Em Inhambane, de novo os indígenas visínhos esboçam um ataque, como já haviam tentado no ano anterior, sendo, porém,

duramente castigados.

O sultão de Angoche, pretendendo disfarçar o tráfico de escravos feito nos seus portos, apresenta a sua submissão a Portugal, comprometendo-se a não permitir a escravatura, com o firme propósito de não cumprir, pois que em 1855 teve que se organisar uma expedição contra êle — para impedir o grande tráfico de escravos que se continuava fazendo nos seus portos.

Esta expedição não chegou ao seu destino por se terem insubordinado as tropas que a compunham antes de lá chegarem, sendo por isso, só seis anos depois, subjugado Angoche, que pas-

sou então a ser um distrito.

LXIV — Outra tentativa de ligação de Angola a Moçambique. Tentativa de resurgimento

Ainda mais uma vez reaparece a ideia da ligação de Angola a Moçambique. Em 1852, sai de Angola o grande explorador Francisco Ferreíra da Silva Porto, para aquele efeito, mas tem de desistir no meio da jornada. Completaram a viagem, chegando ao Ibo, alguns pretos que o acompanhavam.

No intuito de atender à grave crise financeira que atravessava a Colónia, foram promúlgadas várias leis tendentes ao seu desen-

volvimento.

Criaram-se algumas alfândegas (Moçambique, Lourenço Marques, Ibo, Quelimane e Inhambane) e separou-se Tete de Quelimane, constituindo cada uma um distrito independente, atendendo à fácil prosperidade da Zambézia; abriram-se também ao comércio de todas as nações os portos secundários e organizou-se a Fazenda.

Em 1854, tenta-se a extinção dos «prazos da corôa», por os seus proprietários não terem cumprido nunca a lei que os instituíu. As sucessivas leis para obstar ao tráfico de escravos iam ganhando raízes. Em 1854, uma nova lei foi promulgada; nos anos de 1856 e 1858, da mesma forma foram publicadas mais leis nêste sentido, mas só em 1878 é que, de facto, os escravos passaram a libertos.

LXV — Os «bongas» (1)

Como o capitão-mor de Massangano (²), Joaquim José da Cruz, o *Inhaúde*, não acatasse as ordens do Govêrno, que lhe proíbia constantemente intrometer-se com a gente de outro capitão-mor dos sertões de Tete, filho daquele Caetano Pereira a que nos referimos já, organizou-se contra o mencionado *Inhaúde* uma expedição que foi completamente derrotada, chacinados os homens que a compunham e perdido o seu armamento. Organizada nova expedição, teve a mesma sorte que a primeira, ficando desta forma interrompidas as comunicações com Tete e vendo-se o Governadorgeral na dura necessidade de ajustar paz com o *Inhaúde*.

Não se ficou por aqui, porém, porque, como veremos a seu tempo, as expedições contra os *bongas* sucederam-se umas após outras e a Zambézia continuou vivendo em permanente sobressalto

por mais de 30 anos. (3)

O poder dos *bongas* chegou a abranger todo o território compreendido entre os rios Zambeze e Luenha e o Mazoè, chegando até ao Guengue e dilatando-se por todo o interior até ao país dos *macololos*. Em muitas partes os seus redútos (aringas) formavam quási uma linha contínua.

As lutas contra os *bongas* assinalaram-se sempre por uma selvática carnificina, pois que a sua gente não poupava feridos e

exercia nos vivos as maiores atrocidades.

LXVI — Aprisionamento da barca «Charles et George»

Em cumprimento dum tratado com a Inglaterra (1855) e mais uma vez com o fim de terminar a escravatura, ficou proíbido o transporte de pretos para a ilhas francesas da Reunião e Maurícias, sob qualquer pretexto.

Pelo não cumprimento desta lei foi aprisionada no ano se-

(O Território de Manica e Sofala).

⁽¹) Bonga, alcunha cafreal dos descendentes do Inhaúde.
(²) Massangano fica no distrito de Tete. Os seus limites principais são: N., rios Zambeze e Luenha; S., Báruè. Há outro lugar com o mesmo nome em Angola, fundado por Paulo Dias de Novais, que lá erigiu um presídio que serviu de refúgio aos portugueses, quando do ataque dos holandeses áquela Colónia em 1641.

^{(3) «...}Os desastres sucedidos ás fôrças regulares em 1868 e 1869 nada provam contra a nossa asserção. As narrativas, as mais concisas e despreocupadas, põem em evidência os desleixos e imperícia dos seus comandos e nunca, talvez, tão bravos soldados portugueses fôssem mais mal empregados. 500 soldados portugueses venceram em combate 12:000 vátuas; 130, acompanhados de alguns milhares de cipais, fizeram em boa ordem e sem faltas, uma longa marcha de mais de 700 quilómetros para atacar o Mataca. Cotejem-se êstes exemplos com os outros e conclúa-se de outro modo, se é possível...»

guinte, a barca francesa *Charles et George*, que transportava escravos, o que deu origem a um conflito diplomático entre Portugal e a França, terminado com desdouro para Portugal, que, sem condições para poder defender-se das arbitrariedades daquela nação, teve de se submeter às suas injustas exigências.

LXVII — Iniciativas do Marqués de Sá da Bandeira

Apesar das várias medidas tendentes a levantar a Colónia de Moçambique, pela falta do seu cumprimento, ela continuava na paralização de há séculos. Contudo, e lutando sempre, não morria

o desejo de a engrandecer por meio da agricultura.

E assim, em 1855, é inaugurada por iniciativa do Marquês de Sá da Bandeira uma colónia agrícola na ilha do Bango, no arquipélago de Bazuruto, chegando a pretender-se formar uma companhia intitulada «Companhia Luso Oriental Africana», que tinha no seu programa arrendar tôda a Colónia de Moçambique, à semelhança do que séculos antes se havia feito, — pois mais duma vez, como já dissemos, foi proposto a particulares, na India, o seu arrendamento.

Outra companhia pretendia também arrendar as alfândegas, propondo mais $25^{\,0}/_{0}$ do que o rendimento delas àquele tempo.

Qualquer destas tentativas ficou sem efeito, mas, o que é facto é que elas provam bem a fé que começava a renascer no futuro da Colónia.

Em 1858, o incansável Marquês de Sá da Bandeira, então Ministro da Marinha e Ultramar, tenta mais uma vez desenvolver Moçambique pela agricultura, colonizando a África, dando várias garantias aos soldados europeus que terminassem o seu tempo de serviço e quisessem fixar residência na região zambeziana, abonando-lhes, ao mesmo tempo, pré e pão durante um ano.

O valor do algodão cultivado na Zambézia não passou despercebido àquele Ministro, que mandou estabelecer vários postos ao longo das margens do Zambeze, entre Zumbo, Tete e Sena e

criar uma casa fiscal no Luabo.

Estas tentativas, que se iam frustando sucessivamente, não eram, porém, motivos para desânimo no espírito do grande Marquês. Em 1860, e como já havia feito em Angola nas suas numerosas tentativas de colonização, procura estabelecer da mesma forma em Moçambíque uma colónia agricola-militar, sendo preferidos para seus membros os indivíduos casados que se fizessem acompanhar de suas mulheres. Fundou-se a colónia na baía de Pemba. (4)

⁽¹⁾ Baía na região do Niassa. Tem capacidade para receber muitas esquadras. O porto mede 45 milhas quadradas de superficie.

Em 1862, terminava sem resultado, porque o clima naquele

lugar, era impróprio para os europeus.

Por outro lado, o tráfico da escravatura ia decaindo, pois quatro anos antes o referido Marquês de Sá da Bandeira publicara mais de um decreto tornando livres, umas vezes, os filhos de mulher escrava, outras, aqueles escravos que aportassem a qualquer porto do reino ou colónias da India ou de Macau.

O mais importante de todos estes decretos foi o de 1858, que determinava que a escravatura acabasse daí a 20 anos, atendendo a que era impossivel terminá-la imediatamente, por causa dos grandes interêsses criados e que iriam por completo derruir, aba-

lando na sua queda, a economia da Colónia.

LXVIII — Quitangonha (4) A ilha de Bengalane (2) Apreensão dum barco inglês

Em 1857, Moçambique estava em relativo socêgo. Em Quitangonha, porém, o seu xeque achava se revoltado. Uma expedição enviada às suas terras foi obrigada a retirar depois de ter sustentado um forte tiroteio.

Só em 1874 é que a gente de Quitangonha pôde ser subme-

tida, o xeque preso e remetido para a Metrópole.

Por sua vez, além de nos vermos a braços com algumas rebeliões internas, o estrangeiro nada auxiliando, tentava ainda, pelo contrário, fomentá-las ou prestar-lhes o seu concurso, o que deu causa a que, em 1857, o barco inglês «Herald» fôsse apreendido em Lourenço Margues por ser encontrado a contrabandear com

armas e munições para os indígenas.

Por êste tempo também, foi castigado o régulo Cobete, que havia atacado uma fôrça portuguesa na ilha de Bengalane, no rio Incomati, tendo a sua gente assasinado o oficial comandante e os soldados que o acompanhavam. Cobete, mais tarde, submeteu-se e fêz entrega a Portugal daquela ilha e das terras de Magaia, que tão importante papel haviam de tomar nas campanhas de 1895 contra o Gungunhana

LXIX - Musila

Em 1861, após o falecimento do poderoso régulo Manicusse, seus filhos Musila e Mauéua disputaram-se mutuamente e poder. Musila pediu auxilio ao Governador de Lourenço Marques, Onofre de Andrade, que lho prestou, fornecendo-lhe armas e homens.

(2) Bengalane, ilha situada na embocadura do rio Incomati. (Lourenço Marques). Ocupada em 1862.

⁽¹⁾ Quitangonha, é uma pequena ilha na baia de Condúcia (Distrito de Moçambique). Fica a sul em frente de Porto Velhaco.



Marquês de Sá da Bandeira



A gente de Mauéua encontrou-se com a do Musila nos campos, próximo às terras da Moamba. O combate foi formidável, tendo morrido a Mauéua alguns milhares de homens.

Após êste combate, Musila declarou-se tributário a Portugal pelo auxílio prestado, sujeitando-lhe as terras da Moamba, Che-

rinda e Manhiça, àquem do rio Incomati. (1)

Êste facto teve grande importância por causa das lutas contra o Gungunhana, quando êste tomou posse do poder por morte de

Musila, seu pai.

O Musila depressa se julgou independente, apesar do auxílio prestado pelos portugueses e dos seus solénes compromissos de submissão: levado pela necessidade de procurar meios de subsistência para a sua gente, dirigiu-se para o norte, para próximo de Sofala; os *vátuas* de um e outro irmão espalharam-se pelos diversos distritos ao sul do Zambeze, pondo a população pacífica destas regiões em contínuo sobressalto, com as suas constantes disputas. Em Sena, os moradores viram-se obrigados a escorraçálos pelas armas.

1.0) A luta entre a gente dos dois irmãos:

2.º) A luta entre os dois irmãos, com o auxílio das tropas do presídio a favor

de Musila:

O terror que as nossas armas apresentaram no sertão foi tal, que a própria gente de Musila pedia encarecidamente à nossa fôrça que não matassem mais,

aliás Musila não teria depois a quem governasse.»...

(Anuário de Moçambique, por Dr. Sousa Ribeiro).

⁽¹) Eis como, no seu relatorio, o Governador de Lourenço Marques relata os acontecimentos entre Musila e Mauéna:

^{...«}No dia 29, a fôrça de Muzila, com alguma da Matola, trataram de acometer a fôrça inimiga, a qual se achava estendida em linha desde as praias da referida Matola até próximo às terras da Moamba, distante de um a outro flanco talvez quatro a cinco léguas, cercando desta maneira todo o oeste do presídio, como acima digo; neste mesmo dia, próximo à uma hora da tarde, travou-se a acção entre as duas fôrças beligerantes, batendo-se de parte a parte com uma coragem admirável, vindo finalmente a ceder a fôrça de Mauéua, depois de deixar no campo da batalha seis a sete mil homens mortos e da parte de Muzila apenas tiveram 350 a 400 mortos, afora alguns feridos, os quais foram tratados com muita humanidade nesta enfermaria, que todos felizmente saíram curados...»

^{...«}No dia 16, sob a madrugada, avistou a nossa fôrça as primeiras guardas avançadas de Mauéua; estas retiraram, a nossa continuou a marchar; pouco depois do meio dia encontraram-se então com a fôrça dêste, formada em linha de batalha, que, segundo fui informado, era triplicada à que daqui saíu; a fôrça de Mauéua atacou logo com muita impetuosidade a nossa ala direita, por saber que se compunha da força de Musila; êste viu-se em circunstâncias, apesar da sua grande valentia, de pedir socorro ao centro da linha comandada por Latene, que imediatamente lhe acudiu com 200 caçadores, que, à segunda descarga que deram sob o inimigo, mataram e destroçaram grande parte desta força; pouco depois angariou-se a acção geral, em que a nossa fôrça se cobriu de glória, matando e derrotando o inimigo em toda a parte aonde êle se apresentava, que depois de seis horas de renhido combate já se não sabia de Mauéva nem do resto da sua fôrça, deixando no campo da batalha, segundo melhores informações, 17:000 a 20:000 homens mortos e não duvído que houvesse ainda maior mortandade porque a guerra cafreal não dá prisioneiros e da nossa parte a insignificante perda de dois mortos e dez gravemente feridos, devido á diferença das armas, como V. Ex.ª não ignora

Em Inhambane, os régulos amigos de Portugal queixavam-se das constantes incursões da gente do Musila, tendo-se visto o Governo obrigado a chamar à ordem o insubmisso chefe vátua.

Mas os factos mais importantes, como atentatórios da soberanía portuguesa, foram os ataques feitos pelo mencionado Musila a um régulo das proximidades de Inhambane e a tentatíva de ataque ao presídio de Lourenço Marques, factos êstes sucedidos por 1868.

Em Sofala, também se viu o Govêrno obrigado a bater a

gente do Musila.

Mais adiante veremos como seu filho, o não menos poderoso Gungunhana, pagou tambem a Portugal o auxilio que esta nação prestou a seu pai, quando das lutas com Mauéua.

LXX - Angoche

Em 1857, o sultão de Angoche, Mussa-Quanto, foi desbaratado por uma expedição portuguesa; mas não foi caso, ainda, para que se resolvesse a terminar definitivamente com o lucrativo comércio de escravos, cujo baluarte era aquela localidade. De novo em 1861 se organizou mais uma expedição, mas desta vez debaixo das ordens de um indivíduo que não era militar, de nome João Bonifácio Alves da Silva, arrendatário de um grande prazo. João Bonifácio, armando os seus pretos — perto de 1.500 homens — e com o auxílio de alguns brancos e algumas peças que o Govêrno lhe fornecera, assalta a ilha de Angoche.

O inimigo foi então desbaratado e fugiu, tendo oferecido antes

bastante resistência. (1)

Dois anos depois, o ex-xeque de Angoche, que havia fugido para a ilha de Madagáscar, desembarca no antigo sultanato, onde consegue levantar a sua gente. Uma expedição destroça as suas fôrças, depois de alguns combates, tendo o ex-xeque fugido outra vez.

LXXI — Actos de soberania

Em 1861, inglezes do navio de guerra «Narcissus» tentam apoderar-se, por ordem do seu Govêrno, das Ilhas de Inhaca e Elefantes, anexando-as à Colónia do Natal. Foram expulsos, porém, por uma fôrça comandada pelo próprio Governador de Lourenço

⁽¹) João Bonifácio morreu dum ferimento durante o assalto. *Mussa-Quanto* também foi ferido, sendo prêso e internado na fortaleza de S. Sebastião de Moçambique, donde conseguiu fugír. Só dezasseis anos mais tarde, depois de muitas lutas, é que morreu vítima de ferimentos recebidos em sucessivos recontros com as nossas tropas — e já depois de ter assinado paz com o Governador-geral.

Marques, José Augusto de Sá e Simas. Essa tentativa de posse justificava-a a Inglaterra pelas falsas informações do oficial de marinha Owen que, como já dissemos, esteve em Lourenço Marques em 1822, fazendo o estudo da baía por conta do seu Govêrno.

Em 1862, o Zumbo, que se encontrava abandonado desde 1835, foi de novo reocupado e nunca mais foi perdido até aos nossos dias. Como os navios ingleses começassem aportando a terras sujeitas a Portugal sem primeiro pedirem a minima autorização ao Govêrno Português, para evitar êsse abuso, foram ocupadas, por 1863, as ilhas do Bazaruto, bem como a de Bengalane, na foz do Incomati, que antes não tinham qualquer fôrça que pudesse obstar à sua ocupação.

LXXII—António Vicente da Cruz, o "Bonga"

Já nos referimos ao primeiro revez sofrido pelas nossas tropas em Massangano no ano de 1858, em luta contra o próprio capitão-mor daquela região, Joaquim da Cruz, por alcunha cafreal, o *Inhaúde*.

Anos depois, em 1867, era capitão-mor de Massangano um descendente daquele *Inhaúde*, chamado António Vicente da Cruz

o Bonga.

Este revoltou-se contra a soberania portuguesa, manifestandose pelos continuos assaltos aos viajantes que subiam o Zambeze, tendo sido necessário organizar uma forte expedição para o submeter, expedição esta que só conseguiu chegar ao seu destino após

morosas e fatigantes marchas de alguns meses.

Uma vez ali, como o *Bonga* declarasse querer paz, os nossos entraram na sua aringa (¹), que encontraram abandonada, tendo daí a pouco entrado também um forte núcleo de pretos armados, dizendo-se amigos; êstes pretos eram gente do *Bonga*, que se tinha emboscado nas proximidades da aringa. Deu-se então uma chacina terrível, tendo sido assassinadas muitas praças e quási todos os oficiais e perdendo-se ainda 400 armas. tôda a artelharia, etc.

* *

Em 1867, organizou-se segunda expedição contra o *Bonga*. Após alguns meses intermináveis de marchas estacionou, como da primeira vez, em frente da aringa daquele. Depois de grande tiroteio durante alguns dias, quási esgotadas as munições, viu-se a expedição obrigada a retirar devido ao grande estado de fadiga, sem ter colhido qualquer resultado.

⁽¹⁾ As aringas eram fortes redutos onde, geralmente, o recinto exterior era constituido por estacas de alguns metros, com seteiras de alturas diversas. Dentro do recinto vedado por aquela estacaria havia outra palissada da mesma forma e, a seguir, ainda outra; depois diversos obstáculos para impedirem a entrada.

* *

No ano seguinte, 1868, organiza-se terceira expedição com o mesmo fim, levando sete meses a chegar ao seu destino. Tendo o Bonga atraiçoado os nossos com promessas de paz, aproveitou esta confiança, tão lealmente acreditada, para atacar a expedição por todos os lados e simultaneamente. A carnificina foi horrorosa, sendo os soldados mortos á machadada, perdido todo o material de guerra e ficando o Bonga impune, uma vez mais, de todos os seus feitos criminosos.

* *

Não podia a soberania portuguesa consentir tantos desacatos. Em 1869, organiza-se a quarta expedição para combater o Bonga. Depois de trabalhos idênticos aos das outras expedições,

acampa da mesma forma em frente da aringa.

Deram-se vários ataques da gente do *Bonga* contra as fôrças expedicionárias; e, finalmente, depois de uma tentativa de assalto à aringa que resultou infrutifera, foi resolvido que as tropas retirassem. A retirada fêz-se desordenadamente, tendo-se perdido bastante material de guerra e chegando o *Bonga* a apoderar-se de alguns barcos encalhados.

Todos êstes sucessivos desastres, só puderam ser vingados em

1888, como veremos.

Em Lourenço Marques também se sofria o ataque dos indígenas. O régulo Amule (¹), comandando um numeroso bando, assalta o presídio, sendo, porém, repelido e vendo-se mesmo obrigado a prestar nos vassalagem.

LXXIII — Apreensão de um barco inglês que transportava escravos

Em 1869 é publicada mais uma lei abolindo o estado de escravatura em todo o Reino de Portugal e seus dominios, que, em virtude da outra já referida, de 1858, só vinte anos depois, isto é, em 1878, devia terminar. Simplesmente os escravos passavam a libertos e até 1878 deviam serviço aos seus antigos senhores.

Neste mesmo ano, a corveta inglesa "Daphné,", que embarcava escravos no pôrto de Mocambique é, pelas nossas autorida-

des, obrigada a desembarcá-los.

⁽¹) Diz a tradição que o régulo Amule estava concertado com um branco traidor. Depois de uma luta sangrenta a gente de Amule viu-se obrigada a retirar deante das diminutas fôrças do Governador do Presídio, José Augusto de Sá e Simas.

Êste facto provou à evidência que súbditos ingleses praticavam a escravatura, apesar dos constantes protestos que a Inglaterra fazía, apontando os portugueses como incorrigíveis negociantes de escravos, vigiando constantemente os portos de Moçambique e atribuindo a Portugal protecção ao exercício do esclavagismo.

Em 1869 é aberto o canal de Suez, o que nos trouxe grandes vantagens pelo melhor acesso de produtos a Mocambique e de

Moçambique para os meios europeus.

LXXIV — Tratado de limites com a República da África Meridional (Transvaal)

Em 1833, muitos holandeses (boers), desgostosos com as prepotências dos ingleses do Cabo da Boa Esperança — que desde 1685 se haviam lá estabelecido, seguindo-se áqueles (1652) — resolveram emigrar para o interior da africa em demanda das possessões portuguesas, conseguindo alguns chegar em 1835 a Lourenço Marques, onde foram tratados com tôda a benevolência pelo governa-

dor do presídio.

Mais tarde, por 1844, outros holandeses, dirigidos por Potgíeter, um dos pioneiros da colónia holandesa, estabeleceram-se perto de Lourenço Marques, próximo do local onde hoje está *Lydemburg*, dentro dos limites históricos da Colónia de Moçambique. Em 1869, negociavam com Portugal um tratado por onde êste país ficou prejudicado, isto é, com o limite sul de Moçambique pela linha de cumeada dos Libombos, quando os limites verdadeiros deviam ser bem mais ao sul: perdeu Portugal em territórios absolutamente seus, as importantes minas de ouro de *Mac-Mac*, de *Pilgrim's Rest*, de *Spitz Kop*, de *Kaap* e de *Moodies Reef*, tão provadamente portuguesas que alguns rios e terrenos auríferos usavam antes nomes portugueses, mostrando terem sido já explorados — o que de facto se deu no seculo XVII. Os limites ao sul da Colónia de Moçambique ficaram contados pelo pararelo de 26.º 30.'.

Antes, em 1868, Pretorius, chefe dos *boers*, publicou uma proclamação declarando pertencer à Republica do Transvaal a linha de 25.º transversal até ao mar (¹), com manifesta violação dos direitos de Portugal. Todos êstes manejos ficaram sem efeito e os limítes de Moçambique, mais tarde, ficaram para sempre cortados

pelo paralelo 26. ° 52'.

^{(1)...} Que muito menos Portugal desejava para si, pois que em 1820, sendo tratada em Côrtes a questão dos limites da Colónia de Moçambique, foram declaradas as possessões portuguesas da costa oriental da África — ao norte, Cabo Delgado e ao sul, Inhambane, a 24.º de latitude meridional, esquecendo-se a baia de Lourenço Marques!

LXXV — Lourenço Marques e a cobiça estrangeira

Como em 1872 se firmasse pela primeira vez um contracto de navegação, pelo qual eram estabelecídas carreiras entre a Metrópole e Moçambique, tocando nos portos entre o Cabo e Aden, Lourenço Marques — obscuro presídio, mas esplêndido porto natural, com condições de poder conduzir os produtos de fora para o Transvaal — começou despertando as maiores cobíças, principal-

mente aos ingleses.

Naquele mesmo ano, o chefe indígena Amul, que já havia atacado o presídio, volta de novo, tendo cometido grande chacína nos seus moradores (¹). Lourenço Marques, assediado, com os seus habitantes em péssimas condições de vida por causa do grande pântano que então o atravessava, não deixava, porém, de olhar para o seu futuro: abria-se uma grande estrada de ligação com o Transvaal (²) e em 1874 o Ministro Andrade Corvo decretava a construção de um caminho de ferro (³) à fronteira daquela República.

Este caminho de ferro só anos depois foi inaugurado.

(²)... «Uma das maiores dificuldades para estabelecer comunicações entre os dois países era a estrada ter que atravessar uma zona infestada pela tsé-tsé.

Não obstante tôdas estas dificuldades, criou-se, em 1875, uma companhia de transportes, servindo-se a principio de carregadores e, quando mais florescente, de

vagões tirados a gado...

Êste serviço de transportes inaugurou-se a 19 de Julho de 1875, fundando-se as estações de Guedes, Castilhopolis, S. Luíz e a de Campo Corvo; no fim de dois meses, porém, tinham-lhe morrido cem bois e fazendo-se a experiêncía com jumentos, cavalos e camelos, o resultado não foi melhor...

Tempo depois dissuadiu-se da emprêsa, por arriscada e improfícua...»

(O Distrito de Lourenço Marques, por Eduardo de Noronha) (3) Pela importância que representa para a economía da Colónia, o caminho de ferro de Lourenço Marques para o Transvaal, fica nesta Nota, num rápido

resumo, a exposição dos incidentes em que foi fértil a sua execução.

A construção da linha do caminho de ferro de Lourenço Marques para o Transvaal foi causa de várias discòrdias. Adjudicada primeiro a dois individuos ingleses, em 1874, logo êstes venderam a concessão ao Govêrno transvaliano por 15:000 libras. Pouco depois, a Inglaterra anexava o Transvaal e as tentatívas entre os boers e o govêrno português, para a sua construção, tiveram de ser adiadas. Em 1882 e 1884, estudou o major de engenharia Joaquim José Machado, o traçado da linha entre Lourenço Marques e Pretóría.

Em 1883, aparece um novo concessionário chamado Mac-Murdo, que se obrigava a realizar os trabalhos de construção da linha, segundo o plano do major Machado, no prazo de três anos. Muitos e complicados episódios se deram a seguir, por parte do novo concessionário, sendo mais tarde prorrogado o praso por mais

⁽¹⁾ Ainda não estava concluida a fortificação, já a sua pequena guarnição tinha renhidas lutas com as tríbus indígenas; e daí por diante, até aos últimos anos do século XIX, houve frequentes guerras com os naturais. Entre essas guerras deve mencionar-se a de 1833, em que os vátuas saquearam e incendearam o presídio e mataram cruelmente o seu Governador, Dionísio António Ribeiro; a de 1868, na qual o Governador José Augusto de Sá e Simas, à frente de 50 europeus e alguns soldados indígenas, derrotou heróicamente milhares de homens do régulo Amule, que atacou o presídio para saquear, e, finalmente, a de 1894-95, que terminou em Chaimite com o aprisionamento do poderoso régulo Gungunhana, por Joaquim Mousinho de Albuquerque, no dia 28 de Dezembro de 1895.

LXXVI - A sentenca de Mac-Mahon

A 24 de Julho de 1875, ficou decidida a célebre contenda sôbre a posse da baía de Lourenço Marques, que se vinha debatendo desde há anos, entre Portugal e a Inglaterra. Foi árbitro o Marechal de Mac-Mahon, Presidente da República Francesa, ficando para sempre assegurada a Portugal a posse da baía de Lourenço Marques, da ilha de Inhaca e Elefantes, Tembe e Maputo com os actuais limites. Tratou da defesa de Portugal o Procurador da Corôa dr. Levy Marques Jordão, Visconde de Paiva Manso, que num trabalho modêlo, da mais vasta erudição (1), soube justificar, sem subterfúgios, a posse iniludível de Portugal à baía de Lourenço Marques. Após a sentença, no ano seguinte, o presídio de Lourenço Margues é elevado à categoria de vila, devido à sua crescente prosperidade. Em 1876, desembarca em Lourenço Marques a missão das Obras Públicas, que havia de traçar e delinear a futura cidade. E, finalmente, nêste mesmo ano, se deu início ao estudo dum caminho de ferro que ligasse Lourenço Marques ao Transvaal e que só começou a ter execução alguns anos mais tarde.

LXXVII — Os «mafitas»

Os mafitas eram os vátuas que se haviam estabelecido na margem oriental do Niassa. Na sua marcha para o norte da Colónia, arrasaram tudo o que encontraram, não respeitando qualquer pessoa, mesmo velhos e crianças.

Em 1878, atacaram a região de Quissanga (2) fronteira ao Ibo,

matando bastante gente.

Dois anos depois, repetiram os seus ataques na região entre o rio Montepuez (3) e Amila; e, no ano seguinte, ainda voltaram a ata-

um ano. Em 2 de Junho de 1887 era inaugurada a linha até próximo da Matola. A seguir, nova prorrogação de mais alguns meses. Mal construída a linha, bem como as «obras de arte,» depressa os estragos produzidos pelas chuvas. desmoronaram os aterros onde estavam assentes, bem como algumas pontes, que, por defeito de construção, não puderam resistir à impetuosidade das cheias.

Depois de muitas faltas ao cumprimento do contrato, foi êste rescindido em Junho de 1889. O concessionário pretendeu não acatar a ordem de rescísão, recusando-se a entregar a linha. Chegaram a vir a Lourenço Marques as canhoneiras Stork, Peacock e Bremble, retirando, contudo, sem quaisquer mostras de hosti-

lidade.

Por fim, acabada a construção da linha por portugueses—que teve de ser feita quási toda de novo—saía o primeiro combóio em Julho de 1889, sendo finalmente aberta à exploração tôda a linha, em Abril de 1890.

(1) «Memória sôbre Lourenço Marques (Delagoa Bay.)»

(2) Quissanga — Ponta de terra da costa de Cabo Delgado, território da Companhia do Niassa, pelo lado sul da ilha do Ibo, na lat. aproximada de 12º 25' S.

(3) Rio Montepuez—Nos territórios da Companhia do Niassa. É um dos rios mais importantes do território. Nasce próximo do meridiano 36º E e desagúa na baía de Montepuez.

car Quissanga, sendo então repelidos por uma pequena fôrça, que os dispersou. A seguir, mais de uma vez, atacaram as regiões de Cabo Delgado, sendo sempre repelidos.

LXXVIII — Serpa Pinto, Capelo e Ivens. O cabo submarino

Ainda mais uma vez, em 1877, se tenta a ligação de Angola a Moçambique por terra. Serpa Pinto, Capelo e Ivens partem de Angola para Moçambique, procurando atravessar a África. O primeiro foi ter a Durban, na costa oriental e os dois últimos limitaram-se

a uma viagem menor, mas cheia de utilidade. (1)

Em 1884, incitados pela Sociedade de Geografía, de novo Capelo e Roberto Ivens se abalançam a outra expedição, tendo atravessado todo o interior, de Angola à Colonia de Moçambique Todos êstes trabalhos, nunca conseguiram dar a Portugal o direito de ocupar as regiões do interior, isto é, uma longa estrada que unisse Angola à Contra Costa. Qualquer dêstes exploradores deixou largos subsídios para o estudo do interior da África, tendo as suas expedições um carácter altamente scientífico, além de patriótico. Em 1879, com a amarração do cabo submarino em Cockburn, fica Lourenço Marques em ligação telegráfica com o Cabo da Boa Esperança e portanto com a Europa, facto êste bastante importante, como o do estabelecimento de carreiras maritímas em 1872, entre a Metrópole e Moçambique, a que já tivemos ocasião de nos referir.

LXXIX — Ataques repelidos

Em 1878, a gente do régulo de Zavala revolta-se, sendo necessário organizar na Colónia uma pequena expedição, que consegue submeter aquele régulo.

Na Chidima, em Tete, o seu régulo de nome Cândia revolta-se também, sendo batído pela gente do Capitão-mór, Inácio Xavier. Preocupado, porém, o Govêrno, com as lutas contra o *Bonga*, a

De grande valor também, é o livro do outro explorador, Serpa Pinto, intitulado «Como eu atravessei a África».

⁽¹) Em 1877 é organizada uma expedição, que saindo de Benguela se subdivide no Bié; uma parte, sob o comando do major Serpa Pinto, dirige-se para o oriente, ao passo que a outra, sob a direcção de Capelo e de Ivens, se dirige para o Quióco em busca das cabeceiras do Cuango (Angola), e prolongando o curso dêste rio, vai até Iaca donde volve a Loanda. Em 1884, êstes dois últimos exploradores fazem parte duma outra expedição que consegue chegar a Moçambique. Deixaram um belo livro «De Angola á Contra Costa», descrevendo a sua viagem de exploração, livro que, além da maneira interessante como está escrito, é de um alto valor scientífico, em vários ramos, como sejam o zoológico, o botânico, o geológico, etc.

Chidima foi abandonada. O *Bonga*, que pretendía ter direitos sôbre aquelas terras e a quem o régulo Cândia prestava submissão, levantou uma aringa em local próximo a um dos seus prazos de Chidima, para isolar Tete do Zumbo. Inácio Xavier, arrendatário dêsse prazo, levantou por sua vez uma linha de aringas defrontando as do *Bonga* e destruindo, assim, o intento dêste. O levantamento déstas aringas para contrariar a acção do *Bonga* teve grande influência na última campanha contra êste em 1887, como veremos mais adeante.

Em Quelimane, alguns régulos, também por 1878, levantam o estandarte da revolta, tendo por chefe dois indivíduos naturais da India, por nomes Natalíno de Figueiredo e Domingos de Jesus Maria. Uma expedição, organisada contra êles, derrota-os completamente.

Em 1880, são batidos por uma expedição, os régulos do Infusse, Fuco e Quivolane (¹), que se haviam levantado contra o domínio português. Aquelas povoações foram fortemente bombardeadas, tendo-se os seus régulos submetido.

Em 1881 organizou-se também uma expedição contra o xeque de Matibane (2) por causa dos seus constantes atentados aos via-

jantes, sendo os rebeldes castigados.

LXXX — Os maceleles

Em 1862, o Massingire (³), que se achava revoltado, foi pacificado por Mariano Vaz dos Anjos. Em recompensa, o Govêrno entregou-lhe a direcção das terras daquela região. Os *macololos* (⁵), povo aguerrído e que se havia deslocado para o prazo de Massingire, tentam tomar esta região; não o conseguindo então pela oposição de Mariano dos Anjos, senhor daquele prazo, conseguem-no mais tarde, depois da morte dêste e auxiliados pela gente de Maganja da Costa, a quem se já haviam submetido.

Fuco — Na margem norte da baía do Mocambo, ao sul do pôrto de Moçambique.

(3) Massingire — No distrito de Quelimane. Limites: N. L. e S., prazos Mi iange, Boror e Marra!. Fica situado entre a margem direita dos rios Chire e Ruco.

⁽¹⁾ Infusse — Baía no districto de Moçambique. Lat. aprox. 15° 27′ S. O Infusse era muito freqüentado por negreiros que faziam o tráfico da escravatura.

Quivolane — Povoação do litoral na margem E. da baía de Mocambo, ao sul do pôrto de Moçambique.

(2) Matibane — No distrito de Inhambane.

⁽⁴⁾ Os macololos faziam parte da comitiva que acompanhou o célebre explorador Dr. Livingstone. O govêrno português havia-os mandado para as margens do Chire onde, revoltando-se, depressa submeteram os habitantes da Maganja, não conseguindo avançar mais, pela oposição tenaz de Mariano dos Anjos. O filho dêste Mariano, por alcunha o Mariano pequeno, não pôde, mais tarde, resistir ao embate daqueles negros, tendo-lhes então sido possível a passagem para o Massin gire.

Em 1884, promovem uma insurreição, tendo assassinado alguns soldados portugueses. Alguns subditos estrangeiros, no receio justificado dum morticínio, vão ao encontro dos revoltosos, sendo auxiliados por fôrças portuguesas vindas de Quelimane, para evitar que a Inglaterra alegasse que Portugal não tinha fôrças com que manter a sua soberanía. Mais adiante, veremos a influência inglesa no país dos macololos e os incidêntes a que ela deu causa.

LXXXI — O Gungunhana

Tendo falecido em 1884 o régulo Musila, pai do Gungunhana, subiu êste ao poder, usurpando-o a um seu irmão que mandou

assassinar.

Um dos seus primeiros actos foi mandar a Lisboa dois emissários acompanhados do português Casaleiro de Alegria, a fim de lavrarem um documento em que constasse a submissão voluntária do Gungunhana a Portugal e comprometendo-se a deixar estabelecer um «residênte» nas terras de Gaza, governadas por aquele régulo e onde Portugal ficava exercendo o seu protectorado. Como agradecimento do Govêrno português, foram conferidas as honras e patente de coronel de 2.ª linha ao Gungunhana, que continuou fazendo tôdas as promessas de submissão, mas recusando-se abertamente à exploração das minas de Manica e à ocupação dêste país. Logo no ano seguinte, quebrou, porém, os seus juramentos, mandando as suas hostes invadir as terras de alguns régulos vassalos a Portugal (Massinga, Inguana e Zunguze) visínhos de Inhambane.

Após um dilatado combate, os vátuas do Gungunhana ficaram vencedores. Éste, para se justificar do que havia feito, mandou outra vez dois delegados seus, ao nosso Govêrno, de cujas negociações resultou o régulo conceder livre entrada na Manica aos portugue-

ses, ao contrário do que antes se negara.

Como agentes ingleses tentassem chamar a si o Gungunhana, criou o Govêrno português junto dêste uma Intendência, para o aconselhar e vigiar os seus passos e fundou algumas escolas.

As numerosas mangas (¹) que o Gungunhana tinha à sua disposição, faziam-no temer tanto por ingleses como por portugueses, os quais se disputavam então o direito à posse de algumas das suas terras. Temos que fazer ponto por enquanto nêste assunto, a que dispensaremos, pela sua importância, algumas páginas.

⁽¹⁾ A manga era um aglomerado de combatentes, equivalente mais ou menos ao regimento; dividia-se em três mabange (companhias) e estas em chimujane (secções).

LXXXII — Influência dos ingleses no Niassa

Como já dissemos, em 1884, alguns ingleses, para fazer frente aos macololos de Massingire, tiveram que se armar em região por-

tuguesa no receio dum justificado massacre.

Êsses ingleses pertenciam á «The African Lakes Company Limited», fundada por negociantes ingleses que, após os missionários de Livingstone, (4) de Blantyre (2) e Mandale (3), se haviam estabelecído naquelas paragens. Para combater a influência inglesa no Niassa, que se ia estendendo por todas as regiões, foi ali em 1885 uma expedição do comando do Guarda-marinha Augusto Cardoso—acto repetido mais tarde pelo Capitão-tenente António Maria Cardoso—que conseguiu à submissão de muitos chefes indígenas e, entre eles, do poderoso régulo Cuirássia e atravessou a região onde os missionários ingleses estavam estabelecidos. Os resultados desta expedição fizeram-se sentir muito no tratado de 1891, não nos sendo contestados, devido a ela, os direitos à vasta região entre Cabo Delgado e o Niassa. (4)

LXXXIII — A conferência de Berlim

Em 1884, algumas potências europeias reuniram (5) para assentarem no meio de abertura do continente africano ao comércio internacional; estudar as normas para novas ocupações na África e tornar efectivas muitas ocupações frouxas, desde que os

(1 2 3) A ocidente do Distrito de Quelimane, em região inglesa.

O dr. Livingstone atravessou a África partindo do Cabo da Boa Esperança em direcção a Loanda (1854) e a seguir de Loanda a Tete, buscando descer o

curso do Zambeze.

(A Expansão Alemã por General Morais Sarmento)

(5) A iniciativa da conferência foi devida à Alemanha. Nela tomaram parte a Austria-Hungria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos da America do Norte, a França, a Inglaterra, a Itàlia, a Noruega, os Países Baixos, Portugal, a Rússia, a Suécia e a Turquía.

...«Nem tôdas as nações, porém, usaram nobre e lealmente das decisões tomadas, como veremos a propósito da contestação que a Inglaterra nos formulou a respeito de certos territórios do interior, alegando não termos os requisitos julgados indispensáveis pela reunião de Berlim, quando era bem sabido que as resolu-

^{(4) ... «}Escreveu Pinheiro Chagas no seu trabalho «A Africa Portuguesa» que em Moçambique a semente deitada á terra por Livingstone ía frutificando. Os missionários escoceses invadiam o interior daquela Província, fundavam o estabelecimento de Blantyre e nós com a amabilidade que sempre nos distinguiu, não só os ajudávamos, mas até quási reconheciamos a sua independência, estipulando na pauta de Moçambique um simples imposto de trânsito de 3 % para as mercadorias que fôssem para a região dos Lagos, como se essa região fôsse estrangeira. Breve se sentiram as conseqüências. Quando os quizeram por fóra, exclamaram arrogantes: C'est à vous d'en sortir! »

seus possuídores provassem ter meios para se desempenhar das obrigações que a conferência impusesse. Esta conferência, a que se deu o nome de *Conferência de Berlim*, tinha sido convocada principalmente para estudar a liberdade de comércio da bacía do Congo, mas, saíndo do seu âmbito, tentava envolver a mesma liberdade para Moçambique, com o que o representante português não concordou.

Terminou a conferência, tendo colhido como resultados a garantia de tôdas as nações poderem ter livre acesso ao centro da África e introduzirem assim os seus produtos e também a definição dos limites das regiões da Costa Africana, pertencentes a cada potência, não se tendo chegado a acôrdo com respeito às

regiões do interior.

Os intuitos desta missão eram civilizadores e poderiam valer a Portugal, se a Inglaterra tivesse cumprido com tudo o que a Conferência de Berlim havia aprovado.

LXXXIV — A Alemanha, potência colonial

Em 1885, a Alemanha, desejosa de ter colónias na África Oriental, faz uma demonstração de fôrça marítima deante de Zanzibar (¹), por causa de lhe não ser concedida a passagem de Usagara—que lhe havia sido doada—para o mar, por terras de Zanzibar. O sultão de Zanzibar, perante a superioridade das fôrças alemãs,

(História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique, por J. J. Teixeira Botelho.)

Por isso, em vista daquele acto de hostilidade, oito navios de guerra alemães foram imediatamente fundear em Zanzibar, mesmo em frente do palácio do Sultão.....»

(A Expansão Alemã, por General Morais Sarmento.)

ções tomadas pelos delegados das potências se referiam só às costas africanas. Demais a proposta para tornar extensivo ao interior aquilo em que se assentasse para as costas, como pretendia o representante da Inglaterra, não foi aprovada, porque desde logo se previram as contestações a que poderia dar origem.»

⁽¹) — . . . «No momento em que se radicou no Império a política colonial, havia promovído o dr. Carl Peters a organização em Berlim da Sociedade de Colonização Alemã, e partiu para Zanzibar, em Setembro daquele ano, onde negociou prontamente uma dúzia de tratados com os principais chefes indígenas do Usagara, obtendo, assim, sob o domínio daquela Saciedade, uma extensa propriedade, que abrangia a superfície de cêrca de 2:500 milhas quadradas. Apresentava ela um grave inconveniente. Encerrada entre os domínios do sultão de Zanzibar, banhados pelo mar, e o lago Tanganica, não tinha saída alguma para o Oceano Índico. A Sociedade diligenciou obter daquele soberano a cessão de um ponto próprio para tal fim, mas não só encontrou uma repulsa formal, que foi atribuída à influência inglesa, mas a disposição de anular as aquisições, que os alemães haviam obtido, para o que foi formulado, em Abril de 1885, o diploma competente. Contra esta eventualidade se havia já preparado aquela Sociedade, obtendo a protecção do Govêrno Imperial.

cedeu, aceitando o protectorado alemão naquela e outras regiões e fazendo, ao mesmo tempo, a cessão de Dar-es-Salaam, sob cer-

tas condições.

Desta forma ficou a Alemanha instalada na África Oriental. Em 1886, Portugal realiza uma convenção de fronteiras com a nova potência colonial da África Oriental, tendo a Inglaterra protestado no ano seguinte por Portugal ter incluido nos seus documentos de negociação com a Alemanha, um mapa, a que se chamou «o mapa côr de rosa» e onde eram representadas as duas colónias de Angola e Moçambique, ligadas por uma faixa de terreno pintada daquela côr. Este mapa era a justificação das viagens feitas desde Francisco Barreto até Capelo e Ivens, tendêntes a ligar as duas colónias da costa à contra-costa. Protestava a Inglaterra, alegando que muitas das regiões daquele mapa eram sua pertença. Durante quatro anos se debateu esta questão entre Lisboa e Londres, frisando o Govêrno daquele país que Portugal não podia ter direito àquela extensa região, visto na Conferência de Berlim ter ficado assente que a condição essencial para naver domínio era a ocupação efectiva,—o que não era verdade, pois que esta doutrina só havia ficado assente para as regiões da costa.

Estas questões, juntas a outras, como veremos em capítulos adeante, deram causa ao célebre *ultimato* da Inglaterra a Portugal

em 1890 e a que nos referiremos a seu tempo.

LXXXV - Guerra de Portugal com Zanzibar

Após várias e prolongadas démarches de alguns anos com o sultão de Zamzibar para que fôsse entregue Tungue a Portugal, sem se ter obtido o menor resultado, resolveu-se proceder militarmente, em 1887 (1). Obtído o apoio da Alemanha, que a êste tempo tinha uma esquadra em frente de Zanzibar, para conseguir a livre passagem de Usagara para o Índico, facto a que já nos referimos no capítulo anterior, - iniciou-se o ataque, tendo a esquadra alemã bombardeado conjuntamente algumas povoações zanzibaristas. Poucos dias depois, as fôrças portuguesas, em seguida a um nutrido tiroteio com as zanzibaristas, conseguem ocupar Tungue, que voltou desta forma ao domínio de Portugal. Na margem esquerda do rio Maningani, estabeleceu-se a povoação de Palma—que viria a ter, 26 anos mais tarde, um papel importânte no período da Grande Guerra (1915-1918) — e a que se deu êste nome em homenagem ao oficial (José Raimundo da Palma Velho) que comandava a expedição.

⁽¹⁾ Coube a honra ao Governador-geral, Augusto de Castilho, de dicidir o pleito de Tungue pela fôrça das armas o qual desde anos se arrastava sem solução, como da mesma forma a êste Governador coube a glória da pacificação da Zambézia em 1888, terminando com o poder dos *Bongas*.

A Inglaterra apressou-se a protestar contra o procedimento de Portugal por se ter apossado de Tungue, propondo a arbitragem dos Países-Baixos, que Portugal não aceitou — pois tinha-se apenas limitado a reocupar e não a conquistar, uma região que fôra

sempre sua.

De acôrdo com a Alemanha, França e Inglaterra e o sultão de Zanzibar, ficaram reconhecídos os direitos de Portugal ao norte da África Oriental, com limites que, mais tarde, a própria Alemanha regeitaria, tirando-lhe Quionga, que, na convenção com aquelas nações, tinha assentado dentro dos limites da África Oriental Portuguesa.

Não prosseguiremos neste capítulo, porque ainda se não relataram factos que não convém deixar de mencionar, para que a

ordem cronológica dêste livro não fique prejudicada.

LXXXVI— Quinta e última expedição contra os «bongas»

Em 1887 organizou-se a quinta expedição contra os bongas, dirigida pelo então Governador geral, capitão de fragata Augusto de Castilho.

Esta expedição foi coroada do maior êxito, pois que os 6.000 homens que a compunham conseguem entrar na célebre aringa do último bonga, por alcunha cafreal o Chatara,— terminando com a lenda de 30 anos de pavor, que a fazia inexpugnável. O Chatara fugíu e os seus antigos capitães, derrotados e desmoralizados pela formidável derrota que acabavam de sofrer, apresentavam a sua completa submissão às tropas expedicionárias.

A históricamente triste aringa de Massangano foi incendiada, o mesmo acontecendo a mais outras quarenta, espalhadas ao norte

do Zambeze.

A Zambézia, porém, não ficou ainda em paz, porque um irmão do antigo potentado de Massangano, conhecido pelo *Motontoura*, um ano depois da derrota infligida à gente de seu irmão, conseguiu estabelecer-se de novo em Massangano, vendo-se o Govêrno de Moçambique, mais uma vez, obrigado a enviar uma forte expedição, que bem dirigida derrotou por sua vez o *Motontoura*, tendo-lhe morto um número de homens aproximado a 6.000. No local da própria aringa, onde outróra os *bongas* perturbavam a paz da Zambézia, levantou-se um forte denominado *Princesa Amélia*.

Estava, finalmente, pacificada a Zambézia.

LXXXVII—O Namarral

O régulo do Namarral, (4) região confínante com o Matibane, (2) desde muitos anos que assaltava povoações indefesas para as roubar, tendo várias expedições tentado levá-lo à submissão. Em 1887 e 1888, foram distraídas fôrças para aquela região, fazendo-se um ataque à povoação da rainha Naguema, que foi tomada e queimada. Por falta de meios, porém, a expedição teve de retirar sem que os resultados fôssem como se havia previsto.

Os namarrais foram batidos, em 1897, pelo grande Mousinho

de Albuquerque, facto de que a seu tempo faremos menção.

LXXXVIII - A «British South Africa Company»

Uns emigrantes ingleses do Cabo, ambicionando a exploração das riquezas auriferas da região conhecida hoje por Mashonaland - a ocidente de Moçambique -- conseguiram que Lobengula, rei dos matabeles, lhes fizesse doação dos seus territórios, entre os quais consideravam erradamente a Machona. Ainda que esta região pagasse um certo tribúto a Lobengula para se ver livre das correrias deste régulo, não deixara nunca de se julgar pertencendo a Portugal. E, de facto, estava compreendida dentro dos limites históricos de Moçambique desde 1630, ano em que o poderoso Monomotapa a havia doado aos portugueses. A atestar o nosso domínio, lá existiam ruinas de antigos fortes e de «feiras» e os régulos da Machona prestaram sempre vassalagem a Portugal. Até mesmo, em 1888, uma expedição do comando do coronel Paiva de Andrada e uma outra do tenente Vítor Cordon, dirigindo-se respectivamente para a região banhada pelo rio Umfuli e para os territórios entre o rio Panhame e Sanhate, haviam conseguido renovar pacificamente a antiga vassalagem dos vários régulos da região da Machona, até à margem direita do rio Zambeze. Mas, após uma luta formidável entre os soldados ingleses e a gente de Lobengula, que, como se diz acima, havia consentido antes o estabelecimento dos ingleses nas regiões onde dominava, a Inglaterra ficou senhora do enorme país dos matabeles, limítrofe em grande extensão da fronteira ocidental da Colónia de Mocambique.

* *

Em 1889, patrocínada por Cecil Rhodes, chefe do Govêrno do Cabo, formou-se uma emprêsa com direitos magestáticos denominada «The British South Africa Company», que veio a progredir

⁽¹⁾ No distrito de Moçambique.

⁽²⁾ Na baía de Condúcia, Long. 40 · 44′ E. G. (Distrito de Moçambique).

assombrósamente, estendendo os seus domínios até ao Niassa e transformando-se, alguns anos depois, numa das mais florescentes colónias inglezas—a que, em homenagem a Cecil Rhodes, deram o nome de Rhodésia.

A «The British Company» foi promovendo quanto pôde o descrédito de Portugal como nação colonizadora, opondo-se tenazmente à realização prática do «mapa côr de rosa», que iria separar as duas futuras Rhodésia do Norte e Sul, lembrando mesmo ao Govêrno inglês que a Portugal deveriam ser tirados alguns pontos do litoral.

Cecil Rhodes foi o inimígo mais intransigente que Portugal tem tido na África do Sul. Foi a sua política a causa da expedição a Macequece, de que adiante falaremos, formada de voluntários portugueses para combater a gente daquela Companhia e que tam funestas consequencias poderia ter assumido, se se tivesse desencadeado a luta sempre desigual entre Portugal e a Inglaterra.

A Companhía Inglesa tinha tropas suas, o que aumentava e

consolidava o seu poder autoritário. (1)

LXXXIX—Contra os «macololos»

Tendo os macololos, em 1889, atacado no Niassa um barco inglês, o consul inglês pediu o auxilio das fôrças portuguesas que se encontravam com Serpa Pinto na margem esquerda do Zambeze. Quando Serpa Pinto chegou ao Massingire verificou que, ao contrário do que lhe haviam pedido, os agentes da «Companhía dos Lagos» instigavam os macololos contra a soberanía portuguesa. Pouco depois, a confirmà-lo, os macololos atacavam a expedição Serpa Pinto, que estava ali para proteger uma missão de engenharía nas margens do rio Chire, missão que tinha por objectivo procurar facilidades de acesso ao Lago Niassa, quer a nacionais quer a estrangeiros — justificando bem o desejo que Portugal nutría de fazer prosperar os territórios que lhe estavam sujeitos.

Os macololos atacaram a expedição portuguesa em ambas as margens do rio Chire, sendo de notar que hasteavam a bandeira

inglesa, tomada, em breve, pelas fôrças de Serpa Pinto.

As regiões constantes dêste capítulo, podem ver-se no mapa junto.

Ler «Voluntários de Lourenço Marques», do autor.

⁽¹⁾ Chaca, rei dos zulus, a que já nos referimos num dos capítulos anteriores, tinha como seus principais chefes de guerra, Manicusse e Moselicatze. Caíndo ambos no seu desagrado, foram obrigados a fugir, tendo-os acompanhado muitos dos vassalos do podercso Chaca. Manicusse dirigiu-se para a Colónia de Moçambique, onde se internou, vindo a ser a raíz da dinastia a que pertenceu Gungunhana. Moselicatze dirigiu-se antes para as regiões do Transvaal; sendo batído pelos boers, dirigiu as suas correrías para o norte, onde avassalou os machonas e outros povos, estabelecendo-se próximo da fronteira portuguesa, formando o chamado império dos matabeles. O Lobengula, a que este capítulo se refere, era filho do famoso Moselicatze.





Batídos, os «macolotos» retiram em debandada para Chilomo (¹), seu principal reduto, onde de novo são perseguidos e obrigados a fugir. A seguir, a expedição toma Mebeze, Maceia e Catunga (²), povoações fazendo parte do país dos macololos.

A conquista da região dos *macololos* foi de grande utilidade para Portugal, no tratado de limites de 1891, a que nos referiremos.

XC - Quionga

Em 1890, a Alemanha (³), a Inglaterra e Zanzibar acordam para que seja concedída àquela primeira nação alguns territórios de Zanzibar, mediante uma certa soma. Tinha também, já antes, a Inglaterra, de acôrdo com Portugal, reconhecído como limíte norte desta nação o mesmo que pelo tratado anterior com a Alemanha se havia já convencionado. Apesar disto, a Alemanha, passados dois anos (1892), protesta contra os limítes de Moçambique, ao norte, não aceitando a arbitragem que lhe foi propósta por Portugal para resolver o assunto e ocupando em 1894 a baía de Quíonga, com a alegação de que ela lhe pertencía por não estar incluída na fronteira histórica de Moçambique. Feito novo tratado, os limítes de Portugal, ao norte, foram contados desde o paralelo de Cabo Delgado, ao contrário do que a Alemanha, como já dissemos, havia proposto antes de ser potência colonial na África Oriental.

Quíonga só voltou de novo ao nosso poder em 1920, após a

Grande Guerra.

XCI — Ultimato da Inglaterra a Portugal

Tendo sido batídos os «macololos» pela expedição do major Serpa Pinto, que, como já dissemos, se encontrava no Chire protegendo uma missão de engenharía portuguesa nos seus estudos, a Inglaterra protestou junto do Govêrno de Lisboa por se haver atacado um povo que se encontrava debaixo da protecção inglesa, não reparando, porém, que os macololos havíam atacado os portugueses em território português. Respondeu o nosso Govêrno relatando os factos na sua verdade, isto é, que o ataque havía sido feito em

⁽¹) Chilomo — no prazo Massingire (Quelimane.) — Salientou-se nêstes combates, tomando Chilomo, o então 2.º tenente João de Azevedo Coutinho, a quem Serpa Pinto, tendo adoecído, entregou o comando. Debaixo da sua dírecção se tomou Mebeze, Maceia e Catunga.

⁽²) Mebeze, Maceia, Catunga — no distrito de Quelimane, a ocidente.
(³) A «Sociedade de Colonização Alemã», que havia de tornar a Alemanha potência colonial na África Oriental (Ver capitulo LXXXIV e nota), compunha-se no seu início de 35 associados, contribuintes para o fundo social com 250 libras cada um. Depois, graças à valorização das suas acções, pela aquisição de amplos territórios, reorganizou-se com o capital de seis milhões de marcos.

territórios pertencentes a Portugal, mas que, contudo, se submetía à arbitragem de outro país; o Govêrno inglês não acedeu e após várias demarches acabou por enviar um *ultimato* ao govêrno português, exigindo a retirada das fôrças e autoridades portuguesas que estivessem no país dos macololos e a eliminação de tôdas as estações militares que Portugal tivesse nos territórios dos «matabeles» e da Machona.

Ao mesmo tempo, fundeavam em Zanzibar alguns navios de guerra íngleses e próximo às aguas portuguesas também se encontrava um barco de guerra, bem como em Cabo Verde. Portugal teve que ceder perante a ameaça da fôrça, submetendo-se às exigências da Inglaterra, por não ter meios com que se opôr às suas injustas pretensões. O *ultimato* foi causa de inúmeras manifestações de desagrado a súbditos ingleses e criou uma má vontade que talvez se não desvanecesse ainda hoje, por completo (¹).

XCII-Expedição a Macequece

Tensas as relações entre Portugal e a Inglaterra por motivo do *ultimato*, acontece que fôrças da «British South Africa Company», a que mais duma vez temos aludído, marcham, por instigações de Cecil Rhodes, do forte Salisbury para Manica, que lhes havia sido

O nosso é o corajoso e nobre dragão de Aviz.»

(Portugal em Africa, por Oliveira Martins)

A redacção do ultimato era como segue:

O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português tais como as interpreta.

O consul britânico de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire e que Catunga e outros lugares mais no território dos macololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Govêrno de sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte:

Que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas, para que tôdas e quaisquer fôrças militares portuguesas actualmente no

Chire e nos países dos macololos e machonas se retirem.

O Govêrno de Sua Majestade entende que sem isto as seguranças dadas pelo

Governo Português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se há obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente *intimação* não fôr por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade *Enchantress* está em Vigo esperando as suas ordens.

Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890.

⁽¹) O ultimato de 11 de Janeiro foi um dêsses actos odiósamente brutais, que nem são das temeridades, nem dos arrojos, tantas vezes, expiatórios da violência. Foi cobarde, além de tudo o mais; duplamente cobarde, por impôr a lei da fôrça a quem só podia invocar o direito, e por usar contra nós de uma astúcia felina, iludindo-nos com esperanças de rectidão o tempo bastante para dispor as fôrças navais e preparar o salto com que empolgaria Quelimane, Lourenço Marques e S. Vicente. Ou não fôsse um leopardo o animal simbólico dos saxónios!

cedída, segundo afirmavam, por um chefe indígena chamado Chifambóssio, — chefe que 20 anos antes havía jurado submissão a Portugal, tendo até em recompensa recebido o titulo de sargento-mor daquela região. Sabedores dêste facto, o coronel Paiva de Andrade e Manuel António de Sousa, dois vultos que tanto se distinguiram em vários combates e mórmente na última expedição contra o Bonga, dirigiram-se ao mencionado Chifambóssio, tendo nessa ocasião sido presos pelos ingleses da «British S. A. Company» e desarmada a gente que os acompanhava.

A seguir, os ínglezes, ocupavam Macequece em território por-

tuguês.

* *

Em Portugal organizou-se imediatamente uma expedição e em Lourenço Marques também se formou outra de voluntários

para combater os ingleses daquela Companhia. (1)

Êstes voluntários, sob o comando do glorioso e valente major Caldas Xavier, depois de quatro meses de marcha pelo interior chegaram enfim a Macequece, onde, depois de serem atacados pela gente do já mencionado Chifambóssío, se defenderam pelas armas, tendo retirado por falta de artilharía — o que o inimigo possuía, decerto pertencente à mencionada Companhia Ingleza, — não passando esta luta de um episódio que tam funestas consequencias poderia ter trazído para Portugal e Inglaterra.

Antes dêstes factos, já a Inglaterra havia feito uma manifestação de fôrça, enviando barcos à Beira, por o Govêrno de Moçambique ter aprisionado naquela localidade alguns súbditos ingleses acompanhados de uma centena de trabalhadores indígenas, que pretendíam marchar para Manica por alí e que se haviam

recusado a pagar na Álfândega os direitos devidos.

O conflito ficou resolvido, obrigando-se a Inglaterra a mandar evacuar Macequece e Portugal a franquear a entrada pela Beira aos ingleses que quissesem ir para Manica. O corpo expedicionário partido da Metrópole não teve ocasião de combater.

XCIII — Tratado de limítes

Em 1890 tinha havído um tratado de delimitação de fronteiras entre Portugal e a Inglaterra. Ésse tratado, que cortava bastantes porções de território a Moçambique, foi substituído por outro em 1891, que não prejudicava tanto a Portugal como o primeiro.

Com êle desapareceu para sempre a ideia da ligação de An-

⁽¹⁾ Ler «Voluntários de Lourenço Marques», do autor.

gola a Mocambique, por terra, — que tantos trabalhos trouxe du-

rante quatro séculos!

Por êste tratado de delimitação, a influência de Portugal ficou-se estendendo ao sul até ao paralelo que, passando pela iuncão dos rios Maputo e Pongolo, segue até à costa marítima e ao norte pelo paralelo passando por Cabo Delgado e seguindo depois a margem do rio Rovuma; a ocidente, foram cortadas vastas e ricas regiões auriferas, como a Machona—hoje Mashonaland—onde Portugal, desde três séculos, mantínha os seus direitos históricos, nunca até ali contestados. (1)

VCIV—O Gungunhana e a Companhia Inglesa

Começa em 1891 a preocupação da influência do Gungunhana na África Oriental. O Ministro inglês em Lisboa, em nome do seu Govêrno, põe em dúvida os direitos de Portugal aos territórios onde aquele régulo governava.

Depois da primeira embaixada que o Gungunhana mandou a Lisboa, seguiu-se-lhe outra, para tornar a declarar que êle, Gun-

gunhana, era português.

Apesar disto, a «British South Africa Company» não desarmava dos seus intentos; e, assim, prometia àquele régulo 500 libras anuais e 1000 espingardas (2) que lhe chegaram a ser entregues, tendo o Gungunhana concordado dispôr do território de Gaza para a referida Companhía.

(2) As palhotas onde estavam guardadas as espingardas arderam, bem como estas, ignorando-se sempre a causa do incêndio.

⁽¹⁾ Na parte «Corografía de Moçambique» dêste livro, encontrará o leitor desenvolvida referência ao tratado de limites entre Portugal e a Inglaterra (11-6-1891).

Segundo presente de armas que a Companhía Inglesa enviava meses depois ao Gungunhana, foi apreendido pelas autoridades portuguesas nas águas do Limpopo, o mesmo acontecendo ao barco «Countess of Carnarvon» que o transportava.

Período de ressurgimento

«...De resto, a respeito dos povos que vamos subjugar, podem os soldados de Marracuene, do Magul e de Coolela, repetir o hino dos legionários de Probo:

13 Se nós pudemos vencer dez mil francos, quantos cem mil persas não venceremos nós!?

(Mousinho de Albuquerque 1

¹ Em vésperas do combate de Macontene.





António Enes



Período de ressurgimento

XCV—Revolta do Barué

Nêste ano de 1891, outros factos importântes se passaram, como vamos narrar.

Quando Manuel António de Sousa (1), capitão-mor de Manica e Quiva, foi preso com o coronel Paiva de Andrada, prisões estas que motivaram a expedição a Macequece, já referida, alguns dos capitães de Manuel António aproveitaram a sua ausência para se revoltarem e repôr nos seus logares os membros da família dos Macombes, antigos senhores do Barué.

Manuel António de Sousa, uma vez em líberdade, quíz obrigar os seus antigos capitães a prestarem-lhe vassalagem, o que não conseguiu da parte de todos. Após combates com alguns dêles, foi morto pelos próprios baruenses, que êle por tanto tempo havia

dirigido, — quando cercava a aringa de Inhachironde (2).

Ao mesmo tempo que se desenrolavam êstes factos, uma expedição debaixo do comando do 1.º tenente Azevedo Coutinho, organizada para bater a gente da Macanga (3), tinha de se avír com uma grande resistência em frente à aringa da Mafunda (4), vendo-se obrigada a bater em retirada, depois de um demorado combate que causou grande número de baixas de parte a parte e onde ficou gravemente ferido o próprio comandante da expedição.

Com a morte de Manuel António de Sousa, voltou o Barué ao ramo Macombe, que não acatava a autoridade portuguesa.

^() O Barué é uma extensa região limitada ao norte pelos rios Luenha e Zambeze; a ocidente pela Rhodésia; ao sul, pelo rio Pungué e a leste pelo Gorongosa. É bastante montanhosa, nascendo nas suas serras alguns rios que vão desaguar no

Manuel António de Sousa era capitão-mor de Manica e Quiteve. Apossou-se do Barué por sucessão, casando com a filha dum dos régulos da antiga família Macombe, senhor do Barué.

⁽²⁾ Inhachironde — No Barué (distrito de Tete), sôbre a margem direita do rio Inhachironde. Lat. 17° 17′ S., long. 33° 37′.

(3) Macanga — Em Tete. Limites: N. e L. território inglês; O. rio Lúnia.
(1) Mafunda — Povoação próximo do Barué. Pertence ao «prazo» Tambara, na Companhía de Moçambique.

XCVI - Revolta dos landins

Em princípios de 1894, tendo o Govêrno determinado uma divisão de terras na Magaia (¹), próximo de Lourenço Marques, para evitar conflítos entre o seu régulo Maazuli e um outro, Muvexa, chefe secundário, que procurava tornar-se independente de Maazuli, êste último, não concordando com o facto, começou a hostilizar abertamente Lourenço Marques.

A Zixaxa, outro régulado, revolta-se também, passando-se para

o lado de Maazuli.

Em Lourenço Marques, receando-se o ataque dos insurrectos, estabelecem-se postos de defesa, guarnecidos por tropa e pela população válida. Justificado era êste receio, pois que, de facto, a gente da Magaia e de Zixaxa tenta invadir Lourenço Marques, sendo repelida. Naquela cidade, viveram-se horas de acrisolada an-

Sôbre a organização militar das «mangas» do Gungunhana:

Essas «mangas» eram as seguintes:

GENTE DO MUSILA:

Maguága	
Zebangua Inhati	Búfalos
ZinguenhaZimpáfumane	Jacarés Homens altos

GENTE DO GUNGUNHANA:

Zinhone Mochópe	Pássaros brancos
Mazati	Audaciosos
Mangonde	Silenciosos
Zeiamba incuio	(F::::
Zeiamba nhana	{ Fidalgos valentes
Mahácabuco	Traiçoeiros
Mabanga	Sagueadores
Mahalamba	Que não voltam as costas
Mangava-angava	Atrevidos (mofanas)
Mapépa	Manhosos (mofanas)
Mafungua	Servicais (mofanas)

Tirando as duas primeiras, velhos, e as três últimas, *mofanas*, ficam 13 mangas compreendendo os homens em estado de pegar em armas. Recrutadas em tôda a imensa extensão do território vátua, não deveriam contar, quando completas, menos de 50,000 combatentes,»

(A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane — Trecho do Capitão Aires de Ornelas).

^(·) Magaia — No distrito de Lourenço Marques, nas margens do rio Incomati. Limites: N., Bilene; S., Xefina; E., Cherinda; O., baía do Espírito Santo.

^{«...}Por seu lado, a organisação militar encerrava nos regimentos ou mangas toda a população masculina, desde os rapazes mal saídos da infância, mofanas até aos velhos impossibilitados, igugui.

gústia no receio de se repetirem as scenas de carnificina feitas em

1834 e 1872, a que nos referimos.

Foi nesta altura que o Govêrno de Portugal nomeou Comissário Régio o seu antigo Ministro da Marinha e Ultramar, o Conselheiro António Enes (¹), a mais alta figura colonial que tem regido os destinos de Mocambique.

Além da tentativa de assalto a Lourenço Marques a que nos estamos referindo, outra teve lugar a seguir, tendo os rebeldes assassinado algumas mulheres e crianças que encontraram próximo

à cidade.

XCVII - O quadrado de Marracuene

Resolveu-se, para obstar à passagem dos rebeldes para Lourenço Marques, proceder-se a um reconhecimento às margens do Imcomati, (2) na direcção de Marracuene, ponto de passagem obrigatório para o outro lado do rio e, além disso, centro duma região

bastante povoada de rebeldes.

Acampadas as fôrças em Marracuene (3) na disposição de «quadrado,» três días depois, a 2 de fevereiro de 1895, são atacadas fórtemente pelo inimígo, que conseguiu romper uma das faces do quadrado formado pelas tropas. Devido à intrepidez dos seus homens e à decisão do capitão Roque de Aguiar, a brecha aberta foi rápidamente tapada por uma pequena fôrça, tendo sído mortos muitos inimígos dentro do próprio quadrado ou muito próximo dêle. É êste um exemplo único de um quadrado depois de roto ser recomposto debaixo de fogo.

E tanto mais glorioso foi o facto de Marracuene, quando é certo que muitos dos soldados eram simples recrutas que nunca

haviam feito fogo.

A formação de «quadrado» que se seguíu depois em outros combates e que nos trouxe sempre a vitória, foi devida à iniciativa

do capitão do Estado Maior, Eduardo Costa.

A seguir ao combate de Marracuene, foram ocupadas a Xefina Grande (4) e a Xefina Pequena (5), tendo as tropas retirado daquela localidade.

(²) Incomati — O principal rio que banha Lourenço Marques. Nasce nas terras

do Transvaal.

^{(1) —} Já em 1892 António Enes tinha vindo a Moçambique, nomeado pelo Govêrno, a fim de executar o convénio ajustado com a Inglaterra em 1891 e de estudar as providências necessárias à administração da Colónia.

⁽³⁾ Marracuene — Povoação na margem direita do Incomati. (4) Xefina Grande — Ilha na baía de Lourenço Marques (5) Xefina Pequena — Ilha na baía de Lourenço Marques.

XCVIII — Combate de Magui (1)

Intímado o Gungunhana a entregar o régulo da Magaia (Maazuli) e o da Zixaxa (²) (Matibejana), os mesmos que haviam atacado Lourenço Marques e como êstes não fôssem entregues no prazo requerido, partiu uma coluna na direcção de Magul, povoação do Matibejana e centro de resistência, onde se travou um desigual combate entre 6000 homens do Gungunhana e 275 brancos, tendo sido aqueles completamente derrotados e postos em debandada, deixando centenas de mortos no campo. Após o combate, alguns régulos vieram prestar vassalagem à pequena fôrça — o que provava a perda de prestígio que o combate de Magul trouxe ao poderoso Gungunhana e seus sequazes.

XCIX - Combate de Coolela

Ao mesmo tempo que a coluna do sul, a que se faz referência nos dois capítulos anteriores, batía os rebeldes próximo a Lourenço Marques, uma outra, ao norte, operava sob as ordens do coronel Eduardo Galhardo. Esta expedição ao dirigir-se para Manjacaze (³) — lugar onde constava se encontrava o Gungunhana — e quando estava acampada em Coolela (⁴) é subitamente atacada por uns 12:000 rebeldes. Tendo tomado a disposição de «quadrado» como se procedera em Marracuene e em Magul defrontou-se com vários ataques encarniçados das mangas do Gungunhana que, afinal, foram estrondosamente batidas, vendo-se obrigadas a retirar, deixando inúmeros mortos.

Êstes dois combates — Magul e Coolela — abalaram quási por completo o prestígio do Gungunhana, começando alguns pequenos régulos, seus súbditos, a abandoná-lo e a prestarem a sua submissão a Portugal.

Após o combate de Coolela, seguiu-se a entrada na povoação de Manjacaze, que os expedicionários puseram em chamas.

(2) Zixaxa - No distrito de Lourenço Marques.

(4) Coolela - A 12 km. de Manjacaze.

⁽¹) Magul, faz parte, actualmente, da Circunscrição de Bilene (Lourenço Marques.)

Nota — Na parte dêste livro, intitulada «Transcrevem-se alguns trechos», se encontra a descrição dos combates mais importântes da campanha contra o Gungunhana, razão porque se não anotam os diversos capítulos com os esclarecimentos que o autor dêste trabalho tem posto em quási todos os capítulos anteriores,

⁽³⁾ Manjacaze — No limite norte de Lourenço Marques. Confina com o distrito de Inhambane.

C-Prisão do Gungunhana - Chaimite

Nomeado governador de Gaza, -- distrito criado após o combate de Coolela e a jornada de Manjacaze, - o capitão Mousinho de Albuquerque, que tanto se havia distinguido nos vários combates, resolveu prender o Gungunhana para terminar de vez com a arrogância vátua. Para isso pôs-se a caminho de Chaimite (1) onde sabía encontrar-se aquele régulo. Durante a jornada, acompanhado apenas de alguns poucos brancos e 40 soldados e carregadores, recebeu a submissão de alguns régulos que estavam desejosos por abandonar o famoso potentado negro.

Uma vez em Chaimite, entrou no próprio kraal do célebre régulo a quem prendeu, mandando fusilar imediatamente dois dos seus principais conselheiros, diante das próprias mangas que nada

fízeram para obstar a êstes actos (2).

Aproveitando o espanto que o seu gesto havia causado à gente do Gungunhana, retirou e passados poucos dias entregava em Lourenço Marques o celebérrimo régulo, facto a que assistiram

todos os consules estrangeiros.

Este acto de Mousinho é um dos de mais ousadía, coragem e heroismo que a nossa história metropolitana ou colonial apresenta. O Govêrno português promoveu-o a major por distinção (3) e várias nações o condecoraram com as mais altas veneras, tendo algumas côrtes estrangeiras pedido a sua presença, o que foi cumprido. Estava salvo o nome português e provado à Inglaterra e ao mundo que os portugueses podiam manter em submissão as regiões onde dominavam!

CI-O Maputo (4)

Em 1895, a gente do Maputo, ainda que submissa a Portugal, não parava nas suas correrías e roubos, nada respeitando.

Nos começos de 1896 foi Mousinho de Albuquerque incumbido de prender o régulo daquela região, de nome Negoanaze.

(2) Pelo contrário, manifestaram até grande regosíjo, batendo com as aza-

(4) Maputo — Actual Circunscrição de Lourenço Marques. É o limite sul da

Colónia de Moçambique.

⁽¹⁾ Actualmente faz parte das terras da Circunscrição de Chibuto. Ali foi enterrado o célebre chefe da dinastia vátua, Manicusse. Chaimite era considerado, entre os indígenas, como um lugar sagrado.

gaias nos escudos, em sinal de plena aprovação.

(3) No período de 1894 a 1898, os vultos mais notáveis na África Oriental Portuguesa, cujos nomes se citam sempre com homenagem, foram, além de Mousinho de Albuquerque, - Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Freire de Andrade, Gomes da Costa, Eduardo Galhardo, Sanches de Miranda, Roque de Aguiar, Eduardo Costa e outros.

Tam bem se houve da sua missão que, regressando dois meses depois a Lourenço Marques, tinha deixado submetídos os territórios do Maputo, havendo cobrado o imposto devido e entregando na sede do distrito umas 1800 libras em oiro (1).

O Negoanaze não foi peso por ter fugido para o Transvaal.

CII-A ocupação efectiva do distrito de Mocambique — Campanha dos «namarrais»

Em 1896, Mousinho de Albuquerque, então Comissario Régio, pensou logo em submeter os régulos que se julgavam independentes e estabelecer nas suas terras postos militares. O distrito mais insubmisso era o de Moçambique e Namarral o régulo com mais fumos de independência, que impedia o comércio português no sertão, obrigando os comerciantes ao pagamento de pesadas contribuições. Não nos eram menos hostís os de Infusse, (2) Mongiqual (3) e o de Sangage (4), todos também inimígos entre si e provocandose constantemente.

No Quivolane (5), também o seu régulo, em plena insurreição, comerciava em escravos, apesar das constantes recomendações em contrário do Govêrno da Colónia.

A primeira expedição dirigíu-se para o Namarral.

O seu objectivo foi infrutifero, tendo ficado ferido num combate o próprio Mousínho de Albuquerque, em resultado de um ataque de surpreza a que o conduziu a traição do guia da coluna. levando as tropas a um local onde a resistência era impossível, obrigando-as a uma retirada dificil, que ficou conhecida pela «Retirada de Natule» e que foi uma das mais bem organizadas de que reza a história colonial.

Chegados reforços da Metrópole, de novo se investiu com os aguerrídos namarrais, travando-se um combate que ficou conhecido pelo combate de Naguema (6) e onde aquelas foram obrigados a retirar.

Dias depois, no Ibraímo (7), novo combate em que o inimígo foi posto em debandada. A seguir, outro combate em Mucuto.

Depois, não podendo Mousinho continuar pela dificuldade

⁽¹⁾ Bastaram 17 cavaleiros e 200 auxiliares para ser pacificado Maputo em pouco mais de trinta dias. O Negoanaze não ofereceu resistência. Foram-lhe apreendidas 2.700 cabeças de gado.

⁽²⁾ O Infusse havia já sido ocupado militarmente em 1881—Lat. 15.º 27 S. (3) Terras limitadas ao N., pelo Mossuril; S, Angoche; E., Canal de Moçambique; O., Angoche e Meconta.

(4) Situado na ponta S. da baia de Sangaje (norte de Angoche).

⁽⁵⁾ Povoação próximo do Infusse. No litoral, margem E. da baía de Mocambo, ao S. do pôrto de Moçambique.

⁽⁶⁾ Nas terras do Mossuril. (Mossuril: Circunscrição em cuja baía, à entrada, fica situada a ilha de Moçambique).

⁽¹⁾ A oeste da baía de Condúcia, Long. 40.º 32 E. G. Condúcia fica situada a N. do pôrto de Moçambique. Nela desagúam os rios Condúcia e Mucate.

proveniente da cerração do mato e pelo desconhecimento da região, resolveu atacar outras localidades, tendo deixado, porém, nas regiões avassaladas, alguns postos fortificados para as manter em obediência.

Nova campanha foi iniciada e dirigida pelo capitão Edúardo Costa, a que já fizemos referência, tendo por base a baía de Mati-

bane. (1)

Os expedicionários encontraram sempre no seu caminho povoações pacíficas, como Namiompe, Metavavene, etc. Não pudederam percorrer mais regiões a avassalar, tendo de retirar para Lourenço Marques por causa da tensão de relações entre a Inglaterra e o Transvaal.

Enquanto a expedição comandada por Mousinho andava em operações, uma outra para os lados da baía de Mocambo (2), batía o célebre régulo Marave, a fim de impedir que êle prestesse auxílio aos namarrais. A mais importânte operação foi a defesa do forte de Muchelia (3) que sofreu o ataque impetuoso de 3:000 moraves, que foram repelidos.

Em Calaputi teve esta expedição que sustentar um apertado combate com os namarrais, vendo-se obrigada a retirar numa marcha brilhante que a põe ao lado da de Nutule, comandada por Mousinho-e a que aludimos atrás-levando ferido o próprio

comandante, o capitão Eduardo Costa.

Destas expedições resultaram sobejas vantagens, porque os namarrais, perante as demonstrações de fôrça que lhe causaram inúmeras baixas, viram-se obrigados a prestar a sua submissão a Portugal, sujeitando-se a tôdas as condições impostas.

Anos depois, em 1911, tornaram a revoltar-se, como veremos.

CIII - O Maguiguana **Combate de Macontene**

Em 1897, Maguiguana, o chefe supremo de guerra do Gungunhana, levanta a gente de Gaza daquele régulo - então a ferros, em Portugal—contra a soberanía portuguesa. O primeiro acto de rebelião foi o assassínio da guarnição do posto militar de Palule.

Organizou-se logo uma forte expedição do comando do pró-

(1) Na baía de Condúcia. Long. 40.º 44 E. G.

⁽²⁾ Um dos melhores portos da costa de Moçambique. Fica a 10 milhas ao S. do porto de Moçambique. Jà havia sido ocupada militarmente em 1882. (3) Na margem N. da baía do Mocambo.

Nota — As localidades que se não mencionam em nota, têm uma importância muito restrita, ficando todas próximo do litoral.

prio Comissário Régio, Mousinho de Albuquerque, que numa das primeiras étapes fêz uma marcha de 200 quilómetros em 36 horas, debaixo de todos os embaraços — marcha sem igual na história militar da África Oriental.

Em Macontene encontrou-se a expedição com as hostes de Maguiguana, num total apróximado a 6.000 homens, tendo-lhes infligido uma derrota, rematada por uma brilhante carga de cava-

laria comandada por Mousinho de Albuquerque.

Tendo o Maguiguana fugido, resolveu Mousinho de Albuquerque ir em sua perseguição, acompanhado apenas por uns 30 cava-

leiros e outros tantos soldados de infantaria.

Após alguns dias de aturada marcha, sempre em perseguição do famoso Maguiguana, conseguiu alcançá-lo já perto da fronteira com o Transvaal.

O Maguiguana, valente como sempre, defendeu-se a tiro, até

que uma bala o prostrou para não mais se levantar. Terminava assim o tão falado império vátua.

CIV - Campanhas dos Prazos de Sena

Quando Manuel António de Souza, capitão-mor de Manica e Quiteve, a que mais duma vez nos temos referído, foi posto em liberdade, depois de ter sído preso pela «British South Africa Company» e tenta restabelecer a sua antiga autoridade no Barué, onde tinha dominado durante tantos anos, — encontra as suas terras sem lhe quererem prestar obediêncía.

Como vimos já, morreu em combate contra os seus antigos

capitães.

Um dêstes, o Cambuemba, por 1887, revoltou a Baixa Zambézia, que sob o mando de Manuel António esteve longos anos

submetida ao Govêrno português.

Organizada uma expedição comandada pelo 1.º tenente João de Azevedo Coutinho, viu-se obrigada a sustentar por vinte vezes renhido fogo com a gente do mencionado Cambuemba, tendo-se cífrado as perdas dêste último em algumas centenas de mortos.

O resultado da expedição foi, pois, vantajoso, conseguindo-se submeter uma grande região compreendída entre o Zambeze e o

Punguè.

Mas o Baruè só foi completamente pacificado em 1902, porque havia ficado ainda a sublevada região da Gorongosa (¹) com seus fumos de indepêndencia.

⁽¹⁾ Gorongosa — Nas terras de Manica (Companhía de Moçambique).

CV — Campanha de Maganja da Costa

Desde a morte de João Bonifácio Alves da Silva, com grande prestígio na Maganja e a que já nos referimos várias vezes, principalmente quando da tomada de Angoche em 1861, os mangangeiros deixaram de obedecer às autoridades portuguesas.

Organizada uma expedição sob o comando do 1.º tenente Azevedo Coutinho, tomou-se a aringa da Maganja, (1) Mabala, (2)

Dedirre, (3) etc.

Submetidos todos os chefes desta região, ficou para sempre firmada a autoridade portuguesa na Maganja da Costa.

CVI — O Mataca (4) — Campanha do Niassa

Em 1899, pacificado o sul da Colónia e o distrito de Moçambique; avassalados os seus régulos; arrazadas as suas insubmissas povoação e castigada a sua gente, organiza-se uma expedição a fim de combater o régulo Mataca e outros régulos do Niassa, que desde tempos remotos nos vinham hostilizando. Os resultados

(2) Na margem norte do rio Licungo (Distrito de Quelimane).
(3) Também no distrito de Quelimane, nas margens do rio Medirre, afluente

do Raraga.

Éste régulo Mataca, mantinha as mais estreitas relações com o sultão de Zanzibar, cujos negreiros iam às suas terras buscar grande parte das suas mercadorias.

Para se ajuizar dos requintes de malvadez do Mataca, trancreve-se a seguir do «Dicionário Corográfico da Província de Moçambique», por J. Lapa e Cró Ferreri, uma parte do episódio do assassínio do infortunado tenente Valadim (descri-

ção de uma testemunha ocular):

O sultão Mataca governáva quási todo o enorme território entre o Rovuma, Lujenda, Luchilingo e Luamba, isto é, a parte ocidental dos territórios da Companhia do Niassa.

A povoação a que se dá o nome de Mataca, fica sobre a margem leste do Lago Amazamba,

⁽¹) Actualmente é uma circunscrição de Quelimane. A sua séde é a *Vila de João Coutinho*, nome dado em homenagem ao comandante da expedição. Os limites da Maganja são: N., circunscrições do Ile e Alto Molocuè; S., Oceano Índico; L., rio Muniga; O., prazos Boror e Lugela.

⁽⁴⁾ O primeiro viajante contemporâneo que tomou contacto com o Mataca, foi Liwingstone — depois dos portuguezes dos séculos XVI e XVII, que nas suas aventurosas emprêsas atingiram o interior do Niassa. Em 1889, uma expedição debaixo do comando do tenente Valadim foi trucidada pela gente do Mataca, sendo aquele oficial barbaramente assassinado.

cecram dois, a que cortaram as cabeças, os pés e as mãos; tudo isto foi decidido por o Metarela e o Mataca, cada um ficou com metade. O Mataca, assim que lá viu a cabeça, os pés e as mãos, diz que os meteu numa panela e pôs a coser. Depois de estarem cosidos que lhes tirou tôda a carne e comeu, e o casco da cabeça era para fazer um copo para o Mataca beber o pombe e os ossos dos pés e das mãos que os tinham guardado, Do resto do corpo dos outros dois, cada um dêles cortava um bocado que levava; diz mais que aos soldados indígenas não lhes cortaram nada por serem pretos...»

desta expedição foram os melhores, porque se avassalaram todos os régulos, destruindo assim a lenda do enorme poderío e invencibilidade do Mataca. As povoações que se não quizeram submeter foram incendiadas. Sustentou-se forte tiroteio por maís de uma vez contra o régulo Quamba, nas terras de Inhama, tendo-se submetído toda a extensa região desde Oizulo (1) até Chilomo (2).

Em Amaramba (3), a atestar o predomínio português, levantou-

se o «Forte de D. Carlos I».

Como, porém, não fôssem ocupadas todas as terras do Mataca. êste julgou fraquesa das nossas fôrças a falta da referida ocupação, continuando dois anos depois, por fins de 1900, com as suas correrías e assaltos. A Companhia do Niassa, em Setembro de 1912, organizou uma expedição que bateu o inimigo próximo ao rio Messanese. A seguir, destruiu algumas povoações, incendiando-as. O mesmo aconteceu a Muemba (4) onde se levantou um forte. «Forte Tenente Valadim», em memória do tenente Eduardo Prieto Valadim, que havia sido assassinado pelo Mataca, ficando, desta forma, completamente submetidos aqueles povos e acabando a lenda do poderío do Mataca, como já havia terminado as do Bonga, do Gungunhana e do Namarral.

CVII — O Barué

Apenas durante o tempo em que Manuel António de Souza dominou no Barué, esta imensa região esteve subordinada ao Govêrno português. Morto Manuel António, as lutas no Barué, devido à ambição de vários régulos, eram constantes e o desacato ao Govêrno, absoluto.

Em 1902 organizou-se uma expedição sob o comando do capitão-tenente Azevedo Coutinho para bater os baruenses ou os macombes, nome êste proveniente duma antiga dinastia daquela

região.

Ao comêço, a expedição encontrou algumas aringas incendiadas pelo próprio inimigo que, na fuga, as ía assim destruindo.

A expedição, depois de vários incidentes, estabeleceu um posto na fortificação de Tambara (5), a melhor da Zambézia, com um raio de acção que não permitia surprezas de possível ataque.

Depois de Tambara, alcançou a aringa de Mafunda (6), outra

(6) A sul de Tambara.

⁽¹) Entre 37° e 38° E. G. (Concelho de Metarica — Companhia do Niassa). (²) No prazo Mossingire (Companhia da Zambézia — Distrito de Quelimane). Chilomo, fica situado na margem esquerda do rio Ruo, na sua confluência com o rio Chire.

⁽³⁾ Lago situado próximo da fronteira luso-britânica (Companhia do Niassa). (*) Região da Companhia do Níassa entre os rios Lujenda e Luchilingo. (3) Antigo prazo, incluído actualmente na Circunscrição de Chemba (Territórios da Companhia de Moçambique).



Mousinho de Albuquerque



Onde diz 1879 (linha 7-Capit. CVIII), ler 1897.

* Navacala (linha penult. – Idem) ler Nacavala.
Onde diz rio Lunia (nota 3), ler Lunia

posição com uma grande importância estratégica. A seguir ocupou a aringa de Inhacapura, uma das posições mais importantes.

A aringa onde os *macombes* ofereceram maior resistência foi a de Inhangona (¹), tendo-se travado ali um dos maiores comba-

tes desta campanha.

Depois de estar de posse de mais aringas, deu-se o «combate de Inhapanga-panga», onde se tornou notável a acção do tenente Martins de Lima nas suas repetidas e formidáveis cargas, que puseram o inimigo em debandada. Seguiu-se a tomada de mais aringas, tendo terminado a campanha pelo estabelecimento de postos militares em várias regiões, para obstar a que os insubmíssos baruenses se levantassem novamente.

Mais uma lenda desfeita: o poder dos macombes.

CVIII — A ocupação por meio de postos

Com estas sucessivas campanhas, o domínio efectivo de Portugal ia ficando consolidado, demonstrando-se assim que esta nação era capaz de cumprir a sua missão de potência colonial,

mantendo em respeito as vastas regiões avassaladas.

Referimo-nos já à ocupação do interior do distrito de Moçambique, por sucessivas campanhas levadas a cabo pelo heróico comandante Mousinho de Albuquerque em 1879; mas motivos imperiosos não permitiram continuar a série de ocupações que Mousinho havia traçado no seu plano. A continuação efectivou-se em 1906, sendo governador geral o capitão-tenente João de Azevedo Coutinho, nome glorioso da história da África Oriental, e a quem por mais de uma vez temos aludido.

Começou a expedição por ocupar Namissaco (2). Os namarrais pretendiam obstar à ocupação a todo o custo, como já haviam feito em 1897 com a expedição de Mousinho de Albuquerque.

O processo de ocupação consistiu na criação de postos fortificados, ligados entre si, para se poderem socorrer mútuamente em

caso de ataque.

Foi necessário recorrer às armas para levar a efeito o plano traçado, travando-se combate antes de se chegar a Ribáuè. Mas a principal dificuldade surgiu com a resistência do régulo Navacala, com quem a coluna expedicionária teve de lutar àrduamente até o vencer.

⁽¹) Na margem esquerda do Rio Pompuè, afluente direito do Zambeze. (²) A ocidente da baia de Memba. Margem esquerda do rio Mecuburi.

CIX—A campanha de Angoche

Temos relatado nas páginas dêste livro, por várias vezes, os acontecimentos de Angoche. Um dos ultimos foi a rebelião de Mussa-Quanto, xeque de Angoche (1861), a quem José Bonifácio submeteu, como a seu tempo dissemos. Em 1867 sucedeu àquele xeque um outro, Ussene-Ibraímo, que também desacatou a autoridade portuguesa; e, a seguir a êste, um outro chamado Farelay, de todos êles o mais ousado — chegando a cobrar impostos aos comerciantes portugueses e tendo mesmo obrigado a empregar uma expedição para o submeter. Em 1910 organizou-se uma forte expedição para ocupar definitivamente Angoche. Percorrendo vários pontos onde os régulos eram mais insubmissos, conseguiu que estes apresentassem a sua submissão, até que em Nampoto (¹) desenvolveram os rebeldes um fogo violento sôbre os expedicionários, ataque que continuou por alguns dias, sendo repelido e estabelecendo-se um posto naquela localidade.

Outros combates violentos se desenrolaram em Larde, sendo

preso, a seguir, o célebre Farelay.

Com o sistema do estabelecimento de postos militares, ficaram os indígenas do distrito de Moçambique completamente submetidos ao domínio português.

CX—A Grande Guerra em África — Campanha contra os alemães

A 9 de Março de 1916, a Alemanha declara guerra a Portugal, que se vem a estender às colónias dos dois países na África ocidental e oriental. Já antes, em 1914, se tinham dado em Angola vários incidentes entre as tropas destas duas nações, sendo os de maior vulto o combate de Naunila e o chamado «incidente de Cuangar». Em Moçambique também, em 1914, os alemães ataca-

ram o pôsto de Mazúía, na fronteira norte da colónia.

Logo no início da guerra europeia seguiu uma expedição portuguesa para Moçambique, cujo objectivo era apenas o de reforçar a guarnição da colónia e de actuar na hipótese de qualquer ataque por parte dos alemães ao norte do Niassa. Seguiu-se outra expedição, que logo no comêço das operações, em 1916, se apossava de Quionga, território pertencente à Alemanha desde 1894, como já dissemos ao tratar própriamente da expansão alemã na África Oriental. Quionga foi ocupada sem resistência, pois havia sido abandonada pelo inimigo, dias antes. Bastantes vezes os alemães atacaram os postos da fronteira do Rovuna, obrigando as guarnições portuguesas a retirar por falta de apoio e por causa do isolamento a que se viam obrigadas para guarnecer uma fronteira

⁽¹⁾ Povoação de Angoche.

de 800 quilometros. E assim os alemães atacam Nhica, Namoto, Nachinamoca, Mitono, Undi (¹) e outros postos, tendo sido quasi sempre uma série infindável de desastres para o exército portu-

guês.

A ofensiva portuguesa, iniciada em meados de 1916, conseguiu levar as suas tropas até ao forte alemão de Nevala, que foi occupado e abandonado dias depois, pela impossibilidade de oferecer resistência ao cerrado cêrco desenvolvido pelas tropas alemãs. Ficou celebre a retirada dos soldados portugueses daquele forte, levada a efeito durante a noite, sem os alemães a terem notado. Improficua a ofensiva, mantiveram-se as nossas tropas na região do Niassa até Novembro de 1917 — inicio da ofensiva alemã. Durante dez meses permaneceram, em território português, as tropas alemãs sob o comando do heróico e persistente general Von Letow, (²) sem dúvida o vulto máximo, na Africa Oriental, da nefasta luta que passou à história com a designação de *Grande Guerra*.

Batidas as tropas portuguesas, as inglesas, as belgas e as da África do Sul, percorrem os alemães a vasta região do Rovuma até às portas de Quelimane, onde se feriu o chamado combate de Nhamacurra entre aqueles e as tropas portuguesas e inglesas reu-

nidas, com grande número de baixas para estes aliados.

Durante a ofensiva portuguesa os combates mais importantes foram, pela sua ordem cronológica, os da passagem do Rovuma, combate de Maúta, tomada da água de Nevala, combate de Quivambo, defesa heróica da água da ribeira de Nevala, tendo havido outros, porém de importancia secundária. Durante a ofensiva alemã em território português, devemos mencionar pela sua importancia os combates de Negomano, Serra Mecula, Nhamacurra, além de outros de mais limitado valor. O de Serra Mecula assinalou-se por uma heróica resistência das fôrças portuguesas (3) que com limitado número de homens, defenderam as suas posições durante três dias, até o ultimo cartucho.

Notável, também, foi a «defesa da água da ribeira de Nevala», (4) onde um reduzido número de soldados sofreu, durante um dia,

Sôbre a campanha na África Oriental, terá em breve o autor do presente trabalho, no prelo, um livro intitulado E o Inimigo que Fala e que será presente,

ainda dactilografado, ao concurso de literatura colonial para 1930.

⁽¹) Povoações na fronteira norte da Colónia, na margem direita do rio Rovuma. (²) ... teimosia heróica de Von Lettow».

⁽A Guerra nas Colónias, por General Gomes da Costa)

(3) a... O heróico capitão Curado e os seus bravos companheiros haviam salvo altiva e briosamente a honra da bandeira portuguesa...»

(Livro de Ouro de Infantaria, artigo do general Adriano Beça)

⁽t) Esta defesa da «água da ribeira de Nevala» pode bem comparar-se, em terra, á acção do caça-minas Augusto de Castilho no mar. Ambas as acções foram coroadas de exito; e, ainda que representem expressões do dever militar, não deixam de se patentear como dois actos da mais elevada abnegação, de desprêzo pela vida própria — para salvar a dos outros.

consecutivamente, o impeto de escolhidas tropas alemãs, vendo-se finalmente obrigado a retirar por não ter munições com que pu-

Grande número de baixas causou o doentio clima africano, dízimando centenas de soldados. Os vários desastres nas tropas portuguesas eram ainda aumentados pela perda de inúmero material e de cargas de comida e medicamentos.

Ao mesmo tempo, em algumas regiões, os indigenas insurreccionavam-se, sendo a principal destas revoltas a do Bárue, região a que tantas vezes nos temos referido neste livro para relatarmos o crónico estado de inssurreição dos seus habitantes. Tropas portuguesas distraídas para esta região, conseguem submetê-la.

Em 1918 termina a guerra na Europa e a 11 de Novembro

do mesmo ano é assinado o armisticio.

Em 20 de Abril de 1920, na divisão das colónias alemãs pelas nações aliadas, coube a Portugal a sua antiga região de Quionga.

Conclusão

A prioridade das descobertas; as duras lições infligidas aos indigenas pelas nossas tropas; a acção contínua, combatendo; o sacrifício de milhares de soldados; a morte de outros milhares; a pacificação das regiões rebeldes; o periodo da paz actual, provando como um país pequeno mantém em respeito Moçambique - oito vezes maior que a Mãe-Pátria; a Grande Guerra, onde Portugal lançou os seus filhos e os seus parcos recursos — são alguma coisa mais duradoura dos que os infames boatos sôbre colónias que ás vezes correm no mercado da ambição de outras pátrias, que, se sabem hoje para onde fica Moçambique, tiveram de seguir há quatro séculos-fugindo e escondendo-se então, --, aquelas cruzes de Cristo que as velas das naus de Portugal ostentavam ao vento dos mares fenebrosos e desconhecidos.

«... O exército desbravou a urge cultivar agora.»

(A Campanha das Tropas portuguesas em Lourenco Marques e Inhambane - Trecho do cap. Aires de Ornellas)

... «É com agricultores e não com guerreiros que se há de conquistar o sertão...»

(Francisco de Melo e Castro, Governador e Capitão-general de Moçambique, 1753).

. . . .

and the second of the second o

Indice remissivo (1) do "Calendário Histórico da África Oriental Portuguesa"

CAPÍTULO I

7 Majo 1487

CAPÍTULO II

25 Out.º 1495	16 Dez.º 1497	9 Março 1498	18 Abril 1498 24 Abril 1498 9 Maio 1498 20 Maio 1498 9 Fev. • 1499	11 Fev.º 1499
8 Julho 1497	25 Dez.º 1497	24 Março 1498		20 Março 1499
20 Nov.º 1497	6 Jan.º 1498	7 Abril 1498		29 Julho 1499
25 Nov.º 1497	10 Jan.º 1498	15 Abril 1498		31 Julho 1505
12 Dez.º 1497	2 Março 1498	16 Abril 1498	9 Fev. 1499	Complete agreement

CAPITULO III

16 Julho 1500	7 Agt.º 1500	4 Junho 1502	10 Nov.º 1503
20 Julho 1500	30 Jan.º 1502	12 Julho 1502	14 Agt. • 1524
26 Julho 1500	1 Abril 1502	7 Dez.º 1502	

CAPÍTULO IV

5 Março 1505	18 Julho 1505 17 24 Julho 1505 4 15 Agt. 1505 19		21 Set.º 1505	24 Junho 1512
18 Maio 1505	15 Agt. 1505 19	Set. 1505	11 3411110 1000	

CAPÍTULO V

16 Jan.º 150 18 Julho 150		gt.º 15 05 gt.º 1515	18 Nov.º 1 Março	
------------------------------	--	---------------------------------------	------------------	--

⁽¹) Nêste índice se indicam as datas a procurar no «Calendário Histórico da África Oriental Portuguesa», que se referem aos factos narrados nos capítulos da parte «Como fizeram os portugueses em Moçambique». Há toda a conveniência em o consultar, porque êle amplia e esclarece a matéria lida.

CAPÍTULO VII

19 Set.º 1505 17 Março 1545 8 Março 1546 11 Fev.º 1557

CAPÍTULO IX

16 Março 1561 18 Abril 1569 16 Maio 1570

CAPÍTULO X

20 Março 1570

CAPÍTULO XI

6 Março 1587 9 Jan.º 1587 21 Março 1619

CAPÍTULO XII

8 Abril 1721

CAPÍTULO XIII

31 Março 1607

CAPÍTULO XIV

26 Jan.º 1834 21 Dez.º 1834

CAPÍTULO XV

18 Abril **1569** 6 Agt. • **1652**

CAPÍTULO XIX

I Set.º 1627

CAPÍTULO XX

19 Nov.º 1632

CAPÍTULO XXIX

11 Abril 1720 3 Abril 1760

CAPÍTULO XXX

19 Out.º 1816

CAPÍTULO XXXIII

8 Set.º 1729

CAPÍTULO XXXV

8 Abril 1721

CAPÍTULO XXXVII

21 Fev. • 1750 22 Abril 1752

CAPÍTULO XXXVIII

10 Jan.º 1755 10 Junho 1755 1 Abril 1757 6 Maio 1761

CAPÌTULO XXXIX

43 Agt.º 1832 6 Dez.º 1838

CAPÍTULO XL

9 Maio 1761

CAPÍTULO XLI

6 Jan.º 1776 2 Março 1776 12 Abril 1769 18 Agt. 1856

CAPÍTULO XLII

15 Março 1779 20 Fev.º 1781 21 Abril 1781 4 Maio 1781 19 Jan.º 1781 2 Abril 1781 26 Abril 1781

CAPÍTULO XLIV

4 Junho 1789 12 Jan.º 1782

CAPÍTULO XLV

21 Abril 1781 23 Jan.º 1786

CAPÍTULO XLVI

6 Out.º 1796

CAPÍTULO XLVII

3 Julho 1798 18 Out.º 1798 22 Dez.º 1799 14 Agt.º 1854 8 Out.º 1855

CAPÍTULO XLVIII

2 Maio 1840 10 Maio 1839 8 Out.º 1853

CAPITULO XLIX

22 Maio 1806 2 Fev. º 1811

CAPÍTULO L

46 Maio 4804 8 Nov.º 4807 9 Nov.º 4815

CAPÍTULO LI

19 Fev. º 1810 22 Jan. º 1815

CAPÍTULO LIII

28 Juiho 1817 27 Set.º 1822 8 Out.º 1823 28 Agt.º 1825

CAPÍTULO LIV

17 Maio 1820 25 Junho 1821 16 Dez.º 1821 21 Maio 1824

CAPÍTULO LV

5 Set. • 1821 1 Junho 1831

CAPÍTULO LVI

 22 Out.º 1833
 13 Março 1834
 3 Nov.º 1834
 12 Out.º 1836

 28 Out.º 1833
 26 Maio 1834
 8 Out.º 1835
 31 Out.º 1838

 30 Out.º 1833
 10 Out.º 1834
 15 Junho 1836

CAPÍTULO LVII

11 Nov.º 1834 10 Dez.º 1836 27 Dez.º 1838

CAPÍTULO LVIII

30 Maio **1832** 11 Julho **1838** 20 Julho **1838** 28 Agt. **1838** 2 Junho **1838** 19 Julho **1838** 21 Agt. **1838** 10 Março **1840**

CAPÍTULO LIX

8 Maio 1841 23 Março 1842

CAPÍTULO LX

1 Dez.º 1833 25 Julho 1842 24 Nov.º 1846 3 Julho 1842 18 Maio 1846 12 Agt.º 1847

CAPÍTULO LXI

15 Fev. • 1843 25 Agt. • 1843 21 Dez. • 1844 28 Junho 1849 27 Julho 1849

CAPÍTULO LXII

14 Março 1854

CAPITULO LXIII

16 Marco 1850 20 Julho 1850 1 Agt. º 1850 22 Março 1856

CAPÍTULO LXIV

3 Abril 1852 17 Out.º 1853 9 Dez.º 1853 12 Nov.º 1854 12 Out.º 1853 22 Out.º 1853 3 Maio 1854 22 Dez.º 1858

CAPÌTULO LXVI

29 Nov. 1857 2 Out. 1858

CAPÍTULO LXVII

14 Dez.º 1854	2 Março 1856	8 Dez.º 1 8 57	20 Fev.º 1859
28 Set.º 1855	24 Julho 1856	29 Abril 1858	25 Fev.º 1859
20 Out.º 1855	18 Agt.º 1856	10 Junho 1858	28 Junho 1859
5 Jan º 4856	7 Fey 9 4857	23 Julho 4858	29 Abril 1875

CAPÍTULO LXVIII

11 Dez.º **1854** 5 Dez.º **1858** 22 Nov.º **1858** 20 Jan.º **1859** 16 Agt.º **1857** 26 Julho **1858** 19 Agt.º **1799**

CAPÍTULO LXIX

11 Out. • 1858 2 Dez. • 1861 29 Nov. • 1962 17 Agt. • 1861 2 Nov. • 1862 31 Dez. • 1862

CAPÍTULO LXX

26 Set. 9 1861 25 Jan. 9 1864 5 Fev. 9 1865 27 Julho 1877 26 Out 9 1861 29 Jan. 9 1864 25 Junho 1865

CAPÍTULO LXXI

5 Nov. • 1861 4 Março 1862 26 Março 1862 12 Junho 1870

CAPÍTULO LXXII

2 Fev.º 1864 6 Julho 1886	26 Jan.º 1868 3 Agt.º 1868	28 Out.º 1867 9 Nov.º 1868	19 Junho 1869 25 Nov.º 1869	8 Set. 1879 5 Julho 1885
1 Jan.º 4868	16 Junho 1868	21 Março 1868	5 Abril 1870	
3 Jan.º 1868	5 Agt.º 1868	27 Marco 1868	6 Set.º 1877	
24 Jan.º 1868	3 Out.º 1868	9 Abril 1868	21 Junho 1878	

CAPÍTULO LXXIII

5 Maio 1868

CAPÍTULO LXXIV

10 Março **1855** 28 Abril **1868** 29 Julho **1869** 7 Out. • **1882** 14 Agt. • **1855** 29 Junho **1869** 7 Julho **1870**

CAPÍTULO LXXV

 24 Abril 1872
 30 Dez.º 1874
 28 Março 1876
 2 Junho 1887
 10 Maio 1889

 5 Março 1873
 7 Março 1876
 19 Dez.º 1876
 10 Nov.º 1887
 24 Junho 1889

 6 Nov.º 1874
 12 Março 1876
 14 Dez.º 1883
 14 Dez.º 1887
 29 Junho 1889

CAPÍTULO LXXVI

25 Set.º 1872 24 Julho 1875

CAPÍTULO LXXVII

2 Maio 1839

CAPÌTULO LXXVIII

12 Abril 1877 19 Abril 1879 21 Maio 1879 28 Dez.º 1900

CAPÍTULO LXXIX

13 Dez.º 1871 14 Julho 1880 5 Março 1881 30 Junho 1880

CAPÍTULO LXXX

7 Agt.º 1884

CAPÍTULO LXXXI

14 Junho 1884	23 Nov.º 1885	21 Jan.º 1887	6 Junho 1890
12 Out. 1885	17 Maio 1886	9 Junho 1888	15 Julho 1895
30 Out.º 1885	27 Julho 1886	21 Nov.º 1889	23 Dez.º 1906

CAPÍTULO LXXXIII

15 Nov.º 1884

CAPÍTULO LXXXIV

4 Dez.º 1885 30 Dez.º 1886 13 Agt.º 1887

CAPÍTULO LXXXV

5 Jan.º 1862	9 Fev.º 1887	16 Fev. 1887	27 Fev.º 1887
23 Jan.º 1886	11 Fev.º 1887	18 Fev. 1887	2 Março 1887
20 Jan.º 1887	12 Fev.º 1887	22 Fev. 1887	16 Março 1887

3 Fev.º 1887

CAPÍTULO LXXXVI

23 1	Março Maio Set.º	1888 1888	16 18	Set.º Set.º Set.º	1888 1888	27	Out.º Nov.º Nov.º	1888
ĸ	Sato	4888	3	Out.	1888			

CAPÍTULO LXXXVII

CAPÍTULO LXXXVIII

11 Fev.º 1988	29 Nov.º 1890	14 Fev.º 1891	4 Maio 1891	4 Set.º 1894
8 Março 1888	12 Dez.º 1890	28 Fev.º 1891	7 Maio 1891	
29 Out.º 1889	14 Jan.º 1891	14 Abril 1891	11 Maio 1891	
29 Out.º 1889	14 Jan.º 1891	14 Abril 1891	11 Maio 1891	
4 Set.º 1890	5 Fev.º 1891	17 Abril 1891	30 Maio 1891	

CAPÍTULO LXXXIX

18 Dez.º 1889 20 Dez.º 1889 8 Nov.º 1889 7 Nov.º 1889 8 Dez.º 1889

CAPÍTULO XC

12 Nov.º 1889 16 Nov.º 1889 1 Julho 1890 24 Jan.º 1892 16 Junho 1894

CAPÍTULO XCI

11 Jan.º 1890

CAPÍTULO XCIII

 20 Agt. • 1890
 15 Março 1891
 28 Maio 1891
 27 Junho 1891

 17 Jan. • 1891
 14 Maio 1891
 11 Junho 1891

CAPÍTULO XCIV

 12 Fev.º 1884
 21 Out.º 1888
 11 Fev.º 1891
 15 Nov.º 1891
 5 Maio 1892

 8 Março 1888
 9 Maio 1890
 24 Fev.º 1891
 1 Maio 1892

CAPÍTULO XCV

20 Jan.º 1892

CAPITULO XCVI

 23 Set. • 1894
 8 Out. • 1894
 5 Dez. • 1894
 28 Jan. • 1895
 17 Julho 1895

 4 Out. • 1894
 14 Out. • 1894
 7 Jan. • 1895
 31 Jan. • 1895

CAPÍTULO XCVII

CAPITULO XCVIII

17 Julho 1895 30 Agt. 1895 3 Set. 1895	8 Set.º 1895	11 Set. ° 1895 14 Set. 1895 20 Set. ° 1895		Andrew Section Section 1997
--	--------------	--	--	-----------------------------

CAPÍTULO XCIX

13 Abril 1895 22 Abril 1895 21 Maio 1895	29 Maio 1895 31 Maio 1895 1 Nov.º 1895	4 Nov.º 1895 6 Nov.º 1895 7 Nov.º 1895	11 Nov.º 1895 28 Nov.º 1895
--	--	--	--

CAPÍTULO C

7 Dez.º 1895 28 Dez.º 1895 6 Jan.º 1896

CAPÍTULO CI

10 Jan.º 1896

CAPÍTULO CII

17 Junho 1906 19 Out.º 1896 20 Out.º 1896	2 Março 1897 6 Março 1897 7 Março 1897	19 Março 1897 30 Março 1897 7 Abril 1897	16 Maio 19 Maio 20 Maio 21 Maio	1897 1897	1 Junho 1897 24 Out.º 1906 25 Out.º 1906 30 Out.º 1908
26 Fow 0 1897	10 Marco 1897	13 Abril 1897	21 Maio	109/	30 Out. 1300

CAPÍTULO CIII

	Maio			Julho			Julho	
3	Julho	1897	21	Julho	1897	10	Agt.º	1097

CAPÍTULO CIV

4 Julho 1897	9 Julho 1897 10 Julho 1897	12 Julho 1897 16 Julho 1897	27 Agt.º 1897
2 Intho 1897	100 1011110 1097	TO THING TOST	

CAPÍTULO CV

23 Abril 1897	27 Abril 1897	23 Junho 1897	18 Abril 1898	7 Julho 1898
---------------	---------------	----------------------	----------------------	--------------

CAPÍTULO CVI

16 Abril 1891	11 Julho 1899	24 Agt.º 1899	5 Out.º 1912
7 Junho 1899	9 Agt. • 1899	24 Junho 1910	6 Out.º 1912
20 Junho 1899	14 Agt.º 1899	25 Junho 1910	7 Out.º 1912
22 Junho 1899	20 Agt.º 1899	30 Junho 1910	8 Out.º 1912

CAPÍTULO CVII

 42 Junho 1897
 20 Julho 1902
 8 Agt.° 1902
 25 Agt.° 1902
 20 Set.° 1902

 29 Junho 1897
 31 Julho 1902
 19 Agt.° 1902
 26 Agt.° 1902
 26 Agt.° 1902

 27 Agt.° 1897
 4 Agt.° 1902
 20 Agt.° 1902
 28 Agt.° 1902

CAPÍTULO CVIII

17 Junho 1906 29 Out.º 1906 30 Out.º 1908 8 Out.º 1912

CAPÍTULO CIX

 11 Juiho 1899
 15 Junho 1910
 21 Junho 1910
 30 Junho 1910

 13 Junho 1910
 18 Junho 1910
 25 Junho 1910
 9 Julho 1910

CAPÌTULO CX

31 Julho 1916 1 Agt. 1916 4 Out. 1916 2 Abril 1920



Templo dos Jerónimos.—Mosteiro de Santa Maria de Belém. Fundado por D. Manuel I em memória dos descobrimentos marítimos dos portugueses (1500).



Calendário Histórico

d a

África Oriental Portuguesa



...Com grande receio vamos lançar-nos ainda nos domínios da história, pois tememos que por abuso dela se melindre a benevolência do leitor; mas, se na verdade, é aborrecível relembrar factos e datas que pela maior parte deviam existir na memória de todos, nada há tão agradável como restabelecê-los...

(De Angola à Contra-Costa, por H. Capelo e R. Ivens).



Calendário Histórico da África Oriental Portuguesa

		JANEIRO	Capitulos
1	1868	As tropas da 2.ª expedição contra o Bonga, depois de forte tiroteio, tentam, sem resultado, incendiar as palhotas da aringa daquele	LXXII
2	1767	Alvará régio proíbindo a exportação de mulatos da Ásia, África e América, para o reino e ilhas adja-	
2	1855	centes. É profibida a emigração de pretos de Moçambique para as ilhas de Reunião e Maurícias, para obstar ao tràfico de escravos. (A falta de cumprimento desta medida deu logar ao aprisionamento da barca <i>Charles & George</i> , — 29-11-1857 — o que motivou, depois, o célebre <i>ultimato</i> da França a Portugal)	LXVI
3	1610	D. Estevão de Ataíde é encarregado da conquista do Monomotapa	
3	1808	Retiram as tropas que combatiam o célebre Bonga (2.ª expedição) sem obterem qualquer resultado, depois de terem estado durante algum tempo acampadas	
4	1710	em frente da aringa daquele E' criado em Moçambique o «Celeiro Público»	LXXII
$\hat{5}$	1605	Portugal publica uma lei tendente a terminar a escra-	
5	1856	Publica-se o Decreto de 14-12-1854, ordenando que to- dos os escravos fôssem libertos	LXVII
5	1862	Os delegados portugueses que tinham ido a Zanzibar conferenciar com o sultão acêrca da posse da baía de Tungue, retiram sem nada se haver conseguido, o que deu logar, mais tarde, por 1887, a hostilidades entre Portugal e Zanzibar	ز
6	1498	A esquadra de Vasco da Gama, desmantelada, abrígase na foz do rio que em memória dêste dia (Dia de Reis) se chamou <i>Rio dos Reis</i> (o actual Limpopo)	
6	1776	Os cafres da Macuana (macuas) atacam e incendeiam	XLI
6	1896	o Mossuril O Gungunhana e alguns dos seus sequazes, são entregues em Lourenço Marques ao Governador Geral por Mousinho de Albuquerque, perante numerosa	
7	1895	assistência de portugueses e estrangeiros Os pretos rebeldes da Magaia e Zixaxa, em número de 3.000, assaltam a linha férrea a 3 quilómetros da cidade de Lourenço Marques, matando dois capatazes europeus e 60 mulheres e crianças da Matola	

	Capitulos		
7	1895	Chega a Moçambique o Comissário Régio António Enes, que tanto se havia de notabilizar na adminis-	
8	1728	tração da Colónia Provisão proíbindo aos mouros de Moçambique expor-	
8	1856	tar escravos sem serem baptizados Entra em execução na Provincia de Moçambique a Portaria do Ministério do Reino de 8-11-1847, que determinava que em tôdas as Câmaras Municipais exista um livro especial com a denominação «Anais do Município»	
9	1587	Parte da India a armada de Martim Afonso de Melo, composta de dois galeões, três galés e treze fustas, para combater os turcos que infestavam a costa da África Ocidental, tendo revoltado alguns xeques, como o de Mombaça, Ampaza, etc. Esta última localidade, que se encontrava fortificada, foi completamente arrasada pelos portugueses, tendo sido mor-	
9	1896	tos quási todos os seus habitantes	XI CI
10	1498	Vasco da Gama, na sua passagem para a India, aporta pela primeira vez à Terra de Boa Gente (Inhambane)	
10	1755	Alvará declarando livre o comércio de Moçambique e na Costa Oriental, à excepção do velório, missanga,	11
11	1890	etc	XXXVIII
12	1507	matabeles e na Machona	XCI
12	1782	arrazam Oja, na costa de Moçambique	,
12	1863	Capitão-general Primeiro relatório de um ministro sôbre a gerência	XLIV
13	1720	ultramarina Determina-se que seja construida em Moçambique uma casa de Alfândega para arrecadação dos direitos, o	
13	1859	Portaria determinando que as praças setenciadas por deserção formem uma companhia que se denominará <i>Companhia Disciplinar</i> e cujo quartel será a praça de S. Sebastião (distrito de Mocambique). Foi extinta	
13	1895	em 20-10-1862 Desembarca em Lourenço Marques, o Comissário Régio António Enes, que havia tomado posse do seu cargo em 10, na capital (Moçambique)	

JANEIRO				
14	1891	Desembarca na Beira o batalhão de voluntários comandado pelo major Caldas Xavier e que se destinava a combater a gente da «Companhia Inglesa do Sul da África» (British South Africa Company) que havia capturado o coronel Paiva de Andrada e Manuel		
15	1882	António de Sousa, entrando em território português. O régulo da Manhiça do Norte, Mutuá, presta pela primeira vez vassalagem a Portugal.	LXXXVIII	
16	1505	Os árabes atacam a fortaleza de Sofala, levantada por Pero de Anaia. Os portugueses desbaratam o ini-	117 17	
16	1773	migo, matando o rei Zufo	IV,V	
16	1856	(Marquês de Pombal). Portaria estabelecendo uma Escola Prática de Navega-	:	
17	1891	ção para os portos da Província O Govêrno Português propõe ao Govêrno Inglês, um traçado de fronteiras diferente do de 2 de Agosto de 1890 e mais benéfico para Portugal de que aquele, (deixando-se, ainda assim, fora dos nossos territórios, muitos régulos avassalados) o que não foi aceite pelo segundo	XCIII	
18	1498	Vasco da Gama houve vista dum rio no Canal de Mo- cambique e seguindo a sua corrente até à terra, deu a esta o nome de «S. Rafael»	AÇIII	
18	1879	Chega a Pretória o major Serpa Pinto — Travessia da África — que havia partido de Benguela (costa oci-	LXXVIII	
19	1498	Vasco da Gama descobre o rio dos Bons Sinais (Quelimane)	LAAVIII	
19	1763	E' inaugurada a «vila» de Moçambique com o nome de S. Sebastião de Moçambique, em virtude da Carta	XL	
19	1781	Régia de 9-5-1761	AL	
20	1509	havia estabelecido em Lourenço Marques Diogo Lopes de Sequeira descobre a baía de S. Sebastião (Madagáscar)	XLII	
20	1536	O intérprete português, Diogo Botelho, dobra o Cabo da Boa Esperança, na sua fusta de 22 palmos de comprido, 12 de largo e 6 de pontal, construída em Cochim, tendo saído de Dabul a 1-9-1535.		
20	1887	Augusto de Castilho chega a Zanzibar para cooperar com a demonstração de fôrça da esquadra alemã. A Alemanha reconhecia os direitos de Portugal à baía de Tungue	LXXXV	
20	1892	Morreu em combate contra os barüenses, depois de um cêrco à aringa de Missongue, o grande português Manuel António de Sousa — o dominador do Báruè		
21	1612	 —que foi capitão-mor de Manica e Quiteve E' desmembrado do arcebispado de Goa a ilha de Moçambique e toda a costa desde o Cabo da Boa Esperança até ao Cabo Guardafui, criando-se um Administrador Eclesiástico O primeiro foi Frei Dominion 	XCV	
21	1887	gos Torrado, Bispo de Salé		

JANEIRO			Capitulos
22	1815	Residente junto do Gungunhana, chega ao kraal dêste, prontificando-se o Gungunhana a enviar dois emissários a Lisboa renovar o seu preito de vassa lagem, insistindo, contudo, em que as terras fossem governadas por êle. E' assinado em Viena de Áustria um tratado entre Portugal e a Inglaterra com o fim de abolir a escravatura ao norte do equador. (Passou a ser exténsivo ao sul	LXXXI
23	1786	por tratado de 28-7-1817)	LL XLV
23	1886	mão e Dio	LXXXV
24	1587	e Zanzibar	LAAA
24	1868	E' organizada em Tete uma pequena coluna para cooperar com outra, a fim de combaterem o Bonga (3.ª	
25	1864	expedição contra o Bonga)	LXXII
25	1877	para revoltar os antigos súbditos de seu irmão). Nomeação do primeiro juíz para a comarca de Lourenço Marques—Bacharel Eduardo Alfredo Braga de Oliveira.	LXX
26	1634	Contrato entre a Fazenda de Goa e o Governador de Moçambique, para mandar, para a India mediante determinado resgate, o ouro de Sofala, Cuama e	XIV
26	1809	Moçambique Carta Régia declarando que para sucessão do Govêrno, deve ser chamado o oficial mais graduado de 1.ª ou 2.ª Iinha, com exclusão dos da classe de reformados.	
26	1868	Parte de Tete para Massangano a 3.ª expedição destinada a combater o Bonga	LXXII
27	1882	O régulo Manicusse, da Polana, renova a vassalagem a Portugal.	
28	1895	Parte de Lourenço Marques, pelas 5 da manhã, para Anguane, uma coluna, a fim de combater os indigenas revoltosos da Magaia e da Zixaxa, (Início da campanha contra o Gungunhana)	XCVI
29	1782	Da Metrópole são pedidas informações sôbre o comércio dos mouros e banianes e sôbre a utilidade da sua permanência na Colónia. (O comércio com os banianes	XXIX
29	1864	havia sido permitido em 1686, pelo Conde de Alvor) Combate entre as tropas portuguesas e a gente do ex-régulo de Angoche, Mussa-Quanto. O inimigo	
30	1502	deixou inúmeros mortos	LXX
30	1897	Gama, com uma esquadra composta de 20 naus . Sentença arbitral do ministro italiano Paulo Vigliani, concordando com o traçado de fronteiras da Africa	III

	Capitulos		
31	1763 1895	Oriental Portuguesa, pelos nossos delegados, em contrário da opinião dos delegados da Inglaterra É proibido aos banianes, mouros e gentíos irem comerciar no continente e nos portos da Colónia A "Bacamarte" sóbe o rio Incomati à altura das principais povoações do régulo revoltoso Maazul, bombardeando-as	XXIX

		FEVEREIRO	Capitulos
1	1506	Fernão Veloso descobre o lado oriental da ilha de Ma-	
1	1828	dagáscar. O imano de Mascate toma Mombaça, que Portugal ha-	:
2	1811	via abandonado. Chegam a Tete os negociantes indígenas Pedro João Baptista e Amaro José, que 4 anos e 8 meses antes haviam partido de Pungo-Andongo (Angola) regres-	· . !
2	1864	sando em seguida a Angola, (Projectos de ligação de Angola e Moçambique)	XLIX
2	1895	todos mortos nas campanhas contra o Bonga Os rebeldes landins, pelas 4,30 horas da manhã, atacam as nossas tropas em Marracuene—o célebre quadrado	LXXII
3	1887	de Marracuene — sendo derrotados. O combate terminou ás 6 horas da manhã	XCVII
4	1882	longos anos se ter pedido aquela baía aos sucessivos sultões	LXXXV
5	1891	Cecil Rhodes, declara em Londres que não podia impedir a partida de 5.000 homens do Cabo, para invadir	
6	1842	ManicaÉ eleito em Moçambique, pela 1.ª vez, um Senador	
7	1857	para as Côrtes	
8	1890	o xeque de Sangaje, depois de ter atacado as tropas	
9	1499	portuguesas, incendeia algumas povoações A armada de Vasco da Gama coloca em Melinde um	
9	1887	padrão das armas portuguesas	
10	1895	São mandados estabelecer três postos de segurança no Malé, Ponta Vermelha e Infulene como defesa ao possivel ataque a Lourenço Marques da gente do Maazule e do Matíbejane — depois do combate de	
11	1499	Vasco da Gama larga ferro nos baixos de S. Rafael onde mandou deitar fogo ao navio do mesmo nome	XCVI
11	1557	por lhe faltar gente para o guarnecer	II
11	1888	feitoria de Cochim (Índia) em reconhecimentos dos seus serviços O régulo Lobengula, rei dos Matabeles, cede a Macho na antes cedida a Portugal pelo Monomotapa (1630)	VII

		FEVEREIRO	Capitulos
11	1007	—, aos emigrantes do Cabo e autorisação para explorações mineiras. (Estas concessões deram origem às grandes rivalidades entre Moçambique e o célebre Cecil Rhodes).	LXXXVIII
11	1887	O Governador de Moçambique envia um ultimato ao sultão de Zanzibar para que êste faça cedência dos territorios de Tungue a Portugal	LXXXV
11	1891	É assinado o decreto da concessão magestática da «Com- panhia de Moçambique», para contrabalançar o esfôr- ço e a expansão dos ingleses da «British South Africa Company», que tudo levaya a crer pretendia penetrar	
12	1884	em territórios auríferos de Moçambique. (Ver 8-3-1888) É concedido a Paiva de Andrada o direito de explora- ção da região aurífera de Manica e nas bacías do Aruangua e do Buzi. A Companhia exploradora, chamava-se «Companhia de Ofir». As minas a explorar, alèm das de Manica, eram as de Quiteve, Bandire e Inhaoxo (bacía do Aruan- gua). Esta concessão transformou-se mais tarde na actual «Companhia de Moçambique». (Ver 11-2-1891)	
12	1887	Terminado o prazo imposto por Portugal a Zanzibar para responder ao ultimato de 11, consideram-se em	
13	1855	guerra os dois países	LXXXV
14	1891	Largam da Beira para se dirigirem a Macequece, os expedicionàrios que haviam partido de Lourenço Marques em 10 de Janeiro, afim de vingarem a afronta feita pela gente da «Chartered South Africa Company» (Companhia Britânica da Africa do Sul) que havia prendido o Administrador da Companhia de Moçambique, Coronel Paiva de Andrada e o capitão mor de Manica, Manuel António de Sousa	LXXXVIII
15	1843	Toma posse de Governador-geral da Província, o Brigadeiro Rodrigo Luciano de Abreu de Lima — o 1.º	
15	1893	Governador-geral que visitou Lourenço Marques Procede-se pela primeira vez ao estudo da fauna e flóra do distrito de Lourenço Marques.	LXI
16	1887	Começam as hostilidades entre Portugal e Zanzibar. Na baía de Tungue é apreendido o vapor Kilwa de	LXXXV
16	1895	Zanzibar Missa campal na explanada da Ponta Vermelha (Lou- renço Marques) junto ao farol, seguida do acto de condecoração às tropas que tomaram parte no «qua-	
17	1898	drado de Marracuene» São dissolvidas as colónias agrícolas de Manica, Mossurisse e Fernão Veloso, criadas em 26 de Maio de 1896. Estas colónias eram para pretos. (Não deram resultado)	XCVII
18	1507	Fernão Soares descobre a costa oriental de Madagáscar a que deu o nome de S. Lourenço	
18	1887	A canhoneira Douro lança 21 bombas sôbre a povoação de Meningueni pertencente ao sultão de Zanzibar. (Guerra de Portugal com Zanzibar)	

	Capitulos		
19	1810	Portugal obriga-se a não permitir a escravatura em qual- quer lugar da costa de África, fóra dos seus dominios.	LI
20	1507	Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, tomain e	
20	1781	Chega a Moçambique a expedição partida da India para expulsar os austríacos de Lourenço Marques (vêde 19-1-1781). Em 1 de Abril, desembarcando à fôrça, arrasa o estabelecimento austríaco e uma bataria de 13 peças, apresando duas palas, «Príncipe Fernando» e «Conde de Proli» e remetendo-as a Goa	XLII
20	1857	O Marquês de Sá da Bandeira, Ministro das Colónias, aprova a apreensão do vapor inglês <i>Herald</i> , que transportava contrabando de guerra, nas águas de Mocambique	LXVIII
21	1750	Toma posse do Govêrno da Província de Moçambique o 1.º governador que teve o titulo de Capitão-general, Francisco de Melo e Castro	XXXVII
2 2	1887	É atacada a margem esquerda do rio Meningueni — guerra de Portugal com Zanzibar — trocando-se bastantes tiros de parte a parte, conseguindo, contudo,	
23	1887	os portugueses passar para aquela margem As tropas portuguesas invadem a povoação de Menin- gueni e tomam algum material de guerra aos zanzi- baristas (guerra com Zanzibar)	LXXXV
24	1498	Vasco da Gama larga do rio dos Bons Sinais (Queli- mane) e segue em demanda das regiões do Oriente, depois de lá ter colocado um padrão com o nome de	
24	1891	S. Rafael O Ministro de Inglaterra em Lisboa, Jorge Glynn Petre em nome do seu Govêrno, apresenta ao Govêrno português um memorandum para tratar da posição do Gungunhana, pondo em dúvida os direitos de Portu	
25	1869	gal aos territórios dêste régulo	XCIV
26	1892	senhores Permite-se o estabelecimento de sucursais dos Bank of Africa Limited, Banco Nacional da Republica de Sul e Standard Bank, em virtude do Banco Nacional Ultramarino fazer transferéncias a 7 % e aqueles a 1 % e 3 %	
26	1897	Parte de Natule (2.ª exped.) uma coluna debaixo de comando de Mousinho de Albuquerque, a caminho da povoação de Naguema, para bater os namarrais	
27	1887	(Vêde 19 10-1896) Ocupação da baía de Tungue pelos portuguezes, depoi de um forte tiroteio entre êstes e zanzibaristas, ficando	s
28	1891	Tungue, desde esta data, pertencendo a Portugal A expedição de voluntários portugueses destinada combater os ingleses da «South Africa Company acampa e permanece durante alguns dias em Mo	LXXXV
29	1895	cumgairga, num espaço rodeado de charcos, o qu ocasionou bastantes febres	e LXXXVIII

Onde diz A mandioca não é produto de Moçambique (2-Março 1776) ler A mandioca não é produto originário de Moçambique.

» o regato de oíro e prata (7 Março 1595), ler o resgate de oiro e prata.

proof-tendency.	,	MARÇO	Capitulos
1	1510	É morto na «Aguada de Saldanha» o ilustre Vice-Rei,	,
1	1529	D. Francisco de Almeida Nuno da Cunha manda lançar fogo à cidade de Mom-	
1	1613	Nomeação do primeiro bispo para Moçambique, Do-	V
1	1867	mingos Torrado, bispo de Salé	
		Fica concluida a 31 de outubro desse ano. Tinha quatro baluartes.	5
$\frac{2}{2}$	1498 1776	Vasco da Gama aporta pela 1.ª vez a Moçambique Chegou do Brasil a primeira semente de mandioca no	11
n	1856	navio «Conceição Flor do Mar.» (A mandioca não é produto de Moçambique)	XLI
2 2	1887	Chega a Tete o célebre explorador inglês, Dr. Livingstone, que havia partido de Angola	LXVII
2	1897	O Sultão de Zanzibar pede paz a Portugal por inter- médio da Alemanha	LXXXV
		das por Mousinho de Albuquerque e os namarrais. (Vêde 26-2-1897)	CII
3	1785	Alvará régio proibindo que os banianes negoceiem nos portos e no continente	XXIX e XLV
3	1906	Em honra dos Duques de Connaught, organíza-se em Lourenço Marques um batuque de 15.250 pretos.	
4	1394	(Também foi dada a duas avenidas o nome de Duque e Duquesa de Connaught)	
4	1862	cias deixou descobertas 370 léguas de costa africana (desde o Cabo Bojador até à Serra Leôa) — álém de muitas ilhas, etc	
5	1505	abandonado desde 1836Ordem de D. Manuel a D. Francisco de Almeida quando capitão mor para a India, para que fizesse a forta-	LXXI
5	1873	leza de Sofala, bem como a de Melinde Chega a Moçambique o primeiro paquete para carreiras	IV
5	1881	regulares. Foi o «Natal» da Companhia Union È organizada uma expedição para bater o xeque de	LXXV
6	1897	Matibane, Amad Abdallah	LXXIX
6	1587	os namarrais, no Ibraímo, sendo êstes últimos batidos. Martim Afonso de Melo retoma e arraza a cidade de Mombaça, que estava defendida por 7:000 comba-	CII
7	1595	tentes	XI
7	1876	de Sofala. Desembarca em Lourenço Marques, a primeira expedição de engenheiros que tão grande impulso deu à então vila. (Comemorando esta data existe a Praça	
7	1897		LXXXV

	Capitulos		
8	1823	O régulo Maota, da Tembe, presta vassalagem a Portugal, à semelhança do que já havia feito seu avô	
8	1846	Capela Data da carta escrita pelo Rei D. João III a D. João de Castro, recomendando que Lourenço Marques reconhecesse os rios da terra que havia descoberto e assentasse uma fortificação na margem direita do rio	
8	1888	do Espirito Santo É pedido o privilégio da concessão por trinta anos da exploração colonial de uma grande parte da África Oriental Portuguesa, para todas as explorações, em especial as auríferas. Os nomes que subscreviam o pedido eram: Conde de Penha Longa, Ed. Bartissol, E. Pinto Basto, Fontes Ganhado, Lima Mayer, J. Couvreur e Oliveira Martins. (Ver 12-2-1884)	XCIV
8	1895	Depois de ter sido ocupada pelas tropas portuguesas a Xefina Grande, é ocupada a Xefina Pequena	XCVII
9	1498	Vasco da Gama assenta paz com o xeque de Moçambique e em memória dela manda celebrar uma missa — a primeira na Africa Oriental — na Ilha de S. Jorge. Comemorando êste facto, um ano depois, em 3-1-	
9	1916	1499, manda erigir um padrão naquela ilha A Alemanha declara guerra a Portugal que se estenden	II
10	1561	até às suas colónias africanasÉ morto pelos cafres o padre Gonçalo da Silveira	CX
10	1840	Lei isentando do pagamento de direitos as máquinas e	
10	1855	utensílios necessários à agricultura da Colónia Portaria autorizando o Governador-geral a abrir uma estrada de Lourenço Marques ou de Inhambane até	5
10	1897	à fronteira do Território dos Transvaal-boers Após a primeira campanha contra os namarrais é esta	-
11	1786	belecido no Ibraímo um pôsto militar (Vêde 6-3-1897) Toma posse do cargo de Capitão-general (Governado geral) António Manuel de Melo e Castro, um do mais zelosos administradores dos dinheiros do Es	r 5 -
12	1837	Toma posse do Govêrno da província o major D. Antó nio José de Melo, primeiro que teve o título de «Go	-
12	1876	vernador-geral» da Provincia de Moçambique O Govêrno da Metrópole contrai um empréstimo de 1.000 contos para melhoramentos públicos em África Esse empréstimo e a vinda a seguir da comissão de engenheiros, foram a alma dos melhoramentos de	e e
13	1834	Lourenço Marques (vêde 7-3-1876)	LXXV
14	1758	tavo) obrigado a largar a administração Toma posse de Governador da Província o Capitão-ge neral João Manuel de Melo. Diz a tradição que s suicidou por ter os cofres públicos exaustos e não po	e e
14	1854	o thune de Mascate laz alvolal a sua palluella lla pal	a
15	1779	de Tungue	LXII
		, , I am and	-1

		MARÇO	Capitulos
16	1561	que haviam estabelecido, pela fôrça, uma feitoría em Lourenço Marques. Esta ordem, porém, só teve execução em 1781 (Vêde 19-2-1781 e 20-2-1781) Morre martirizado em Monomotopa, o jesuíta português,	VLII
16	1850	Gonçalo da Silveira	IX
16	1887	tando dois oficiais e o próprio Governador O capitão-mor de Manica e Quiteve, Manuel António de Sousa, ataca em dois combates sucessivos o sultão Mutôco, aliado do Bonga, nas margens do Mazoè, in-	LXIII
16	1887	fligindo-lhe grandes perdas	LXXXVI
17	1545	Parte de Lisboa a armada comandada por D. João de Castro (6 naus grandes com 2.000 homens). Ao passar em Lourenço Marques comunicou para o rei a descoberta feita pelo indivíduo (Lourenço Marques) que	
17	1895	dera o nome à baía	XCVIII
18 19	1918 1897	Criação de um liceu nacional em Louvenço Marques. Concentração de forças na baía de Matibane para iniciar	AC y tit
20	1499	a segunda campanha contra os namarrais Vasco da Gama no regresso a Portugal, dobra o Cabo	CII
20	1570	da Boa EsperançaPortugal publica uma das primeiras leis abolindo a es-	v
20	-1913	Acôrdo entre os governos português e alemão para a partílha das ilhas do Rovuma, na parte em que o mesmo rio constitui fronteira entre os territórios dos dois países	X
21	1619	Carta Régia proíbindo sob pena de morte que os capi- tães da fortaleza de Mombaça passem licenças para a entrada de Meca às embarcações dos árabes, com receio de que êstes ataquem a costa de Moçambique.	XI,XVIII
21 21	1868 1895	O régulo Amule atáca o presídio de Lourenço Marques. É atacada a Macaneta do Finish, sendo a povoação in- cendiada; os régulos da Matola e de Moamba, auxi-	XCVI
22	1856	liaram o ataque. (Campanhas contra o Gungunhana). Organiza-se uma expedição contra Angoche, tendo-se os soldados revoltado após a chegada àquela locali-	VCAİ
23	1842	É batida pelos nossos soldados a gente do capitão-mor de Tete, Caetano Pereira, o "Choutana". Êste haviase revoltado contra a soberanía portuguesa em	LXIII
24	1498	8-5-1841	LIX
24	1892	marinheiros	II

MARÇO			Capitulos
25	1887	Conferência Internacional de Bruxelas, de 2 de Julho de 1890. A guarnição da corveta Afonso de Albuquerque desembarca em Moçambique para prender o régulo	
26	1862	"Namarral", tendo destruído algumas povoações	LXXI
27	1868	1836. O régulo Amule mais uma vez ataca Lourenço Marques	LXXII
28	1828	Tratado de comércio e amizade entre o Govêrno da Provincia e o imano de Mascate, reconhecendo e firmando os limites do território em Cabo Delgado	
28 28	1876 1878	Criação da Escola de Artes e Oficios de Moçambique O régulo Amule, que hostilizou Moçambique durante anos, chegando a atacar mais duma vez Lourenço Marques, presta vassalagem a Portugal	
29	1840	Toma posse de Governador-geral o Brigadeiro Joaquim Pereira Marinho—um dos que mais perseguiu os ne-	
30	1897	gociantes de escravos	CII
31	1593	É declarado livre o resgate do ouro e prata de Sofala, sendo obrigados, porém, os seus possuidores, a pagar ao Govêrno 1/5 da sua importância	
31	1607	Os holandeses põem cêrco à fortaleza de Moçambique, por espaço de dois meses, terminando por incendiar toda a vila	

	Capitulos		
1	1502	Algumas naus da Armada de Vasco da Gama (2.ª via- gem à India) partem de Lisboa. Já antes, em 1-2-1502, tinham partido algumas outras. A armada compunha-	
1	1757	se no seu total de 20 caravelas Carta Régia, ordenando que os funcionários da Colónia sejam pagos em moeda corrente, sendo-lhes proíbido	III
1	1781	todo o comércio	XXXVIII
2	1723	gal Provisão proibindo a admissão dos navios estrangeiros nos portos da Província	
2	1761	Alvará Régio, ordenando que nas colónias os nativos sejam admitidos para as dignidades e empregos. (Teve execução em 10-4-1763.)	
2	1781	Em Lourenço Marques é incendiada e arrasada pelas tropas vindas da India, uma feitoria austríaca. Dois	VIII
2	1920	barcos desta, foram apreendidos	
3	1721	português. (Vêde 16 6-1894 e 24-8-1892)	CX
3	1760	arrasado Provisão determinando que as terras dadas a colonos nos distritos de Rios de Sena, nunca teriam mais que	XXXV
3	1852	três léguas de comprimento por uma de largura Três negociantes mouros, que haviam partido de Zanzi- bar, chegam a Benguela. Saíram depois de Angola com Silva Porto, afim de regressarem a Moçambique. Éste não completou a travessia, chegando aqueles a	XXIX
4	1781 1837	Moçambique em 12 de Novembro de 1854 Presta vassalagem a Portugal o régulo da Matola É jurada em Moçambique a constituição política de 1822 e festejado o casamento de D. Maria II com o	LXIV
5	1758	principe D. Fernando	
5	1870	O Governador de Lourenço Marques, Sà e Simas, com 40 soldados e três peças de campanha, fàz de novo	
7	1498 1835	arvorar a bandeira portuguesa na Ilha da 1nhaca A armada de Vasco da Gama aporta a Mombaça Portaria mandando promover a emígração dos índios para se povoarem diversos pontos da províncía de	II
7	1897	Moçambique Regressa a Matibane, seguindo depois para Moçambique, a coluna que havia submetido alguns régulos	
		de namarrais, por ter sido dada como terminada a campanha, concentrando-se todas as tropas em Lou- renço Marques, por cau a da tensão de relações en-	
8	1781	tre a Inglaterra e o Transvaal	
8	1888	o régulo Matuto, de Massengane, presta vassalagem a	
9	1524	Parte pela 3.ª vez para a India, como Vice-Reí, o al-	

45 Y)	Capitulos		
		mirante Vasco da Gama. A armada debaixo do seu comando compunha-se de 14 naus de Lourenco Mar-	·III
9	1868	O régulo Amule ataca a fortaleza de Louienço Mar-	LXXII
10	1863	Portaria Régia determinando que se não enviem mais	
10	1916	Ocupação de Quionga (Guerra de Portugal com a Ale-	CX
11	1720	Carta Régia permitindo aos banianes e gentios comer-	XXIX
11	1888	riada por outras em anos seguintes	AAIA
12	1763	tugal. Em igual data, Xicuco, régulo de Mavelele É aprovado o plano do Capitão-general, Baltasar Pereira do Lago, que consistia em cercar a Praça de S.	
4.0	1 = 00	Sebastião com um fôsso aquático do lado de terra Alvará obrigando os proprietários, sob graves penas, a	XLI
12	1769	plantarem mandioca. Lei autorisando o Governo da Metrópole a organizar e	ALI
12	1877	a subsidiar uma expedição destinada a explorar os territórios compreendidos entre as províncias de An	•
		gola e de Moçambique, por causa das acusações que os exploradôres inglêses, tenente Young e Lovett Ca	
		meron, faziam a Portugal de comerciar em escrava tura. Organizou-se em 1880 a expedição de Serpa	-
19	1007	Pinto, Capelo e Ivens. O forte de Muchela, na baía de Mocambo, sofre o assalte	LXXVIII
13	1897	dos bandos de Marave, avaliados em cêrca de 3.000 homens, que foram repelidos. (Campanha contra o Maraves)	<i>J</i> ,
13	1895	Chega o vapor <i>Portugal</i> , trazendo o coronel Galharde e as fôrças de artilharia e engenharia, destinadas combater o Gungunhana	a
14	1785	Alvará estabelecendo penas severas contra os Capitães generaes e Governadores de Moçambique, Sena	S-
		Sofala e Ouvidores que prevaricassem no exercica das suas funções e facilitando ao mesmo tempo, respeito daquelas entidades, quaisquer denúncias par a Secretaria do Ultramar por via do Capitão-genera	o a ra al
14	1891		es
		acompanhados por trabalhadores pretos, que preter diam marchar para Manica por ali. Eram todos o «Chartered Company of South Africa» a Companh Britânica da África do Sul	ia
18 18	_ 1	Vasco da Gama chega a Melinde	. H
		de guerra, impedem pela fôrça que o «Norseman transportando uma expedição inglêsa, entre na Bei para se dirigir para o interior. Era Governador-gei J. J. Machado e estava pendente entre os govêrn	», ra ral os
1	5 189	português e inglês o tratado de delimitação de fro teiras. Toma posse do Govêrno, interinamente e pela prime	XCII
		vez, o Secretario-geral, Joaquim da Graça Correia Lança. (Governava Moçambique pela segunda vez,	e

		ABRIL	Capitulos
		terinamente, em substituição de António Enes, quando Mousinho de Albuquerque prendeu o Gungunha-	
16	1498	o rei de Melinde manda a bordo da nau de Vasco da Gama uma embaixada com presentes, a que o Capitão-mor retribuiu da mesma forma	II .
16	1885	Lei estabelecendo a liberdade de grande cabotagem entre os portos das províncias ultramarinas a leste do Cabo da Boa Esperança e os portos portugueses do continente europeu e das ilhas adjacentes. Ficava fóra desta lei a África Ocidental, que tinha um carreira portuguesa. Graças a ela, os vapores da <i>Union</i> e da <i>Castle Mail</i> , passaram a tocar em Lisboa, Madeira e Lourenço Marques	
16	1891	Por ordem de António Enes, organiza-se uma expedição para ir às margens do Niassa vingar a morte do tenente Valadim, trucidado anos antes pelo sultão Mataca. Esta expedição não chegou a seguir ao seu destino	
17	1891	É entregue em Lisboa uma proposta do Governo inglês, em resposta a outra do Governo português, acêrca de Manica, em que aquele pedia o planalto e livre trân- sito dos seus súbditos pelo rio Pungué.	LXXXVIII
1.8	1493	Entrevista de Vasco da Gama com o rei de Melinde, no	II
18	1569	mar, sendo êste recebido com salvas Parte de Lisboa a expedição de Francisco Barreto (reinado de D. Sebastião) composta de 1.000 homens de armas, muitos dêles fidalgos e todos alistados voluntáriamente. As naus que a compunham eram as Rainha, Assunção e Santa Clara. A nau capitanía, desgarrando-se em consequencia de um grande temporal, foi invernar à baía de Todos-os-Santos (Brasil), donde a seu tempo seguíu para Moçambique, onde chegou a	
18	1898	A Zambézia é declarada em estado de sítio para se encetar uma campanha contra a gente de Maganja da Costa, tendo sido encarregado de dirigir as operações o 1.º tenente João de Azevedo Coutinho	CV
19	1502	Chega a Moçambique o Capitão-mor Vicente Sodré tio materno de Vasco da Gama, que vinha encarregado de construir uma caravela, para o que trazia de Lisboa a madeira necessária e aparelhada	
19	1825	É constituido um «Corpo de Milicianos», composto de indígenas cativos, com 10 companhias	
19	1875	Portaria (Andrade Corvo) determinando que se não mandem degredados para Lourenço Marques	
19	1879	Chega a Durban e segue para a Europa o major Serpa Pinto, que havia partido de Benguela em novembro de 1877. Chegou a Pretoria, atravessando a África,	·
20 20	1763 1785	em janeiro de 1879 A Capitania de Sofala é elevada a vila Carta Régia, proíbindo a entrada aos navios franceses para comerciarem e declarando livres a entrada do marfim e patacas, que ficariam pagando 4 °/, quando importadas dos portos subalternos	LXXVIII
21	1781	As tropas portuguesas destróem uma feitoría austríaca que se havia éstabelecido na Inhaca	XLII,XLV

		ABRIL	Capitulos
21	1781	É declarado livre o comércio dos portos da Provincia a	XXXVIII
22	1752	todos os portugueses. (Vêde 1-4-1781) Decreto Régio, mandando que Moçambique passe a ser um Govêrno independente, desligado do da India. (Esta data,-cujo documento justificativo se extraviou,-vem quási sempre citada como sendo a 19 ou 20 de Abril. Consultando os arquivos da época, chega-se, porém, à conclusão de que é a 22)	AAAVIII
22	1895	È organisada uma coluna para marchar sôbre o Incanine, a fim de bater a gente dos régulos revoltosos, Maazule e Matibejana	XCVI
23	1897	Chega a Mabala a coluna de socorro às fôrças de Vieira da Rocha, que se viram obrigados a sustentar fogo com os maganjeiros, quási ininterrúptamente	CV
24	1498	A armada de Vasco da Gama parte de Melinde para	
24	1872	Calecut, na India, onde chega a 20-5-1498 Firma-se, pela primeira vez, um contracto de navegação, estabelecendo carreiras directas entre a Metró-	II
25	1835	pole e Moçambique Carta de lei, determinando que em lugar dos capitães- generais, se nomearão governadores para os domínios ultramarinos, com as mesmas honras que eram	LXXIV
25 25	1844 1908	concedidas aos capitães-generais É autorizada a organização de corpos de milícias Lançamento da primeira pedra para o monumento a António Enes.	
26	1781	O régulo da Inhaca presta vassalagem ao comandante da expedição portuguesa que expulsou os austríacos, que se haviam estabelecido naquela ilha. (Vêde	
27	1897	Entram na aringa da Maganja as tropas que operavam contra Maganja da Costa. Dali vão partindo em várias forças para pacificação da região, o que terminou	XLII
23	1868	em 7 de Julho	CV
29	1828	combinado num tratado anterior (11-8-1855) Alvará determinando que o açucar fabricado em Moçambique goze por tempo de 0 anos a vantagem de pagar apenas metade dos direitos.	LXXIV
29	1858	Novo decreto marca o prazo de vinte anos para a abo-	,
29	1875	lição da escravatura nas colónias portuguesas Carta de lei (Andrade Corvo) determinando que no ano	LXVII
29	1878	seguinte termine a condição servil de liberto	LXVII
30	1890	e aberta à exploração toda a linha férrea desde a cidade de Lourenço Marques até ao «terminus» em Res-	
30	1895	sano Garcia Extinção do Arsenal de Moçambique	LXXV
-			

		MAIO	Capitulos
1	1892	Os ingleses comprometem-se com o Gungunhana a ser- lhe paga a quantia de 500 libras anuais em todos os dias 1.º de Maio, mediante concessão dos terrenos de Ca- za, de que aquele era régulo	XCIV
2	1839	É descoberto um conlúio tendo por base um movimento separatista das províncias de Angola e Moçambique, que ficariam independentes sob a protecção do Brasíl.	LVII
2	1840	O Govêrno da Metrópole recomenda ao de Moçambique que procure introduzir nesta, para serem aproveitados como mejo de transportes, camelos e elefantes.	
2	1840	Pelo Govêrno da Metrópole são convidados 20 mance- bos da Província a ir estudar ao Reino, dando-se-lhes a liberdade de escolherem os cursos	XLVIII
3	1857 1854	Publica-se o Decreto de 2-10-1856, que organizou defini- tivamente os Conselhos do Govêrno do Ultramar. É determinado ao Governador-geral que faça todas as diligências para abrir comunicação por terra com An-	
4	1781	gola Retira para a India a expedição que havia vindo a Lou- renco Marques para expulsar os austríacos (Vêde 15-	LXIV
4	1891	3-1779, 19-1-1781, 20-2-1781 e outras)	XLII
5	1868	renço Marques. em 10 de Janeiro para vingar a afronta feita a Portugal pelos agentes da «Chartered Company of South Africa»	LAXAVIII
5	1888	do quási todos os povos indígenas que habitavam as terras portuguesas nas proximidades do presídio de Lourenço Marques, com o fim de roubarem e assassinarem os seus moradores	LXXIII
		Portugal. Em igual data, Maguche, régulo de Xinavane Constituição definitiva da «Companhia de Moçambique»	
5	1892	com os capitais necessários para a sua exploração.	XCIV
6	1761	È declarado livre o comércio de quaisquer artigos para nacionais em toda a África (Vêde 10-6-1755) Saem de Santarem para a Etiopia afim de procurar saber	AAAVIII
7	1487	relações das terras do Preste João — Atonso de Paiva	I
7	1891	Chega a Macequece um oficial inglês como parlamenta rio, para saber das intenções da expedição de voluntários que ia combater a «Companhia Britânica do Su da África» e pedir que se não aproximassem do rio Chuo para evitar conflitos com a gente daquela Com	
8	1841	panhia Pedro Caetano Pereira, o Choutana, capitão-mor das terras do sertão de Tete, tendo-se revoltado, bate uma expedição portuguesa que havia sido enviada para o	
9	1499	combater	

		MAIO	Capitulos
9	1761	Moçambique, Inhambane, Quelimane, Tete, Sofala, Sena, Zumbo, Manica e Ibo, são elevadas à categoria de	VI
9	1883	«vila» Contracto estabelecendo uma carreira regular de vapores entra Lisboa e Moçambique pelo Cabo da Boa Esperança, a trôco do subsídio anual de 72 contos (Ministro Barbosa du Bocage).	XL
9	1891	Os representantes do Gungunhana veem declarar a Lourenço Marques, perante o governo e consules ~que o Gungunhana era português».	XCIV
10	1839	Portaria mandando criar escolas de ensino primário nos distritos subalternos da Colónia	XLVIII
10	1889	O Govêrno da Metrópole comunica ao de Lourenço Marques que não concede nem mais um dia de pror- rogação aos empreiteiros ingleses, sôbre os trabalhos do caminho de ferro de Lourenço Marques a Ressano	
11	1891	García	LXXV
12	1870	minutos (Macequece)	LXXXVIII
13	1839	indevidamente	LXXI
13	1840	Decreto mandando que os produtos do Reino e ilhas adjacentes, importadas por portugueses, pagassem metade dos direitos, pelo espaço de 6 anos	
13 14	1854 1891	Primeira edição do Boletim Oficial da Província Novo tratado entre Portugal e a Inglaterra àcerca da de- limitação de Moçambique, ao norte, modificando os límites ao norte da Zambézia e propondo a arbitra- gem. (Lord Salisbury não aceitou esta última clau-	
16 16	1570 1864	sula) (Vêr 18-4-1569). Carta de lei fundando o Banco Nacional Ultramarino, sendo o seu íniciador Francisco de Oliveira Cha-	XCIII IX
16	1897	miço Sai de Mossuril uma coluna debaixo do comando do capitão Eduardo Costa para bater o régulo namarral,	
17	1612	Matula-Muno	CII
17	1820	Tem lugar na Cabeceira Grande uma procissão escanda.	
17	1886	O Gungunhana recebe os enviados portugueses mandando arvorar a bandeira de Portugal, declarando-se amigo dêste país, mas dizendo que se opunha à av	LIV
18	1505	ploração das minas de Manica e prazos do Gorongosa Parte de Lisboa, na nau Santo Espirito, Pero de Anaia, — o primeiro Governador da África Oriental Portu- guesa — capitaneando seis naus. Chega a Sofala a 4 de Setembro do mesmo ano	LXXXI

	Capitulos		
18	1846	Por ordem do Governador-geral, Abreu Lima, os esca- leres da fragata inglesa «Cleopatra» entram no rio de Angoche, destruindo embarcações que conduziam es-	LX
19	1897	Os namarrais atacam a tiro as forças do cap. Eduardo	
20 20	1498 1856	Chega a Calecut (India) a armada de Vasco da Gama. Abertura solene do «Asilo da Infância Desvalída do Sexo Feminino», estabelecido no antigo Convento de S.	II
20	1897	Domingos	CII
21	1879	Contracto em que a Companhia telegráfica inglesa da África Oriental se comprometia a fazer tocar o seu cabo submarino nos portos de Moçambique e de Lou-	LXXVIII
21	1897	renço Marques	
21	1895	teem realizado em Africa	
22	1806	diada, como dias antes se havia feito a Mapunga Partem de Pungo-Andongo (Angola) dois negociantes, Pedro João Baptista e Amaro José, que se propuzeram atravessar a África. Chegaram a Tete — 4 anos e 8 meses depois, por terem sido obrigados a parar em região onde havia guerra — regressando em seguida a Angola. Foram êstes os primeiros viajantes portugue ses que atravessaram a África. (Vêr 21-811)	
22	1897	Uma coluna debaixo do comando do cap. Gomes da Costa bate a gente do régulo Maguiguana nas plani	CIII
23	1838	O Govêrno da Metrópole oferece-se para pagar as des pesas do curso de medicina na Escola Médico-Cirúr gica do Reino a quatro mancebos de Moçambique	XLVIII
23	1888	Massangano é tomada de novo pelo Motontoura, des cendente dos Bonga. Um ano antes, êste havia entre que seu irmão Chatara, manietado, às tropas portu	-
23	1907	guesas (5.ª expedição)	
24	1858	O Ministro Marquês de Sá da Bandeira, autoriza o esta belecimento de vários portos ao longo das margens de Zambeze, entre Zumbo, Tete e Sena e a criação de Cambeze, entre Lumbo, Tete e Sena e a criação de Cambeze, entre Lumbo.	e LXVII
26	1836	Teve lugar em Moçambique uma revolta militar — trop de degredados — sendo presos, pelos soldados amotivados quatro vorais do Govêrno Provisório	LVI
26	1854	Entra em execução o Decreto de 2-12-1852, que altera valor da moeda provincial, regulando o com o do Reno, na razão de 400 réis fracos por 100 réis fortes	i-
27	1836	no, na razao de 400 feis fracos por 100 feis fores. A Cámara Municipal de Moçambique, obrigada pel Fôrça Armada, nomeia uma Comissão Governativa	a

	MAIO		
		composta de cinco vogais que foram indicados pela	
27	1916	Terminou o combate entre tropas portuguesas e alemãs	CX
28	1834	práticos para as primeiras	
28	1868	ordens religiosas	
28	1891	São assinadas as bases definitivas dum pacto com a Inglaterra referente a limites e esferá de influência dos dois estados, sendo a de Portugal alargada ligeira-	
29	1822	mente, para o sul	XCIII
29	1895	tares de profissão	
30	1832	res 3 para combater o Gungunhana	XCVI
30	1891	cio de Moçambique	LVIII
31	1895	tinham recuado 15 milhas para além de Macequece. Com a 2.ª expedição chegada da Metrópole a fim de combater o Gungunhana, são organisadas duas colunas: uma para operações no distrito de Lourenço Marques e outra para Inhambane, ficando para mais tarde a organização da terceira, a do Limpopo	XCIX

	Capitulos		
1	1810	Alvará criando o lugar de «juíz de fora» em Moçambi-	
1	1831	que. O primeiro foi Gil Alcoforado Azevedo Pinto. Parte de Tete para o Cazembe (Angola) uma expedição comandada pelo major Correia Monteiro e Dr. Gamito, que não conseguiu chegar ao seu destino. Esta expedição era uma tentativa de ligação da África	
1	1897	Oriental com a Ocidental. Regressa a Tete em 1833. Mucate-Muno, marido da rainha Naguema e vários chechefes namarrais, vão ao posto de Ibraímo apresentar os protestos de submissão a Portugal, após terem sofrido sucessivas derrotas, obrigando-se a abrir estra-	
1 a	1918	das e a pagarem tributo	
3 2	1838	perdendo armamento, munições, etc. (Grande Guerra) Portaria do Marquês de Sá da Bandeira, ordenando que se distribuam terras aos alunos da Casa Pia e a ho- mens de diferentes ofícios e profissões que se vies-	CX
2	1887	sem a estabelecer em Moçambique	
3	1862	então «términus» da linhaÉ mandado um médico pela primeira vez para Lourenço Marques — Joaquim António de Miranda	LXXV
4	1502	Chega a Moçambique o Almirante do Mar das Índias, D. Vasco da Gama, encontrando pronta a caravela de cuja construção viera encarregado o capitão-mor Vi-	
4 5	1833 1844	cente Sodré (Vêde 19-4-1502	
5 6	1865 1890	de urzelaÉ criado o Govêrno subalterno de Angoche	LXX
7	1869	funcionário ficasse residindo próximo do Gungunhana É organizada uma forte coluna para combater o sultão	LXXXI
8	1840	Mataca (Niassa)	
9	1888	O Gungunhana concede aos portugueses a exploração livre dos jazigos de Manica, continuando contudo em	
10	1755	seu poder aquelas regiões	
10	1856	vêrno a venda da pólvora	XXXVIII
11	1506	das misericórdias	The state of the s
11	1891	alcaide-mor com a guarníção sem mantimentos Tratado entre a Inglaterra e Portugal, pelo qual a in-	IV

	Capitulos		
12	1897	fluência de Portugal se estende até ao paralelo que, passando pela junção dos rios Maputo e Pongolo, vai até à costa marítima	XCIII
13	1843	apresenta a sua submissão	XÇIV e CVII
13	1910	Uma coluna inicía a marcha para Napamonda (operações para ocupação de Angoche). Vários régulos	CIX
14 15	1884 1836	É constituido o distrito de Manica Contra-revolução feita por alguns oficiais, sendo presos os autores da revolta de 27 de Maio (vêde 27-5-1836) A Cámara Municipal dirige-se com a maioria dos habi- tantes à Praça, (Moçainbique-districto), conduzindo em triunfo os membros do Govêrno para o Palácio, fazendo-os reassumír a gerência governativa. A Cá- mara foi auxiliada pelo brigue de guerra inglês, «La-	LXXXI
15	1895	veret». Tem lugar a célebre concessão da Catembe (Lourenço Marques) a P. Fornazini, C. Wack e P. Peres. Êste decreto dava aos concessionários o direíto de construirem pontes naquela praia, perto da qual possuiam um terreno, sem lhes impôr restrições de espécie alguma. Os concessionários venderam o terreno e concessão a um estrangeiro; daí nasceram complicações	LVI
15	1895	de ordem internacional	
15	1910	A coluna para a ocupação de Angoche atinge as terras de Maíva, continuando alguns régulos a apresentar a sua submissão e a oferecer sua gente de guerra. (Vêde	
16	1868	13-6-1910)	CIX
16	1894	9-4-1868) Barão de Schele, Governador da África oriental alemã, manda arvorar a bandeira do seu país na baía de Quionga, pertencente a Portugal, ao mesmo tempo que a manda ocupar por um destacamento de 20 praças indígenas. (Vêde 2-4-1920)	LXXII
17	1856	O govêrno da Metrópole determina que o Governador- geral entregue no primeiro mês de cada ano, um relatório das medidas tomadas no ano anterior, se- gundo o art. XIV do Decreto de 7-12-1856. Igual determinação é feita a cada vogal do Conselho do	
17	1902	Instala-se o primeiro pôsto militar em Namissaco para fins de penetração no distrito de Moçambique	CVIII
18	1910	Parte de Mutuguti para Bôila, uma coluna para submeter o gentío rebelde, tendo se apresentado no trajecto	*:.
19	1612	vàrios régulos	CIX

		JUNHO '	Capitulos
19	1869	Chegam a Moçambique no vapor «Borneo» os reforços enviados do Reino para encetar a 3.ª campanha con-	IVVII
19	1875	fra o célèbre Bonga Falecimento do Visconde de Paiva Manso (Ver 15-9-1873 e 24-7-1875)	LXXII
20	1899	Embarca em Lourenço Marques uma expedição com destino ao Chinde, para combater o sultão Mataca	
21	1878	(Niassa)	CVI
21	1824	tado uma coluna	LXXII
22	1899	Silva, mascarado de baneane)	LIV
23	1889	ter o sultão Mataca (Niassa)	CVI
23	1890	da despedida solene dos missionários que vinham para o Niassa	
23	1897	correctamente qualquer dos idiomas bantu Segue para o Tijungo uma coluna, para submeter os	
14	1512	principais chefes rebeldes da Maganja da Costa Chegam a Moçambique as duas armadas portuguesas	CV
24	1552	cujos capitães-mores eram Jorge de Melo Pereira e Garcia de Sousa	IV
21	1889	veda. O Govêrno português rescinde o contrato com Mac- Murdo (o empreiteiro do caminho de ferro de Lou- renço Marques ao Transvaal), devendo pagar, por isso, uma indemnização que o Govêrno suisso deter-	
24	1910	minaria	LXXV
25	1821	che e no Ligonha	CVI
26	1910	em Portugal (24-8-1820)	LIV
27	1891	ção que operava em Angoche	CVI

	Capitulos		
		pela junção do rio Pongolo e Maputo, vai até à costa	XCIII
28	1334	A Ordem da Junta da Fazenda manda arrendar a particulares a Alfandega das Ilhas de Cabo Delgado.	
28	1849	Combate em Inhambane com alguns régulos sertanejos. O próprio Governador do distrito foi morto em	LXI
28	1859	Portaria mandando estabelecer uma colónia militar em Tete, dando grandes vantagens aos colonos. (Tentativas de colonização)	LXVII
28	1875	As autoridades de Moçambique concedem — em cum- primento dum decreto do Govêrno da Metrópole — todas as facilidades às missões religiosas inglesas que se iam estabelecer nas margens do Niassa. A primeira missão foi solicitada por Young, compa- nheiro de Livingstone	
29	1869	Tratado de limites entre Portugal e o Transvaal, ficando Moçambique delimitado ao Sul por uma linha tirada de 26°30′ desde a costa marítima até aos Limbobos e daí até à portela do Incomati, etc.	LXXIV
29	1889	Os caminhos de ferro são tomados à companhia Mac- Murdo (Vêde 24-6-1889).	LXXV
29	1897	Uma coluna do comando de Azevedo Coutinho é atacada a tiro pelos revoltosos do Barué	CII
29 30	1907 1834	A Beira é elevada à categoria de cidade	Gii
30	1835	naturais E' eleito o primeiro deputado pela Província de Mo-	
30	1880	çambique Bombardeamento de Fuco e Quivolane (Baía de Mo-	I T WWIN
30	1910	cambo) tendo-se submetido os seus régulos È batída a região de Larde, tendo-se fundado ali um posto depois de se sustentar combate com os rebeldes, que durou até 18 de Julho seguinte. Foram aprisionados os régulos mais atrevidos: lbraímo e Farelay, chegando as operações a seu termo	

		JULHO	Capitulos
1	1856	E' prohíbido aos Capitães-generais, o preenchimento de postos de Milícias e de Capitães-mores	
1	1857 1890	Primeira estatística da população de Lourenço Marques A Inglaterra e a Alemanha assinam um acôrdo em virtude do qual os territórios pertencentes ao sultão de Zanzibar, no continente, ao sul do rio Umba, com as suas dependências, eram cedidos ao império alemão, em troca de certa quantia	XC
1 2	1618 1890	Combate de Nhamacurra contra os alemães Tratado entre Portugal e várias nações para não ser consentida a importação de armas de fôgo pelo gentío, em Africa, salvo condições especiais	
3	1708 1842	Parte de Tete em direcção ao Cazembe nos confins de Angola, o dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. Tendo falecido durante a jornada, substituiu-o o Padre F. João Pinto, que conseguiu chegar ao Cazembe, depois de inúmeras privações e regressar a Tete em 22 de Novembro de 1799. (Foi esta a primeira tentativa de vulto para ligar Angola a Moçambique)	XLVII
9		mútuamente o direito dos seus navios de guerra visitarem os navios de uma e outra nação, suspeitos de escravatura, sendo êstes considerados, transportando escravos, como <i>pirataria</i>	LX
3	1897	Organiza-se a coluna de operações para combater o Maguiguana, tendo tomado a sua direcção o Comissário Régio Mousinho de Albuquerque	CIII
4	1897	Uma coluna ataca a aringa de Mavuca, sendo atingida a 3 quilómetros de distância por granadas de artilharia. (Campanha dos «prazos» de Sena)	CIV
5	1865	O Banco Nacional Ultramarino começa a estabelecer as suas agências	GI V
5	1885	Toma posse de Governador-geral, o capitão-tenente Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha (1885- 89). Trabalhou incansàvelmente pela Província e teve a glória de destruir o poder dos célebres Bongas, que haviam derrotado já cinco expedições portuguesas	LXXII
6	1866	Primeira derrota infligida pelos Bongas às tropas portuguesas em Massangano, tendo sido presos e mortos bárbaramente todos os oficiais, incluindo o próprio comandante, (Governador de Tete) Miguel Augusto de Gouveia. A expedição perdeu 400 armas, tôda a artilharia, 4 grandes embarcações, 3 escaleres e mui-	
7	1829	tas munições de guerra e de bôca	LXXII
7	1870	como Rei de Portugal	
7	1898	1elo 26°30'	LXXIV
8	1497	submissão completa dos régulos desta região Parte de Portugal a armada de Vasco da Gama, composta das naus S. Gabriel, S. Rafael e Bérrio, que no	CV

, and a second		FEVEREIRO	Capitulos
egg, pageshaudi		anno seguinte havia de descobrir a Costa Oriental da	
8	1897	África É incendiada a aringa de Mavuca pelas tropas de Aze-	II
9	1897	vedo Coutinho (Campanhas de prazos de Sena) As tropas de Azevedo Coutinho alcançam Chemba (prazos de Sena) tendo-lhes sido necessário combater	CIV
10	1897	As tropas de Azevedo Coutinho alcançam a aringa de Zangué, que encontram abandonada e arrasada (cam-	CIV
11	1838	panha de Prazos de Sena) É recomendado ao Governador-geral para que diligencie obter de Goa alguns casais de agricultores, en-	CIV
11	1899	quanto não chegam do Reino ou das Ilhas Adjacentes Desemba:ca em Chilomo a expedição portuguesa, que ia combater o Mataca (Niassa)	LVIII
12	1502	Entra em Quíloa o Almirante D. Vasco da Gama, fazendo troar a artilharia, o que causou assombro em tôda a cidade. Sujeitou o seu Rei à Coroa de Portugal, impondo-lhe o tributo anual de 50 maticais de ouro. O mesmo rei de Quíloa, recebeu uma bandeira com as quinas portuguesas e correu com ela parte da cidade, fazendo-a depois circular em todas as suas ter-	
12	1897	ras, tendo-a arvorado por último na tôrre do seu palácio Apresenta-se a Azevedo Coutinho, o chefe revoltoso Jizi com alguns cipais, atemorizados perante o êxito	III
13	1897	da expedição. (Campanha de Sena) Segue de Rouchane para o Chibuto, a fim de pacificar aquela região e bater o célebre Maguiguana, uma coluna debaixo do comando de Mousinho de Albuquerque A marcha foi de Rouchane, atravez do Bilene até ao Limpopo; 200 quilómetros em 36 horas. E' esta a mais notavel marcha na nossa história militar da África Oriental.	CIV
14	1880	As tropas portuguesas ocupam o Infusse, Quivolane e Fuco, (baía de Mocambo) depois de prèviamente	
15	1895	bombardeados, tendo submetido todos os régulos. O conselheiro J. J. de Almeida e tenente Aires de Ornelas, partem para o kraal do Gungunhana a fim de	LXXIX
16	1500	Pedro Alvares Cabral, capitão-mor da segunda armada portuguesa chega a Sofala, depois de ter perdído no	LXXXI
16	1897	Cabo da Boa Esperança, quatro navios do seu comando A expedição comandada por Azevedo Coutinho entra na aringa do Cabuemba, chefe rebelde, encontran-	III
17	1882	do-a abandonada (Campanha dos prazos do Sena) O régulo do Maé (Lourenço Marques) presta vassala-	CIV
17	1895	gem a Portugal	
18	1505	gunhana Chega a Moçambique a quinta armada portuguesa, co-	XCVI
18	1892	manda por D. Francisco de AlmeidaÉ assinado na Beira o auto pelo qual o representante da Companhia de Moçambique, Joaquim José Machado, toma pósse dos territórios cuja administração e exploração foram confiados à mesma Companhia pelos decretos de 11 de Fevereiro e 31 de Julho de 1891.	IV,V

		JULHO	Capitulos
19	1838	Portaria do Marquês de Sá da Bandeira mandando dar prémios a quem mais se distinguisse na plantação de café e algodão	LVI!I
19	1838	Portaria mandando estabelecer em Moçambique, uma biblioteca e jardim botânico e autorizando o Gover- nador-geral a dar baixa de serviço aos oficiais que	LVIII
19	1910	quizessem dedicar-se à agricultura	CIX
20	1500	Aporta a Moçambique a segunda armada portuguesa, comandada por Pedro Alvares Cabral	III
20	1830	São mandadas estabelecer alfândegas em todos os portos das vilas da Colónia	LVIII
20	1850	Chegam a Moçambique três emissários do sultão de Angoche, a fim de tratarem com o Govêrno da Província a sujeição daquele e comprometendo-se o sultão (Hassan-Issufo) a não comerciar mais em es-	ı VIII
20	1902	As fôrças concentradas no Chinde para a pacificação do Barué, partem para a Chiranda, onde desembarcam em 27, alcançando mais tarde Mafunda, Inhacapura, Inhangóra, Inhapanga-panga, onde sustentaram com-	LXIII
21	1897	bate e Mungavi (Campanha do Barué)	CVII
22	1897	em Africa)	CIII
23	1858	a Portugal. (Vêde 21-7-1897) Portaria do Marquês de Sá da Bandeira, concedendo às praças que terminassem o tempo e quizessem fixar	CIII
24	1505	residência na região zambeziana — o abôno de pré e pão durante um ano D. Francisco de Almeida toma, depois de um fogo nutrido, a cidade de Quílua. Arvora uma cruz sôbre a	LXVII
24	1856	terra da fortaleza, armando ali muitos cavaleiros Decreto declarando livres os filhos de mulher escrava	IV LXVII
24	1874	O régulo de Morimuno faz cedência das suas terras à Rainha de Portugal	
24	1875	Sentença do Marechal de Mac-Mahon, Presidente da República Francesa, árbitro do pleito entre a Ingla- terra e Portugal àcêrca da posse das ilhas de Inhaca e Elefantes territórios de Tembe e Maputo — dando a esta última nação a posse definitiva daquelas terras	
24	1890	e actuais limites O Governador-geral J. J. Machado determina que os	LXXVI
24	1890	chefes de família façam vacinar todos os seus membros, bem como os serviçais	
25	1504	Chega a Moçambique a armada portuguesa debaixo do comando de Lopo Soares	
25 26 26	1842 1500 1834	Decreto declarando pirataría o comércio de escravos Pedro Alvares Cabral apórta a Quíloa, O presídio de Lourenço Marques é atacado pelos vátuas, comandados pelos régulos da Matola, do Ma-	III

		JULHO	Capitulos
26	1858	puto, do Encolene e da Moamba. Foram postos em debandada em 29	LVI
	1000	Anjos, ficando em nosso poder a margem esquerda do Zambézia.	LXVIII
27	1849	São mortos no encontro com os «manhabezes», no sítio de Morimbone, o Governador de Inhambane, capitão António Pereira Chaves e quási todos os soldados que o acompanhavam	LXI
27	1877	Morre vítima das feridas que havia recebido, em combate com as tropas portuguesas, o sultão Mussa-Quanto, que várias vezes e durante anos lutou com as nossas tropas. Êle próprio se intitulava o Namualy, o Napoleão de Angoche	LXX
27	1886	Apresentam-se ao Governador de Manica dois emissá- rios do Gungunhana, para declararem que aquele	
28	1817	mandaria, em breve, atacar as terras de Inhambane. A Inglaterra reconhece como limite das possessões por- tuguesas na África Oriental, ao norte o Cabo Delgado	LXXXI
28	1907	e ao sul, a baía de Lourenço Marques. Chegada do Príncipe Real D. Luís Filipe, a Lourenço Marques.	LIII
29	1499	Vasco da Gama chega a Lisboa de regresso da Índia. Dos 170 homens que partiram chegaram apenas 55	
29	1869	A demora foi de 2 anos e 21 dias	II
30 30	1609 187 5	Portugal toda a baía de Lourenço Marques Nova lei tendente a terminar a escravatura E' estabelecido um correio por via terrestre entre Inhambane e Lourenço Marques. A média da viagem era de 15 a 20 dias	LXXIV
31	1500	A armada de Alvares Cabral, larga de Quíloa, seguindo	
31	1902	para o Oriente	
31	1916	Os alemães atacam o posto de Nangadi, sendo repelidos; de novo tentam o ataque em 31 de Agosto,	CVII
		sendo também repelidos	CX

Cia.		AGOSTO	Capitulos
1	1501	A armada de João da Nova entra no porto de Moçambique.	
1	1850	O Governador de Lourenço Marques (comandante do presídio) Joaquim de Andrade, sai do presídio com 20 praças, antigos degredados. Ao terceiro dia de marcha é roubado e posto depois a ferros pelos mesmos soldados.	LXIII
1	1916	Os alemães atacam o posto português de Nangadi (Grande Guerra)	
2	1486	Parte de Lisboa a armada composta de três navios, co- mandada por Bartolomeu Dias e que havia de do- brar o Cabo Tormentoso (depois da «Boa Esperança»). Os comandantes dos outros dois navios eram João Infânte e Pedro Dias.	
$\begin{bmatrix} 2 \\ 2 \end{bmatrix}$	1500 1641	Pedro Alvares Cabral chega a Melinde	III
3	1868	da restauração de PortugalO célebre Bonga pede paz ás tropas portuguesas, depois das suas posições terem sido fortemente bombardeadas. Atraiçõa-as dois dias depois	LXXII
4	1750	Os mouros que traziam escravos do sertão, são obrigagados a vendê-los aos cristãos, sendo proíbido a êstes venderem escravos a mouros	LAM
4	1902	As tropas de Azevedo Coutinho tomam a aringa de Inhacafura (Campanha do Barué)	CVII
4	i 907	O principe D. Luís Filipe desembarca na Beira, que havia sido elevada à categoria de cidade em sua homegem. (Decreto de 19 de Junho de 1907)	CVII
5	1868	Pela terceira vez são derrotadas as tropas portuguesas nas terras de Massangano, em combate contra o Bonga. Vários oficiais e bastantes praças são assassinadas à machadada. As perdas foram de 123 homens, ficando quási todo o material de guerra em poder do inimigo. Esta expedição tinha demorado seis meses a	
6	1652	chegar ao seu destino Tem lugar no Reino de Monomotapa o baptismo solene	LXXII
6	1888	do Imperador, da Imperatriz e de todos os grandes. Toma a direcção das forças contra o Motontoura, o Governador Augusto de Castilho, no local a que, em ho-	XV
7	1500	menagem à sua memória, se deu o nome de Castilho A armada de Pedro Alvares Cabral larga de Melinde	LXXXVI
7	1884	para a IndiaO Governador-geral Agostinho Coelho parte com uma expedição para o prazo de Massingire, para combater os indígenas desta região, que haviam massacrado	III
8	1505	toda a guarnição militar daquele prazo	LXXIX
8	1902	150 homens, larga para Mombaça	IV
9	1899	de Mafunda e Inhacafura (Campanha do Barué) Travam-se os primeiros tiros entre as tropas portugue-	CVII
10	1506	sas e a gente do sultão Mataca em Mecaniela (Niassa) Rui Pereira Coutinho descobre a parte ocidental da grande ilha de Madagáscar; pôs o nome de baía For- mosa à primeira baía onde entrou	CIV
1		mosa a primona bala onde elitioas es es es es es es	10

		AGOSTO	Capitulos
10	1508	Diogo Lopes de Sequeira descobre um cabo em Mada-	
10	1897	gáscar a que pôs o nome de S. Lourenço	
11	1864	21-3-1897) e antigo capitão do Gungunhana, depois de aturada perseguição e quando tentava fugir para o Transvaal	CIII
11	100±	direito a «Excelência» na Colónia, fôsse o Governa- dor-geral	
12	1847	É assinado em Londres um protocolo, pelo qual os navios de guerra da estação naval do Cabo tinham autorização para revistarem todos os portos, baías e rios portugueses, com o fim de fiscalizar o tráfico de es-	LX
13	1832	cravatura Decreto extinguindo os «prazos da coroa». Este decreto	
13	1887	só teve aplicação em 1854 O Govêrno Inglês faz saber ao de Portugal que protes-	XXXIX
		tava contra o mapa apresentado por esta nação no qual as duas colónias portuguesas de Moçambique e Angola estavam unidas por uma faixa de terreno—chamado «mapa côr de rosa», por a faixa de terre-	
14	1524	no estar representada por esta côr	LXXXIV
14	1854	Vasco da Gama, Almirante e Vice-Rei da India Decreto reorganizando a instrução primária nas Pro-	III
14	1855	víncias UltramarinasÉ assinado um tratado entre Portugal e a República Holandesa, denominada República Africana, em que aquele reconhecia esta independente e se compro-	XLVII
14	1899	metiam a um auxílio mútuo	LXXIV
15	1505	D. Francisco de Almeida ataca e conquista Mombaça, matando perto de 1.500 inimigos e tomando-lhe 200	
16	1857	escravos Desembarca em Quitangonha uma expedição para combater o xeque Auly-Bin-Hary. E' incendiada a povoa-	IV,V
17	1505	ção de Chicomo D. Francisco de Almeida manda lançar fogo à cidade	LXVIII
17	1861	de Mombaça, dirigindo-se, em seguida, para Melinde Combate entre a gente de Musila (pai do Gungunhana) auxiliado pelas tropas portuguesas e a de seu irmão Mauéua, próximo a Moambo, tendo morrido a êste	IV,V
17	1765	ultimo milhares de homens Toma posse do Govêrno-geral, o Capitão-general Baltasar Pereira do Lago, que governou a Província durante 14 anos consecutivos, até que morreu. Fundou	LXIX
18	1856	escolas, obrigou os habitantes a plantar algodão, etc. Carta de lei declarando livres todos os escravos que entrassem nos portos do reino, das ilhas adjacentes	XLI
18	1895	e nos territorios da India e Macau	LXVII
		ção de meninas. E' o actual «Instituto João de Deus» da Namaacha	

		AGOSTO	Capitulos
19	1799	Carta, mandando estabelecer na vila de Moçambique	371 77177
19	1902	uma cadeira de aritmética, geometría e trigonometría Parte de Sança para Inhangona a coluna destinada a	
:20	1857	tomar a aringa desta última (Campanha do Barué) Uma fôrça do xeque de Matibane assalta o sítio de Nandôa, tendo queimado algumas povoações e morto alguns escravos.	CVII
20	1890	Tratado de limites entre Portugal e a Inglaterra, menos	V/III
-20	1899	Vantajoso que o actual (Vêde 11-6-1891)	XCIII
20	1902	Pedição contra o Mataca) A coluna destinada a tomar a aringa de Inhangoma, atinge Chambo e no dia seguinte Vunyuti (Campa-	CVI
:21	1415	nhas do Barué	CVII
:21	1838	bertas	
22	1889	execução	ĻVIII ,
23	1825	Alvará concedendo o exclusivo do comércio do marfim de Inhambane e Lourenço Marques a favor duma	
23	1857	Companhia A fôrça do xeque de Matibane (Vêde 20-8-1857) ataca o bairro de Ampuense, no Mussuril, e queima algumas	- ************************************
· 2 3	1885	casas	
24	1827	Juramento solene da Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826	
-24	1892	O representante da Alemanha em Lisboa, conde de Bray-Steinberg, protesta em nome do seu Govêrno contra o direito de soberanía que Portugal tinha nos territórios ao norte de Meningane. (Vêde 16 6 1894 e	
24	1899	2-4-1920)	XC
·24	1914	nossa artilharía	CVI
25	1843	Portuguesa, ainda que Portugal mantivesse nesta data a neutralidade. (Grande Guerra) O régulo da Magaia, ajudado pelo da Moamba, ataca a	CX
:25	1902	fortaleza de Lourenço Marques	LXI
		revoltosos do Barué, que foi encontrada abandonada (Campanha do Barué)	CVII

	Capitulos		
27	1877	É estabelecido o regimen municipal de Lourenço Marques. A primeira comissão nomeada pelo Govêrno compunha-se dos seguintes membros: Augusto de Castilho, Pedro Andrade de Oliveira e Joaquim Tomás da Fonseca.	
27	1897	Regressam a Sena as tropas que haviam batido os revoltosos dos prazos de Sena. Em todos os combates foram arrasadas umas dôze aringas	CIV
28	1825	É apresado na baía de Lourenço Marques e multado em 1323 libras, o brigue inglês «Eleonora», que estava comerciando em contrabando de marfim, sem autori-	
28	1838	sação do Govêrno português Decreto mandando pagar aos funcionários da Província os seus vencimentos em dinheiro, ao contrário do que se fazia até esta data, cujo pagamento era feito	
28	1902	em panos, espécies, etc	O.V.
29	1720	LimaLei proíbindo toda a sorte de comércio aos governadores ultramarinos e aos oficiais do exército de patente superior a capitão	
30	1895	As forças expedicionárias partem de Xinavane para Magel, povoação de Matibejana, régulo de Zichacha e centro de resistência (campanhas do Gungunhana)	
31	1903	Atraca ao cais Gorjão, (Lourenço Marques) o primeiro vapor—«Swazi»	11011

		SETEMBRO	Capitulos
1	1627	Combate com os holandeses, próximo ao Cabo da Boa Esperança. Comandava a esquadra portuguesa, Pedro	
1	1854	de Morais Sarmento	XIX
1	1888	imposto da decima predial e industrial	
3	1759	(5 ª expedição)	LXXXVI
3	1821	viados para Goa Os soldados e sargentos do Batalhão de Caçadores de	
3	1895	Moçambique, prendem o seu comandante e oficiais. Uma coluna de 120 homens de infantaria e alguns artilheiros, 25 angolenses e 10 cavaleiros, chega à margem direita do Incoluana. (Foi aqui que Paiva Cou-	
		ceiro, vendo numerosas «mangas» de gente inimíga, se lhes dirigiu, acompanhado apenas de cinco cavaleiros, exigindo-lhes a entrega do Matibejana)	
4	1505	Chega a Sofala, Pero de Anaia—o primeiro Governador da Costa Oriental da África	17.7
4	1890	O Gungunhana assina um tratado em que faz toda a	IV
		espécie de concessões a Aurel de Shultz, representante da «Chartered». Esta companhia comprometia-se a dar ao Gungunhana 500 libras anuais bem como aos seus sucessores, tendo-lhe feito presente, de iní-	
4	1891	cio, de 1.000 espingardas «Martini» Os voluntários portugueses que tinham ido combater	LXXXVIII
		as fôrças da Companhia Britânica do Sul de África, desembarcam, de regresso, em Lourenço Marques.	LXXXVIII
.5	1821	A exigência da tropa reunida na Praça de S. Sebastião (Moçambique), o Senado da Câmara nomeia um Go-	
5	1888	vêrno Provisório, presidido por João Manuel da Silva E' pôsto cêrco à aringa de Pindirire, o principal chefe	LIV
6	1877	de guerra do Bonga. A aringa foi incendiada Novo ataque geral à aringa de Motontoura em Massanga-	LXXXVI
7	1895	no sem algum éxito. O primeiro ataque havia sido em 3 António Enes, intíma o Gungunhana a entregar os ré-	LXXII
8	1729	gulos Matibejana e Maazule, no prazo de 8 dias Portugal perde Mombaça	XCVIII XXXIII
8	1879	Morre o celebre sargento-mor de Massangano, António Vicente da Cruz, o Bonga, que desbaratara a Portugal, êle e ascendentes, quatro expedições sucessivas. Apesar disso, teve uma escolta de soldados portu-	AAAIII
:8	1895	gueses a prestar-lhe as honras fúnebres! Combate de Magul. (Duzentos e setenta portugueses	LXXII
9	1863	batem uns 6.000 homens do régulo Gungunhana)	XCVIII
0	1000	Decreto dando a primeira «concessão de terreno» em Moçambique. (50.000 hectares a Francisco Tava-	
10	1895	res de Almeida) O régulo da Cossine, depois da derrota de Magni, presta	VCVIII
11	1895	vassalagem a Portugal	XCVIII
12	1895	gul, regressam de Xinavane a Magude, sendo aclamadas pelo gentío	XCVIII

Onde diz uma contra-memória entregava (15 Set. 1873, ler entregava uma contra-memória, » Francisco de Albuquerque (19 Set. 1505), ler Francisco de Almeida.

		SETEMBRO	Capitulos
13	1857	Assina-se a paz entre o Govêrno da Provincia e o Xeque de Matibane, (vêde 20 e 23-8-1857), suspenden-	
13	1888	do-se as hostilidades	LXXXVI
13 14	1912 1844	A povoação do Chinde é elevada à categoria de vila. Decreto estabeleceddo o quadro de Saúde da Pro- vincia	
14	1852	Descobre-se uma sedição projectada por alguns milita- res e civis, cujo fim era o de prender as primeiras	
14	1895	autoridades da Província	XCVIII
15	1873	Como complemento da «Memória sôbre Lourenço Marques, (Delagoa Bay), pelo Dr. Levy Maria Jordão, Visconde de Paiva Manso, é entregue a Mac-Mahon uma nova memória intitulada «Questão entre Portugal e a Gran-Bretanha». Um ano depois, a 15-9-1874, a Inglaterra uma contra-memória entregava a Mac-Mahon, o árbitro do pleito entre os dois países (Vêde	
15	1888	O Bonga (Chatara) foi entregue manietado após a derrota, por seu próprio irmão,—o Motontoura. (Vêde 1, 6 e 13 de setembro De 1888)	LXXXVI
16	1888	Os capitães do <i>Bonga</i> (Chatara), depois da tomada da célebre aringa em Massangano, apresentam-se às tropas portuguesas, implorando perdão.	_
17	1818	A vila de Moçambique é elevada a cidade (Vede	
18	1865	Portaria determinando, pela 1.ª vez, a adaptação dos uniformes militares ao clima africano. Até ali os uniformes eram os mesmos que os da Metrópole, incluindo o próprio colarinho de sola	
18	1916	A «Coluna negra», atravessa o Rovuma, entrando en território alemão, para cooperar na tomada de Ne	
19	1761	vala. (Grande Guerra). Portugal publica uma das suas leis para terminar a es	
19	1505	Parte de Lisboa a armada encarregada de examinar a a costa desde o Cabo da Boa Esperança até Sofala para obter noticias de Francisco de Albaquerque e Pedro de Mendonça, que naquelas paragens tinham desaparecido. Um dos lugares que examinou foi a baía que depois se chamou de «Lourenço Marques» Foram encarregados desta missão, Pedro Quaresma e Cide Barbudo	
19		Alvará proibindo a remessa de escravos pretos da Ási. e África para o Reino e Ilhas Adjacentes	a •
19 20		E assinado o contrato da «Concessão do Chinde»	

Planter to		SETEMBRO	Capitulos
20 21	1902	presta vassalagem a Portugal. (Êstes régulos haviam sido antes favoraveis a Portugal)	XCVIII XCVIII
21	1895	que, lança os fundamentos duma fortaleza em Sofala. Constando em Xinavane que se ia dar um ataque a Lourenço Marques pelos vátuas, uma coluna segue a marchas forçadas para o Sábié a fim de cortar o passo ao inimigo. (Verificou-se depois que a tentativa de assalto não existiu)	Į IV
22	1876	Primeiro registo de uma mina de carvão no distrito de	
23	.1894	Lourenço Marques Estabelecem-se em Lourenço Marques postos de defesa no sitio do Matadouro, no Maé, no Cemitério, na casa da Câmara, na Alfândega e em oútros sítios, por constar que o régulo Maazule viria atacar a ci-	
24	1894	dade Em Lourenço Marques são construidas barricadas (por causa dos ataques dos régulos Maazule e Matibejana) nas saídas da cidade consideradas mais perigosas—Avenida 18 de Maio, Rua Araujo, D. Luíz, Fonte, Lapa, Nossa Senhora da Conceição, Travessa	XCVI
25	1872	de S. Pedro, Palmeira, Catembe, Porta da Linha, Laranjeira e MaxaqueneÉ assinada em Lisboa uma convenção em virtude da qual a Inglaterra e Portugal escolhem para árbitro sôbre a posse das Ilhas da Inhaca e Elefantes, de Tembe e Maputo,—o presidente da República Francesa. (A decisão, favorável a Portugal, teve logar em	XCVI
26	1857	24 de Julho de 1875)	LXXVI
26	1861	que a Província produzisse, etc	
27	1822	bandeira portuguesa nesta região	LXX
27	1838	arbitral de 24 de Julho de 1875	LIII
28	1838	primento, por portaria do Ministério respectivo Carta de lei anulando outra de 1802, em que os governadores podiam promover por escolha os oficiais até ao posto de capitão, autorizando os governadores a fazerem a promoção a oficiais, só em tempo de guerra, cessando tais promoções logo que a causa terminasse	

Onde diz rio Lunia (nota 3), ler rio Lunia. Onde diz as fórças atravessam o Rovuma (28 Set. 1918), ler as fórças alemās atravessam o Rovuma.

	Capitulos		
28	1885	E' mandada distribuir semente de Tabaco da Virginia, aos agricultores da Província	LXVII
28	1905	Assentamento da primeira pedra do hospital Miguel	
28	1918	Depois de se terem conservado em território português desde 25 de Novembro de 917, as fôrças atravessam o Rovuma, dirigindo-se para a Colónia inglesa da Rodésia do Norte, onde os foi encontrar a assinatura da paz. (Grande Guerra)	
29	1874	È lavrado o primeiro contracto com a <i>British India Company</i> , válido por três anos, sendo os vapores obrigados a tocar em Lisboa, Moçambique, Quelimane, Ibo, Inhambane e Lourenço Marques. (O Govêrno português pagava de subsídio, £ 9.000)	
30	1744	Provisão extinguindo a Junta Geral de Comércio de Mocambique	
30	1891	È novamente dividida a Província de Moçambique, que passou a denominar-se «Estado da África Oriental» administrada superiormente por um Comissário Régio, que residiría alternadamente em Moçambique e Lourenço Marques	

Onde diz As dêste último são incendiadas (7 Out 1912), ler As palhotas déste último são incendiadas,

-	•		
		OUTUBRO	Capitulos
1	1758	Inicia-se uma subscrição pública para a construção do fórte de Mossur I, a convite do Governador-geral Pedro de Saldanha e Albuquerque	
2	1858	Entram na rio Tejo duas naus francesas, ameaçando retirar a legação se não fôsse posto em liberdade o capitão da barca «Charles et George», aprisionada nas águas de Moçambique por se dedicar ao tráfico de escravos	LXVII
3	1868	A Câmara de Tete propõe paz ao Bonga, após varias derrotas que aquele havia infligido às nossas tropas.	LXXII
3	1888	Ataque geral das tropas comandadas pelo Governador Augusto de Castilho, à aringa do Motontoura em	Dititi
4	1916	Massangano, sem vantagens para qualquer lado Combate de Maúta, entre as tropas portuguesas e as	LXXXVI
4		alemãs, (Grande Guerra)	CX
4	1894	Em pleno dia, os pretos revoltosos da Magaia e de Zixaxa, aproximam se uns 200 metros do quartel da	VCIV
5	1912	polícia de Lourenço Marques	XCIV
6	1796	em 1890)	CVI XLVI
6	1912	A expedição organizada pela Companhia do Niassa, troca os primeiros tiros com a gente do Mataca, pró-	CIN
7	1882	ximo do rio Messanesse	CVI
7	1896	lelo de latitude 26°30′, do Atlântico até aos Libombos Farelay ataca a vila de Parapato, nada tendo conseguido, pela presença da canhoneira <i>Zaire</i> . Repete de	LXXIV
7	1912	novo o ataque em 13, com o mesmo resultado Trava-se violento combate entre as tropas da Companhia de Niassa e a gente do régulo Machamba. As dêste último são incendiadas	
8	1823	O régulo do Maputo declara públicamente que reco- nhece a soberanía de Portugal, ao contrário do que afirmava o oficial da marinha inglesa Owen (Vêde	
8	1835	24-7-1875 e 27-9-1822) Três mil pretos armados de rodelas e azagaias atacam	
8	1855	a praça de S. Caetano de SofalaÉ mandada estabelecer pela primeira vez uma escola	LVI
		regimental em Lourenço Marques, regida por um sargento com a gratificação de 100 réis diários, leccionando-se as crianças da população civil que a qui-	
8	1894	Nova correria de pretos revoltosos da Magaia e de Zi- xaxa, nos arredores de Lourenço Marques, sendo)
8	1912	chacinadas 22 pessoas É tomada Muemba pela expedição da Companhia do Niassa, sendo aquela povoação totalmente arrasada e incendiada. Era a residência do célebre régulo Mataca, que fugiu. Passados dias, levantou-se um forte que se dominou «Tenente Valadim» em homenagem ao oficial daquele nome trucidado anos antes, pelo Mataca (Vêde 16-4-1891)	XCVI

		OUTUBRO	Capitulos
9	1855	Portaria determinando que anualmente sejam enviados para Lisboa 10 mancebos do país, a fim de serem	
10	1834	educados para o estado clerical O Governador de Inhambane sai com toda o tropa, moradores e escravos, ao encontro dos vátuas que vinham atacar a vila	LVI
10	1865	Decreto que visa a não dar concessões de terrenos, se não a quem se mostrar habilitado para os tornar pro- dutivos	10
11	1858	Morre o célebre régulo Manicusse, avô do Gungunhana, que chegara a cobrar imposto durante anos, em terras pertencentes a Portugal	LXIX
12	1836	Ataque dos indígenas à vila de Sofala, sendo mortos o capitão-mor das terras, José Marques da Costa e os	LVI
12	1885	Reunem-se em Lisboa, no Ministério das Colónias, os delegados do Gungunhana, Mapinda e Matanda-Encoce, acompanhados de José Casaleiro de Alegría,	LVI
		para lavrarem um documento público em que constasse a submissão voluntária do Gungunhana a Portugal. Ao Gungunhana, foi-lhe dado o pôsto de coro-	
13	1754	nel de 2.ª linha	LXXXI
14	1894	ras que não pertençam à Corôa portuguesa Os pretos de Magaia e Zixaxa, que cercavam a cidade de Lourenço Marques, tentam o assalto, sendo repe-	YOU
15	1895	lidos Termina o prazo proposto ao Gungunhana pelo comandante da «Capelo» para aquele fazer entrega dos régulos Matibejana e Maazule. A povoação do Matibe-	XCVI
16	1801	jana é incendiada Os <i>macuas</i> invadem o continente fronteiro às ilhas de	~
16	1895	Cabo Delgado	L
17	1853	entrega dos régulos Matibejana e ZixaxaÉ aberto o comércio da Província aos estrangeiros. (Vêde 10-6-1755 e 7-5-1761). E' criada uma alfândega	XCVIII
18	1798	em Lourenço Marques, Ibo, Quelimane e Inhambane Morre o grande explorador português, dr. Francisco José de Lacerda e Almeida durante a jornada de Tete	
		a Angola – projectos de ligação das duas colónias.— Ficou-o substituindo o padre Francisco João Pinto, um dos seus companheiros, que chegou a Angola e daí regressou a Tete. (Vêde 3-7-1798 e 22-11-1799).	
19	1688	Os holandeses do Cabo da Boa Esperança mandam a Lourenço Marques a galeota «Norde» com instruções para sondar a baía, fazer a carta e apoderar-se daquela, comprando sendo preciso, o Governador por-	
20	1855	tuguês João Jacques, — não tendo conseguido o seu intento E' publicado o decreto de 13-12-1854, em que se determina que os processos dos crimes de escravatura sejam julgado pelas justiças ordinarias, sem distinção	XXX
		da classe dos reus	LXVII

		OUTUBRO	Capitulos
19	1896	Parte de Natule uma expedição, debaixo do comando do Governador-geral, Mousinho de Albuquerque, para combater a gente da povoação de Ibraímo e da rainha Naguema. Tendo o guia da fôrça atraiçoado a coluna, esta viu-se com dificuldade obrigada a sustentar	CII
20	1896	combate com os namarrais (Combate de Mujenga). Depois de aturado combate com os namarrais, as tropas de Mousinho de Albuquerque retiram na melhor ordem, debaixo de fogo, para Natule, donde tinham partido no dia anterior. Foi esta a célebre «Retirada de Natule».	CII
21	1888	Revolta-se a Macanga (Distrito de Tete), conservando-se	XCV
21 22	1895	assim durante alguns anos. Sete «mangas» de revoltosos do Gungunhana, em número superior a 4.000 homens, aproximam-se da margem esquerda do Incomati, passam o «vau do Gungunhana» e atacam e roubam várias povoações. (Foram derrotados por uma coluna do capitão Freire de Andrade e por onze cavaleíros de Paiva Couceiro) Manicusse, chefe de guerra de Chaca, põe cêrco à for-	AGV
22	1853	taleza de Lourenço Marques, incendiando o presidio. A sua guarnição retira para a Ilha Chefina Parte de Angola a expedição Silva Porto, para fazer a	LVI
		travessía Angola-Moçambique, que não chegou a levar a efeito. Alguns pretos que a compunham conseguiram, contudo, chegar ao Ibo (Vêde 12-11-1854)	LXIV
24	1906	Sái de Meconta uma fôrça para as terras do régulo revoltoso Macavala. (Campanhas para a ocupação de Moçambíque	
25	1495	Morre o rei D. João II sem chegar a ver realisado o seu sonho: «A descoberta do Caminho Maritimo para a India»	II
25	1906	È atacada pela gente do régulo Macavala uma coluna expedicionária, que sustentou combate durante cinco horas, pondo os indígenas em debandada. No dia seguinte, as nossas tropas sofrem um ataque em Otitane. (Campanha para a penetração no distrito de Moçambique).	CVIII
26	1896	As tropas portuguesas ocupam o forte alemão de Nevala. (Grande Guerra)	CX
27	1834	O capitão de mar e guerra, José Gregório Pegado, no- meado Governador geral, encontrando-se há 20 dias em Moçambique sem o deixarem tomar posse do car- go, por alguns mandantes entenderem que só lhe de- via ser confiado o mando de militares, resolve no- mear dois cidadãos para governarem juntamente com êle	
28	1833	Os vàtuas, que haviam posto cêrco à fortaleza de Lou- renço Marques, dirigem-se à Chefina, onde prendem	LVI
28	1867	È declarado o estado de sítio nos distritos de l'ete e Rios de Sena, devido à alteração de ordem pública, provocada pelo sargento-mor de Massangano, Antó- nio Vicente da Cruz, o Bonga, sendo a coluna de operações constituida pelo Batalhão de Infantaria de	
		Moçambique n.º 1	LXXII

		OUTUBRO	Capitulos
29	1889	Forma-se a «The Bristh South Africa Company» para explorações mineiras com acção em terras cujos régulos haviam já prestado vassalagem a Portugal. O desenvolvimento dessa companhia formou a Rodésia	
30	1833	—nome êste dado em homenagem a Cecil Rhodes. Os vátuas de Manicusse assassinam bárbaramente o Governador de Lourenço Marques, Dionísio António Ribeiro	
30	1885	Firma-se em Lisboa a carta de vassalagem entre o Gungunhana e a corôa portuguesa	
30	1908	Funda-se um posto em Ribaué, depois de forte resis- tência. (Campanhas de penetração em Moçambique).	
31	1838	Em virtude das hostilídades dos cafres em Lourenço Marques, Inhambane e Sofala, deixam provisóriamente de ser independentes êstes govêrnos, ficando subordinados a um govêrno com séde em Inhambane.	

		NOVEMBRO	Capitulos
1	1895	As fôrças expedicionárias do comando do coronel Eduar- do Galhardo recebem ordem para marchar sôbre	
1	1914	Manjacaze, residência do Gungunhana	XCIX
2	1862	pedicionário vindo de Portugal, para qualquer even- tualidade na fronteira luso-alemã (Grande Guerra) O régulo Musila envia ao Governador de Lourenço	CX
		Marques três emissários, acompanhados do régulo Machaquene, pedindo para ser auxiliado pelo Govêrno na guerra começada por êle contra seu irmão Ma-	
3	1834	uéua, comprometendo se a prestar vassalagem a Portugal Morrem às mãos dos indígenas, o Governador e bastan-	LXIX
5	1861	tes moradores de Inhambane, excepto 10 que ficaram na vila. (Vêde 10-1834)	LVI
	101	em nome da rainha de Inglaterra, das ilhas de Inhaca e Elefantes, que ficavam desde aquele dia fazendo	
6	1874	parte da colónia inglesa do Natal. Este acto não foi consumado	LXXI
		caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, entre o Govêrno português e o Visconde de Duprat e George Moodie, Êstes concessionários venderam a	
6	1895	concessão por 15:000 libras ao Govêrno do Transvaal A coluna expedicionária, que, debaixo das ordens do coronel Eduardo Galhardo, ia combater o Gungunhana,	LXXV
7	1838	bivaca próximo a «Coolela», depois de aturada marcha Os banianes, parsas e gentios, residentes em Moçambi- que, ficam sendo considerados cidadãos portugueses	
7	1889	e como tais com todos os direitos políticos Para combater a expansão inglesa, é organizado o dis- trito do Zumbo com territórios desmembrados do de	
7	1895	Tete	LXXXIX
8	1807	gueses contra 12.000 indígenas) É assassinado pelos indígenas em guerra contra o Mo-	
8	1889	nomotapa, o Governador de Rios de Sena, Dr. Antó- nio Norberto de Vilas Boas Truão	
	1010	guns régulos, hasteia a bandeira inglesa na povoação de Chironde (Niassa) e ataca as tropas portuguesas comandadas pelo major Serpa Pinto	LXXXIX
8	1916	Combate de Quivambo entre as forças portuguesas e as alemãs. (Grande Guerra)	CX
9.	1815	A Ilha de Querimba e a respectiva terra firme, são invadidas por indígenas inimigos	L
9	1868	Parte de Portugal uma expedição para combater o célebre Bonga	LXXII
10	1503	Chega a Lisboa, de regresso da Índia (2.º viagem), D. Vasco da Gama. De todo o ouro que levou, mandou D. Manuel fazer uma riquíssima custódia que doou	
10	1887	ao mosteiro de N. S.ª de Belem	III
		cidade	LXXV

		NOVEMBRO	Capitulos
10	1894	Desembarque das tropas vindas da Metrópole para castigar os régulos de Magaia de Zichacha e da Moambo (Maazule) Matibejana e Angunduana (Vêde 4-10-1894 e 24-9-894).	
11 11	1595 1837	Lei tendente a abolir a escravatura em Portugal Por ser julgado sem realização prática, é suspenso o decreto de 10-12-1836, tendente a terminar com o trafico de escravos	LVII -
11	1595	Lei tendente a terminar a escravidão. Foi uma das pri- meiras que Portugal publícou	
11	1687	Portaria mandando formar um corpo denominado Ba- talhão de Zuavos Reais, sendo o batalhão de 4 companhias e constituido por pretos libertos. Foi ex- tinto mais tarde (22-9-1868) por causa do grande nú- mero de baixas na campanha contra o «Bonga» (Ver	
11	895	5-8-1867	VCIV
12	1851	gunhana fugido	XCIX LXIV
12	1889	Concentração de todas as fôrças próximo de Chilomo, para bater os chefes <i>macololos</i> , que haviam atentado contra a soberanía portuguesa no Niassa. Foram todos	LAIV
13 13	1463 1824	submetidos, prestando vassalagem a Portugal. Falecimento do Infânte D. Henrique. É criada uma companhía comercial com o exclusivo de todo o tráfico na baía de Lourenço Marques, ficando a substituir uma companhia portuguesa de pesca de baleia. (Foi extinta em 1835 pelo Governador-geral	LXXXIX
13	1917	Gregório Pegado) Desembarque das fôrças inglesas em Porto Amélia, para se opôrem à ofensiva dos alemães. (Grande Guerra)	
14	1895	Chega a Chicomo a coluna comandada pelo coronel Galhardo e que havia derrotado o Gungunhana em Coolela. A povoação é incendiada	XCIX
15	1901	Decreto dotando a Província permanentemente com núcleos de tropas europeias para evitar recorrer cons- tantemente à metrópole	NOIN
15	1884	Sessão inaugural da Conferência de Berlim, para tratar da liberdade de comércio na bacía do Congo e das formalidade a observar para futuras ocupações na	ı vvviii
15	1891	costa de Moçambique Ratificação do tratado entre a "Chartered Company" e o Gungunhana. (Éste tratado tinha como base toda a espécie de concessões a Aurel Schultz, o venci- mento anual de 500 libras e o armamento que o Gun-	LXXXIII
16	1889	gunhana chegou a receber) As fôrças do 1.º tenente Azevedo Coutinho tomam Chilomo, derrotando o chefe Melaure; passados dias, Mebeze, Maceia e Catenga, o que importava a con-	XCIV
17	1849	quista completa do país dos macololos (Niassa) E deitada ao mar a escuna 4 de Abril, construida no distrito de Moçambique, no arsenal fundado pelo Governador geral Baltasar Pereira do Lago. (Esta escuna fazia parte do material naval da Província, ainda	LXXXIX

Onde diz o «porto de água» na ribeira de Nevala (22-XI-1916), ler ao «pósto da água na ribeira de Nevala.

Onde diz tendo aqueles perdido 200 homens (25 Nov. 1917) ler tendo os primeiros perdido cèrca de 200 homens entre mortos, feridos e prisioneiros.

		NOVEMBRO	Capitulos
18 19 19	1528 1632 1902	em 1857, de que constava mais o iate 19 de Maio e o patacho Zambeze)	V XX
20	1497	qualidade das munições	CVII
20	1754	abrindo à Europa as portas do Oriente	II
20	1911	para Moçambique, seja de 4\$000, 2\$000 e 1\$00 reis em cobre com o cunho A. FO. R	
21	1378	Decreto que dá aos indígenas garantias políticas e cívis, iguais às dos europeus	
21	1889	O Govêrno português nomeia intendente junto do Gun- gunhana o conselheiro José Joaquim de Almeida, para contrabater as propostas da Companhia Britânica do Sul de África (British South Africa Company)	
22	1799	junto daquele potentado	LXXXI
22	1858	gem O régulo Cobete ataca as tropas portuguesas próximo do rio Incomati em Bengalane, morrendo afogada a	XLVII
22	1916	guarnição de uma lancha As forças alemãs iniciam o ataque a Nevala e ao mesmo tempo o «porto de água» na ribeira de Nevala, que	LXVIII
23	1885	conseguem tomar depois de um combate de 12 horas. (Grande Guerra)	CX
24	1846	govêrno português	LXXXI
		ximo desta localidade, que se achava fundeado para carregar escravos	LX
24 25	1854 1497	Abolição dos «Prazos da Coroa»	
25	1869	padrão (uma cruz) o primeiro na África austral Retiram em debandada, após numerosas privações, de- pois de um ataque geral à aringa do Bonga, as tro-	II
2 5	1917	pas atacantes, sem terem obtido qualquer resultado. Muitos dos nossos foram mortos à machadada pela gente daquele rebelde	LXXII CX

		NOVEMBRO	CapituIos
26	1874	São concedidos a Inácio José de Paiva Raposo 20.000 hectares de terreno, para a cultura do ópio	
26 27	1916 1888	Ataque geral dos alemães a Nevala	
28	1895	pletamente. A aringa foi ocupada dois dias depois, em 29 (5.ª expedição contra o Bonga) Estabelece-se um pôsto militar em Languene, a 50 milhas da barra do Limpopo e na margem direita. (A guarnição dêste pôsto foi, mais tarde, a que, acompanhando Mousinho de Albuquerque, aprisionou o	LXXXVI
28	1916	Retirada de Nevala. As fôrças portuguesas conseguem iludir o cêrco alemão, seguindo caminho do Royuma.	CX
29	1862	(Grande Guerra)	
29	1890	res de mortos)	LXXXVIII
29	1888	portuguesa pela da Inglaterra	
30	1876	6.000 São criadas as comarcas de Lourenço Marques e Inhambane bane	

7-	- 		, '
	1	DEZEMBRO	Capitulos
1	1833	Termína o estado de escravidão na colónia inglesa do Cabo, sendo dada a soma de vinte milhões de libras esterlinas para indemnizar os senhores dos libertos. Esta lei foi em virtude do tratado entre Portugal e a Inglaterra em 1815. Portugal, em virtude dos tratados mencionados, em 10 de dezembro de 1836 proíbita a exportação de escravos das suas colónias por terra ou por mar. A lei para a abolição da escravatura na antiga África Oriental alemã tem a data de 24-12-1904, mas apenas limitada aos filhos de escravos, nascidos depois de 31-12-1905. Na Serra Leôa (colónia inglesa) terminou o estado de escravidão em	
		1-1-1928	LX •
Ť.	1869	Reforma das instituições administrativas nas colónias, preconisando o princípio de descentralisação (Rebelo da Silva). Nas bases desta reforma foi feito o de 23-5-1907	
1	1916	As fôrcas alemãs bombardeiam as fôrças portuguesas da	
2	1861	«retirada de Nevala», que se encontravam em Nangadi. (Grande Guerra)	· CX
2	1862	Governador do presídio de Lourenço Marques, para combater seu irmão Mauéua, comprometendo-se a prestar vassalagem	LXIX ·
- 3	1853	se não fôsse, atendido faria guerra Chega a Moçambique a primeira remessa de soldados deportados incorporados no Depósito Disciplinar criado por Decreto de 21-7-1856.	
3	1917	Primeiro ataque dos alemães às tropas portuguesas da serra Mecula, que se repetiram nos dias 6, 7 e 8.	CX
4	1885	(Grande Guerra) Convenção entre a Alemanha, França, Inglaterra e o sultão de Zanzibar, em virtude da qual o limite sul	n n
ŕ		dos territórios do sultão era o rio Meningani, ao con- trário do que os alemães, um ano depois, fizeram no tratado com Portugal	LXXXIV
5	1.858	Tomada da ilha de Bengalane, onde se encontrava a	LXVIII
5	1894	gente de Cobete; o inimigo fugiu em debandada Acção de Angoane, contra a gente dos régulos súbditos do Gungunhana. (Início da campanha contra o Gun-	
		gunhana)	ACVI
6	1838	Decreto proíbindo nova concessão dos prazos da coroa na Província de Moçambique	XXXIX
6	1856	Decreto marcando o prazo de cinco anos de exercício aos governadores do ultramar, em vez de três, como	
7	1895	criação do distrito militar de Gaza, tendo por Governa- dor Mousinho de Albuquerque. Todo o território do distrito de Gaza estava considerado em estado de	
		rebelião e de perigo iminente. (Campanha contra o	
8	1506	Tristão da Cunha e seu filho Nuno da Cunha, chegam a Angra da Conceição, na Ilha de Madagáscar	

	The state of the s	DE2EMBRO	Capitulos
	1055	De iniciativo de Marquês de Sé de Rendeiro funda co	
8	1857	Por iniciativa do Marquês de Sá da Bandeira, funda-se uma colónia europeia na baía de Pemba. Esta colónia chamou-se de «8 de Dezembro», por ter sido fundada neste dia. Terminou sem se haverem colhido os resultados esperados	LXVII
8	1889	Melaure, o chefe dos <i>macololos</i> , presta vassalagem a Portugal, depois de nos ter hostilisado duramente durante longo tempo. Havia sido derrotado em 18-11-1889.	LXXX
9	1853	Atendendo à prosperidade da Zambézia, é criado o dis- trito de Tete independente do de Quelimane, como já o havia sido em outros tempos	LXIV
10	1836	Publicação de novo decreto para abolição da escrava-	-
10	1854	tura nas colónias portuguesas. (Sá da Bandeira) O cutter inglês "Herald" é apreendido em Lourenço Marques, por ser encontrado a contrabandear com	LVII
11	1896	armas e munições para os indígenasÉ criado o distrito de Moçambique, com um governador privativo	LXVIII
12	1497	A armada de Vasco da Gama sofre o primeiro temporal na África Oriental	II
12	1890	E organizado em Lourenço Marques um batalhão de 2.ª linha para seguir para Macequece, por causa da invasão de Manica por gente da "South Africa Com-	
13	1874	pany"	
14	1854	foi prêso um ano depois) Decreto libertando todos os escravos pertencentes ao Estado e ordenando que todos os escravos importa- dos por terra nos domínios portugueses fôssem ime-	
14	1883	diatamente libertos	LXVII
14	1887	(Vêde 29-6-1889 quilómetros de linha ferrea de Lourenço Marques à fronteira sul, com	LXXV
15	1856	Sessão na Sociedade de Geografia de Londres, onde se votaram agradecimentos às autoridades portuguesas, que nos Rios de Sena prestaram auxilio ao Dr. David	LXXV
15	1888	Livingstone—o grande explorador e scientista inglês. Sai o primeiro jornal em Lourenço Marques "O Distrito de Lourenço Marques", sendo seus redactores, António J. de Araújo, Joaquim José Lapa, A. A. Mateus Serrano, J. Honório José de Moura, João L	·
16	1497	Vasco da Gama avista o padrão da Ilha da Cruz, que marcava o ponto além do qual Bartolomeu Dias não	
16	1821	conseguiu passar. A tripulação revolta-se	II

		DE2EMBRO	Capitulos
16	1900	guerra inglês, mortos alguns dos amotinados e outros ainda deportados	LIV
		retirados os escudos do seu edificio consular em Lou- renço Marques	
16 17	1497 1878	Vasco da Gama passa o Rio do Infânte	LXXVII
18	1889	O ministro inglês em Lisboa, cumprindo ordens do seu Govêrno, apresenta queixa contra o major Serpa Pinto — que não havia feito mais que auxiliar a missão técnica portuguesa nas margens do Chire, vendo-se obrigado a combater os macololos, que haviam agre-	
18	1901	dido os membros daquela	LXXXIX
19	1835	O Govêrno da Metrópole pede lhe sejam enviados os arbustos, sementes de cebôlas das plantas indígenas para as conservarem no Jardim botânico	
19	1876	O presidio de Lourenço Marques é elevado à categoria de vila	LXXV
20	1889	O Govêrno português, em resposta à nota de Inglaterra do dia 18, alega que o major Serpa Pinto se defendeu dos <i>macololos</i> em território pertencente a Portugal,	
21	1634	ao contrário do que o Govêrno inglês afirmava Carta Régia mandando descobrir as minas de Cuana em seguimento às do ouro e prata em Monomotapa.	LXXXIX
21	1844	Um número avultado de holandeses da Africa do Ŝul (boers) apresenta-se no presídio de Lourenço Mar ques, para estreitar relações comerciais, tendo como	IVI
22	1854	base o negócio do marfim	LXI
23 24	1906 1889	iam vagando	LXIV LXXXI
24	1904	instituições tradicionais dos indígenas	
25	1497	Vasco da Gama descobre a costa duma terra a que deu o nome de Natal — por que ainda hoje é conhecida.	II
25	1524	Morre em Cochim, D. Vasco da Gama, Vice-Rei e Almirante, Conde de Vidigueira	
26	1854	E' nomeado pela primeira vez um farmaceutico para servir na África Oriental	
26	1874	E' assinada a famosa concessão da Zambézia a Paiva de Andrada	
27	1838	Revolta no distrito de Moçambique, sendo fusilados os seus chefes em 1-1-1839	LVII
28	1900	Albuquerque	LXVIII
29	1852	São mandados retirar da circulação as moedas provinciais, ficando apenas com curso legal as moedas que eram admitidas no continente, determinando-se que	

		DEZEMBRO	Capitulos
30	1874	os ordenados e sôldos da Província de Moçambique fôssem todos feitos em moeda forte, dando-se 100 reis desta moeda por 450 reis provínciais Contrato com a Companhia British India em que esta se comprometia a ligar por meio dos seus vapores, pelo canal de Suez, Lisboa com Goa e Lisboa com Moçambigue, a trôco de um subsídio de 27 contos	
30	1886	anuais e outro da mesma data pelo qual a mesma Companhia, a trôco de um subsídio de 13.500\$00 mensais, estabelecia carreiras entre Moçambique e Lourenço Marques, tocando em Quelimane Tratado entre Portugal e a Alemanha, em que ficou assente que o paralelo limite norte da África Oriental. Portuguesa fôsse o paralelo tirado da confluência do Messingue, ficando a Portugal reconhecido o direito de exercer nas regiões entre Angola e Moçambique	
31	1862	a sua influência civilisadora, sem prejuizo de direitos adquiridos por outros e obrigando-se a deixar exclusivamente entregues à acção portuguesa os territórios da Costa Oriental ao sul do Royuma	LXXXIV
		combate com seu irmão Maueua, para prestar solene submissão a Portugal	LXIX

Transcrevem-se Alguns Trechos



los de História dos portugueses em Moçambique, foram escritos de espada na mão, não havendo por lá terreno que não esteja gloriósamente marcado com sangue de Portugal!

(Boletim da Agência Geral das Colónias — Monografia sôbre Moçambique por A. Z. C.)



Periodo Áureo Descoberta e Conquista

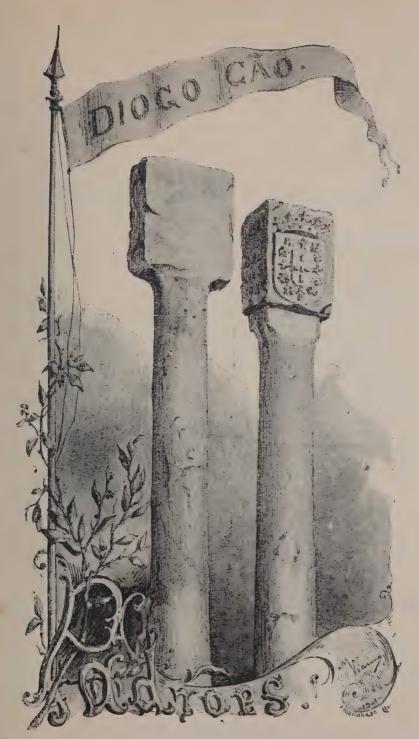


Período Aureo

A fama que corria em Portugal das minas de ouro de Monomopata e o resultado pouco feliz das missões naquela antiga região de Ofir, fizeram nascer a esperança de conquistar um país, onde se sonhava existirem riquezas maiores do que quantas Portugal e Hespanha haviam encontrado nas Indias Oriental e Ocidental.

(Estudo sôbre as Provincias Ultramarinas, por Antonio Corvo)





Padrões de Diogo Cão (1484)



Primeira viagem de Vasco da Gama

Compunha-se a armada da nau capitanía S. Gabriel, da S. Rafael, comandada por Paulo da Gama, da caravela Bérrio, dírigida por Nicolau Coelho e da nau que conduzia os mantimentos, sendo esta pequena esquadra tripulada por cêrca de 160 homens, entre militares e mariantes. Partiu a armada em direcção às ilhas de Cabo Verde, ponto de reunião indicado por Vasco da Gama, para dalí em deante seguirem todas as embarcações em conserva umas das outras. A 7 de Novembro chegaram à baía de Santa Helena, a 22 passaram o Cabo da Boa Esperança e a 25 entraram na angra de S. Brás, onde desmancharam a embarcação dos mantimentos.

Largando da angra de S. Brás, foram acometidos com as correntes do Oceano Indico, que embravecido por um grande temporal os obrigou a retrogradar, debatendo-se perto de um mês

com a fúria daqueles agitados mares.

O trabalho que os marinheiros tiveram para vencer estas dificuldades, agravado ainda pela necessidade de esgotar os navios da muita água que estavam fazendo, desalentou tanto as tripulações que julgaram não poder escapar à morte senão voltando a Portugal.

A ideia da rebelião passou pela mente de uma grande parte dos tripulantes e os marinheiros da caravela Bérrio chegaram a conluiar-se para a pôrem em prática, logo que pudessem comu-

nicar os seus intentos às tripulações das outras naus.

Nicolau Coelho teve denúncia do caso e vindo à fala da nau capitanía, pôde dá-lo a entender ao capitão-mor, fazendo-se ao largo antes que os tripulantes tivessem tempo de comunicar os seus intentos.

Vasco da Gama percebeu o perigo que o ameaçava, viu que era preciso um acto de coragem para o conjurar, e não hesitou: chamou à sua câmara os pilotos e todos os marinheiros que se julgassem mais entendidos, para os consultar; aceitou-lhes as suas declarações contra o prosseguimento da viagem, fêz lavrar de tudo uma acta pelo seu escrivão e mandou, em acto contínuo, pôr a ferros os pilotos. Formou em seguida o resto da guarnição sôbre a tolda e na sua presença fêz lançar ao mar todos os instrumentos de pilotagem que levava, declarando à marinhagem que, tendo

metido os pilotos em ferros, não carecia daqueles petrechos; e que, daquela hora em deante, Deus era o piloto de tôda a expedição!

Amedrontada e quási maquinalmente, seguiu a tripulação o seu destino, mas a água doce escasseava e as embarcações estavam tão deterioradas que se tornava indispensável repará-las.

Passaram a costa do Natal a 25 de Dezembro, pelo que lhe deram aquele nome; e tendo corrido por um grande espaço de tempo sem tomarem porto, gastou-se-lhes de todo a àgua, sendo obrigados a demandar terra, para fazerem aguada e proverem-se de outras coisas de que vinham necessitados.

A 10 de Janeiro descobriram a terra que denominaram da Boa Gente e o rio de Cobre; fizeram aí aguada e a 19 descobriram o rio dos Bons Sinaes (Quelimane), onde se demoraram um

mês concertando as embarcações.

Depois de colocarem nêste ponto o padrão de S. Rafael, seguiram para o norte e foram surgir a 2 de Março na ilha de Moçambique. Vasco da Gama fêz alguns presentes ao Xeque, pediulhe pilotos para continuar a viagem e com êles seguiu sua derrota pelos fins de Março, mas não sem ter tido antes algumas escaramuças com os mouros, por êles haverem conhecido que os

da expedição eram cristãos.

Chegaram a Mombaça e aí lhes fugiram os pilotos que tinham levado de Moçambique, estando a ponto de serem vítimas de uma traição que os mouros lhes quizeram armar. Aportando depois a Melinde, houve-se o rei desta terra com muita cortezia e amizade com os portugueses, trocando-se muitos presentes e concedendo o rei aos portuguezes um piloto cristão, com o qual encetaram a travessia do golfão a 24 de abril, indo avistar as costas ocidentais da Índia a 20 de maio.

(Descobrimentos, Guerras e Conquistas dos Portugueses em Terras do Ultramar nos Século XV e XVI, por F. A. de

Bettencourt—1881.)

Homenagem a Vasco da Gama

El-Rei despachou Vasco da Gama almirante do mar das Índias, com o tratamento de Dom e permissão de poder usar no escudo de suas armas uma parte do da corôa e pouco depois lhe fêz a mercê do título de conde da Vidigueira. Os companheiros de Gama que chegaram a Lisboa, fôram recompensados generosamente e as famílias dos falecidos tivéram pensões; dêste modo todos os que tomaram parte na expedição mereceram a régia contemplação.

Com a chegada de Vasco da Gama, que atravessando os mares nunca dantes navegados, fêz vêr ás mais remotas regiões da Ásia as nossas vencedoras Quinas, aumentou aglória de Portugal e o nome de El-Rei D. Manuel se pronunciava com respeito em todo o mundo. Éste grande monarca, querendo eternizar a memória do descobrimento das Índias, depois de ter ordenado em todo o Reino solenes acções de graças ao Altíssimo, mandou edificar no mesmo lugar em que existia a pequena ermida, que fôra do Infânte D. Henrique, um suntuoso templo em honra da Mãe de Deus e lhe adicionou um mosteiro de Jerónimos para o servirem. Dotou este mosteiro com grandes rendas sob condição dos monges receberem e doutrinarem todos os marítimos, que ali se quisessem confessar e comungar. Quis que êste lugar tivesse o nome de Belem; e como o Infânte D. Henrique fôra o primeiro motor nas viagens e descobertas dos portugueses, lhe fêz levantar uma estátua no logar mais eminente da parte superior da porta principal da egreja e aumentou as rendas dos antigos estabelecimentos pios instituidos pelo Infânte.

El-Rei acrescentou depois da descoberta das Índias o seu ditado, denominando-se: REI DE PORTUGAL E DOS ALGARVES D'AQUEM E D'ALÉM MAR EM ÁFRICA, SENHOR DA GUINÉ E DA CONQUISTA, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DA ETHIOPIA,

ARÁBIA, PERSIA É ÍNDIA, EŤC.

Com êle se acham lavrados documentos posteriores a Agosto de 1499 e nesse mesmo ano mandou lavrar os portugueses de ouro com a legenda: EMMANUEL REX PORTUGALIE, ALGARBIORUM CITRA ET ULTRA IN AFRICA, ET DOMINUS GUINAE; ao redor das armas: Conquista, Navegação, Comércio, Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiae.

Portugal ia reunir o comércio das tres maiores partes da terra,

África, Ásia e América.

(«Os Portugueses na África» por M. Pinheiro Chagas)

Fernando Veloso

...Tendo-se novamente feito à vela, lutou contra os ventos, e arribou a uma espaçosa enseada, que depois se chamou baía de Santa Helena. Encontrou aí um povo miseravel, mas de grande bondade e franqueza. Um soldado, por nome Fernando Veloso, obteve do general a permissão de ir só até às habitações. Foi ali recebido pelos habitantes com bastante humanidade; mas, apoderado repentinamente de um terrôr panico, de que êle mesmo não soube dar a rasão, se pôs a correr quanto podia para as embarcações. Aquele pobre povo que ignorava a causa de tão precipitada carreira, o seguia a fim de o tranquilizar: isto como decuplicasse o mêdo do soldado, fazia com que êle mais fugisse; a marinhagem, que se ocupava em fazer a aguada, vendo-o vir espantado, e seguido, suspeitando alguma traição, correu ás armas. Os negros atacados pôem-se em defeza, fazem chover uma nuvem de frechas de pedras de que o general ficou ferido num pé. O combate se

teria tornado mais funesto, a não ser a prudência de Gama, que mandando imediatamente tocar a retirada, fêz reembarcar toda a gente, e deu à vela.

(«Os portugueses em África» por M. Pinheiro Chagas)

Um episódio da viagem de Vasco da Gama — os antropófagos —

...Partidos êstes dois homens, recolheu-se a gente a bordo e dali viam todos os dias virem os naturais à praia, mas sem quererem deixar-se comunicar. Ao sétimo dia desembarcaram os portuguezes e observaram que os selvagens tinham trazido consigo as mulheres, e as mandaram para eles apenas os escaleres se aproximaram da terra; e vendo-os tão desconfiados enviaram-lhes um mancebo gentil e galhardo, ficando êles nos escaleres para lhes mostrar maior confiança. O moço foi sem suspeita alguma ter com as mulheres que formaram um circulo à roda dele, e apalpando-oe examinando o atentamente, se espantavam sobremaneira. Entretanto, desceu do monte uma mulher com um grande pau na mão, e chegando-se por detrás dêle, lhe deu tão forte pancada na cabeça, que o estendeu morto; as outras o tomaram logo pelos pés, e o arrastaram para o monte, e os homens correram à praia, e comecaram a atirar com as suas setas, o que pôs a gente dos escaleres em tal confusão, que estando surtos sôbre os bancos de areia junto a terra, nenhum atinou a tomar as armas, por causa das muitas frechadas que sobre eles choviam.

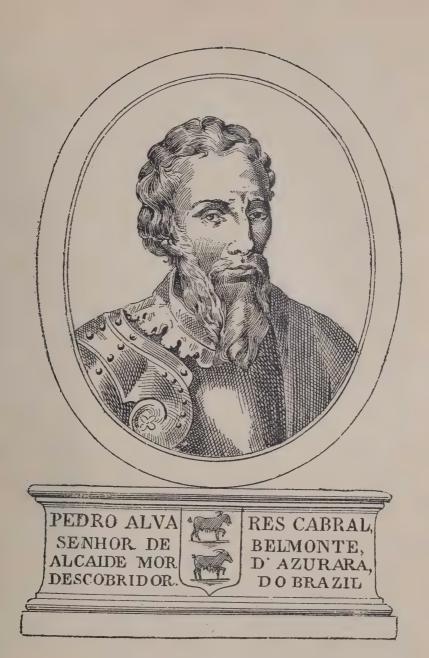
Dispararam-se quatro tiros de canhão contra os selvagens que não acertaram; mas ao ruido deles, fugiram para o monte, onde as mulheres estavam fazendo o cadáver em pedaços, e assando-os em uma grande fogueira, os mostravam aos portugueses e os comiam, e os homens diziam por acenos que o mesmo haviam feito aos outros seus dois companheiros. Mais de quarenta homens quiseram desembarcar para vingarem semelhante barbaridade, porém

o chefe não quis consentir, e se fêz à vela...

(«Os Portugueses em África» por M. Pinheiro Chagas)

A armada de Cabral

...As naus que levou, das quais só se sabe o nome de tres: S. Pedro, Anunciada, e El-Rei, eram tão pequenas que varavam em terra encalhadas pela prôa; tinham o cavername de carvalho e o resto era de pinho, ligado tudo com pregaria de ferro e calafetado com breu. Para aguentarem mais pano circundava todo o costado um grande embôno, como ainda hoje se vê em proporções mais reduzidas nas fragatas de carga do Tejo, que manteem





no seu forte cintado e nos olhos pintados á proa a tradição da nossa marinha das descobertas. Muito largas em relação ao comprimento, tinham á proa e á ré altos castelos, cuja parte superior se chamava *chapiteo*; traziam dentro o batel com bancadas para os remadores; e, no geral, eram de 3 metros, com mastaréos e cestos de gávea. A sua velocidade não ia além de 4 ou 5 milhas.

Os navios de Cabral levavam amarras de correntes até um pouco abaixo da linha de água, para evitar que lhas cortassem, como em Mombaça pretenderam fazer ás naus de Vasco da Gama. Para o combate assestavam na amurada meios canhões, esperas e colubrinas, e nos castelos bercos, águias, sacres e falcões. Estas pecas da antiga artilharia, de nomes e formas tão curiosos, eram de bronze, de carregar pela culatra, e atiravam pelouros de pedra e ferro. Os homens de armas combatiam nos castelos e nas pontes, armados de lanças, espadas, béstas, machados e espingardas; e, ao aferrar outra nau, despediam virotões das gáveas e atiravam á mão panelas de pólvora e alcanzias de fogo. Nas velas tinham a cruz pintada, e usavam uma grande variedade de bandeiras entre as quais e estandarte real, branco com as armas portuguesas; a bandeira branca com a Cruz de Cristo; o pendão das quinas, branco, debruado a vermelho, etc., e as slâmulas verdes e vermelhas, bem como as divisas e insígnias de cada capitão.

Para comerciar, conduzia a frota muito cobre, vermelhão, mercúrio, coral e ambar, panos de lã, veludos, setins e damasco; os padres levavam retábulos, órgãos, paramentos e alfaias de prata. Ao partir, acompanhou-a El-Rei até á barra, depois de grandes festas de despedida; e, no dizer elegante do cronista João de Barros, era a mais formosa e poderosa armada que até áquele tempo

para tão longe destes Reinos partira ...

(Primeiras Navegações — Descobrimentos dos Portugueses, por José Emílio dos Santos e Silva, in Boletim da Agência Geral das Colónias.)

Uma embaixada a Roma

...Destinado pelo pontífice êste dia para a entrada, sairam os embaixadores do palácio do cardeal Adriano pelas duas horas da tarde, com tanta magestade, pompa e lusimento que atraíram

iustamente os olhos e as admirações de toda a Roma.

Precediam em grande número e lusidamente vestidos, em bons cavalos, os trombetas, charamelas, pífaros e atabales de elrei, a que se juntavam os trombetas e charamelas do pontífice, e logo esta primeira face do acompanhamento oferecia aos olhos e aos ouvidos uma alegre vista e uma suave consonância. Seguiam-se trezentas azêmolas, que outros tantos homens com várias e bizarras librés levavam de rédeas, e elas cobertas de reposteiros, de ricos panos de seda de várias côres e insígnias.

Seguiam-se o rei de armas de Portugal que ia vestido de uma roupa de parlo de ouro com as armas do reino, coroadas e cercadas em tôrno de pérolas e rubís. Seguiam-se os nobres, que passavam de cincoenta, vestid s de ricas telas e brocados, com chapeus não só ornados mas cobertos de pérolas e aljôfores e a tiracolo preciosos colares de ouro e pedraria, todos em briosos ginetes com selas, peitorais, caprazões e mais arreios de ouro macisso, ou de lavor, esmaltado de pérolas e pedras de grande preco. A esta proporção iam vestidos os criados, que cada um levava em grande número, com várias, custosas e vistosas librés. Fazia-se ver singularmente, entre tanta grandeza, um elefante indio, sôbre o qual vinha um rico cofre com o presente que El-Rei mandava ao Papa, coberto de um pano tecido de ouro com as armas riais de Portugal, que não só cobria o cofre mas também o elefante até beijar a terra. Vinha também sôbre êste um naire que o mandava, vestido de roupa de ouro e seda; vinha mais um cavalo pérsio que El-Rei de Ormuz mandara a El-Rei D. Manuel, e uma onca de caca com um cacador também pérsio, que a trazia nas ancas do mesmo cavalo. Saíram a receber e a acompanhar os embaixadores portugueses os do imperador e dos reis de França, Castela, Polónia e os das repúblicas de Veneza, Luca e Bolonha, um irmão do duque de Milão, e outros grandes senhores e prelados com suas famílias; assim mesmo as dos cardiais, a que se ajuntaram bizarramente vestidos os portugueses cortezãos que andavam em Roma, eclesiásticos e seculares, o que tudo fazia uma representação igualmente numerosa e luzidissima. A multidão de gente que concorria a ver esta lustrosa pompa era tanta que cobria não só as ruas, praças e janelas, mas até cobria os telhados, e era necessário que a justiça abrisse caminho por fôrça. — Chegando ao castelo de Santo Angelo, onde o pontifice estava para ver a embaixada, com todos os cardiais, disparou por tres vezes a artilharia do mesmo castelo, cujo estrondo bélico, com o harmonioso que faziam as trombetas charamelas, atabales, tambores, pífaros, e com os vivas que geralmente se davam al ré de Portugallo, faziam estremecer e alegrar toda aquela imensa multidão. — Tanto que o elefante avistou o Papa, obedecendo ao naire se humilhou três vezes, e tomando na tromba grande quantidade de agua de cheiro (que estava prevenida) rociou com ela ao Papa e cardiais, e depois a todos em circuito, e fazendo outros trejeitos e meneios com muita graça repetiu a primeira cortesia e foi passando muito senhor do campo. A onça também mostrou as suas habilidades, que eram muitas, e deu bem que ver e admirar a todos. O presente que se ofereceu ao Papa constava de um pontifical inteiro de brocado de peso, todo bordado e guarnecido de riquíssima pedraria, de várias sortes e côres em que se viam muitas romãs de ouro macisso, cujos bagos eram finíssimos rubís, e muitas flores de côres e feições diferentes que se formavam de pérolas e de pedras de várias côres, como diamantes, ametistas, esmeraldas e rubís, a coisa mais rica de quantas neste género se recordava a memória dos homens. Iam também mitra, bago, aneis, cruzes, cálices e turibulos, tudo de ouro ao martelo, coberto de pedraria, e muitas moedas de ouro, de quinhentos crusados cada uma, tamanhas como grandes maçãs. Recebeu o Papa os embaixadores com honras extraordinárias:— ouviu uma larga e discreta oração, que Diogo Pacheco lhe fêz na língua latina, e que o Papa respondeu na mesma, com maior extensão do que se costuma em semelhantes ocasiões, espraiando se muito nos louvores de El-Rei D. Manuel e da nação portuguesa.— O que acabado se levantou, levando-lhe Tristão da Cunha a fralda até se recolher ao seu gabinete.

Durou muito tempo a admiração e durará para sempre a memória desta soleníssima embaixada, da qual escrevendo a seu amo o embaixador do império diz:— «que poucas ou nenhuma vez aconteceu mandarem os príncipes cristãos os seus embaixadores a Roma com tão magnífico aparato»,— e depois de o referir em suma acrescenta estas formais palavras:— Certo, assim é de crer, que a nenhum Papa de egreja romana foram apresentados tão

ricos, nem tão formosos ornamentos, nem tão preciosos.

(«Os portugueses na África», por M. Pinheiro Chagas.)

As minas de prata

... As minas de prata, porém, se foram um ludibrio permanente, tiveram um papel capital não só na penetração, como já dissemos, mas no conhecimento e senhorio da terra. D. Estêvão, nas suas desordenadas guerras, assentara na margem sul do Zamoeze, um pouco a juzante das cachoeiras, a aringa a que dera o nome do seu santo; e mais tarde Diogo Simões, contra todas as ciladas e ataques do indígena, estabelece e sustenta as duas aringas de S. Miguel e Santo António em uma e outra margem do rio, na altura da Chicoa. Se êste chefe, indubitávelmente dominado pela desmedida ambição que a todos os do século é comum, sustentou propositadamente a fama da prata, seja-lhe isso relevado pelos seus descomunais trabalhos: durante mais de vinte anos a sua vida é uma constante luta; d∈sde que o conhecemos, vêmo-lo desempenhar um papel notável na vida do Monomotapa; secundando-o, ele é o auxiliar valioso que vem com a sua guerra reintegrá-lo nos seus domínios, que o mambo recompensa cedendo-lhe todas as minas, e o senhorio de vastas terras; se o combate, vence-o repetidas veses, resiste na sua aringa durante meses, sustentado a frutos de tamarindos cosidos em cinza. Submete o Chombe, substitui-o, impõe-lhe tributos, e hoje em Tete, nas suas terras de Inhabanzo, logo em Urupandi a um mês de caminho «pela terra dentro para o Sul», êle é o mesmo semi-cafre, cortido já do clima, incancável, enérgico, tenaz. Senhor de vastas terras, e legítimo porque, branco, é um mambo negro, êle é bem um potentado; os que se lhe seguem durante todo êsse brilhante século XVII, se realizam mais vastos domínios territoriais, não o excedem em qualiOnde diz Cuana (linha 1), ler Cuama.

uaues e aptidoes; combatendo, avassalando, radica-se no cafre êsse sentimento de respeito e submissão que o português ainda hoje inspira...

«Questões Coloniais» por Ernesto J. de Vilhena

De Tete a Quiloa

«...Os rios de Cuana, vistos compreende-se porém não se podem descrever, o que cança a pena e muito mais quem os descreve, porque vê que não pode dar alcance com a pena ao que compreende com o juízo.»

(De uma informação do século XVII).

... A história geral documentada das explorações portuguesas no continente africano está por fazer; e, contudo, cada vez se vai afirmando mais o papel culminante que no conhecimento das mais remotas regiões daquele continente desempenharam os ousados viajantes portugueses dos séculos XV, XVI, e XVII; sepultadas no pó dos arquivos jazem as notícias ainda desconhecidas de um grande número, e é só quando alguma recente descoberta de estranhos chama sôbre si a atenção do mundo culto, que nós, acordando da apatia em que jazemos, provamos, quási sem trabalho, pela simples leitura dos nossos autores e pelo exame de documentos de arquivos e bibliotecas, que séculos antes, um português, só ou em íntima camaradagem com os seus escravos indígenas, carecendo de todos os variadíssimos recursos que a sciência põe hoje ao serviço da exploração geográfica, animado pelo fervor religioso, pela febre do ganho, ou mais principalmente arrastado pelo único impulso do seu carácter indómito de aventureiro, realizou, desamparado, ignorado, essas mesmas viagens de intensa penetração.

Quando no meado do século XIX o grande Livingstone, explorando o continente africano de uma a outra costa, e do Cabo ao Tanganica, lança o espanto e a admiração em tôda a Europa, e promove na Inglaterra aquela intensa corrente de opinião para a África central, com facilidade provamos que, tanto em Angola como em Moçambique, se havia feito desde os primeiros tempos do descobrimento tentativas práticas de comunicação, que já no século XVI chegavam á Zambézia os artigos europeus do comércio de Angola, que desta ao Cazembe, junto do Muero, e de Mocambique a êste lago, era o continente sulcado pelas cáfilas traficantes, que Honorato da Costa, Lacerda, Monteiro e Gamito, Silva Porto e tantos mais, haviam aplanado considerávelmente o caminho ao grande explorador, e outros ajudado directamente. Documentos inéditos mostram-nos que os capitães dos presídios avançados de Angola conheciam o trôco superior do Zambeze, e procuravam,

Onde diz atinge o Nhanza a que chama victoria (linha 12), ler atinge o Nhanza a que chama Vitória.

coligindo informações e expedindo mensageiros, alcançar o almejado fim; e a leitura atenta de uma informação do século XVII diz-nos que no meado dêste século Sisnando Dias Baião conquista e submete a Batua, cobrindo-a com as suas aringas, a fim de comunicar os Rios com Angola, «que lhe fica nas costas.»

Quando a Inglaterra celebra a descoberta do Nhanza, esquece-se de que em 1705 um mapa de Moll mostrava numa posição aproximada aquele lago, mencionando também em cartas francesas da mesma época, e que ali, como em quási todas as regiões de África, haviam sido os portugueses os primeiros como demonstra-

ram Lacerda, Cordeiro, Batalha Reis.

Quando Speke atinge o Nhanza, a que chama victória, verificamos que êste lago conhecido dos árabes pelo nome de U-kereué, é o Colué de Ptolomeu e de Duarte Lopes, que êste último coloca

já na sua verdadeira altura.

E até quando recentemente nos extasiamos ante a viagem de Marchand do Congo á Abissínia, somos levados a relembrar que D. Manuel, procurando um homem capaz de pôr em pratica «o que desde muito tempo fazia objecto de seus pensamentos e meditações», enviava em 1521 ao Congo, a tentar análoga emprêsa Gregório de Quadra, o cativo de Zeila e Adem, o conhecedor de Bagdá, Baçorá, Ormuz e Índia; e, apesar de não realizada, ainda em 1540 D. João III considera «que pode ser que a terra do Abexi venha tanto para oeste e a do Manicongo vá tanto para leste que não seja grande caminho de uma terra a outra.»

(«Questões Coloniais» por Ernesto J. de Vilhena)

A expedição de Francisco Barreto

...Subindo o rio Cuama, ou Zambeze, chegou o exército ao forte de S. Marçal, em Sena, aonde encontrou algumas casas cobertas de palha e uma igreja, que haviam levantado os mercadores portugueses que por ali traficavam, (¹) e perto desta povoação de cristãos outra de maometanos, cujos habitantes, sob falsas aparências de hospitalidade, começaram a maquinar contra os nossos. Se as crónicas não exageram, êstes bárbaros envenenaram os cavalos da expedição, e dispunham-se a fazer o mesmo aos homens; o facto é que Francisco Barreto tomou dêles uma atroz vingança, mandando passar á espada o maior número, e acabando com outros nas bôcas das bombardas, ou por meio de horrorosos tormentos!

Depois mandou por embaixador ao Monomotapa um dos an-

¹⁾ Ignora se a data desta fundação e a mesma dúvida subsiste a respeito da povoação de Tete. Das feitorías, mesmo da beira-mar, há algumas cujo principio é desconhecido. Por êste tempo não havia ainda estabelecimento fixo de portugueses em Inhambane, e só quatro meses do ano se demoravam os mercadores de marfim na baia de Lourenço Marques, em barracas provisórias. A feitoría de Quelimane data de 1544.

Onde diz novamente no Sena (última linha) ler novamente em Sena.

tigos mercadores portugueses daquele sertão, encarregado de significar ao imperador o desejo que os nossos tinham de passar as minas de Abutua e Manica, oferecendo-se ao mesmo tempo para castigarem o rebelde Mongas, que estava levantado contra o Monomotapa, e cujos domínios ficavam entre as terras dêste e a nossa feitoría de Sena; obtida a permissão, levantou-se o campo da povoação de S. Marçal, e começaram uma penosa marcha ao longo do rio Zambeze os quinhentos e sessenta soldados válidos da expedição, ficando o resto em uma ilha próxima, lutando com as febres do país.

No fim de dez jornadas, tendo padecido fomes e sêdes cruéis, encontraram os nossos aventureiros uma multidão inúmera de cafres, que lhes deu repetidos assaltos, mas que sempre retirou em debandada; como porém os recursos faltavam totalmente, não houve remédio senão retroceder, e acampar novamente no Sena.

(«Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar» por F. M. Bordalo)

Período da Decadência Os Bongas



Período da Decadência

Ao equilibrio da atmosfera são necessárias as trovoadas: também á economia das nações convém por vezes as tormentas. A paz pôdre apodrece tudo. Quando o espirito nacional, comovido, se agita, quebra-se muitas vezes a rotina estéril.

(Portugal em África, por Oliveira Martins)

A decadência moral

Á data do triunfo definitivo do regime liberal, a Província de Moçambique atravessava uma das mais lastimosas fases da sua existência.

No interior, as paixões políticas, galgando os mares que as separavam da Metrópole, subvertiam a ordem e a subordinação; no exterior, a pressão dos negros rebeldes, que percebiam a nossa fraqueza, asfixiava os govêrnos subalternos nas suas capitanías do litoral.

A intriga, que, no dizer dos nossos mais antigos cronistas, sempre fôra o cancro do Oriente, ganhára alentos com a desordem, tornando em verdadeiro flagelo a vída das autoridades superiores, especialmente a dos capitães-generais, suas vítimas preferidas.

A população da Província, mixto de degredados incorregíveis, índios gananciosos, mouros pérfidos e negros boçais e indolentes, endurecida no desumano tráfico da escravatura, e a quem tudo parecia lícito, constituia uma sociedade sem escrupulos e sem moral. Os amotinadores das desmoralisadas turbas, sedentos do mando que lhes permitia satisfazer os seus ruins intentos de enriquecerem por quaisquer meios, embora ilícitos, impeliam a plebe para a desordem, já que a ordem era incompativel com os seus manejos. A sua audácia chegou a ponto, ao divulgar-se a notícia da revolta de 1820 na metrópole, de irem ao palácio prender o capitão-general. João da Costa Brito Sanches, e de o levarem para a fortaleza de S. Sebastião, algemado, a pé pelas ruas da cidade, acompanhado de numeroso séquito e precedido por um major da guarnição, antigo soldado da Brigada Real de Marinha, que de espaço a espaço tocava buzina e gritava, para que o ouvissem bem, que aquele prêso fôra o capitão-general, mas já não tinha autoridade alguma!

Este estado de indisciplina agravava-se sempre que, —o que era frequente — por falta de capitão-general, o poder caía nas mãos dos conselhos governativos que, segundo a lei vigente nesse tempo, se compunham do governador eclesiástico, do desembargador-ouvidor e do oficial de maior patente. Em geral cada um dos membros deste triumvirato tinha o seu conventículo, que vivia

em guerra aberta com os dos outros, quando a luta não era públi-

camente entre os próprios governantes.

Outras vezes o insensato exemplo da paixão política, que na sua violenta cegueira tudo avassala, partia de cima, afrouxando ainda mais os laços da disciplina, já de si tão lassos. Famosa amostra desta espécie de demência foram os festejos que Moçambique presenciou durante perto de cínqüenta dias interpolados, de 21 de Junho a 8 de Agosto de 1824, «pelas felizes notícias de ter El-Rei Nosso Senhor entrado na posse dos seus legítimos direitos», isto é, para comemorar o regresso ao regime anterior ao que a revolução de 1820 creára, ou, por outras palavras, a contra-revolução capitaneada por Carlota Joaquina e seu filho D. Miguel, em Marco de 1823!

Não faltou nada ao explendor que a imaginação mais fecunda possa exigir em galas e alegrias. Houve iiuminações gerais em terra e no pôrto durante muitas noites, danças de banianes, batuques de negros com os seus régulos, mandados vir expressamente do mato, procissões aparatosas, missas cantadas, faustoso te-Deum, em que oficiou o bíspo de S. Tomé, jantares de uma variedade e dum luxo asiáticos, bailes, teatro no palácio, onde representaram o governador de Damão e os altos dignitários militares a par dos capitães dos navios da Metrópole e do Brasil surtos no pôrto, figuras certas e indispensáveis em todas as grandes festas.

O melhor, porém, o que excedeu tudo em grandeza e magnificência, foi o cortejo triunfal, com os seus grandes carros caprichosamente enfeitados, conduzindo oficiais do exército e funcionàrios do Estado, mascarados, que cantavam o hino real ao som das músicas, vendo-se num dos veículos, com o traje de baniane, o próprio capitão-general, João Manuel da Silva, general do exército

da metrópole!

(«História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique— de 1833 aos nossos dias» por J. J. Teixeira Botelho).

Um mercado de escravos

...Em 1872 entrou em Quelimane, em pleno dia, um negro do sertão chamado Matipuír acompanhado de gente sua, conduzindo grande número de escravos de ambos os sexos que vinha vender. Êstes infelizes, semi-nús, ligados uns aos outros por comprida corda, que os enlaçava pelo pescoço, caminhavam com dificuldade, alquebrados e enfraquecidos pelas privações resultantes de uma longa viagem.

Matipuir, segundo se dizia, passava a vida dando caça às povoações indefesas, escravizando famílias inteiras, que vendia a

trôco de armas, polvora, fazendas, etc.

A perspectiva do local em que se efectuava a venda oferecia um espéctaculo estranho.

Viam-se ali pretas nuas, tendo apenas um pequeno langotim sujo, esfarrapado, amamentando os filhos muito negros, com o

corpo lustroso das repetidas unturas de azeite de côco.

Algumas das pretas, talvez as mais abastadas, mostravam as carapinhas divididas em pequenas trancas, onde tinham enfiada grossa missanga de várias côres, e o lábio superior furado, servindo de moldura a um pedaço de marfim de forma circular, com o diámetro de uma moeda de quinhentos reis. Nas orelhas o mesmo adôrno.

Os negros, com o corpo coberto de extravagantes desenhos, feitos á ponta de faca, a carapinha cortada por largas riscas paralelas, abertas com incrível perícia e rapidez por meio de uma tata velha, ou um pedaço de vidro, uma faca, emfim qualquer objecto cortante, olhavam com susto para os europeus.

As negrinhas, enfeitadas com missanga nos braços e manilhas de arame amarelo nas pernas, contrastavam com a sordidez dos moleques, cujos ventres dilatados mostravam um umbigo do feitio

e tamanho de um ovo de galinha.

Tudo isto misturado, confundido, numa desordem incompre-

ensivel, única!

Entretanto o negócio corria, mas os preços acusavam o insignificante valor da mercadoria. Um moleque valia uma libra, um preto adulto 10 mil reis, uma negra nova entre 12 e 15 mil reis.

No dia em que saiu Matipuir e a sua gente, tomaram-se precauções para evitar que os escravos fugissem, porque o Matipuir, fingindo que marchava para a sua povoação, acampara próximo de Quelimane, esperando pacientemente que os emissários que espalhara, habilmente industriados, recolhecem com alguns pretos iludidos com promessas enganosas, para vender novamente na primeira povoação os pobres incautos que se lhe fôssem estupidamente meter nas mãos.

O mercado de escravos negros, que tanto impressiona os europeus, pouco ou nada incomoda os cafres.

È negocio perfeitamente regular, dizem êles: um preto sem

senhor não pode viver.

Quando se lhes falava na liberdade, cujo prazo se aproxi-

mava, respondiam tolamente:

— Para que serve a liberdade? Quem me dá de comer quando eu fôr livre? Que posso eu fazer sem o meu senhor?

Tudo isto resulta seguramente dos pretos não estarem educados a viver do seu trabalho.

Eis um exemplo frisante:

Um europeu, tendo concluido os seus negocios em Quelimaue, embarcou com destino a Lisboa, dando previamente a carta de alforria aos seus escravos. Demorado algum tempo a bordo antes de sair a barra, receando o mau tempo, voltou a terra e viu com pasmo que os pretos que libertara se tinham vendido (vender o corpo, dizem eles) sem condições.

Era curioso o processo que empregavam para serem escravos

de um individuo qualquer. Entrando inopinadamente em casa do senhor que de antemão tinham escolhido, quebravam o primeiro objecto que se lhes deparava, sem se importarem do seu valor. O fim era fazer estrago. Em seguida rojavam-se aos pés do dono do casa, do qual se confessavam escravos em troca do dano causado, recebendo nessa ocasião uma quantia consoante a generosidade do seu novo dono.

E tudo isto se passava em 1872, n'uma das primeiras vilas da

África Oriental!...

(«Recordações da Expedição da Zambézia em 1869» por Major J. Ferreira).

Um acto do Inhaúde

...Existia em Tete um negociante da India muito amigo de Inhaúde, chamado António Vicente Colaço; este sujeito, que era já viúvo, era procurador de uma senhora, tambem viúva, D. Balbina Joaquina Nunes de Andrade; e mais tarde, vindo a estreitarse mais estas relações, como se depreende de um documento com data de 15 de Maio de 1841, que diz achar-se D. Balbina de portas a dentro com o seu representante Colaço, vieram a casar com todas as solenidades religiosas. Um dia foi Colaço visitar o Inhaúde a Massangano, onde se demorou dois ou três dias, e de onde recolheu a Tete em um escaler do seu amigo Inhaúde. D. Balbina que, ao que parece, era ciumenta e vingativa, teve motivos para desconfiar da bizarra hospitalidade com que o Inhaude lhe regalara o marido. Enraivecida até ao delírio, e não ouvindo mais que a voz da sua paixão, foi com algumas pretas de sua casa á praia de Tete, onde ainda estava encalhado o escaler que conduzira o marido, e destruiu-o. Os tripulantes, que eram de Massangano, voltaram para lá a dar parte do ocorrido, e o Inhaúde, exasperado com a afronta, mandou insolentemente prevenir o comandante militar de Tete, que o custo do escaler havia de ser pago por qualquer negociante que passasse no Zambeze. Foi êste o primeiro casus belli, e teve logar em 1850.

O comandante militar, ofendido com a ameaça do Inhaúde, mandou-o intimar a que se apresentasse na vila, o que êle não cumpriu. Em seguida mandou a Massangano um alferes, genro da própria D. Balbina, acompanhado por 12 soldados para prenderem o Inhaúde. Éste porém, que se achava já então forte em sua aringa, mandou agarrar o alferes e os soldados, despojou-os do fato, meteu-os na gargalheira durante dois dias e obrigou-os a pilar doze panjas de milho. No terceiro dia soltou-os e mandou-os para Tete, fazendo saber terminantemente ao comandante militar que não

queria ir á vila!...

«Relatório da Guerra da Zambézia» por Augusto de Castilho.

O primeiro «Bonga»

...Oriunda da Índa, segundo uns, e de Macau, segundo outros, há certamente mais de um seculo que a família Cruz veiu fixar-se na Zambezia. O mais antigo Cruz de quem a tradição conserva memória é Joaquim Vicente da Cruz, conhecido também por capitão Cruz e cognominado Bereco. Este homem, que devia viver nos primeiros anos do actual seculo, era de carácter turbulento, traicoeiro e belicoso, manifestando já pouca sujeição ao govêrno português. Quando o governador Vilas Boas Truão, um dos mais notaveis que houve em Rios de Sena (como se pode ver de um seu curioso relatorio datado de 1806) foi fazer guerra no império do Monomotapa, ia acompanhado pelo Bereco, que ia encarregado da condução e guarda das munições de guerra. Conseguiram as nossas fôrças, depois de quási totalmente esgotadas as suas munições, bater e tomar grande parte dos territórios desde Tete até Chicôa, e estando as coisas neste pé, mandou o Bereco dizer ao Régulo Chiofombo, que a pólvora do Govêrno havia acabado, e que só ele possuía alguma. Sabendo isto o Chiofombo, reuniu novamente a sua gente destroçada, atacou as fôrças do Govêrno, e conseguiu bater e derrotar o Governador Truão, que ficou agarrado e morto, bem como alguns outros oficiais. A traição de Bereco foi por Chiofombo recompensada com uma sua filha. Mais tarde, tendo o Bereco recolhido a Tete, na persuação de que ninguem poderia vir a saber o que êle havia feito, foi interrogado pelas autoridades àcêrca das causas e circunstâncias da morte do governador Truão e seus companheiros, e não sendo satisfatórias as respostas e explicações por êle dadas, foi mandado encarcerar e seguir para Moçambique, onde, depois de julgado, foi enforcado...

(«Relatório da Guerra da Zambézia», por Augusto de Castilho).

Primeira campanha contra o Bonga (Inhaúde)

Segundo o testemunho autorizado do tenente coronel reformado Delfim José de Oliveira, que governou com distinção os distritos de Tete e Quelimane, e que escreveu e publicou em 1879 um interessante folheto, intitulado: «A Província de Moçambique e o Bonga», a guarnição da Tete compunha-se nesse tempo apenas de 3 oficiais brancos, 80 soldados pretos, sem pão nem rancho, sem pagamento de pré, sem armamento, desertando e apresentando-se todos os meses. A dívida era de 24 a 30 meses, tanto de sôldo como de pré.

Não obstante ísto, em consequência da atitude do Inhaúde, organízou-se uma grande expedição contra Massangano, da qual fizeram parte forças da Macanga e do Macombe do Barue, ficando

as fórças regulares para a defesa da vila na eventualidade de um possível ataque. Foi em Junho de 1853 que o exército sitiador combinado, perto de 4:000 homens, atacou a aringa de Inhaúde; êste, porém, que tinha talvez uns 400 pretos com espingardas, não fugiu, e resistiu arrogantemente ao cêrco durante 3 meses.

O comércio da Zambezia parou; Tete estava em sobressalto. Cada um dos dois contendores reclamou o auxílio da vila alegando o seu direito e a sua justiça, e servindo se de ameaças, e ambos queriam fazer valer o seu parentesco com El-Rei de Portugal.

Tete tinha duas peças de bronze de calibre 3 e algumas de ferro inúteis, pouca pólvora e poucas balas; é grande a inquietação, chegando-se por vezes a ouvir o estampido das espingardas

de elefante que são a artilharia de Massangano.

Em uma noite de setembro o Inhaúde sai com a sua gente a atacar os sitiadores; pronuncia em voz alta nomes de oficiais de Tete indicando-lhe os pontos por onde devem avançar, e dêste estratagema e do valor da sua gente vaí tirando vantagem. Estabelece se a confusão no campo contrário, o inimigo é cortado á faca e a machado ou lançado ao rio, e ao amanhecer está Inhaúde completamente desembaraçado, tendo a sua aringa cercada de muitos cadáveres!

No dia imediato a gente de Inhaúde, atacou a vila de Tete,

mas foi repelida...

(«Relatório da Guerra da Zambézia» por Augusto de Castilho).

A traição

Pela mesma ocasião, em 1866, negara-se o *Bonga* a mandar pagar na delegação de Tete os direitos pela compra de uma casa que na vila adquirira; e isto não obstante ser então Governador do distrito o tenente da Província Miguel Augusto de Gouveia, seu

compadre, e com quem sempre tivera bom trato.

No princípio de 1867 via-se o Bonga em apuros, e atribui êste seu estado a feitiços da própria família. Mandou tirar a cabeça a algumas das suas mulheres, e parece que à própria mãe (Filipa) que desapareceu. Duas das mulheres do bandido podem escapar-se e refugiar-se na Chingosa, perto de Tete. O Bonga manda ali a sua gente, que se opodera das fugitivas, mata algumas pessoas, rouba e incendeia a povoação. A justiça de Tete toma conhecimento do facto, e o Bonga é processado como autor do atentado.

O que é certo é que de seu motu próprio ou superiormente autorizado, o Governador Miguel Augusto de Gouveia marchou para Massangano com alguns moradores, oficiais do distrito e as fôrças que pôde organizar. O Bonga sabe por espias o que se passa em Tete, e sabendo que o Governador se aproxima, aban-



Serpa Pinto



dona e aringa. Os de Tete chegam, tomam posse dela no meio de geral e grande contentamento, e comem e bebem talvez com

excessiva despreocupação.

Ao mesmo tempo anuncia-se a chegada do auxilio de 200 pretos que o Belchior do Nascimento havia prometido do Goengue para aquela expedição. Os pretos entram na aringa, mas só então se reconheceu que em vez de serem do Belchior, são a temivel guerrilha do «Bonga» que se havia emboscado e não foi reconhecida.

Os de Tete são surpreendidos e cortados à faca e à machadinha. Não escapou um oficial, morador ou soldado europeu! Escaparam-se muitos pretos. É conservada a vida ao desgraçado governador, não por magnanimidade do compadre Bonga, mas por requinte de perversidade, e para prolongar a agonia da sua vitima.

O pobre Governador de Tete, tenente Miguel Augusto de Gouveia foi morto pelo seu próprio compadre Bonga depois de embriagado, o qual o foi lentamente mutilando e dançando ruidósamente na sua frente, entre a algazarra e palmas de negros sanguinários e ferozes à luz vacilante e fúnebre das fogueiras e ao som lúgubre do *biribiri* ou grande batuque de guerra! As cabeças dêstes infelizes foram as primeiras que enfeitaram como sinistros trofeus os paus da aringa de Massangano.

(«Relatório da Guerra da Zambézia» por Augusto de Castilho).

O final duma campanha contra o «Bonga»

... Amanhecera. Os pretos, atentos e vigilantes, viram num momento os barcos encalhados, as peças abandonadas na ilha, o campo deserto e coberto de destroços. Tinham compreendido. A fôrça que passára à margem oposta ia para Tete. Não havia perigo por aquele lado. Podiam atacar afoitamente.

Em pouco tempo estava o rio coalhado de pequenas almadias cheias de negros armados com machados e espingardas, dirigindo-se à fôrça de remos para a ilha, onde desembarcaram sem resistência, porque o maior número dos abandonados, jazia prostra-

do, rendido à fome, às febres e fadiga.

Então aquelas feras, sequiosas de sangue, principiaram a assassinar cobardemente, a golpes de machado, homens indefesos, doentes e inermes.

O soldado n.º 10 da 3.ª companhia do batalhão de caçadores da Zambézia, António Maria de Oliveira, actualmente cabo da esquadra da 8.ª companhia de reformados, conta que, estando ainda próximo do acampamento, quando os pretos chegaram à ilha, lograra desembaraçar o barco no momento em que um negro arremetia com o alferes António Augusto Ferraz. Êste oficial es-

tava na posição de descanso com a cabeça descoberta, e quando o preto se aproximou desembainhou a espada vivamente; mas reparando que o chão estava juncado de cadáveres, enterrou desesperadamente a espada na areia e cruzou os braços. No mesmo instante caía com o crânio fendido por um terrivel golpe de machado.

Foi o último daqueles infelizes! Não escapou nem um!

Pobres mártires!...

(«Recordações da Expedição à Zámbézia em 1869» pe Major José Joaquim Ferreira).

Os mártires de Massangano

... A esta nossa primeira derrota infligida pelo Bonga, derrota que teve lugar em principios de 1767, seguiu-se a da expedição comandada pelo major Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcelos, a 5 de Agosto de 1868, a retirada da coluna comandada pelo major J. J. de Oliveira Queiroz, em 1869, que não perdeu coisa alguma, é certo, mas que não chegou a passar para cima de Bandar, a desastrosa derrota da magnifica coluna de operações organizada em Portugal e na India, sob o comando do major hoje general reformado António Tavares de Almeida, em fins de 1869, etc. Nestas derrotas, pelo Bonga infligidas às nossas fôrças, as quais não serão aqui descritas minuciosamente por melindres e escrúpulos para com pessoas ainda vivas, e por estarem muito recentes na memória de todos os portugueses, fêz ele farta colheita de cabeças com que continuou a enfeitar os paus da sua aringa, e que foram durante longos anos a prova bem visivel da insolência e crueldade com que êsse rebelde nos enxovalhava.

Os crânios de Guilherme de Portugal, do capitão António Travassos Valdez, do capitão Cardoso, e dos alferes Queiroga, Montenegro, Alves e de tantos outros, ali estiveram muito tempo espetados naqueles paus sinistros pedindo inutilmente vingança, e incutindo um terror pânico a todos que passavam no Zambeze. O poderio do Bonga foi crescendo sucessivamente à medida que o nosso diminuia, e nós fômo nos habituando a vivêr com aquela vergonha, e quási que a pactuar com o rebelde. Assim como há quem viva, com balas dentro do corpo, sem um braço ou sem uma perna, assim também a nação portuguesa se viu constrangida a viver com aquela grande brecha na sua honra e com tam grande mutilação na sua dignidade. Durante algum tempo as autoridades que subiam o Zambeze quer fossem acompanhadas de fôrça quer não, eram obrigadas a passar em Massangano, onde parece que eram bem agasalhadas pelo rebelde que ainda se ufanava do titulo honorifico de sargento mór de Massangano, que tinha exercido (e de que nunca foi demitido) usando impudentemente a farda que pertencera ao major Portugal...

(«Relatório da Guerra da Zambézia» por Augusto de Castilho).

A fuga do "Chatara"

...O «Chatara» julgando-se já, e com razão, potentado independente e soberano, chegou a escrever ao Governador de Tete, significando a simpatia que tinha pela nação portuguesa, com a qual desejava viver em paz, e pedindo-lhe que, afim de se estreitarem mais as relações, nomeássemos nós um consul para Mas-

sangano!!!

A insolência daquela maldita raça e dos seus sequazes havia subido tam alto, e a nossa pusilanimidade havia descido tam baixo, que, ou haviamos de continuar a transigir com tudo, e em breve perderiamos a Zambézia de Sena para cima, ou tinhamos de fazer um esfôrço digno, inteligente e sacudido, para retomarmos o nosso lugar de nação dominadora e exterminarmos aquela raça de bandidos.

A guerra de 1887 foi a explosão bem combinada desse nosso esfôrço, mas não teve os resultados que eram para desejar, porque, se é certo que tomámos e destruímos a aringa de Massangano, não é menos certo que ela se achava completamente deserta e abandonada pelo «Chatara» e os seus grandes, que, á aproximação das nossas fôrças, passaram para a margem esquerda, e se internaram com todas as suas munições e armamentos, que teriam sido insuficientes para nos oporem séria resistência. A descrição desta bem organizada e brilhante expedição dirigida superiormente pelo inteligente, ilustrado e patriótico tenente-coronel de artilharia Joaquim Carlos Paiva de Andrade, está minuciosamente descrita por ele em um relatório publicado no Boletim Oficial da Província, e em uma interessante conferência feita na Sociedade de Geografia.

A fuga do «Chatara», foi, todavia, a causa determinante da queda do seu prestígio político. *Motontoura* e seus outros irmãos viram que ele não poderia mais reinar depois de um tal desastre, e por isso o prenderam e levaram á presença do Governador de Tete em Outubro de 1887, o qual o mandou para Moçambique de onde partiu para o destêrro. Motontoura fêz-se depois chefe da conspiração contra o Govêrno, e preparou tudo com a necessária antecedência e cautela para reocupar Massangano, depois de grandes conciliábulos de tôda a família, celebrados no prazo Matadza, e em grande parte sob a inspiração do grande *pondoro Inhaúde*, tudo acompanhado de várias cerimónias supersticiosas e sacrifícios, para instigar os rebeldes a voltarem á aringa de Massangano, onde estavam os restos de seus maiores e irmãos, atraíndo-os

fatal e irresistivelmente...

(«Relatório da Guerra da Zambézia», por Augusto de Castilho).

A derrota dos "bongas"

Os bongas esfaimados dentro da aringa, tendo comido os cães e tudo o que havia, saíam para obter raízes, e em encontros com as nossas patrulhas e com as de Tete havia todos os dias grande mortandade. Só as nossas tinham já feito mais de trezentas baixas ao inimigo, e aprisionado próximamente quatrocentas mulheres e creanças. Estas fugiam também da aringa e vinham voluntàriamente apresentar-se ao acampamento, algumas em tal estado de magreza, que era difícil reconhecer o sexo e a idade. A desmoralização na aringa tinha chegado ao último ponto, e os mais dedicados aos bongas, e junto com êles, faziam constantes guardas para evitar as fugas, o que era difícil, porque quàsi todos os grandes chefes de guerra haviam morrido ou estavam inutilisados.

No dia 29 S. Ex. a o Conselheiro Governador Geral, que se achava no meu acampamento desde 26, tomou solenemente posse de Massangano, em nome de Sua Magestade El-Rei, e arvorou a bandeira portuguesa, mandando demolir a aringa e construir um pequeno forte, que recebeu o nome de Sua Alteza a princesa D. Amélia, denominando-se forte «Forte Princesa Amélia», que ficou guarnecido com um destacamento de cacadores n.º 5.

Era horroroso o aspecto que a aringa apresentava por dentro. O solo estava juncado de cadaveres, e gente moribunda nas últimas agonias gemia por todos os lados, que junto aos vagidos das crianças recenascidas, abandonadas na ocasião da fuga, cau-

savam uma dolorosa impressão.

A aringa estava em boas condições de defesa: em toda a volta havia fortes travessas de madeira, revestidas com taludes de terra; nas palhotas tinham cavado grandes covas dentro, onde se metiam, e com a terra revestiam-nas também com talude por fora.

Nada se encontrou de valor, a não ser duas grandes armas de forquilha, que com o biri-biri (tambor de guerra) ofereci a S.

Ex.a o Conselheiro Governador Geral.

Não exagero calculando em 1.500 o número de baixas que o inimigo teve nos diferentes combates, encontros com as nossas patrulhas, artilharia e ultimamente a fome; prísioneiros também devem andar muito próximo dêsse número.

Se não foi possivel acabar com todos os bongas, creio que aos sobreviventes não ficará muita vontade de fazer nova guerra; e mesmo os três, que podem ser chefes, e que não sei se ainda vivem, não teem o vigor preciso para as dirigirem...

(«Relatório da Expedição da Zambézia», por Augusto de Castilho).

Período do Ressurgimento

Em Moçambique é que se há de governar Moçambique.

(Relatório sobre Moçambique por António Enes).



Período do Ressurgimento

Campanhas contra o Gungunhana



A embaixada do Gungunhana em Lisboa

...Portadores de sete magnificos dentes de elefante, que o Gungunhana mandava ao Rei como *bôca* para lhe pedir perdão, os vátuas não tardou que fôssem recebidos pelo monarca, ao tempo El-rei D. Luis, estando presentes, além da Rainha, alguns ministros.

Acompanhava-os na vizita o tenente João José de Almeida.

Ouviu Sua Magestade o que lhe diziam os vátuas, em nome do régulo e despedindo-os com a sua habitual afabilidade, declarou que perdoava ao Gungunhana a sua primeira e grande falta

mas que para a outra vez o faria punir.

A visita a El-rei, e no intuito de dar aos vátuas uma impressão quanto possível intensa dos nossos recursos, outras visitas se seguiram: aos quartéis, fortalezas, navios de guerra, arsenais do exército e da marinha, fundição de canhões, etc., e sempre que havia ensejo para formatura de algum regimento, a ela assistiam,

muito interessados, os dois vátuas.

Uma noite, no Coliseu, o espectáculo de um domador de feras que entrava impávido numa jaula de leões, e os obrigava ás chicotadas, a fazerem tôda a casta de sortes, entre as quais a de disparar uma arma, mais os encheu de respeito pelo branco e depois em Gaza, contando a façanha aos naturais, tiraram dela, a nosso favor, um argumento de força muito singular: — «Eram feiticeiros brancos, não tinha que ver!». — E com quanto o domador fôsse americano, passou para êles, é claro, por português...

(«Dezoito anos em Africa» por Trindade Coelho)

O «quadrado» de Marracuene

...As rãs continuaram a coaxar festejando a sua orgia de água, e das rumas confusas de vultos estiraçados na areia soltavam-se roncos de despreocupação. Era tão bom dormir debaixo duma coberta enxuta de céu!

Ás 4 horas tocou-se a alvorada. Era ainda noite fechada; apenas da parte do oriente principiavam a esbranquiçar-se as nuvens. Ergueram-se os soldados que dormiam sob as armas, alinharam-se, e o quadrado ficou formado. Pouco depois, e sem que no bivaque

se desse por tal, e sem que agora mesmo se possa reconstruir exactamente a scena, negros ágeis e subtís como cobras, que se tinham entranhado nas moitas avizinhadas das sentinelas, de rôjo, coleantes, sem fazer estalar um ramo ou rumorejar um folhedo. devem ter fulminado algumas delas com azagaiadas certeiras; outros, mascarados com os capotes e bonés do piquete que saíra a talar o campo e não voltara, terão passado surrateiros pelos postos, falando-lhes em português como se fôssem pracas tresmalhadas dêsse mesmo piquete que reuniam ao corpo: ainda outros. talvez os mais numerosos, conseguiriam insinuar-se pelas abertas da linha de vígilância, cosidos com a terra, cobertos com a vegetação e a noite: agrupados depois estes traiçoeiros assaltantes junto à margem do Incomati, avançaram para a face direita do quadrado na sua parte formada pelos pelotões de cacadores 3, para abrir uma primeira brecha na desprotegida muralha dos peitos humanos, que êles já sentiam palpitar ao alcance das zagaias. Tudo isto foi instantâneo, mais pronto do que um grito de alarme. As tropas só se sobressaltaram ao distinguirem, já ali ao pé, um tropel de gente que vinha correndo e gritando: Camaradas não façam fogo! camaradas angolas! e quando ouviram mais longe, um tiro sôlto e depois outros tiros, disparado o primeiro pelo cabo Domingos, dum dos postos, que teve tempo de saber que ia ser exterminado e quis morrer matando; mas ainda não se tinha percebido que gente era aquela e o que sucedera, quando um preto, que se deitara de bruços a solidar as trevas, reconheceu os revoltosos por terem os corpos nus, e clamou persuroso: São landins! são landins! Responderam a êste grito vozes vibrantes de comando; troou uma peça espalhando metralha, e em todas as faces relampaguearam descargas. Era tempo. Um bulcão negro, que seguira os primeiros assaltantes, embatera rijamente na linha dos «angolas» e desabara sôbre a segunda companhia de caçadores 2, que igualmente frontejava o norte; quási simultâneamente pronunciava-se o ataque pelo lado do sul, onde também o inimigo se desemboscara do arvoredo espesso que orlava a borda do rio. O fragor do combate punha mêdo, - contava-me o tenente Rocha, que tudo ouvira, sem nada ver, de bordo do Bacamarte; - e apesar dos estampidos dos canhões e das descargas cerradas e contínuas de fusilaria atordoarem como trovões ribombando dentro do ouvido, ainda lhes sobrelevava a gritaria infernal dos landins, tão medonha que fazia crer estar ali toda a selvajaria de Africa a estracinhar ululante a minguada hoste portuguesa.

A infantaria europeia aparou a investida do gentio sem se abalar, com serenidade de veteranos. Cada soldado compreendeu que só poderia salvar-se dispondo-se a morrer no seu posto. Mas os «angolas», que receberam o primeiro, mais inopinado e vigoroso choque; os míseres «angolas», recrutados na vadiagem das cidades da costa ocidental, sem coesão, sem disciplina, sem clara consciencia do perigo que os assoberbava, apenas sentiram sôbre si um bando tripudiante e uivante de demónios emplumados, apavoraramse, romperam as filas e recuaram em magotes para o interior do quadrado, já ennovelados com os mais audaciosos assaltantes, que logo se espalharam no bivaque, pulando como onças, vibrando zagaíadas com a instantaneidade de scentelhas, soltando berros en-

surdecedores de Avança landim! Avança landim!

Foi um momento terrivel! Mais um golpe de gente que se engolfasse pela face rôta e nem um milagre poderia reformá-la; se mais algumas zagaias fôssem revolver-se no ventre do quadrado violado, as filas combatentes seriam retalhadas pelas costas! Sem se lembrarem—felizmente,—de que não havia exemplo de se salvarem quadrados arrombados, alguns oficiais, Caldas Xavier, Couceiro, Eduardo Costa, Raul Costa, Ornelas, Pinto, atiraram-se para a frente do rasgão escancarado, exortaram os «angolas» desvairados, empurraram-nos, levaram-nos adiante de si a murro e à cutilada; ao mesmo tempo os landins que se haviam precipitado para dentro do vulção de fusilaria foram num relance prostrados e mortos em heróicos combates corpo a corpo. Um dêles, quando ia a trespassar pelas costas o capitão Machado de artelharia, foi agarrado pelo impedido dêsse oficial, que lhe arrancou das mãos a zagaia e o arrojou ao chão, onde o selvagem acabou às coronhadas; outro que feriu no ombro o alferes de cavalaria de policia Antonio Manuel, se escapou ao tiro de revólver que lhe apontou o ferido, porque o tiro falhou, não escapou das baionetas que logo ali o esfrangalharam; e como estes, outros valentes—honra lhes seja!—que haviam golpeado a barraca e a cama do major Ribeiro, não o golpeando também a êle porque nesse mesmo instante saíra da barraca; que tinham varado corpos de lado a lado, e espicaçado uma praça caída de caçadores 3 com mais de vinte pontuadas, e ferido artilheiros junto dos reparos das peças, e posto a coluna tôda a pique de se perder, caíram uns após outros atrás dos soldados europeus, que sem voltar o rosto, continuaram impávidos a varrer com descargas as «mangas» compactas, que aqueles temerários chamavam em seu auxílio. Enquanto o quadrado assim devorava o ferro todo que lhe entrara nas entranhas, também se lhe cosia a face dilacerada. Junto do seu ângulo de sueste, abalou-se uma esquadra de infantaria de polícia, à voz do seu bravo capitão Roque de Aguiar, para socorrer os «angolas», ainda desordenados, contendo as hordas que cresciam sôbre êles, e num soberbo arranco, que foi um dos mais gloriosos episódios do combate, levou adiante das baionetas os ladins espavoridos.

Das praças dêsse corpo disse depois um oficial do Estado Maior, bom crítico, que *eram os melhores soldados portugueses*; e êle observou-os no fogo e no quartel, nas marchas e nos bivaques!

Favorecidos por êste auxílio, impulsionados pelos oficiaes, dominados por Caldas Xavier, que tinha brasas nos olhos, persuadidos pelo alferes Pinto da guarnição da África Ocidental, que bracejava deante dêles como um possesso falando-lhes ao brio na sua própría linguagem, os caçadores africanos recobraram ânimo, uniram-se, reformaram as fileiras, e então o quadrado recomposto,

salvo, pode opor aos assaltantes linhas ininterruptas de fogo, tão vivo, tão nutrido, que os seus clarões abriam um rasgão enorme de dia avermelhado na penumbra da madrugada, e as suas detonações estremeciam a terrra como refervescências reconditas dum vulção. Era terrivelmente belo!...

«A Guerra d'África em 1895» por António Enes.

Os recrutas de Marracuene

...E' tão desusado, tão único, êste fenómeno de se reorganizar, sob a pressão do inimigo, um quadrado já desmantelado, que se tem procurado para êle muitas explicações, extraordinárias, mas inverosímeis. O que se deve crer é que os grupos de revoltosos, incumbidos de surpreender os postos avançados e o próprio campo, distanciaram-se de mais das «mangas» que o seguiam, e cujo impulso foi talvez afrouxado pelo matagal e pelas trevas; deram assim tempo a que a fuzilaria e a metralha começassem a vergastar essas «mangas» antes delas terem aproveitado a desordem dos angolas, e a maioria do gentio que as campunha, surpreendida a seu turno por aquela tempestade de fogo, hesitou e provávelmente, deitou-se ao chão, avançando para o quadrado apenas os guerreiros mais destemidos. Bem gritavam êstes: Avanca landim! Avança landim! As grandes massas já não podiam afrontar, unidas, as descargas cerradas e os magotes de bravos que se atiravam para a frente caíam mortos antes de poderem reunir-se aos primeiros e precipitados assaltantes. Se essas massas tivessem chegado alguns momentos mais cedo para empenhar também o combate corpo a corpo, não teria ficado vivo um soldado português; desde que se atrazaram e deram margem á intervenção das armas de fogo, a vitória havia de ficar ao armamento europeu. Provàvelmente, os revoltosos sofreram ainda mais susto do que estrago. Alguns dêles contaram depois que as balas eram tantas que pareciam chuva de pedra a açoitar a folhagem, e que as famosas legiões do Matibejana, mirradas com a terra, resistiram a todos os esforços dos chefes para as fazerem erguer: Avança landim! Avança landim!

Mas se não avançaram mais, continuaram a dirigir detrás das árvores e das moitas um tiroteio vivo sôbre a coluna. Tinham milhares de espingardas, abundância de munições; felizmente, atiravam mal, quási sempre demasiadamente alto. Ainda assim, as tropas sofreram novas baixas. Tão bastos choveram os projécteis que uma das quatro peças de montanha, a do tenente Taveira, recebeu à sua parte mais de seis, que deixaram furos e mossas no armão, na chapa de trilho das rodas e na própria bôca de fogo. Os carros do trem de combate e do combóio ficaram esburacados. Praças houve que contaram nas mantas e nos capotes tantos orificios redondos que mal se compreendia que não tivessem mais

Onde diz as primeiras de pólvora queimada (linha 5), ler as primeiras mascarras de pólvora queimada.

alguns na pele. Todavia, nem êsse fogo intenso, nem as impressões derivadas pelo perigo supremo a tanto custo conjurado, abalaram a firmeza dos nossos soldados, a maioria dos quais nunca antes tinham ouvido zumbir uma bala, disparada por êles ou contra êles. Recrutas da véspera, as primeiras de pólvora queimada, puseram-lhes divisas de veteranos.

Pelas 6 horas o inimigo tinha-se retirado, tão surrateiramente como se havia aproximado, a coberto da vegetação espessa. Que silenciosas, mas que intensas acções de graças devem ter-se exalado então dos peitos ofegantes dos vencedores! Tanto se tinham julgado mortos que podiam bem considerar-se ressuscitados! Sim, era bem certo que viviam, mau grado tantos ferros de zagaia de que tinham sentido a friagem mortal, tantas balas que lhes haviam soprado nas faces; e tão vivos estavam que se sentiam ufanos de ter combatido e vencido. Já ninguem ousaria chamar covardes aos soldados portugueses . .

(«A Guerra d'África em 1895» por Antonio Enes).

Continência à bandeira!

...E no combate, aquelas quinas sacrosantas, tintas no sangue de tanto martir, ¿ não estariam ali para nos tornar invenciveis e os que caíssem varados das balas ou cortados da azagaia dos cafres não teriam, a suavisar-lhes o momento terrivel do passamento longe dos seus, a última visão da Pátria naquele glorioso pendão desfraldado sôbre as suas cabeças?

Não era possível, e bem o sentiu o Coronel Galhardo.

Na madrugada do dia 4 de Novembro, a coluna formada fóra do forte esperava ordem de marcha, quando se viu sair do reduto o alferes João Duarte Moreira, oficial ás ordens do coronel, trazendo hasteada a bandeira nacional. E, quando chegada á frente da coluna, a voz vibrante do coronel comandou «Continência à bandeira!» os cornetas e clarins tocaram; as armas apresentaramse, as espadas abateramse, saudando-a, como se um choque electrico corresse a todos. E ao começar a marcha, desfilando por diante do chefe, os olhares de todos lhe mostravam quanto lhe agradeciam tê-los compreendido.

Na véspera houvera missa geral e o coronel passara revista cuidadosa à sua coluna do Chicomo, nobre representante da civilização na luta contra a barberie, luta especializada na África Austral nas guerras contra a belicosa raça dos zulus, à qual iamos ter

a honra de infligir a derrota definitiva...

(«A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane» por Aires de Ornelas, Henrique Couceiro, Eduardo da Costa e Mousinho de Albuquerque).

Paiva Couceiro

... Couceiro e as mangas, caminhando sempre, deixaram à direita essa povoação dirigindo-se para a colina, e tanto se acercaram dela que já viam destacadas umas das outras as árvores que lhe guarnecem o contorno. Entre essas arvores havia muitos negros armados. Deram por eles os nossos pávidos auxiliares, e estacaram a cêrca de 1 quilómetro do perigo. Os cavaleiros exortaram, ameaçaram, bateram, deram exemplo de se atirar para a frente, mas não lograram arrastá-los. Pareciam cravados na areia; falaceavam, gesticulavam apontando o inimigo, e nem mais um passo! Muitos olhavam para trás e para os lados; as mangas perderam a ordem; parecia eminente uma fuga, uma debandada. O quadrado europeu ficara longe, muito longe; Couceiro estava ali só, com aquela canalhada e as cinco praças que cavalgavam com ele, em presença de milhares de rebeldes, mais hábeis e robustos do que o seu cavalo esfalfado!

O facto positivo é que Couceiro, só com cinco homens, deixando a fôrça a mil metros de distancia, aproximou-se dos rebeldes ao alcance da voz. E não foi certamente precedido por bandeira de parlamentario! O irmão do Matibejana estava na hoste, ou porque se houvesse bandeado com Matibejana só êle com os seus, ou porque o proprio régulo o tivesse mandado por doblez paras as fileiras dos fiéis ao Gungunhana; ouvindo o chamamento adeantou-se lentamente, receoso, — era êle o receoso! — e aceitou a conferencia. O que iria dizer Couceiro! Não demandara Magul para parlamentar! Não se arrojara para a frente com ideias de discursar, senão provavelmente para morrer!... Teve, porem, inspiração heróica. Serêno, com a voz firme, passando olhares tranquilos sobre as espingardas e azagaias que de tão perto o vigiavam, com a altivez de um triunfador, ordenou a Pasman que lhe entregasse o régulo Matibejana, que se tinha refugiado naquelas terras; se não... meteria tudo a ferro e a fogo! Lá em baixo, os auxiliares, estupefactos, esperavam vê-lo cair do cavalo, varado por uma bala ou uma azagaiada, para fugir desapoderadamente!

Pasman desculpou-se. Não só dêle, senão tambem dos outros chefes, dependia a entrega do Matibejana, que não estava ali; dêsses chefes nem todos se achavam na hoste.—«Quanto tempo é necessario para a deliberação?»— indagou Couceiro.— Três dias, responderam-lhe.— «Pois se até à noite do terceiro, o Matibejana não tiver sido posto nas nossas mãos, com o sol do quarto viremos buscá-lo, atacando a quantos ousarem cobri-lo e defendê-lo!»

Dito isto com a magestosa serenidade da força, voltou o cavalo, e desceu a passo lento a branda encosta com os seus fiéis companheiros, e, á frente dos auxiliares que nem para a fuga tinham cobrado ânimo, retirou com êles em boa ordem, de vagar, na presença das mangas inimigas, que o deixaram afastar sem um tiro, sem um insulto, no silêncio e na imobilidade do respeito!

Este foi, em meu parecer, um dos mais singulares feitos de valor pessoal entre quantos assinalaram a campanha tôda. .

(«A Guerra d'África em 1895» por António Enes).

Combate de Magui

nobravam as «mangas» rebeldes. Não se distinguiam bem, mas cobriam enorme área, com as suas massas compactas. Tão poderosas se amostravam que os comandantes Andrade e Couceiro entreolharam-se e disseram a meia voz: parece que é gente de mais! Formidável seria o seu embate se chegassem a um corpo-a-corpo; à cautela fortaleceu-se mais o quadrado dispondo os soldados em três filas, a primeira das quais poria o joelho em terra. Cada face ficou tendo .. 17 homens de frente! Olhada de longe pelos cafres, a pequena hoste parecer-lhes-ia uma moita de espinhos, de ferro, sim, mas que as zagaias poderiam esfuracar de lado a lado para desencovar as vidas. Figurava apenas, na vasta planicie uma nodoasita clara com scintilações metálicas nos bordos; fazia a vista de um penedo aflorado na amplidão do mar.

Qualquer guerreiro ágil pular-lhe-ia por cima; uma só «manga» que estendesse os braços musculosos bastaria para estrangulá-la; chegaria uma armadilha de hipopótamos para a sepultar inteira. Se aquilo era poder que afrontasse o Gungunhana! Houve chefe generoso que pensou em abandonar aquele magote de vitimas aos rapazios das aldeias, para aprenderem a matar homens sangrando borregos. A horda nem teve pressa da segura carnagem: quedou-se lá em cima, parada, agachada como o gato vigiando indolente-

mente o rato, com o focinho repousado nas patas.

A presa é que foi desafiar o captor. Os «angolas» e os carregadores avançaram em ordem dispersa até à beira do terreno alagado, e uma fusilaria mais ruidosa que danosa, anunciou que estava ali o Couceiro para realizar as ameaças impavidas do dia 3. Os cafres, desdenhosos, não responderam, mas resolveram sair do arvoredo para a planicie, não a pelejar mas a impedir que lhe fugissem os já vencidos. Primeiro moveram se, lá muito fóra do alcance das balas e onde a vista mal chegava, pequenos grupos destacados em atiradores, e entraram até meio corpo no mar de capim alto e sêco; depois abalaram-se as «mangas», distanciadas umas das outras. No quadrado, os oficiais tinham os binóculos assestados; os soldados apontavam com as mãos e contavam: uma... duas,... sete,... treze! Eram treze mangas; calculou se que somariam seis mil e quinhentos homens.

Não marcharam em direcção ao quadrado, não, que os selvagens também teem a sua estratégia. Fizeram uma marcha de flanco pela esquerda do inimigo, em boa ordem, compassadamente, sempre metidos no capim, e estenderam-se em arco de circulo, ameaçando a retirada para o Incoluana. Operado êste movimento en-

volvente, pararam e... sentaram-se! Nem um gesto, nem um tiro. Nenhuma precipitação! A fleugma da fôrça, a serenidade da confiança, a solenidade do triunfo. Apenas se agitavam chefes dando ordens.

Porque se teriam sentado os cafres? Ou porque calculassem, sàbiamente, que lhes aproveitava mais a defensiva, porque se o quadrado se movesse para atacá-los abalaria e desconjuntaria os seus muros de peitos; ou porque dissessem para si que os brancos seriam desbaratados pelo sol, pela fadiga, pela sêde, se permanecessem à torreira, a pé firme, sob as armas; ou porque planeassem acometê-los improvisadamente de noite, como em Marracuene, o certo é que deram mostras de não querer sair daquela desesperada atitude espectante. E ai da coluna se teem perseverado nela! Os oficiais chegaram a inquietar-se. Ir buscar combate ao meio do capim, — que até poderia, incendiado, cercá-los de labaredas, com uma linha de fogos de dezassete homens de largura, era encontrar certeira ruina. A esperar, esperar que se cançasse paciência de preto, fundir-se-ia ao calor a desabrigada hoste; e na retirada nem pensar! O alvitre menos precário era certamente aguardar os acontecimentos, e entretanto melhorar a posição. Assim se fez. Cortou-se a ramaria das duas grandes árvores que bracejavam ali perto, e com ela, enleiada por arames espinhosos, improvisaram-se grosseiras abatizes, que seriam mais um empecilho suscitado para demorar os cafres debaixo das descargas repetidas das Kropatschecks, e que, para logo, lhes davam a ideia de que os brancos estavam resolvidos a não se arredar dali, nem para a investida nem para a fuga. Entretanto, os cavaleiros destacaram-se como em observação, para atraí los, e mandaram-lhes as balas perdidas das suas carabinas.

Avançaram primeiro alguns negros dispersos, depois surdiram do capim as «mangas», e tôda a linha se moveu a um tempo, estendida, envolvente, mas vagarosa. Os cavaleiros retiraram, apearam-se, meteram-se nas fileiras. Nuvensinhas brancas rebentaram aqui-e ali; depois uniram-se em espessa barra de fumo acinzentado, e sibilaram balas aos ouvidos dos soldados. Acentuava-se o ataque: era hora e meia. Os oficiais correram as faces repetindo as instruções: «que ninguem disparasse senão à voz de fogo, que os deixassem chegar perto para se não perderem balas, que se fizessem pontarias baixas». Os cafres iam ganhando terreno; lá estavam êles, mais distintos, parecendo mais altos; as crepitações longinquas da fusilaria amiudavam-se e faziam-se estampidos, os projécteis imitavam silvos de ventania. Já estariam a trezentos metros; mais perto agora, a duzentos. Caíu morto um sargento, que subiu a uma caixa para ver mais longe; a metralhadora do tenente Miranda, nervosa como êle, rompou fogo; começaram as espingardas a disparar-se como por si; condensou-se o fumo na atmosfera sem correntes. Na face mais exposta ao ataque houve um momentâneo pânico, e algumas praças baixaram-se para atirar deitadas: Andrade e Couceiro levantaram-nas pelas golas das fardas, exortaram-nas. As bócas das espingardas erguiam-se maquinalmente para o ar; as espadas dos oficiais baixavam-nas. O capitão Couceiro foi ferido no rosto, junto do ôlho esquerdo. Da gravidade do ferimento só êle sabia que tinha dores agudas e que se lhe correra sôbre a vista um espesso véu de sangue. Está cego! murmuravam os soldados que o viam; êle ouvia-os e continuava animando os, acudindo a tôda a parte, levantando outros feridos, sorrindo debaixo do bigode ensopado na sangueira! O brio e a disciplina depressa venceram a estranheza. Restabeleceu-se a serenidade num relance; estalejavam as metralhadoras, detonava incessante a fusilaria mas, a fumarada espessa, caliginosa, cegava o quadrado, que já não sabia se teria os cafres nas pontas das baionetas. Cessar fogo! ordenaram as cornetas.

Adelgaçada a nuvem, distinguiram-se os cafres já perto. Tinhaos detido a chuvada de projécteis, fazendo-os coserem-se com a terra, mergulharem no capim, abrigarem-se com as árvores e os ninhos de formiga; mas tanto que viram uma aberta arrojaram-se para a frente, sustentando o tiroteio mas buscando a luta corpo a corpo. Se chegassem com as pontas das zagaias aos peitos do quadrado, rompê-lo-iam com o embate, esmagá-lo-iam com o tropel: ordenou-se fogo vivo, recomendou-se pontarias baixas. Parou novamente e abateu-se a onda negra, mas os seus arremessos foram abrindo vagas nas fileiras. O quadrado, todo envolto em rolos de fumo parecia uma nuvem de tempestade rastejando a desfazer-se em raios, e os cafres nem encará-la podiam; mas depois esmoreceram e por fim pararam as descargas. Outra vez fôra necessário interromper o fogo, porque jà os pulmões não respiravam senão vapores de pólvora e para se perceber o estado do combate; nessa pausa soube o comando que duas metralhadoras estavam inutilizadas, uma por desarranjo nas molas do movimento, outra porque uma bala lhe amolgara a cartucheira inferior. O próprio capitão Andrade forcejou, debalde, para debelar a terrivel contrariedade, e nesse lance foi varado atràs dêle um artilheiro, que lhe entregava cartuchos. Já então havia muitos corpos estiraçados no chão, nos intervalos das filas ou entre os volumes de carga; a areia tinha poças e rastos de sangue; passavam no ar gemidos de dor.

Os cafres voltaram ao ataque com mais confiança, tomando impulso de mais perto. Estavam a menos de cem metros. O seu chefe de guerra, que se fizera conhecido pela intrepidez com que se expunha às balas à frente das «mangas», surdiu rápido detràs de uma árvore, e exortando os seus guerreiros com a voz tonante e o gesto enérgico, atirou-se para a frente, num soberbo arranco, seguido por um golpe de gente desordenada mas impetuosa, que parecia gritar: Munfe! Munfe! E não se viu mais nada. A metralhadora de Sanches de Miranda e depois tôda a linha de fusilaria despediram ao encontro dessa avalanche humana uma tromba de projécteis; escureceu o ar e o quadrado continuou a pelejar percebendo apenas que ainda rostos enfurecidos de selvagem e lâmi-

nas puidas de zagaias não tinham rompido a barreira fumacenta que o cingia para lhe anunciar o exterminio. E as descargas sucederam-se às descargas, até que as fizeram parar as notas vibrantes da corneta do comando.

Onde estavam os impávidos assaltantes? O chefe, o intrépido Pope, êsse sim, via-se: lá estava à frente das hostes! Estava porém a cincoenta metros da face do quadrado, estendido de costas numa pôca de sangue. Mais adeante percebiam-se vultos negros prostrados, alguns caídos sôbre outros em montões, muitos dispersos; havia vultos que se arrastavam ou que se estorciam. Lá ao longe corria gente por meio do capim, confusamente, com uma rapidez delirante. Depressa, sájam os indigenas a perseguirem-na! Sajram os «angolas» e os carregadores, como matilha sôlta das trelas; mas estes, poucos passos dados para a frente, hesitaram, recuaram. receando que os grupos dos mortos fôssem ciladas de vivos, e entretanto sumiram-se de todo os fugitivos. Apenas seguraram os feridos, entre os quais o próprio filho do Magioli. Contaram muitos cadáveres, apesar de não se atreverem a procurar os que o capim escondia, tristes documentos de um inteiro desbarato. Soube-se depois que eram mais de trezentos, e que a fuga repentina, desapoderada, de tamanhas multidões arrogantes fôra devida, ainda mais do que a essas perdas, á morte do chefe Pope. Só êle pudera conter algum tempo as «mangas» debaixo dos jorros de fogo do quadrado, - valente quadrado de duzentos e setenta e cinco homens! que salvou nesse dia a honra das armas portuguesas e talvez a mais esperançosa colónia de Portugal. Há de ver-se que a vitória de Magul perdeu o Gungunhana; a derrota perderia, provàvelmente, o distrito de Lourenço Marques.

Os pobres vencedores é que não puderam festejar. Só o que êles apreciaram foi a liberdade de, por momentos, atirar com o corpo moido para cima da areia ardente. Se pedissem um prémio am-

bicioso, inconcedivel, pediriam uma sêde de água...

(«A guerra d' África em 1895», por António Enes).

Um episódio do combate de Magul «O Chibanza»

aproveitados pelo Chibanza para uma pantomina bélica de estilo selvagem. O velho feiticeiro andava corrido pela vergonha da cobardia, sua e dos seus, e prometera aos manes dos avoengos vátuas, guerreiros do Manicusse ou do Musila, reabilitar-lhes o sangue no conceito dos europeus, que o tinham alcunhado de galinha. Imprevistamente saíu para fora do quadrado, e adeantou-se sósinho, a passos graves, o porte altivo, a cabeça erecta, como a encontrar os rebeldes. O que irá fazer o Chibanza? perguntava-se. Foi caminhando imperturbável, e quando julgou que seria bem visto, e talvez ouvido, alteou-se num morro de muchém e daquele

pedestal desatoù à apostrofar o inimigo, com uma volubilidade nervosa de linguagem, acentuada por gesticulação enfática. Tinha o seu quê de fantástico aquela figura hirta e esguia, acrescentada ainda pelos penachos movediços, que se estampava a preto nos fundos claros da areia, e do capim, e bracejava, e contorcia-se e tripudiava nos estos da inspiração, fazendo agitar com instantâneas mudanças de contornos caprichosos a sua sombra, estendida no solo como recortada cauda dum manto. Com um bocado de imaginação poder-se-ia tomá-la por espectro dalgum patriarca da raça negra, que houvesse emergido da piràmide tumular para profetizar catástrofes aos descendentes degenerados. O que êle declamava é que nada tinha de sobrenatural nem de apocalíptico. «O Gungunhana quer a minha cabeça? - dizia, - pois venham cortá-la aqui os escravos vís dêsse bêbedo!» E alongava o pesçoço encordoado, como a oferecê-lo ao cutelo. «Não dizem que hão de exterminar os brancos todos? Pois venham, que êles esperam-nos!» Seguia se uma saraivada de impropérios. Por fim meteu à cara a espingarda que levava, disparou-lhe um a um, lentamente, todos os tiros, clamando que aquelas balas eram o saguate que mandava ao Gungunhana, e voltou para o quadrado, pausadamente, sem olhar atrás, com os lábios ainda frementes e os olhos raiados de sangue vivo. Os cafres imprecados tinham-no ouvido atentos, impassiveis, talvez medrosos dos seus feiticos, que tiravam o sono ao próprio rêgulo de Gaza...

(«A Guerra d'Àfrica em 1895» por António Enes).

Combate de Cooleia

... Os vátuas emergiram do mato fronteiro à face oeste do quadrado e a cêrca de 250 metros de distancia dêle, avançando numa espécie de passo gimnástico, rápidos e ordenados. Eram tantos que, estendidos em forma de meia lua, envolveram num relance três lados do quadrado, tomando de escarpa o quarto, que olhava o norte. Traziam impulso para arcar corpo a corpo com o inimigo, mas logo lho quebraram as vergastadas aceradas de projécteis. Quando o ataque se pronunciou, os soldados, surpresos, obedeceram um instante aos naturais instintos, irreflectidos e precipitados de defesa, abrindo fogo tumultuoso; mas logo a disciplina regrou êsses instintos, e as descargas, pautadas mas incessantes, condensaram no ar barreiras de ferro projectadas, donde rompiam granadas, que deixavam as trajéctórias e as explosões desenhadas por fiadas e por acervos de cadáveres. Os assaltantes sentiram-se arremessados por êstes furações de morte para dentro da floresta, e, mirrados no capim ou cosidos com os troncos das árvores, tentaram de longe desmontar as Kropatscheks com a pontaria das suas

duas ou tres mil espingardas, e, de feito, o quadrado comecóli a abrir fendas. Talvez porque tivessem observado que nos ángulos havia espaços mortos para a fuzilaria, os vátuas acumularam esforcos contra o do sudueste, onde, num ápice, cairam dez soldados; e aproveitando uma pausa, que se abriu nas descargas para não desperdicar fogos, correram ao assalto apinhados, num belo arranco formidável, penachos soltos ao vento da carreira e os ferros dardejando sol. Valentes houve que se lançaram às águas da lagoa, querendo encurtar o caminho da vitória. Foi êsse o momento crítico! Mas o quadrado rebentou em projécteis como se fôsse todo êle uma granada enorme de explosões repetidas, e os mais denodados búfalos e jacarés só puderam ir morrer mais adeante dos tibios. O turbilhão recuou, abateu-se, desfêz-se. Continuou o combate, mas do lado dos selvagens comecaram de rarear os combatentes, fugidos uns, mortos outros, todos desalentados. Afrouxou o tiroteio despedido do arvoredo. Parece que um magote de intrépidos ainda tentaram nova investida, mas quási se não deu por ela; logo depois, os vencedores só viram o fumo dos seus tiros, e, dissipado êle, só avistaram em derredor de si mortos que

sangravam ainda, agonizantes que ainda estrebuchavam.

Pareceu-lhes fácil a vitória, como tinham julgado leve o combate. Só isto? A nota caracteristica da acção de Coolela foi a absoluta serenidade, a quási despreocupação das tropas. Passado o momentâneo abalo causado pela surpresa do ataque, aquele quadrado, em que, a não serem cinco oficiais que haviam estado em Marracuene, ninguém, nem o comandante, tinha nunca entrado em fogo; aquele quadrado de recrutas adquiriu e manteve uma paz de alma que até consentiu gracejos. O sr. coronel Galhardo, a cavalo e portanto com o busto todo oferecido para alvo, comandou com voz tão firme e tranquila como se marcasse um cotillon. O fogo, disse-o êle próprio num telegrama, teve a regularidade, a precisão, o compasso, o conjunto dum exercício feito numa parada. O próprio sofrimento não só teve disciplina, teve até gentilezas. Houve feridos que quiseram ceder a sua vez de curativo; alguns pediram que os tratassem depressa para voltarem à fileira. Nenhum gritou, nenhum gemeu. Os médicos, no meio da sua faina desvelada, ríam-se com êles. Não se deu fé de que alguém fizesse mesuras, sequer, às balas. No mais vivo do fogo, uma praça de cavalaria foi ferida na cana do nariz por um projectil, e queixou-se. «Bem feito: - redarguiu-lhe o sr. alferes Montez, - não tivesse o nariz fora do alinhamento!» O major Machado e o capitão Costa não quiseram que os pensassem antes de acabar o combate. As faces mais opostas ao ataque conservaram um aprumo e uma firmeza que assombraram os auxiliares, trémulos e desfalecidos, êsses, apesar de estendidos no chão e quási encovados na terra! Um dêles, o chefe de guerra do Speranhana, contou-me depois, em Inhambane, que nada o espantara tanto como ver os brancos apararem a saraivada de balas a pé firme, erectos, sem mesmo se curvarem. Estavam assim, dizia-me êle, endireitando o corpo, levantando a cabeça, deitando

o peito para fóra; e nós assim, acrescentava, deitando-se de bruços e espalmando-se no chão. Dessa atitude dos soldados vieram as lendas, que correram em todo o sertão, de que os brancos tinham tal feitiço que mesmo os mortos ficavam de pé!

(«A Guerra d'África em 1895» por António Enes).

Como foi preso o Gungunhana

... A povoação de Chaimite onde foi enterrado Manicusse tinha umas 25 ou 30 grandes palhotas cercadas por uma paliçada de 1,^m5 de altura, tendo entrelaçados nas estacas arbustos muito

espinhosos.

Era uma espécie de cidade santa dos vátuas e deviam ter-se ali passado scenas de grande carnificina, tanto antigas como muito recentes, porque ao aproximarmo-nos da povoação, encontramos algumas caveiras humanas ao mesmo tempo que se sentia um cheiro muito intenso a carne podre e os pretos disseram depois que no mato estavam vários cadàveres. Dava ingresso na povoação uma única entrada de não mais 0,^m40 de largura. Corri para aí à frente dos brancos ao passo que o circulo dos pretos se ia apertando a pouco e pouco. Entrei na frente seguido pelo tenente graduado Couto, Dr. Amaral, 1.º tenente Miranda e intérprete. Julguei logo que entrei, que o régulo se defenderia, porque vi encostados á paliçada do lado interior alguns pretos com espingardas, parecendo preparar-se para fazer fogo. Como trazia a espada na mão corri logo sobre eles e ou fôsse porque já tivessem perdido a fôrça moral, ou por logo atraz de nós vêrem a testa de coluna que derrubara as estacas lateraes da entrada, é certo que nenhum fez fogo, deitando todos a fugir e sumindo-se nas palhotas. Este acto de cobardia dos pretos foi providencial, pois fuzilando-me a 10 metros de distancía — que maior não era a que me separava dêles teriam provavelmente morto todos os oficiais, os auxiliares teriam fugido logo e as praças brancas, sem ter quem as dirigisse, teriam provavelmente sido trucidadas pelos 250 ou 300 pretos que depois vi que estavam dentro da povoação.

Vendo, logo que os pretos fugiram, sair de uma palhota proxima um homem de corôa, perguntei-lhe pelo Gungunhana e êle apontou-me para a mesma palhota donde saíra. Chamei-o muito de alto no meio d'um silencio absoluto, preparando-me para deitar fogo á palhota, caso êle se demorasse, quando vi sair de lá o régulo vátua que os tenentes Miranda e Couto reconheceram lo-

go por o terem visto mais de uma vez em Manjacaze.

Não se pode fazer ideia da arrogância com que êle se apresentou e do tom desdenhoso com que respondeu ás primeiras preguntas que lhe fiz. Mandei-lhe prender as mãos atrás das costas por um dos dois soldados pretos e disse-lhe que se sentasse. Preguntou-me onde, e como eu lhe apontasse para o chão, respondeu-me muito altivo que estava sujo. Obriguei-o então á força a sentar-se

no chão — coisa que ele nunca fazia, — dizendo-lhe que ele já não era régulo dos *Mangunis* mas um *Matonga* como qualquer outro. Quando o viram sentar, a "guerra," preta que a esse tempo já se tinha vindo encostar ao lado exterior da paliçada, além dos que tinham trepado ás arvores e ao teto de algumas palhotas isoladas que havia no exterior mesmo proximo á paliçada, levantaram grande alarido batendo com as zagaias nas rodelas, em sinal de aplauso e espanto.

Preguntei ao régulo por Quêto, Manhune, Molungo e Maguiguana. Mostrou-me Quêto e Manhune que estavam ao pé dêle

e disse que os outros dois não estavam.

Exprobei a *Manhune* — que era a alma danada do Gungunhana — o ter sido sempre inimigo dos portugueses, ao qual êle só respondeu que *sabia que devia morrer*. Mandei-o então amarrar a uma estaca da paliçada e foi fuzilado por 3 brancos. Não é possivel morrer com mais sangue frio, altivez e verdadeira heroicídade; apenas disse sorrindo que era melhor desamarrá-lo para poder cair quando lhe dessem os tiros. Depois foi *Quêto*. Ele fôra o unico irmão do Musila que quisera a guerra contra nós e o único que foi ao combate de «Coolela». Não tínha *vindo pegar pé*, como tinham feito Inguiusa e Cuio seus irmãos.

Dizendo-lhe eu isto, respondeu que não podia abandonar o Gungunhana a quem tinha creado como se fora pai, retorquindo-lhe eu: «que a quem desobedecia e fazia guerra ao Rei de Portugal, deviam pai, mãe e irmãos abandoná-lo., Mandei-o amarrar e fuzilar. Estas duas execuções produziram na «guerra» preta um entusiasmo indescritivel que manifestaram com ruidos e repetidos baiétes! o que mostra bem que êles confundem perfeitamente a fôrça e a coragem com a crueldade, e que é absolutamente necessario dêstes exemplos para os dominar e fazermo-nos respeitar.

Veio então a mãe do régulo Impiucazamo, arrastando-se de joelhos, pedir-me que não matasse o filho nem o Godide que ambos ela creára. Esta mulher mostrara-se sempre amiga dos portugueses e muito oposta á guerra. Disse-lhe que ácêrca do régulo só o Rei podia resolver, mas que o Godide seria poupado e acompanharia o pai por ela ter pedido; e quanto a ela, por ter sido sempre amiga dos portugueses, podia voltar para a sua povoação que eu a ninguem consentiria que lhe fizesse mal.

O régulo perdera toda a arrogância depois da morte do Quêto. Disse que dava tudo que tinha e entregou £. 1000 — mil libras em ouro — e oito diamantes. Mandou recado ao filho Ipsóta para trazer todo o gado que levara para mais longe e mandou igualmente procurar mais marfim a Manjacaze onde ficara enterrado, dizendo que assim esperava que o rei lhe perdoasse a morte. O

portador destas ordens foi o Zaba que eu mandara soltar.

Mandei então passar busca ás palhotas onde encontraram as armas constantes da relação junta. (Doc. n.º 12). Suponho que muitas deviam ter ainda por lá ficado, mas a muita chuva que voltara a cair e a grande distancia a que me achava do *Limpopo* impediram-me maior demora.

Marchei depois levando comigo presos o régulo Pissane e Molungo, irmão de Musila que estavam tambem com êle; Godide filho do régulo, 7 mulheres (Côsse-casi) que o régulo escolheu para o acompanharem e muitos *mofanas* (rapazes que carregavam o marfim.

Cêrca das 9 horas chegamos a Zimacaze. Embarcada a fôrça europeia e os presos, tôda a gente de guerra formou ao longo da margem direita do rio. Levantei a bordo quatro vivas a El-Rei, á Familia Real, á Armada e ao Exército, entusiásticamente correspondidos pelas praças da marinha e do exército que estavam armadas e debaixo de forma no svare-deck e em seguida a gente de guerra soltou três baiétes, saudação que eu lhes tinha feita explicar se dirigia naquela ocasião a El-Rei. Depois cantaram o Incuaia acabando por uma torrente de insultos da mais requintada torpeza, áquele de quem havia poucos dias tremiam com mêdo...

(«A Prisão do Gungunhana» por Mousinho de Albuquerque).

O efeito da prisão do Gungunhana

... Sómente quem conhece a África Oriental póde fazer uma ideia do alcance que têve para Portugal a gloriosa campanha de 1895. A Cossine e o Bilene, países povoadíssimos, são dos melhores mercados desta Província e o predomínio dos vátuas tornava o comércio ali tão incerto quanto arriscado; o Maputo, também muito populoso, é uma região para negócio, emprêsas agrícolas e caça; os povos mais trabalhadores da Provincia, mechopes e bitongas de Inhambane, só agora podem ter a certeza de colher o que semeiam sem que uma *Impi* vátua lhe venha assolar a colina ou esvasiar os celeiros; enfim Lourenço Marques, a nossa melhor esperança, só hoje se póde considerar livre de perigo de uma revolta de indigenas. Tudo isso representa um incalculável aumento de riquesa para a Provincia, uma fonte de receita crescente para o tesouro, mas é nada comparado com o efeito moral. Foi realmente imenso. Para os inglêses todos, ver os poor pooltry slaves de Byrou levar a cabo esta campanha por a forma que deixa a perder de vista quantas êles aqui têm feito, foi a maior e a mais inesperada das surpresas. Para nós, portugueses, em Africa pelo menos, foi o retemperar da alma nacional, o hierro despierta-te gravado numa folha de toledo. Para os pretos que diziam até há pouco português é mesmo mulher, foi uma revelação e uma lição que por certo lhes ficará de memória.

Mas por estar pacificado e denominado o extremo sul não se segue que não tenhamos mais rebeliões a suportar, mais inimígos a vencer na Provincia. Entretanto nenhuns excedem aos vátuas em poderio militar e espírito guerreiro, e hoje, na véspera de encetar uma nova campanha, tenho fé na mesma boa estrela que acompanhou as nossas armas em 1895. De resto, a respeito dos povos que vamos subjugar, podem os soldados do Marracuene, do Magul e de Coolela repetír o hino dos legionários de Probo: «Se pudemos vencer dez mil francos quantos cem mil persas não venceremos nós?!...

> («Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane» = Trecho de Mousinho de Albuquerque).

Combate de Macontene

... As «mangas» — três mangas grandes precedidas por muita gente em ordem dispersa — desceram a encosta, passando a pequena depressão de terreno que nos ficava a cêrca de mil ou oitocentos metros.

Mandei nessa ocasião iníciar o combate com a artilharia (granada ordinária), viu-se perfeitamente cairem algumas no meio dos inímigos, que, embora sofressem muitas baixas, o que se percebia pelos movimentos dos que compunham as «mangas» para cerrar filas, tapando os vãos abertos pelas granadas, continuava avancando e pronunciando o movimento envolvente, indo o maior numero para o ataque á face esquerda.

Mandei os auxiliares que formassem o quadrado, indo deitar-se em frente do àngulo a S. E. — face díreita e da retaguarda.

A setecentos ou seiscentos metros de nós, o inimigo rompeu o fogo. Tinha poucas armas; comporto-as em pouco mais de cem, tôdas ou quási tôdas Martini-Henry.

Como o porta-bandeira estivesse junto a mim, tendo em volta os oficiais do meu estado maior, todos montados — bem como a cavalaria -- eram para aí que se dirigiam os tíros principalmente.

Quando o inimigo chegou a quatrocentos metros da face esquerda, mandei romper fogo dessa face por descargas e por esquadras e, á medida que chegou á mesma distancia das restantes faces, mandeí começar o fogo em cada uma delas. A artilharia passou a fazer fogo de laterneta.

Havia pelo campo, entre trezentos e cem metros da face da frente, algumas moitas e morros de muchem, onde se abrigaram atiradores inimigos, que nos fazíam um fogo constante muito bem

sustentado.

Minutos depoís de haverem iniciado o fogo de infantaria, tinhamos dez feridos europeus, e 2 mortos, e 10 feridos — cípais e auxiliares.

O inimigo, que atacava a face da frente e a da direita, já pronunciando um movimento envolvente contra a da retaguarda, avança sempre muito devagar, mas com muita firmeza, e o fogo dos seus atiradores podía-nos prejudícar muito, porque via-se que tinham abundância de munições. Na frente da face esquerda, já a uns duzentos metros apenas, o inimigo parecia hesitar. Mandei então cessar o fogo e saí com o meu estado maior para fóra do quadrado e mandei sair a cavalaria. Logo que tive uns vinte cavaleiros cá fóra, atirei-me à carga com êles em forrageadores, tendo dado ordem ao governador de Gaza e aos oficiais que comandavam os auxiliares para que êstes carregassem também o inimigo.

O efeito da saída da cavalaria foi imediato em toda a linha

inimiga!

Tudo voltou costas e debandou. Algumas praças de cavalaria guíadas pelo chefe do estado maior e pelo seu ajudante de campo Ferrão, seguiram na perseguição na direcção N. N. O.; o grosso da força sob o comando do alferes Reis, seguiu-me mais para a esquerda e lancei o na direcção N. O.. vendo que o inimigo não resistia e que os auxitiares acompanhavam a cavalaria na perseguição, encarreguei o alferes Reis de dirigir esta pelo flanco direito do inimigo e voltei com o meu ajudante de campo Rocha que estivera sempre junto a mim, para o quadrado, do qual me achava a quási um quilometro de distância.

Nesta perseguição o inímigo perdeu imensa gente, jà porque as praças de cavalaria mataram imensos à lançada, já porque muitos que se deitavam escondidos no capim, escapando assim à ca-

valaria, eram azagaiados por auxíliares.

A cavalaria e auxiliares foi até ao acampamento — dois mil metros do quadrado — o qual êstes saquearam e incendiaram.

Os soldados de cavalaria trouxeram três prisioneiros apenas, porque, segundo é costume nesta guerra de Africa não se dá quartel a ninguém; oficiais e soldados, todos os que tomaram parte na perseguição trataram só de empregar o melhor que podiam — as espadas e as lanças...

(«Campanha contra o Maguiguana» por J. Mousinho de Albuquerque).

A morte do Maguiguana

chamos cêrca de duas horas até que dizendo os guias que o acampamento estava próximo, mandei o Governador de Gaza com os cipais e cavalos cercar o acampamento pela direita, indo eu com os oficiais e ordenanças do Quartel General tomar a galope a saída do acampamento para o nosso lado esquerdo. Pouco depois de havermos metído a galope, alguns dos oficiais e praças que iam comigo tomaram mais para a esquerda a galope de carga, direitos a alguns pretos que fugiam para o mato, e depois fomos todos cercar um mato muito espesso onde uns pretos disseram que se tinha metido o Maguiguana, e para onde fôra visto entrar um homem coroado. O mato era impenetrável aos cavalos e, quando o meu ajudante alferes Rocha, procurava entrar nêle a cavalo, partiu de

lá um tiro que lhe partiu o revólver, ferindo-o no quadril direito: pouco depois outro tiro feria de raspão a mão direita do ferrador

da policia do Maputo.

Nessa ocasião o interprete João Massablano, vendo levantar-se de carabina na mão o tal homem de corôa, reconheceu ser ele o Maguiguana, temendo que ele conseguisse fugir, deu-lhe um tiro que lhe varou as pernas. O Maguiguana caiu então, tendo ainda depois disparado um tiro que não acertou em ninguém e apanhou uma lançada do ferrador da policia do Maputo, Manuel Joaquim que se havia apeado e entrado no mato, onde os cipais o acabaram de matar, trazendo o cadaver que foi por todos reconhecido como sendo efectivamente o Maguiguana. A cavalaria e os cipais que tinham torneado o acampamento trouxeram muitos prísioneiros, entre os quais Chope-Chope irmão do Gungunhana, Muzamane fílho de Perrane, Gorenhane irmão de Zaba, Teretana, irmão de Maguiguana, e outros individuos que todos reconheceram o Maguiguana quando viram o cadáver.

Para que em Gaza não podesse haver duvida sobre a morte dêste chefe, mandei cortar-lhe a cabeça que levei para o Magude, onde a meti em alcool. Hoje mandei reunir em Canja todos os chefes de aquí para lhes mostrar a cabeça, e dei ordem ao Governador do Distrito para que, para a próxima lua repetisse a mesma exibição em Canja a todos os chefes do distrito reunidos aqui, o que não posso fazer agora por não ter tempo de os reunir todos,

pois alguns veem de muito longe...

(«Campanha contra o Maguiguana por J. Mousinho de Albuquerque»).

O «Negoanase»

... As marchas eram muito fatigantes. No mato cerrado, de noite, esbarravam constantemente homens e cavalos de encontro aos troncos e ramos das árvores. Os rios, geralmente lodosos, tinham de ser vadeados com os cavalos á mão, outros passados a nado, e num dêstes, onde havia muito lagarto (jacaré), ficou um cavalo e quási só por milagre escapou a praça que o montava. Os cavalos andavam cançadissimos, pois tivémos ocasiões de marchar 15 ou 16 horas consecutivas sem descanço algum. Em Fevereiro e Março ainda há muitas chuvas e muitas vezes bivacamos debaixo de pancadas de água torrenciais. Além disso, para não demorar as marchas, não iam carregadores nem carros; cada um levava rancho frio para dois dias na mochila de viveres; passados êstes vivia-se do que se encontrava: carne fresca, mandioca, e por única bebida a água dos pantanos, por único tempêro o piripiri do mato (pimenta cafreal). Assim chegamos a passar seis dias seguidos. Percorri desta forma quasi todo o Maputo, e no meado de Março duas mil povoações tinham vindo pegar pé; apreendera 2500 cabeças de gado do Negoanaze e das povoações insubmissas, umas

duzentas dos quais tinham sido queimadas e saqueadas pelos catembes. O régulo fugira para o território britânico, abandonado

de quási todos os seus.

Foi então que voltei com a cavalaria para Lourenço Marques trazendo o gado, 1:800 libras, e tendo pago as despezas da guerra. Estes 17 cavalos haviam feito mais serviço do que pudera fazer uma fôrça décupla de infantaria, porque nunca um branco a pé pode fazer marchas forçadas consecutivas neste clima. Só com gente a pé, teriamos que perder muito tempo e trabalho a construir postos, sempre dispendiosos, e de tudo inúteis, depois de consumada a pacificação. Com cavalaria fêz-se tudo em trinta dias.

Nunca encontramos resistência. Um, dois ou três dias perdidos, apenas. Esta passividade, êste mêdo num povo que se tinha em grande conta, foi ainda uma consequência das vitórias das

nossas armas e do aprisionamento do Gungunhana...

(« A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane»).

O valor do soldado português

... Voltar contra o Gungunhana o mêdo que defendia o Gungunhana e que actuava até ao espirito dos que deviam combatê-lo foi a emprêsa em que se consumiram realmente quási todos os onze meses que durou a campanha; e se pôde completar-se nesse periodo foi porque houve tambèm raios que lhe facilitaram o êxito.

Raio foi especialmente o combate de Magul, a meu ver o mais notável de tôda a guerra; raios despediu igualmente a esquadrilha sôbre as margens do Limpopo. O desbarato de seis a sete mil negros por um magote de soldados, que a sua ordem de formação

fêz parecer ainda mais reduzido, assombrou o sertão todo!

Os estragos da artelharia naval impressionaram também poderosamente as imaginações dos negros.!¿ Que feitiços podia ter o Gungunhana para contrapôr àquelas maquinas, que davam dois tiros — diziam os indígenas falando nas granadas, — um á saída da peça e outro longe dela; que faziam estrondo em Inhambane e matavam gente na Maxixe; que disparadas no Chai Chai, podiam incendiar o Manjacaze?! Mas êstes golpes vibraram-nos as virtudes militares das tropas do mar e de terra superando mil difficuldades para poder vibrá-los, e vencendo, a principio, talvez o próprio convencimento, transmitido por tradição, de que se arriscavam num cometimento irrealisável. Estou certo de que, por algum tempo, oficiais e soldados acusaram-me, no seu intimo, de lhes exigir impossiveis; mas nunca o disseram nem talvez uns aos outros, e fizeram êsses impossiveis. Descrentes ou não, foram para a frente, até ao extenuamento. Se nalgum momento recearam os perigos avistando-os de longe, apenas se aproximaram dêles encararam-nos com firmeza e debelaram-nos com arrôjo. E' uma característica das nossas tropas, essa. São nervosas. Faltando-lhes estimulos, abandonam-se, caem em apatia; apareça-lhes, porém, uma ocasião de energia, que logo se volverão enérgicas até à heróicidade! E foram heróicas muitas vezes, e ainda mais deante dos trabalhos, das doenças, das privações impostas pelos rigores do clima e pelas durezas do serviço, do que deante dos cafres, de quem todavia, se fizeram admirar pela altiva atitude com que afrontavam as balas e esperavam as zagaias!...

«A Guerra d' Àfrica em 1895» por António Enes

Ainda somos portugueses!

... A campanha de 1895, além de nos ganhar vastos e férteis territórios, além de restaurar o prestígio da nossa autoridade em África, além de nos desagravar dos ápodos e injúrias de estranhos, teve a imensa vantagem moral de dar à nação consciência do esfôrço de que ainda é capaz, confiança nos dotes que ainda possui. A paz è uma oficina de prosperidades, mas a guerra é uma escola e uma liça de fortaleza; e se a prosperidade é fortuna a ganhar, a fortaleza é dever a cumprir. Glórias militares são frutos que se não devem apetecer, porque precisam regas de sangue, mas que convém colhêr, quando veem à mão, porque tonificam. ¿Há quantos anos não mordiamos nós na pôlpa dêsse fruto? Tantos havia já, que supunhamos não ter dentes para lhe quebrar a casca! Quantas vezes diziamos que nos faltava poder para segurar os nossos vastos domínios ultramarinos? E não o diziamos só, pois que até nos sujeitávamos a parecer vassalos do Gungunhana por desconfiança de poder subjugá-lo como soberanos. Esperimentámo-nos uma vez, e nós mesmo nos admiramos de nós. As vitórias de África, foram saudadas no país por um clamôr unânime que dizia: ainda sômos portugueses! Somos, e só o não parecemos quando parecemos duvidar de que o sejamos. Conservamos brios de portugueses, e bom é que êsses brios se retemperem com o exercicio. O pior vício do carácter nacional, no momento presente, é a descrença; e somos uns falsos viciosos, afinal, porque só não crê quem o não faz, nas virtudes, quem as não exerce, na fôrça quem a não possui, e nós não deixamos de ser bons, conservamos virtudes e somos moralmente capazes de fôrça. Se no continente nos falecem ocasiões para recobrar a fé em nós mesmos, têmo-las na vastidão da Africa, e a África não é só liça para combates, não é torrão que só produza louros. Também lá podemos convencer-nos de que temos aptidões para criar, como ontem nos persuadimos de que tinhamos vigor para destruir. Um esfôrço mostrou-nos guerreiros; ¿ será impossível que outro esfôrço nos prove administradores hábeis, colonizadores fecundos, civilizadores zelosos? Em 1895 tirámos gloria da África; ¿ porque não tentaremos tirar também riqueza? Não se diga que é impossível; também era impossível vencer o Gungunhana! A guerra custou ao país sacrifícios de vida e de

dinheiro, e ninguém os lastimou; pois eu creio que com menos sacrifícios é possível fazer florescer as nossas colónias africanas. Tentemos essa outra campanha, num esfôrço unânime; tentemo-la com fé, dirijamo-la com tino. Crendo é que se consegue. Querendo é que se vence. A crença tem valimento junto da fortuna; a vontade tem autoridade sôbre a sorte. Na guerra contra o Gungunhana aprendí quanto pode a crença, quanto valor tem a vontade. Se formos uma nação toda a acreditar no futuro das nossas colónias, e a querer realizar esse futuro de prosperidades, Portugal renascerá nelas como renascem os pais nos filhos! E, provavelmente, quando essa emprêsa se coroar de êxito, a nação jubilosa repetirá outra vez: ainda somos portugueses! e haverá quem declare ter sido fácil o cometimento antes proclamado irrealizável. Pois que ainda somos portugueses, aproveitêmos o único recurso que ainda resta a Portugal para continuar a ser Portugal!

«A Guerra d'África em 1895», por António Enes•



Grande Guerra

em

Moçambique



Grande Guerra

«... Gente d'Armas do meu país! a guerra não acabou ainda.

Dentro e fora das nações ha um sub-solo de carnificinas e ódios obscuros que os tratados de Paz mal dissimulam. A dôr continua; a raiva despedaça as almas.

Por isso, como na véspera das batalhas, orando religiosamente pela Pátria e escutando as palpitações secretas do aço das baionetas, permaneçamos, pois, em vigília de armas por um Portugal de Inteligencia e de Fé, de Fôrça, de Exaltação espiritual e de Beleza—por um Portugal de Honra, enfim! por um Portugal Maior!...

(Epopeia Maldita, por António de Cértima)



Serra Mecula

...Francisco Pedro Curado, ao tempo capitão de infantaria, de energia já revelada, assinalou a campanha do norte de Moçambique com uma página de uma rara glória que jamais se apagará da nossa história militar.

Serra Mecula é um nome que Curado e os seus companheiros (Viriato Lacerda, Rego, Guedes, Pimenta, etc.), com singular coragem e nobre patriotismo, transformaram dum vago lugar dos territórios da Companhia do Niassa num monumento á energia e

ao valor das tropas portuguesas.

Na serra Mecula travam-se os combates de 3, 6, 7 e 8 de Dezembro de 1917. Comanda as fôrças portuguesas, num total de 250 espingardas e 5 metralhadoras o capitão Curado. Comanda as fôrças alemãs, no màximo dos seus efectivos (8 companhias, 10 metralhadoras, além da divisão de artilharia e fôrças de reserva), o General Wahle, acompanhado de Von Letow e o Governador Von Schnee.

A resistência da pequena coluna portuguesa foi levada ao extremo de sacrifício, devido ás superiores qualidades do comando e das tropas. Sem reservas, abandonada das fôrças inglesas, que se encontravam a menos de 3 dias de viagem, teve o desenlace inevitável, previsto desde o primeiro dia de combate. O comando alemão não queria acreditar que se batera com um tão reduzida força e só ficou convencido quando, com mínúcia e detalhe, passou revista aos reduzidos entrincheiramentos. Então compreendeu que tinha na sua frente verdadeiros heróis e teve para eles requintes de gentileza, deixando-os seguir livres com as suas armas e bagagens.

O funeral do tenente de infantaria 21, Viriato Sertório da Rocha Portugal Correia de Lacerda foi uma consagração. Teve lugar ás 8 e ⁴/² do dia 9. O funeral foi dirigido em pessoa pelo Governador Schnee, acompanhado do seu chefe do Estado-Maior. O Governador abria o cortejo, seguindo-se os oficiais portugueses, vindo depois todos os graduados duma companhia inimiga. Junto do coval, abrem-se alas e o cadáver do oficial português, conduzido por 4 europeus, passa por entre as fileiras de amigos e inimigos em rigorosa continência. A força alemã deu as descargas do estilo. Um a um os oficiais alemães lançam sobre a sepultura um punhado de terra. O Governador Schnee apresenta os seus pezames aos oficiais portugueses...

(Do «Livro de Ouro de Infantaria» — Trecho do dr. Alvaro de Castro.)

Um episódio de guerra com os alemães A marcha da «osga»

... Vi-lhe a placa de identidade — era o Calhau, José dos Santos Calhau, o primeiro e o mais valente soldado do meu pe-

lotão que caia gloriosamente em terra inimiga.

Por um egoismo especial, senti um secreto orgulho de chefe perante a sua bela morte de soldado. Cerrei-lhe piedosamente as palpebras sôbre os olhos, que conservava abertos, já baços, pavo-

rosamente perdidos na cegueira da Eternidade.

Mas «tristezas não pagam dividas»; e, fazendo içar as andas aos hombros dos quatro negros, que tinham entretanto acorrido, em silêncio marchamos então ao encontro da coluna, que vinha já perto, sôbre a estrada, arrastando penosamente todas as fadigas e miserias da sua inverosímil marcha.

Recolhido o cadaver na ambulância, feita a minha apresentação ao comandante da coluna, disse rapidamente as ordens que

recebera, contei logo o episodio triste.

E foi só depois pelos outros oficiais, que soube, pasmado, do

final da odisseia desta «Coluna de Massassi».

Toda a tarde, toda a noite, havia marchado, arrastando-se, através da floresta, sem um minuto de repouso, sem gota de água

para beber, sem uma côdea para rilhar!

Por fim, jà madrugada, insensivelmente, como se a varinha màgica de alguma fada burlona tivesse tocado homens, e cavalos, e armas, e viaturas, tudo se quedou a pouco e pouco, suavemente tomado no mais suave dos entorpecimentos, a guarda avançada primeiro, depois o resto das tropas, por fim as viaturas dos comboios de viveres e munições...

Assim, toda a coluna adormecera como num encanto mágico; assim, toda a coluna dormira beatificamente, em formação de marcha, ao longo da estrada, sem uma sentinela, sem o menor cui-

dado, como se deve dormir na mão de Deus.

Ao romper da alva, desperta na friagem da manhã, espreguiçou-se, bocejou lamentavelmente, recomeçou, resignada e faminta, a marcha maldita. E ás dez horas, entravamos finalmente no bivaque da ribeira de Nevala, — com um cadaver de herói na ambulância, e com a torva cidadela á vista lá no alto da sua torva montanha. Termina aqui a odisseia augusta desta marcha celebre que, à ilharga de outras marchas célebres, há de entrar dignamente na História com o nome extravagante de «Marcha da Osga!»...

(«Tropa d'África», por Carlos Selvagem.)

Nevala. Em frente do Boche

... Um novelo de fumo, lá no alto, desfazia-se de leve, nos ares, sôbre a esplanada da fortaleza. E no mesmo segundo, sôbre as nossas cabeças o ar vibrou, ruflou raivosamente, rasgado por um silvo agudo que passava, e foi estralejar em cacos, lá para trás mais longe, com novo estampido, claro e breve, de dinamite.

Depois outro e outro... Os estampidos multiplicavam-se já, de todos os lados, por tôdas as quebradas dos montes, por tôdas as concavidades da selva, num reboar medonho, num estralejar

incessante, implacável...

Não havia que duvidar!

«Dera sinal a trombeta castelhana»...

Era o bombardeamento *boche*, que começava sôbre nós!... Colhida no primeiro pasmo, com as marmitas na mão, as armas ensarilhadas, o gado atrelado às peças, os seus oficiais à parte, em grupos, almoçando também apressadamente, de pé,—a soldadesca, empalidecendo, esgazeada, num terror, olhou em volta, olhou ao alto e, tendo, enfim, compreendido tudo, soltou o grito de alarme:

- Salve-se quem puder!

Só me lembro de ter saltado do meu poiso, em cabelo, correndo uns cem metros adiante, ao sitio onde havia deixado o meu pelotão.

A maré cheia de pânico engrossava a cada instante, de tropel, num remoinho, desvairada, baralhada dos uniformes cinzentos das tropas europeias, do caqui das tropas negras, das carapinhas e dorsos nus da malta escura, de moleques e serviçais, e pejada de cavalos arreados, metralhadoras, canhões, tôda a carriagem atrelada às suas muares, numa turba infrene de êxodo, acossada por um flagêlo, faces descompostas, pupilas esgazeadas, gargantas roucas, perdida tôda a dignidade de seres bípedes.

Arrastados, compelidos também na onda bruta, os oficiais, atónitos, em vão corriam aos seus pelotões, a todo o custo tentavam, de pistola em punho, a poder de injúrias e pragas, conter a enxurrada, pôr de braços abertos uma barreira àquela golfada imprevista.

Houve um momento em que tudo pareceu perdido: — a onda crescia sempre, cega e surda, já irresponsável, sem olhos que não fôssem para o caminho da fuga, sem ouvidos que não fôssem para

o estalar das granadas.

E, muito sèriamente, alguns de nós, oficiais, de todo perdida a esperança de contermos a onda sôlta, resolvemos sem alarde ficar no nosso pôsto, com os poucos soldados ou sargentos, mais animosos ou fiéis, que nos restavam, ali nos deixando voluntàriamente, serenamente chacinar, para que ao menos se salvasse a honra...

Esfusiando sempre, por cima de nós, no seu diabólico silvo, as granadas, no entanto, não cessavam de estalar debaixo das árvores a cada canto, levando ao paroxismo, com o fragor e os nove-

los da sua fumarada espessa, a grita de alarme, a eclosão do

pavor.

Lembro-me então de que, ouvindo ali perto um artilheiro, estendido no solo, de papo para o ar, agitando pés e mãos, e gritando, possesso, como um vitelo desmamado: — «Ai, minha rica mãe... Minha rica mãesinha!...», corri para êle, apiedado, perguntando-lhe se estava ferido. Escancarando a bocarra chorosa, o pobre diabo volveu-me um olhar lacrimoso, estúpido, e do fundo do seu pavôr, só poude grunhir com berrona lamúria:

- Ainda não, meu alferes!...

Ainda não estava ferido o estafermo! E berrava já como um vitelo, sôbre a certeza de o vir a ser!...

(«Tropa d'África», por Carlos Selvagem).

Na retirada de Nevala

... Entretanto, alguns, mais felizes, avistaram logo nessa manhã, dos altos da escarpa, as remansosas areias do Rovuma.

— Mázi, senhor, mázi! . . .

Bendito sejais, vos nas alturas! Bendito sejas tu, Rovuma, por tôda a Eternidade!...

Foi qualquer coisa de imponentemente bestial a corrida dessa

turba para a água.

Houve-os que se espojaram logo, mesmo vestidos, dentro do rio, bebendo sem fartar, da corrente límpida, o focinho dentro da água como os quadrúpedes bebem. Houve-os que guinchavam, como possessos, aos pulos, desvairados, sacudidos por uma sorte de delírio. Houve-os que choravam, como crianças, banhados de êxtasi!...

Foram minutos, foram sofreguidões que se não esquecem mais!...

Mas enquanto êstes se espojavam, como animais, dentro das águas límpidas do rio, outros, ainda perdidos no mato, acossados como feras, batidos dos caminhos pelas metralhadoras, — ou prosseguiam ao acaso, na sua trágica odisseia, caminhando sempre, de rôjo, sem norte, as roupas em farrapos, carnes em sangue, pés em chaga, gargantas em brasa, ou menos felizes, ao amanhecer dêsse dia lutuoso, depois de caminharem toda a noite em vão, achavam-se de novo em frente de Nevala e caíam grosseiramente em poder do inimigo...

(«Tropa d'África», por Carlos Selvagem).

A agonia da sede

... Em Nevala, ao sétimo dia de cêrco, semi loucas de sêde, obrigadas à ração salgada de atum de conserva, desiludidas da menor esperança de socorro, sem noticias, sem água na cisterna, entorpecidas no fundo das suas trincheiras, as nossas tropas esgotavam justamente as últimas reservas das suas energias.

Foi por esses dias malditos que se colheram a esfregão as últimas gôtas de água do fundo das cisternas já lambidas. Encharcados, húmidos, os nojentos panos assim mesmo eram ávidamente disputados por centenas de bôcas ardidas, inchadas pela sêde.

Numa dessas noites, um dos oficiais de ronda, ao passar nas trincheiras sentíu de subito que, na escuridão, duas mãos aflitas

lhe prendiam as pernas, tolhendo-lhe o passo.

Irritado, voltou-se, atirou um pontapé a sacudir o insólito amplexo. E logo uma voz humilde de soldado negro rouquejou baixinho, implorando de rastos na agonia mortal da sêde:

— Mázi, senhor, mázi!...

Tão espessa já de um hálito de morte vinha a baforada daquela bôca negra, convulsivamente escancarada na escuridão, que o oficial não podendo recalcar a onda de piedade, correu à fortaleza a procurar fôsse onde fôsse, uns restos de água, de líquido de frescor.

E, misérrima ironia! por mais que esquadrinhasse, tudo quanto encontrou para dessedentar aquela bôca aflita, foi uma garrafa de vinagre e uns restos de azeite duma lata vazia de conserva.

Como o pobre *landim* dessa noite, outros soldados negros se puseram então a morrer de sêde, atulhando as trincheiras da explanada, aonde por fim se tropeçava já indiferentemente nos seus cadáveres amontoados.

Uma alucinação especial trazia a soldadesca tôda desvairada,

já indiferente aos perigos, à morte, aos pavores da noite.

E eram frequentes as deserções das trincheiras, sobreludo de madrugada, para ir sugar as gotas de orvalho que a noite depo-

sitava cristalinamente nos galhos duros do mato.

Por vezes, no ardor da fusilaria, quando o *boche* sitiante atacava, soldados europeus em massa, abandonavam de subito as armas, e, exaustos, deixavam-se caír para o fundo da trincheira, alheios a tudo que os cercava.

Por mais pontapés, por mais ameaças que se lhes fizesse de pistola em punho, os míseros a nada se moviam e acabavam por encolher os hombros, insensíveis a tudo, numa voz já moribunda:

-Pode o meu alferes matar-me, porque eu é que já não

posso mexer-me!...

E o que, porém, mais trágico tornava às vezes o negrume e silêncio pávido da noite, eram os carregadores negros que, rechassados da fortaleza por bôcas inúteis, voltavam sempre, acossados de fora pela sêde e pelas vedetas inimigas, surgindo à beira dos arames farpados, lugubremente, como fantasmas hediondos, os longos braços ao alto, um prolongado e lívido grito na treva espessa.

— Carregador!...

Não. Não podia ser. Era «mais do que permitia a fôrça humana»!...

(«Tropa d'África», por Carlos Selvagem).



Diversos



Diversos

...Com tanta glória, tesouros e conquistas, podiam os portugueses fundar um império mais vasto e poderoso que o de nenhum dos imperadores do mundo!

(Memória Estatística sôbre os Domínios Portugueses na África Oriental, por Sebastião Xavier Botelho).



O nosso dominio colonial

Posso ainda erguer altivo a minha fronte, orgulhoso de ser português, diante do estrangeiro. O nosso domínio colonial, em volta do qual lobos famintos uivam, estende-se a quatro partes do mundo, falando-se nas cinco a minha lingua, o imortal idioma em

que escreveu Camões.

Portugal tem no seu domínio insular 3,203 quilometros quadrados. As suas ilhas no Atlântico representam 4.867 quilometros, a sua África coisa como 2.056:600, a sua Ásia 4.252, e a Oceânia que lhe pertence 18.989, Como se vê, Portugal, velho conquistador a quem todos teem expoliado, conserva ainda seu, em todo o mundo, um património de 2.088:211 quilómetros quadrados. Nêsse imenso trato de terreno, onde Portugal vinte e três vezes e meia estaria á vontade, cabem a Espanha, a França, a Itália, a Suécia e a Noruega, e a Bélgica reunidas. Seis Inglaterras, cinquenta Suiças e meia, quási cinco Espanhas, catorze Grécias e quási três vezes a Escandinávia, é o que nos diz a estatistica que êle de cada vez comporta. Banham-no dois grandes Oceanos, o Atlântico e o Índico, e povôam-no onze milhões de almas.

Insulares, brancos, negros e amarelos dormem á sombra da nossa bandeira bicolor. Fulas, mondigas, zalofos, felupes, papéis, mânjacos, banhuns, balantas, biafadas, cassangas, nalus, bijagós e grumetes na Guiné; cabindas, bundas e hotentotes em Angola; macúas, maraves, monhés, vàtuas, namarrais, e landins em Moçambique; canarins, gentíos e mouros na Índia; chins em Macau e negros oceânicos em Timor respeitam e saúdam a nossa soberania. Católicos e protestantes, maometanos e parses, budistas, jains e hindus, adoradores do fogo e devotos de ídolos grosseiros, a todos a

nossa tolerância permite a crença.

Nêsses dois milhões de quilómetros quadrados reune-se tudo quanto a Natureza criou de belo e de terrivel, de grande e de temeroso. Há belezas incomparavéis como a dos Açôres e da Madeira, a Pérola do Oceano, assim a denominam os inglezes, e riquezas sem par como êsse prodigioso S. Tomé de assombrosa fertilidade. Dos quatro grandes rios de África, dois são portugueses, o Zaire e o Zambeze. Há neles cachoeiras que são maravilhas de turismo, assombros de espanto para o europeu que não conhece a trilha do sertanejo e a poesia saúdosa das noites da mata virgem. A flora magnifica com arvores que são colossos e frutos que são delícias, e a fauna principesca com feras que são assombros e animais que são amigos, existem neles a mãos plenas. A madeira

rara, o cedro e o baobá, o pau-santo e a téca, o ananàs e o côco, a banana e o medronho, ou o tigre e o leão, o búfalo e o elefante, não nos falta.

Minas de diamantes, de oiro, de prata e cobre, jazigos de petroleo, são menos raros do que se julga. O sandalo e o marfim, o ópio que envenena e definha e a cóla que alimenta e fortalece. são de nossa casa. A borracha que enche o nosso século e o café que enche a nossa vida, mostarda ou algodão, quina ou tabaco, tudo isso podemos exportar. E quanta riqueza ainda, quanta maravilha! É nosso o acucar e o cacau, nosso é o rícino e a copra, o arroz e a mandioca. Aguardente rija, capaz de incendiar um estômago, vinho digno de ser bebido pelos rajás faustosos, têmo-lo em Angola, vendêmo-lo na Madeira. Ah! nós não sabemos bem o que possuimos. Nenhum navio dobra o Cabo da Bôa Esperança ido da Europa, que cinco vezes não tenha sabido que o mar o pode arremessar a terra portuguesa. Nenhum navio passa o canal de Moçambique que não saiba que Lourenço Marques é português. E Lourenço Marques, mau grado universal, é o porto mais importante de toda a costa oriental do continente negro.

1.600 quilometros de costa tem Angola no Atlântico, tendo Moçambique 2.309 no Canal. Como pode ser esquecido um país,

que se não pode correr o mundo sem o topar?

Quantos e quantos rios, que montanhas inacessíveis, que florestas virgens, que roças, plantações e palmares, cidades, vilas, aldeias e povoações não tem nesse domínio Portugal?

Sim, sinto-me orgulhoso de ser português.

Portugal é pequeno? Ilusão. Mais pequena é a Bélgica e todos a admiram, mais pequena é a Holanda e todos a respeitam, mais pequenas são a Dinamarca, a Suiça e a Áustria. Portugal não é pequeno. Pequenos somos nós, pequeno é o nosso coração se tal pensarmos.

Português! ergue no alto dos braços o teu coração e vê se não sentes pulsar ainda corações irmãos na Califórnia e em Boston, no Havaí e no Brasil. Depois sossega. A tua pequenez enche ainda o mundo e o teu velho coração, ao pulsar, não tem parte

da terra que o não sinta...

(Porque me orgulho de ser português, por Albino Forjaz de Sampaio).

A história da África

... A história dos reinos de África não se pode reconstruir

clara, nítida e verdadeira, como a da Europa.

Os escritos mais antigos, — que chegaram aos nossos dias — de Ptolomeu, João de Barros, Duarte Lopes ou Pigafeta, P.º Luiz Mariano, Cardonega, P.º João dos Santos, P.º de Verbies, Davity, Gamito e outros; as cartas de Bertius, Resende, Linschoten, Hondias, Kiepert, Juan de la Costa, Namuno, Mercator, Castadi, Sa-

nuto, Nicolas Picart Sanson, Ortelius, Dapper e muitos mais, não

estão de acôrdo entre si.

Com êstes dados, divergentes com aqueles que a tradição tem trazido até nós, e com os importantes trabalhos desde Mungo Park até Speke, Burton, Grant, Bart, Bruce, Krump, Lang, Livingstone, Cameron, Denham, Clapertton, Caillé, Vogel, Stanley, Compiegne, Brazza, Dr. Lacerda, Monteiro e Gamito, Honorato da Costa, J. Coimbra, Rodrigues Graça, Montanha e Teixeira, Silva Porto, Paiva de Andrada, Henrique de Carvalho, Sezinando Marques, Cardoso, Serpa Pinto e Capelo e Ivens, tentam os geógrafos modernos fazer a exacta cartografia africana.

Consultando porém uns e outros estrangeiros, vê-se claramente que cada um dêles quer arrogar a si a prioridade de ter pisado êste ou aquele sítio, de ter navegado êste ou aquele rio e de ter

contemplado êste ou aquele lago.

Mas do que não resta dúvida alguma, é que, antes de Afonso Gonçalves, Pedro de Cintra, João de Azambuja, Pero de Evora, Luís de Albuquerque, Bartolomeu Dias e muitos outros notáveis e arrojados portugueses, nenhum inglês, francês, alemão ou holandês tinha passado àlém do Cabo Não, dobrado o Cabo da Boa Espe-

rança, ou pisado um palmo de terra da África equatorial

Que antes de Livingstone, Stanley, Brazza e Cameron nos falarem do centro da África, dos seus lagos, rios, florestas e montanhas, já em 1491 os dominicanos, os capuchinhos, os agostinhos e vários missionários seculares portugueses, conduzidos à África ocidental na frota de Rui de Sousa, e secundados nos seus esforços por outros missionários enviados do reino em 1493, 1645, 1649 e 1655, edificaram hospícios, colégios, conventos, templos espaçosos e pequenas ermidas em S. Salvador do Congo, Loanda, Bengo, e Bamba, Massangano, Málua, Golungo Alto, Calenda e em muitos outros pontos do interior.

O que ninguém pode contestar é que em 1560 o padre Silveira, tendo ido de Moçambique ao Zimbaoé, capital de Monomotapa, foi aí cobardemente assassinado, por intrigas dos árabes

negociantes de escravos!

Que, em 1520, mandou D. João II uma expedição à Abissínia, à côrte do lendário Prestes João, e que dessa viagem existe o relatório feito pelo capelão Francisco Álvares, com muitas e interes-

santes notícias de terras percorridas.

Que, em 1540, os missionários dominicanos P.º Luís do Espírito Santo e P.º Luís da Trindade, em Sena, capital do reino de Inhamior, foram horrivelmente martirizados, sendo o último dêstes apóstolos da fé e da civilização lançado do alto de uma elevada montanha para um profundo precipicio.

Que, já em 1561, uma colónia de oitenta portugueses. tendo à sua frente o célebre Caiado, estava estabelecida em Lunda, e

comerciava a muitas léguas no interior.

Que, em 1578, Duarte Lopes percorreu o Congo e internou-se por diversos países, de onde colheu informações tão curiosas, até

aí completamente desconhecidas, que o sábio Filipe Pigafeta, conhecendo o grande valor e alcance delas para a sciência e para a geografia, escreveu em 1591, segundo as palavras de Lopes, um livro em italiano com o título—*Relação do reino do Congo*—livro de que se fizeram várias traduções em inglês, latim, alemão, holandês, etc.

Que, em 1582, os *Mozimbes*, perto do famoso lago Maravi, — *Nhanja Grande* de Sebastião Xavier Coelho, João dos Santos e Manuel Godinho, ou o moderno Niassa dos exploradores contemporâneos, — amarraram a uma árvore o padre Nicolau do Rosário, crivaram-no de flechas, esquartejaram-no, assaram-no e... devo-

raram-no!

Que, em 1677, José da Rosa tentou ir de Benguela a Sena por terra, o que não pôde levar a efeito: mas que Pedro João Baptista e António José realizaram em 1815, indo de Loanda a Moçambique pelo Quanza, e terras dos Moluas, regressando à costa ocidental no fim de sete anos, com cartas do Governador de Moçambique.

Que, antes de Livingstone muitos anos, já José de Assunção e Melo tinha dito ser o Secheké e o Liambai apenas o curso do

Zambeze.

Os trabalhos de Ptolomeu, e mesmo os do Mungo Park, perdem-se na antignidade dos tempos, e se não se pode pôr em dúvida que êstes sábios tinham algumas noções da África Central e da do Sul, é certo que algumas dessas noções chegaram até nós tão nebulosas, que delas só um fraco vislumbre de luz pôde sair.

Tudo é mais ou menos vago e confuso.

Os mapas de André Bianco e de Coronelli, comparados com os modernos, acusam êrros monstruosos.

Povoações, que uns colocam num determinado grau de longitude e de latitude, apresentam-nas outros a mais de vinte léguas!

Os nomes de rios, de lagos, de aldeias de grande ou pequena importância, de serras, de reinos ou de impérios, é raro terem a mesma ortografia.

E, contudo, apesar desta grande divergência, quási todos os escritores e cartógrafos ou falaram a verdade, ou muito dela se

aproximaram!

É que a maior parte da cidades, das aldeias e dos reinos do interior de África, são como as miragens, são como as dunas movediças do Saarà que o *simoun* muda a cada momento!

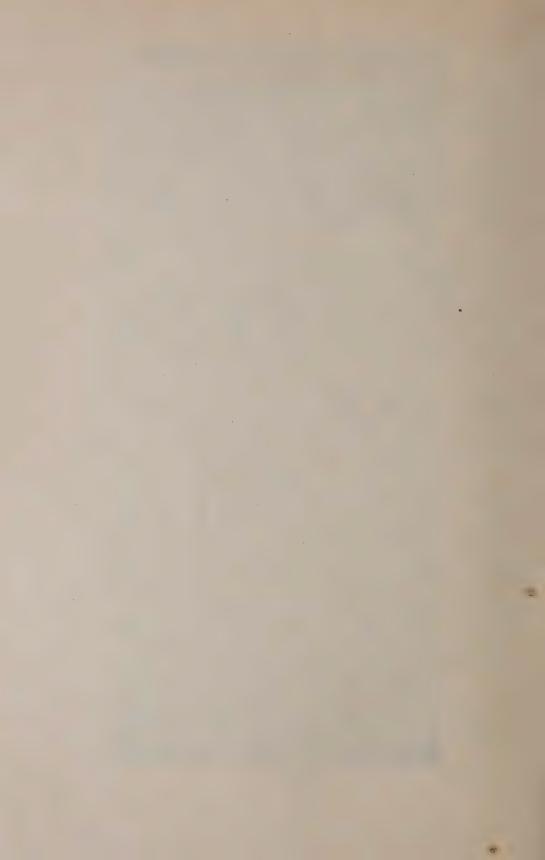
Teem a vida efémera das flôres!

As guerras dos naturais, as razias dos árabes para o trâfico da escravatura, o crescimento de um lago, um rio que transborde e segue nova direcção, muda num momento a corografia daquele lugar!...

(«Portugueses e Ingleses em África» pelo tenente Vitória Pereira)



O mapa de Cantino - 1502



Costume de guerra

... Quando os Portugueses convidaram Matibejana a auxiliá-los contra Maazuli (Agosto-Setembro de 1894) êste moço, chefe de 20 anos de idade quando muito, convocou o seu exército. Pairava na atmosfera um irresistível espírito guerreiro. Contido pelos seus conselheiros, que não tinham desejos de combater contra os seus compatriotas rebeldes, Matibejana hesitou em responder ao chamamento dos brancos.

Estava sentado, perplexo, no seu acampamento, procedendo morosa e preocupadamente, cercado de um lado pelos «grandes» e por outro pelos novos, que se lhe dirigiam: «Dá-nos, dá-nos homens para matarmos! Tu não passas dum covarde! Manda-nos!»

Eram tempos tragicos!

Matibejana permitiu que um pequeno contigente fôsse até próximo de Lourenço Marques, em reconhecimento (6 de Novembro de 1894). Esta impi fêz vários prisioneiros e roubou os bois da Missão Suissa, que andavam pastando nos arredores da cidade. Um dos nossos mocos, chamado Tandane, foi aprisionado por um homem de Moamba. Um viandante pertencente à familia Mabota foi tambêm prêso. Todos estes cativos foram levados ao chefe Matibejana, a quem pertenciam as prêsas, visto que foi a sua gente quem as fêz. O homem que prendera o viandante de Mabota pediu permissão ao chefe para o matar, a qual foi concedida; êste guerreiro, radiante e cheio de alegria, retirou-se imediatamente com a sua vitima, matou-a a sangue frio e voltou dançando diante do chefe. O homem da Moamba exigiu igual privilégio. Mas Matibejana tinha outros designos em vista: queria aproveitar-se do nosso mancebo, a fim de o enviar como mensageiro ao Governador Português, recusando, por isso, a permissão solicitada. O homem, porêm, prêso do desejo insaciável de derramar sangue, insistiu. Ofereceu-se-lhe como compensação um e mesmo dois bois dos roubados, mas nem assim ficou satisfeito. «Quero o meu homem, disse, e matá-lo a fim de poder dançar!» Matibejana teve que empregar a força para o conter. Dois bois, vinte libras esterlinas, eram nada para êste guerreiro negro, comparados com o prazer diabólico que sentia pela execução de gila!»

(«A Vida de uma Tribu Şul Africana» por Henri A. Junod).

Como o Gungunhana foi rei...

Musila morreu em 1883 ou 1884.

O herdeiro da corôa devia ser *Mofamane*, mas *Mordungaz*, que depois se chamou *Gungunhana* e que vivia na povoação do Musila, apenas êste morreu, reuniu alguns *indunas* mais dedicados e mandou matar o irmão e seu tio *Cuio*, que era amigo e partidário do primeiro.

16

Ao Cuio salvou-o o inalterável sangue frio e ainda o respeito

devido a um filho de Manicusse. Ao Mafemane nada o salvou.

Avisado da aproximação da gente do Gungunhana, saiu fora da palhota e, sorrindo-se para êles, disse-lhes:— « Mordungaz manda-me matar? Já vejo que Musila morreu! Está bem, mas vocês só me matarão ao sol posto: tenho que falar com as mulheres». A gente do Gungunhana cercou o Kraal e sentou-se indecisa sôbre o que deveria fazer. Quando o sol atingiu a hora indicada, Mafemane saiu da palhota, tranquilo e sereno, e, aproximando-se dos inimigos, disse-lhes:— « Agora podem matar-me! » e, vendo a gente indecisa, hesitante, bradou-lhes:— « Já disse: podem matar-me agora!»

Então, um mais atrevido, arremessou-lhe uma azagaia ao peito

e os outros acabaram-no.

O Gungunhana estava rei.

(Gaza, por Cap. Gomes da Costa)

Dedicatória do livro, « Moçambique »

No serviço de El-Rei combati e trabalhei em Africa, motivo porque a Vossa Magestade ouso oferecer êste livro, que resume e expõe os resultados do que ali tentei fazer pelo engrandecimento

e prosperidade da nossa Pátria.

É muito pouco conhecida em Portugal a Provincia de Moçambique, e á ignorância da sua valía se deve principalmente atribuir os desaires e contratempos que tem sofrido a sua administração e progressivo desenvolvimento. Não tem outro fim êste livro que não seja patentear bem claro quanto ela em si vale, e quanto á sua prosperidade e bem pensado govêrno se acham intimamente ligados o progresso futuro d'êste Reíno e a sua salvação no meio dos perigos que o ameaçam! Ora, se convem que muito se espalhe êste conhecimento, se é preciso que todos os portugueses adquiram esta convicção, é por certo Vossa Magestade, Aquele a quem ela é mais imprescindivel, porque aos meus olhos, Senhor, como aos de todos os verdadeiros portugueses, é El-Rei o representante do povo, o símbolo vivo da nossa nacionalidade, o depositário das nossas tradições mais caras, a salvaguarda da nossa independencia. E é por isso, Senhor, que a Vossa Magestade se dirige a suplica do aflito, quer ele seja um orfão faminto que pede pão, quer um povo inteiro que pede que o salvem.

È tradicional para nós portugueses, quando nos achamos sós abandonados perante um perigo eminente, bradar — AQUI D'EL-REI! É êsse o grito dêste livro. AQUI D'EL-REI! — significava dantes chamar em socorro a gente do Rei e, hoje, a provincia de Moçambique carece não só de gente, mas da atenção, da vontade, da energia, de acção directa de Vossa Magestade, para poder salvar-se dos perigos que a cercam e, com ela, salvar-se êste país da ruina,

êste povo de opróbio e a corôa portuguesa dum irremediável e eterno luto.

Sabe Vossa Magestade que em África combati como soldado que sou, trabalhei como os que trabalham e poderia ter errado, mas conservei-me sempre PORTUGUÊS. É pois em nome dos soldados a cujo lado combati, em nome dos que tanto trabalharam pelo levantamento daquele pedaço da nossa Pátria, em nome do povo português que, com tanta anciedade, acompanhou de longe os meus empreendimentos, que tanto do coração aclamou o seu exito feliz, é em nome de todos nós, Senhor, que, no momento angustioso em que nos achamos, venho perante Vossa Magestade soltar o grito—AQUI D'EL-REI!— certo de que o neto de D. João I e do Santo Condestavel não póde deixar de acudir a êste chamamento do seu povo vergado sob o pêso da aflição.

E nesta fé foi escrito êste livro, nesta crença ousa depô-lo nas

mãos de Vossa Magestade,

O seu leal servidor Joaquim Mousinho de Albuquerque. («Moçambique», por Mousinho de Albuquerque).

Parte final do livro Mocambique

...¿ Será possível, a despeito dos apuros da actual situação financeira, das violências prováveis da política internacional, salvar Moçambique das cobiças alheias? Para responder a semelhante interrogação seria preciso, primeiro que tudo, conhecer a fundo êsses apuros, mas, haja o que houver, é fóra de dúvida que Moçambique, Angola, o Ultramar todo, não se salvará se não fôr bem governado, com energia, bom senso, seriedade e verdade; porque o maior defeito da nossa administração, de tôda a nossa política, é não ser verdadeira, séria e leal.

E perdidas as colónias, caída a Metrópole na miséria resul-

tante dessa perda, também haverá quem a cobice.

Só depois de caír ferido no campo de batalha, onde viu fugir-lhe a vitória, soltou Kockiusco o *finis Poloniae* profetico. Longe de mim, portanto, dizer que está perdida tôda a esperança de salvação, mas, para que não se perca a que pode haver, carecemos de ter um govêrno forte, recto, verdadeiro, que inspire dentro e fóra do país, respeito e confiança.

Sessenta e quatro anos de rotações partidárias dos quais quarenta e séte de pretendido fomento mascarando a corrupção, teem desiludido o povo português por forma a desinteressá-lo de todo da política, em que vê, não a competência dos que melhor podem governar mas apenas a rivalidade mesquinha de interêsses

pessoais ou partidários.

Embora se diga que cada povo tem o govêrno que merece, não há dúvida que o nosso merecia melhor. É tão trabalhador e paciente, tão corajoso e simples!

Em Africa, mais que em parte alguma, se revelam estas qualidades - nos soldados, quási recrutas, pela firmeza e sangue frio que demonstram nos combates, pela resignação alegre com que suportam as privações mais duras, serenidade e igualdade de animo com que se aventuram aos mil perigos que a noite e a densidade dos matos escondem e que, por isso mesmo, são a maior prova por que passa a coragem e impassibilidade das tropas: e não menos em muitos colonos desprotegidos, ignorantes, bisonhos. mas que, à força de paciencia, sobriedade e teimosia, vencem por vezes a competência dos mais favorecidos e a hostilidade do clima, conjugada com a de mil condições adversas. Um povo assim dotado, cuja maleabilidade e submissão, se torna possíveis os maus govêrnos, facilita sobremaneira a missão dos que queiram trabalhar desinteressadamente pelo levantamento do país, uma nacionalidade que, durante sete séculos, teve vigor para resistir às maiores calamidades, para desmentir tantas vezes os mais alarmantes sintomas de agonia final, não pode morrer assim, vítima de uma pequena minoria, á qual a própria fraqueza inibe de praticar erros que sejam decisivos na vida de um país.

Por isso, repito, não se deve perder a fé nos destinos de Por-

tugal, a esperança de melhores tempos.

Muito além e muito acima do mísero tablado, onde, em frente da indiferença da parte sã da nação, se agita o formigueiro de egoísmos ferozes, de cobiças insaciáveis, de vaidades balofas, de mentiras que não enganam os mais ingénuos, está Alguem que não pode ser egoísta nem pérfido para o povo porque a Sua vida, a Sua honra, a Sua fazenda, o que o homem tem de mais caro, a perpetuação do Seu nome, o futuro dos Seus Filhos, estão caldeados, pelo destino que O fez nascer no trono, à independência, à prosperidade, à grandeza da nossa Pátría.

Por isso, se repercute aqui, como num éco, o brado de angústia, o grito de socorro que na primeira página déste livro define

o propósito com que o escreví. — «Aquí d'El-Rei!».

(«Moçambique», por J. Mousinho de Albuquerque).

A velha «matonga»

... Ao cabo dêsses angustiados três dias, um clamor se levantou, porém, de repente, nos homens da expedição. Era um clamor de alegria! Num deslado, no meio de um grande arvoredo, três palhotas se lobrigavam, a distância, perdidas no sertão adusto. Estavam salvos! Próximo dessas palhotas havia àgua, com certeza; e iam enfim matar a sêde, reviver! E velozes quanto podiam, quanto a carga lho permitia, e o cançaço, em breve se acercaram ás miseraveis palhotas,—d'onde a população vàlida entretanto, supondo-se presa de uma invasão vátua, desarvorava, precipitadamente, no mesmo instante, correndo a internar-se no mato.

Centenària, mal podendo arrastar a sua decrepitude, uma velha quedara, porém, junto das palhotas, sósinha; mas essa, quando os da expedição lhe clamaram por àgua, fiel ao seu ódio

de raça contra os vátuas, negou-lha obstinadamente.

Pertinaz, não havia meio de dissuadir a velha de que não eram vátuas aqueles homens, que um branco, — e designavam-lhe Josè de Almeida, — comandava. E de mais de duzentas bôcas saía aflitiva, a mesma pregunta: — «Onde está a água?» — ao mesmo tempo que outros, mais sôfregos, pesquizavam já em todos os sentidos, mas em vão.

Nisto, interpretando o desespêro de todos, o *mozungo* de Sofala João Maanga, belo e destemido sertanejo, fidelíssimo a José de Almeida, procura êste e diz-lhe assim. «Senhor, morremos de

sêde! Sem castigo a velha não fala; a velha é feiticeira!»

E a um gesto complacente de José d'Almeida, temperado, ainda assim, de toda a prudência de que podia dispor, não tardou que um atilho de folhas de melala, (palmeira brava), retorcido em corda, e retezado, sucessivamente, mediante uma caravelha, circundasse, premindo-a, a cabeça da feiticeira, para a obrigar, pelo suplício, a dizer onde tinha a àgua.

Mas ela, tenaz, quanto mais lhe doía mais negava: —«Antande! Antande! (não quero!) — Antande mina! Antande

mina! (eu não quero! eu não quero!).»

Atè que Josè de Almeida, condoído, correu a libertar a velha do suplício; e impondo aos companheiros resignação, ordenou-

lhes, com firmeza, que proseguissem na marcha.

Depositada em alguns desses troncos gigantescos, verdadeiramente monstruosos, do baobá, chamado molambeira na língua indígena, e que ali mediam alguns 15 e 17 metros de circunferência, ficava intacta, a água das três palhotas de Mecupe, defendida por essa avó matonga da raça Mojau, cujo ódio pelos vátuas, seus conquistadores e dominadores, tam duro e intenso episódio vinha de abrir, nesse dia, na marcha da expedição!...

(«Desoito anos em África»)

O Zambeze

deza, que fazem grandes e contínuas presas nas suas margens nos cafres e negras que veem buscar água e lavar-se, sem ser possivel o contê-los em acautelar o risco dêste precipício. Os cavalos marinhos são inumeráveis e sucede muitas vezes formar-se uma linha dêles de mais de trinta e quarenta, que atravessam o rio, ouvindo o ruido e gritaría das embarcações, que vão passando, e em chegando perto vão mergulhando e surdindo dispersas em diferentes distancias e algumas vezes em tam pouca das embarcações, que os assombram e molham. São perígosos em os ofendendo ou an-

dando com cria, porque seguem as embarcações e as investem, com grande risco dos que vão dentro, como muitas das vezes tem sucedido...

(Descrição dos Rios de Sena por Francisco de Meloe Castro — 1750).

Um binóculo no sertão

...Previu Paiva de Andrada, a quem Moçambique deve os mais assinalados serviços, a hípotese, aliás plausível, de que o Mutaça, régulo de Manica, e vassalo, portanto, do régulo de Gaza, lhe não permitisse o estabelecimento de mineiros, que tinha em vista, sem autorização prévia do novo suzerano; e resolveu, por conseguinte, dirigir-se êle mesmo ao Kraal do regulo vátua, para lhe pedir que ordenasse ao Mutaça que não estorvasse os pesquisadores de minas, que êle Paiva de Andrada desejava deixar naquela

região.

Pés a caminho, e 15 dias depois, nada menos que foi o tempo que lhe levou para ir da Gorongosa ao Mossurrise onde o Gungunhana residia ao tempo, ei-lo a uma hora do Kraal, acompanhado e a enviar, como era da praxe, um emissário ao régulo vátua, pedindo para lhe falar, se o permitisse... Era negócio feito, pensava Paiva de Andrada;—e, quando daí a pouco viu chegar os indunas do Gungunhana, que vinham reconhecer o forasteiro, recebeu-os às mil maravilhas, e supunha-se já, daí a pouco, a parlamentar em pessoa com o poderoso régulo. Deu-lhe, porém, para obsequiar primeiro os tais indunas; e entre muitas coisas que lhes mostrou, por lhes entreter a curiosidade, caíu em lhes apresentar um binóculo, assestando-lho, deante dos olhos, para um boi que andava pastando. Acharam os selvagens muito curioso, que o boi, aliás distante, como que ficasse mesmo ao pé dêles, - e não desgostaram dêsse fenómeno; mas quando Paiva de Andrada, invertendo o binóculo, lhes fêz patente o fenómeno contrário e o boi, muito pequenino, pastando a uma distância infinita—os vátuas azoaram com a história, e viram no caso feitiço grande! Desconfiados, retiraram-se... Mas tais coisas foram dizer ao régulo, à conta do caso do binóculo e do boi que de grande se fazia pequeno, e de próximo se fazia remoto, que o Gungunhana houve por bem mandar dizer a Paiva de Andrada que se fôsse embora, - receando, é natural, que do régulo grande e poderoso, que era êle, fizesse, por artes de feitiçaria, um régulo microscópico, e, além de microscópico, assaz remoto.

Onze dias esteve empatado Paiva de Andrada, à espera de convencer o régulo do que era um binóculo — e já fazia dissertações de óptica aos indunas, e mandava outras, por emissários, ao Gungunhana. Foi pior! O feiticeiro, demais a mais, era recalcitrante; e por isso, ao cabo dos tais onze dias, o Gungunhana

mandou-lhe dizer que não só o não recebia, mas passava, dali por deante, a não responder pela sua segurança, dêle feiticeiro...

A vista do que Paiva de Andrada, pondo o binóculo a tiracolo, sabe Deus com que boa vontade! retrogradou e foi para o Gorongosa,—donde saira, recordêmo-lo, havia 23 dias, e onde chegou 15 dias depois...

«(Desoito anos em África».)

Lourenço Marques em 1889

...Cingia a vila de um a outro extremo, um muro de dois metros de altura, quebrado aqui e ali por cinco baluartes. Nalguns destes assestavam-se uns canhões, que nem para espantalhos de pardaes serviam, montados em carretas, onde os anos e as intempéries tinham escrito os indeléveis e provectos traços da sua acção. Em redor, dispersas pelo taboleiro de intensa relva, enxergavam-se balas esféricas de todos os calibres conhecidos. Denominava-se pretenciosamente este agregado de pedras, linha de defesa.

Em todo o caso, êstes baluartes derrocados e esta linha de defesa, tão linha que qualquer a quebrava, repeliram em 1872 o ataque das «mangas» do régulo Zixaxa. Atraídas pelo saque, àvidas de aguardente, assediaram o presidio na esperança de uma presa fácil e inerme. Foi com esses especimenes de museu, com a energia de habitantes e pelo pànico produzido pelo cavalo do governador Sá e Simas, que a vila não ficou reduzida a um montão de ruinas. Nesse tempo os europeus não passavam de um punhado; as comunicações por mar faziam-se apenas duas vezes por ano; as terrestres eram perigosas e caras; o comércio, o do sertão efectuava-se em competência com o mouro e baneane. Entrar numa enfermaria representava abrir um coval; criticar a autoridade significava tornar-se vitima do despotismo militar. Os direitos politicos e civis estavam á mercê de caprichos governativos; a propriedade não tinha valor; o negócio não encontrava protecção; a agricultura pertencia aos dominios do sonho; a industria apenas a exercia o indigena, a primitiva.

Em volta do muro esburacado os paus estrangulavam num circulo de miasmas a mirrada povoação; os centros cafreaes isolavam-se no sertão pela ausência de caminhos conhecidos e seguros; o gentio temia o europeu e o branco desconfiava do negro. O trabalho e a administração divorciavam-se por falta de comunidade de pensamentos, sem vistas determinadas, sem ideal tangível no futuro. Com a mira em Lourenço Marques, desencadeavam-se nessa epoca, como hoje, ambições de grandes potências, tendências rapaces de estados embrionários, desejos invasores de paises

necessitados de expansão...

(«Em Redor de África por Eduardo de Noronha.)

A liberdade de trabalho em África

A protecção e a liberdade bem consideradas não devem consistir nesse amplo consentimento, que hoje damos ao indígena africano de trabalhar só quando quer, com grave detrimento de quantas indústrias ali se iniciam e prejuizo do comércio e da propriedade rural.

Se a lavoura, por exemplo, em África não dispensa o preto, e êste no sertão, feito soba e encurralado na banza, despreza qualquer trabalho, como póde fazer-se prosperar a terra? E' impossivel!

Ora, sendo de todos conhecido este facto, não julgamos conveniente conservar no centro dos mais ricos distritos o negro num estado de liberdade que nem na Europa conhecemos, só porque alguns ignorantes interessados pela situação desse chamado infeliz das selvas, clamam ao menor principio de repressão que lhe diz respeito.

Permitir-lhe a vadiagem é deixal-o contrair na ociosidade repugnantes vicios, que pouco a pouco originam crimes; e querer depois castigá-lo com a aplicação do código penal do reino, que êle não compreende, nem sente nem o molesta, garantindo-lhe, por exemplo, o alimento no caso de prisão — seu sonho dourado, comer sem trabalhar — torna-se uma verdadeira calamidade.

E' digno de estudo este assunto, que nos suscitou a visita pelas terras onde nos achámos, objecto que fatalmente carece de leis e regulamentos especiais fundados em grandes recenseamentos e na ampla alçada da autoridade administrativa para extinguir a vadiagem do preto e submetêl-o ao trabalho; precisando também de penas adequadas para os crimes que pratica, afim de afastá-lo da directa intervenção da tutela ainda hoje existente.

Se o negro é cidadão português, regendo-se pelos principios do código político, que nos impõe determinados deveres, mas nos consede preciosos direitos procesos direitos direitos procesos direitos direi

concede preciosos direitos, não carece de tutela judicial.

Esta é a verdade.

(«De Angola à Contra Costa», por H. Capelo e R. Ivens)

Portugal no passado

... Muitas das obras de engenharia moderna, não lograram durar alguns séculos. Estão condenadas a desaparecer, desfeitas em ferrugem, ou em entulhos de lama, pela acção da matemática viva e implacável do tempo. Hão-de passar como relâmpagos diante das obras colossais dos romanos e egípcios, umas monumentais e outras utilitarias, que parecem zombar da acção dos séculos.

Mas passemos sôbre todas elas, ponhamos em paralelo não só pelo lado glorioso e monumental, mas pelo lado utilitário, ponhamos em paralelo todas as obras antigas e modernas de gregos e troianos, franceses, ingleses e alemães, antigos e modernos, e



Roberto Ivens



comparêmo-las com a nossa grande obra, com as nossas imortais

e monumentais conquistas!

Não abrimos canais dispendiosos, abrimos mares nunca dantes navegados, que não pagam direitos de travessia como o Canal de Suez; mostramos terras nunca dantes conhecidas, como a Ilha da Madeira, essa pérola que os portugueses desentranharam das brumas misteriosas do oceano, quando era bruto e solitário êsse diamante que lapidaram, e onde encarnaram o brilho da sua vida, a vida humana, conservando-o como uma jóia do diadema do mundo civilizado e culto! Fizemos finalmente um império, o Brasil—sem massacres, sem exterminios!

E depois? Chegamos agora a um tal estado de abatimento que até nos envergonhamos de ser portugueses, quando nos estranham o facto de não termos rêdes de caminho de ferro, portos artificiais, e outros pretendidos e pretenciosos melhoramentos; criticando-nos e ridicularizando-nos por conservarmos ainda alguns dos nossos costumes indígenas tradicionais e herdados! Chegamos a ponto de não procurarmos sequer distinguir a verdadeíra da

falsa sciência que nos é inculcada como infalível.

Também Veneza foi grande, e Ormuz um colosso de riquezas orientais, como a Etiópia, a Arábia, a Pérsia e a Índía, no tempo em que nós eramos pobres de riquezas e de sciências teóricas de importação, no tempo em que éramos pequenos de corpo, mas inteligentes e grandes de alma, lavradores na nossa terra, soldados e navegadores no mundo que conquistamos para a civilização europeia, sem pedirmos juros do capital gasto, nem das vidas perdidas, nem indemnizações de guerra; porque o nosso instinto ideal é a paz, a generosidade e a inteligência clara da verdadeira civilização, a intuição do futuro!...

(«A Civilização das Colónias Portuguesas pela Agricultura», pelo Vísconde de Coruche).

A igreia de Lourenço Marques em 1878

... As missões também dariam bons resultados para a difusão da instrução, e não seriam difíceis de fundar se se escolhessem os lugares salubres do sertão, e se elas fôssem dirigidas por homens de reconhecida competência e respeitabilidade; ali aprenderiam os pretos a aperfeiçoar com o uso das ferramentas europeias as suas naturais aptidões para diversas indústrias, teriam o espírito desbravado pela religião, e a índole modelada por um ensino literário elementar, e habilitar-se-iam finalmente para serem bons cidadãos.

Se Afonso de Albuquerque foi, e foi sem dúvida, o mais colossal vulto heróico da nossa assombrosa epopeia de triunfos no Oriente, S. Francisco Xavier, pela sua palavra e pelo seu exemplo tornou-se o complemento indispensável da nossa missão de luz, e a justificação lógica do nosso procedimento às vezes violento.

A igreja e a escola-oficina deviam fundar-se simultaneamente, e seriam só por si os pequenos núcleos, que com o correr dos anos viriam a ser os centros de futuras cidades. Quem há séculos fundou missões no Zumbo, no Quiteve, na Manica e no Dambarara não carece dos exemplos modernos das missões de Livingstonia e Blantyre; mas se aquelas já esqueceram, ali temos estas, em território indisputávelmente nosso, a incitar-nos ao que devemos fazer.

O prestígio do nome português em África, estabelecido há séculos, e constantemente mantido pela doçura e suavidade dos nossos costumes, implantou-se gradualmente e de uma maneira perdurável, e é ainda hoje, apesar da nossa incúria, muitíssimo grande. Convém, pois, que saibamos tirar partido dessas vantajosas circunstâncias, e que não deixemos que nos tomem o passo

outras nações menos influentes, mas mais poderosas.

Actualmente a religião católica está em Lourenço Marques muito descurada. Diz-se missa aos domingos num pequeno quarto de uma casa alugada, e assistem a ela, além dos soldados que vão obrigados, 6 ou 8 pessoas e nada mais. O sino que serve para chamar (em vão) á missa, é o que está na muralha da fortaleza a 300 metros da capela, e que serve igualmente para dar horas, dobrar a defuntos, chamar ao trabalho os operários das Obras Públicas, despedí-los, repicar a baptizados e tocar a fogo! É necessária muita prática do ouvido ou muita boa vontade para se saber distinguir na maior ou menor precipitação das badaladas a significação que lhes quís imprimir o sinaleíro fortuito, e que pode ser soldado, apontador ou sacristão!...

(«O distrito de Lourenço Marques», por Augusto de Castilho)

A embriaguês do preto

... Podem os europeus socegar, que a raça negra não lhes háde envergonhar a intemperança com a sua sobriedade, apesar

das grandes potências se terem coligado para lha impôr.

O negro bebeu, bebe e ha de beber. Tôdas as esquadras dos govêrnos signatários do acto geral de Bruxelas a bloquearem os portos de África, e todos os seus exércitos a policiarem os sertões, não o impediriam de satisfazer a paixão singular pela embriaguês, porque, não tendo outro licôr, acharia meio de se embriagar com a àgua dos rios. É uma calúnia dizer-se que foram os brancos que incitaram nêle esse delirio, porque, ainda Noé não tinha reconhecido os predicados do sumo da uva fermentado, já os patriarcas africanos bebiam *pombe* e quejandas beberragens, algumas das quais não embriagam só, enlouquecem. Foi a natureza que fêz o africano borracho, como o fêz, em algumas regiões, fumista de ervas peçonhentas, cujo fumo o obriga a contorcer-se em medonhas convulsões de tosse; a civilização só lhe apurou o paladar. Creanças

Onde diz No meiado do ano passado (linha 6), ler No meado do ano passado.

» em todas imundicies (linha 18), ler em todas as imundicies.

» senão um gosto (linha 18), ler senão um gesto.

de colo, largam os seios das mães para meterem a língua em copos de aguardente, e não se escaldam. Teem até os pretos uma especialidade que julgo não ser trivial na confraria europeia dos beberrões; não se embriagam por gosto de beber, bebem de propósito para se embriagarem.

No meiado do ano passado ouvi eu os cobradores do imposto de palhota, apesar de bem familiarizados com os vicios dos negros, descreverem com assombro os espectáculos que se lhes deparavam nas visitas às povoações dos contribuintes. Em algumas não encontravam com quem pudessem falar, porque estavam ébrios a cair todos os habitantes; roncavam estiraçados o règulo e os grandes, desatinavam os súbditos, tripudiavam descompostas as mulheres, andavam as creanças aos trambulhões!

Na geral decadência sobressaiam os régulos e as suas aristocráticas famílias, quási todos tremelicantes, estúpidos, jogralescos ou furibundos, sem lampejo dos mais naturais instintos de dignidade humana, espujando as burlescas cabaias encarnadas em todas imundícies, e não tendo senão um gosto e uma palavra para exprimirem as suas aspirações perante um *induna a ré*: bater com a mão no estômago e dizer: *fome*, *fome!* Fome chamam êles à implacàvel sêde de alcool!

O cajueiro é uma arvore de vicio e de ruina. Bom Marquês de Pombal seria quem os mandasse arrancar todos!

(«Mocambique», Relatório por António Enes).

O traje do guerreiro landim

...Começando pela parte superior: a cabeça era decorada com três plumas compostas de longas e estreitas penas, tiradas de um pássaro chamado sacavoni viuva, que apenas se encontra nas montanhas; às vezes acrescentam penas de outros pássaros (magalu, mafucuana); uma destas plumas é posta ao centro, com as outras uma de cada lado, sendo tôdas três fixas a um elmete cónico ou pequeno capacete (chintlontlo) ornado de plumas de avestruz. Este elmete é disposto numa espécie de touca de outra pele, que seguram por uma espécie de francalete. Esta moda de ornamentação da cabeça torna-a como que duas vezes do seu tamanho natural e dá-lhe ainda um aspecto mais feroz, sendo adornada com espinhos de porco-espinho.

Em volta do pescoço uma coleira de tiras de pele de vitela preta, entrançadas (tincocho). Ornamentava os seus biceps com braçais de pelos brancos de boi, cuidadosamente obtidos da cauda, sendo as barrigas das pernas enfeitadas de ligas de

similar feição:

O cinto em volta dos rins era muito rico, confeccionado com a bonita pele do gato bravo (nsimba) com as suas finas listras amarelas, pendentes na frente até meio das côxas e com peles de antílopes (madjobo ya nhlengane). Finalmente, para completar a aparência do animal feroz, as barrigas das pernas e os artelhos estavam enfeitados com braceletes feitos de grandes sementes pretas que veem do Norte (timbavu), sendo cada semente como que uma grande ginja. A grossura das pernas é assim aumentada consideràvelmente, dando-nos a ideia das de um paquiderme; quando ele saltava pesadamente ou calcava o chão com os pés, soava como o trilhar de um elefante.

É este um dos costumes de guerra, e o guerreiro transporta uma espécie de almofaça óssea feita de uma costela de boi, de forma aguçada, com que costuma raspar o suor da cara e do corpo, ao fazer violentos exercícios para entregar-se a danças descritivas

das suas façanhas! Tal é o lenço de assoar indigena.

Os vários componentes da vestidura guerreira são guardados em uma palhota elevada em cima de paus, perto da que serve de domicílio, sendo cuidadosamente tratados, frequentemente limpos e expostos ao sol para serem preservados das traças e gorgulhos. Um uniforme completo é avaliado em várias libras esterlinas!

 $(\text{\'e}A\ \text{Vida}\ \text{de}\ \text{uma}\ \text{Tribu}\ \text{Sul}\ \text{Africana"},\ \text{por}\ \text{Henri}\ A.\ \text{Junod}).$

o rei dos «matabeles» e o canhão-revolver

...O Lobengula desejoso de conversar sem aquele cerimonial com o lenente português, terminou a recepção e marcou o dia seguinte à mesma hora para nova audiência.

O poderoso rei saíu da sala acompanhado pela côrte e dirigiu-se à porta do palácio, na intenção de mostrar ao tenente al-

gumas evoluções do exército.

Porém apenas chegou à porta e viu o canhão-revolver Kotchiss pediu logo a Alberto Carlos que lhe explicasse para que

servia aquilo!

O tenente disse-lhe que aquela pequena peça matava a quatro quilómetros uma enfiada de homens, e que com os seus trinta e dois tiros podia num minuto destruir um batalhão em coluna cerrada. O Lobengula quis ver o efeito de tão prodigioso invento, e já estava pronto a mandar uns trinta prisioneiros de guerra para servirem de alvo,

O tenente teve grande dificuldade em o dissuadir de tal propósito, e conseguir dêle que mandasse colocar na encosta do monte fronteiro alguns bois, para a experiência. O rei deu ordem para serem amarrados dez bois às arvores que estavam no sítio

indicado.

Para entreter o Lobengula, Alberto Carlos mostrou-lhe um

magnifico revolver Francotte e foi colocar um pequeno alvo de papel a duzentos metros, e fêz dois tiros. O Lobengula e a côrte foram a correr analizar os efeitos das balas!

Não acreditavam que uma espingarda tão pequena, como êles

diziam, puzesse uma bala tão longe.

Ficaram maravilhados quando viram a árvore furada pelas

balast

À distância de uns trinta metros pastavam alguns carneiros, o rei pediu ao tenente que atirasse sôbre êles. Alberto Carlos apontou a um que estava de frente, a bala acertou-lhe no meio da testa!!

O carneiro caíu morto.

O espanto dos indígenas foi grande.

O Lobengula também quis atirar.

O tenente explicou-lhe como havia de fazer a pontaria, e o rei depois de fazer alguns tiros, conseguiu dar no alvo. A êste progresso de atirador o monarca riu muito, e a sua côrte riu também!

O Lobengula por muito bonitas maneiras mostrou desejos de

possuir uma arma daquelas.

O tenente que não queria por forma alguma perder ocasião de agradar ao monarca africano, disse-lhe que lhe fazia presente dum outro revolver mais bonito do que aquele, e mandou buscar um pequeno revólver niquelado de fabrico espanhol, e ofereceu-o ao rei dizendo-lhe ser aquele de muito maior valor.

O Lobengula quis logo experimentá-lo, e ficou muito contente,

por ver que furava uma tábua a quarenta passos.

Entretanto os bois estavam amarrados no sítio determinado. O tenente mandou carregar o canhão revólver Kotchiss com balas explosivas.

Fez uma rigorosa pontaria.

Graduou o binóculo de campanha e disse ao Lobengula que olhasse por ali.

O pobre do rei ia de maravilha em maravilha!

Quando viu os bois tão perto de si pelo efeito das lentes tirou depressa o binóculo dos olhos e virou-o e revirou-o de todos os

Percebendo porém o engano, riu muito, no que tambem foi

acompanhado pela côrte.

Era certo, que quando ria, riam-se todos mesmo sem saber

de quê! —Isto também por cá sucede com muito boas pessoas. — O tenente Alberto Carlos pediu atenção, deu à manivela do canhão revólver, e os bois iam a um e um caindo fulminados!

Pouco faltou para que os pretos e o rei se não ajoelhassem diante de tão poderoso branco, que só êle era capaz de matar todo

o povo Matebele se lhe dessem tempo!

O rei determinou que naquela noite houvesse um grande batuque no acampamento dos brancos, em honra dêles.

Os bois mortos pelo tenente deviam ser ali assados e comidos.

O *prombé e a capata* entrariam na função com uma magnificência verdadeiramente rial.

O Lobengula presidiria àquele festim selvagem...

(«Portugueses e ingleses em Africa», por A. E. Vitória Pereira).

A troca de sangue

... Ia principiar o festim!

As musicas romperam num charivari de ensurdecer: os vorazes *gubulavaios* disputavam entre si a fumegante carne dos bois.

A capata e o pombe corriam à vontade por aquelas guelas resseguidas.

O rei, a côrte, a expedição e até o próprio tenente, tomaram

parte no banquete.

Alberto Carlos entendeu dever não ficar atràs em bizarria ao seu rial hospedeiro.

Mandou buscar uma dúzia de ancoretas de fina aguardente de cana, e êle mesmo pela sua mão as ofereceu ao Lobengula.

O poderoso monarca nunca tinha saboreado bebida tão bôa! Os trinta e dois graus de aguardente eram o *melhor sabôr* para o seu rial paladar.

À côrte foi permitido provar do precioso nèctar! A boa ordem ia-se perdendo pouco a pouco.

A troca de sangue entre o monarca Matobele e o enviado do rei de Portugal devia efectuar-se naquela noite. O cirurgião aproximou-se então; fêz horrorosas caretas, deu muitos saltos, e por fim abriu uma pequena incisão no braço de Alberto Carlos e outra no Lobengula, procedendo à vacinação mútua!

Estava a troca do sangue realizada!

O rei fez um gesto com a mão; o seu tambor de ordens rufou. Silencio profundo se restabeleceu como por encanto.

la falar o monarca.

— Ouvi, disse ele, dêste momento em diante o tenente Alberto Carlos enviado pelo meu parente e poderoso rei de Portugal, é considerado meu irmão; se algum de vós atentar contra a sua pessoa, contra a vida de qualquer dos homens da expedição portuguesa, ou contra as suas fazendas, ser-lhe-hà cortada a cabeça pelo meu executor mór; o seu corpo deitado ás féras; as suas mulheres e os seus filhos vendidos e açoitados publicamente, e os seus bens passarão para a coroa.»

Os olhos do Lobengula injectaram-se de sangue, as pupilas dilataram-se e as feições transtornaram-se-lhe completamente. Não parecia o mesmo homem, lhano, prasenteiro e alegre, que há pouco

tinha chegado cheio de magestade e nobreza.

Onde diz e sua autoridade foi percursora (linha 23), let e a sua autoridade foi precursora,

* êsse símbolo da região (linha 25), ler êsse simbolo da religião.
 * vicam às suprestições (linha 29), ler viçam as superstições.

ratecia o demonio exterminador do povo africano!

Os seus fieis subditos rojaram-se pelo chão parecendo sentirem os efeitos das palavras do rei, e num côro unisono disseram humildemente: ngeté, ngeté, ngeté, aió, aió, o que quer dizer: sim, sim, sim.

Depois disto o banquete terminou.

(«Portugueses e Ingleses em África» por A. E. Vitória Pereíra).

O cristianismo em África

...O catolicismo já dispôs de tôda a Africa portuguesa durante séculos, quando também dispunha de heróis e mártires para o apostolado, quando a espada servia de haste á cruz, quando eram de oiro as conchas dos baptizados, quando se exterminavam povos para lhes salvar as almas, quando os mosteiros eram paços tendo reinos por cêrcas; e, todavia, da sua propaganda e da sua tutela, servidas pelo poder civil de joelhos, impostas pelas armas quando não logravam fazer-se aceitar pela palavra, ajudadas por todas as fascinações da riqueza, desafrontadas de competições e contrariedades pelo previlégio, só ficaram ruinas pomposas nos sertões, e nas crónicas memórias elegíacas dos sacrifícios estéreis ou triunfos efémeros! Notável circustância! As ordens religiosas prestaram em África serviços que não se podiam exigir do seu carácter, e não aqueles de que faziam voto. Ensinaram coisas novas e muitas sciências, revelaram descobrimentos à geografia, deram valiosos socorros à política, abriram mercados ao comércio, denunciaram à cubiça humana tesouros ocultos, e sua autoridade foi percursora da autoridade civil em muitas regiões reconditas, mas não deixaram arvorada a cruz senão onde a fôrça ficou de guarda a êsse simbolo da região e do amor, não entranharam nos espíritos, nos sentimentos, nos costumes dos povos um germen ou uma recordação do cristianismo. Dos milhões de indígenas que baptizaram, não se gerou um só cristão! Á sombra de magestosos escombros de templos e conventos viçam as suprestições mais ignaras, alastram-se os usos depravados e ferozes, reproduzem-se todas as ervas venenosas da barberie, como se o chão nunca houvesse sido limpo e arroteado por semeadores cristãos...

(«Moçambique» (Relatório), por António Enes).

o «baneane»

...Quási toda a costa oriental da África é, com efeito, campo de exploração de uma infinidade de índios, maometanos ou gentios, ingleses ou portugueses, que o víajante começa a encontrar em Adem, empilhados no convés dos paquetes entre pandeiros de

cabos e capoeiras de creação, alimentando-se durante toda a viagem com um farnel de arroz cosido com drogas picantes.

A loja do baneane é, por via de regra, uma baiúca, que êle também habita, com os caixeiros e na companhia de quantos peçonhentos réptis geram o calor e a ímundicie, réptis que o dono da casa não mata por devoção, e quando muito põe delicadamente fora da porta para que busquem hospedagem noutra parte. Os empregados ganham caril e pouco mais. Os pangaios descosidos, que lhes transportam o grosso das mercadorias, contentam-se com fretes de que desdenharia um catraio cacilheiro. A alfândega não distingue raças nem religiões, é certo; mas o filho da arguciosa Índia sabe mil manhas para a enganar, e jurará por toda a população do ceu industânico que as suas sêdas valem menos do que o canhamaço.

Para ganhar e não para gastar, é que se expatriaram; recheado o mealheiro, os mais dêles trespassam o negócio ou entregam-no a um agente, embrulham a mobilia numa esteira e abalam para a Índia, tambem estiraçados sôbre os escotilhões de mistura com os macacos e comendo talvez os restos do arroz com que vinte anos antes emígraram da pátria da fome.

Hão de objectar-me que também o índio emigra só com a roupa que mal lhe cobre o corpo, e todavia enriquece. Sim, mas é índio. Tem muitas utilidades e pouquíssimas necessidades. O europeu que tentasse começar vida como êles só começaria a morte as mais das vezes.

O asiástico mete-se ao sertão com alguns fardos de fazenda, que o patrão lhe confiou ou que êle alcançou a crédito; jornadeia a pé, dorme ao sereno, come o que o mato lhe oferece ou o que sobeja ao negro, estabelece-se numa palhota que o sol abraza e as humidades repassam, rondado pela quizumba, envenenado pelos pântanos visinhos, cercado por semi-selvagens, que não raro o roubam e matam. ¿ Quantos europeus podem sujeitar-se a êste regimen? O comerciante português, por exemplo, que resolvesse patrióticamente empregar patrícios nas explorações sertanejas, teria de dar aos caixeiros machila, carregadores, lataria, um fardo de quinino, vinho para o jantar e para o almôço e uma libra por dia; e apesar dêstes regalos e prémios veria muitos dêles voltarem roubados e corridos pelos negros, ou declarando esmorecidos que não podiam passar sem... pão abiscoitado! Porque ainda que nada mais lhes faltasse, faltar-lhes-iam noventa e nove vezes em cem, a paciente tenacidade do índio, a mansidão com que atura afrontas dos indígenas, a ductilidade com que se lhes amolda aos costumes, a sagacidade com que se lhes insinúa no ânimo, as gírias com que o explora sem o afugentar, com que o rouba deixando-o contente.

Só o asiático tem tôdas estas prendas, e foi êle quem abriu e



Hermenegildo Capelo



quem conserva abertos os mercados do interior ao comércio, que

não pode prescindir dêsse servico.

Em África o comércio não pode límitar-se a satisfazer necessidades criadas; tem de as criar para progredir. Não lhe basta abrir a loja, encostar-se ao balcão e esperar pelos freguezes; hà de ir procurá-los...

(«Moçambique» (Relatório), por António Enes).

Os ingleses em Lourenço Marques

(Ano de 1826)

... Não deverá esquecer o relatar o procedimento que há coisa de três para quatro anos ali tiveram alguns navios ingleses. que, já acostumados a ir fazer contrabando com os negros do interior, o realizam por não haver forças que o embarassem, cifrando-se estas em protestos de parte a parte. Estes ingleses fizeram uma feitoría em terra de parte oposta, guarneceram-na com artilharia e içaram a bandeira inglesa nela, isto da parte do sul da baía. O governador que então era Miguel Lupi, ardente de génio, intentou por boas rasões, e depois por fôrça, expulsá-los por varias vezes, o que nunca pôde. Até que de uma vez, por avisos que teve, assaltou a dita feitoria, tirou a bandeira e encravou e desmontou as peças, o que não obstante isto assim mesmo ali ficaram, ora em terra, ora no mar, até que receberam ordem do seu Govêrno para se retirarem. A primeira vista, parece—como é na essência — insulto contra a nação e até roubo formal, o irem-se apossar das nossas possessões. Mas não era tal em rigor, mas sim o resultado da ignorância de alguns deputados das extintas e famigeradas côrtes passadas, que até nem sabiam a geografia da sua nação. Pois no título II do artigo 20.º, § 3.º, declarando as possessões portuguesas na costa da África oriental, as principiaram em Cabo Delgado, ao N. em 10º de latitude meridional, acabando em Inhambane ao S. que fica em 24º de latitude meridional e se esqueceram, ou por ignorância, ou então por fim sinistro, da baía de Lourenço Marques, que fica em 26º 51' de latitude meridional, e do Cabo das Correntes, que é o cabo desta baía da parte do N. E., portanto, diziam os ingleses, podêmo-nos apossar dêstes territórios, pois não pertencem a Portugal...

(«Memória sôbre a Província de Moçambique» (1826) por Vasconcelos e Cirne).

O Vátua e o mar

...Em Abril, pois, o África largou de Moçambique para Lisboa, pelo Cabo da Boa Esperança; mas ao quinto dia de viagem, pela tarde, eis que uma furiosa tempestade se desencadeia repen-

tinamente, nas alturas do Natal, ameaçando subverter o transporte. Acossados por um vento medonho, as vagas pareciam montanhas movediças, cujos flancos, entrechocando-se, faziam um estampido horroroso. Teve o Africa de se meter de capa, e de se conservar assim até de madrugada, batido impetuosamente pela borrasca, hora a hora mais temerosa; mas quando o mar entrou de invadir o navio por tôda a parte, espumante, em grandes cachões, partindo e levando tudo, a ideia de um naufrágio eminente chegou a impôr-se aos mais animosos. A guarnição, só amarrada e segura a cabos de vai-vem, podia prosseguir na manobra; e a noite, de uma lúgubre e profunda escuridão, rasgada pelo raio a cada momento, era convulsionada, pelo estampido simultâneo de mil trovões.

Que ia ser do Africa? O navio varrído pelas ondas de todas as bandas, já se não aguentava, e era preciso, absolutamente, des-

fazer a capa e correr com o mar...

Difícil e perigosa manobra era essa, que podia, num momento, submergir o navio; mas a serenidade e a coragem dos oficiais de guarnição, sob o comando dêsse valente e honrado marinheiro que é Carlos Costa, hoje contra-almirante, conseguiram realizá-la destemidamente, e, depois de a realizar, aguentá-la. Foi heróico!

Durou três dias a tormenta, durou três seculos êsse combate; e ao fim deles, o transporte, que correra com a borrasca de dia e de noite, aos baldões, em vez de avançar, retrogradara: desmantelado, mal ferido, com uma tripulação exausta de cançasso, de novo, por milagre, arribava a Moçambique, donde havia saído dez dias antes.

E os vátuas? Como se tinham êles portado em semelhante

angústia.

Os vátuas, coitados, metiam dó, dizia-nos uma vez José de Almeida. — Eu que me conservara sempre de pé, falava-lhes com firmeza, procurava incutir-lhes coragem, aparentando, por lhes dar o exemplo, a maior indiferença; mas os pobres diabos, prostrados, tremiam cheios de pavor, porque nunca haviam sonhado tal situação! O vátua tem o horror instintivo do oceâno, um horror surpersticioso, e não era necessário, por certo, a grandeza tragica de semelhante espectáculo, para reduzir aqueles dois, pelo assombro, quási á inacção! Pareciam dois trapos, dois rodilhos, pareciam fulminados! O mar, êsse mar imenso e para êles desconhecido, ao mesmo tempo alteroso e cavado de abismos, ululante e feroz, adiquilava-os! Ao bater das vagas nas amuras, e ao silbilar do vento nas enxárcias, êles que só conheciam as vozes rumorejantes do sertão, tomados de horror tapavam os ouvidos, como se escutassem o desabar do mundo! Era medonho! E em certas intermitências do temporal, cravando os olhos em mim, nos oficiais e marujos da tripulação, — nos brancos, em suma, — advinhava-se que tanto como a tempestade os espantava a nossa coragem dando-lhes dêles mesmos, pelo contraste, uma tam viva impresão de miséria, e uma impressão tam deprimente de pequenez, que inspirava, ao mesmo tempo, o riso e a compaixão!

Mais tarde, no mato, referindo todas as circunstâncias dessa tragèdia, não se cançavam, os dois, de engrandecer a nossa valentia: e afirmando que os portugueses, quanto a bravura e intrepidez deante do perigo, não eram homens iguais aos outros, comparavam-nos a Machabisuio, — isto é, ao próprio Deus. Ao arribarem a Moçambique, já refeitos do pânico que os ia matando, como que tinham, um e outro, a visão de uma vida nova, — e êles mesmos, afirmando que «sua mãe os havia dado á luz segunda vez», resumiam nessa frase expressiva, melhor do que o fariam as nossas palavras, a alegria dé voltarem á vida. Supunham-se renascidos!

(«Desoito anos em África»).

O batuque

... Apenas os mossenzes—cafres fôrros que habitam nas terras da corôa — avistaram o meu balão, romperam a sua música, composta de mais de vinte tambores distríbuidos em diversas orquestras, tocando-os á maneira de timbales. Esta horrenda e enfadonha trovoada, acompanhada de salvas, de horrísonos gritos e palmadas de uma multidão de cafres de todos os sexos e idades, representava a ruina do universo.

Quatro turbas de velhas e de alguns cafres estavam dispostos para darem princípio à dansa, a que são muito inclinados e sempre estão prontos, porque não perdem o tempo em adornar-se. Ela consistiu em diferentes movimentos desordenados, convulsos e extremamente nervosos, acompanhados de carantonhas e saltos,

que em certo modos desafiam os dos dançarinos.

Eu estou persuadido que se os cafres tivessem mestres e lhes introduzissem os gostos e as maneiras dos cabritos, se poderiam formar dêles, com pouca despeza, algumas companhias, que fariam

aos romanos perder o crédito que teem de saltadores.

Muito atraiu minha atenção uma velha, a qual com o neto ás costas,—não quero adiantar-me a dizer bisneto—e seguro por um pano que ela trazia cingido ao corpo, desde os peitos até lhe cobrir as partes pudendas, dava saltos como se estivesse desembaraçada daquela carga e estivesse na flôr da sua idade. O neto que teria um ano, acompanhava a folia com o riso, único mas verdadeiro e sincero sinal de alegria que a natureza concede aos homens nesta tenra idade.

Um ramo, uma palha, um pau, lança, flexa e outra qualquer bagatela serve de meio termo para a dansa; e devo crêr que êles manejam estas coisas com muita destreza, arte e galanteria, pois atraíam a atenção dos espectadores, que com repetidas palmadas e vivas os aplaudiam e davam a conhecer a sua alegria e satisfa-

ção de espanto...

(«Diário da Viagem de Moçambique para os Rios de Sena» por Dr. F. José de Lacerda e Almeida).

Colonisação

mais ou menos, vagueiam jovens de ambos os sexos, perfeitamente vadios, sem aplicação nem domicílio, cobertos de andrajos, dormindo pelos fornos, arcadas, etc.... Êstes infelizes, então membros úteis da sociedade, depois enervando-se no vício e prostituição tornam-se corruptos, e por fim nocivos pelos crimes. Enquanto estão no primeiro caso, conviria muito que a todas as autoridades administrativas fôsse incumbido fazê-los clausurar, e depositar em edifícios próprios, onde recebam os rudimentos duma educação própria e análoga para serem depois remetidos para as Colónias onde devem ser acabados de educar, e distribuidos pelos mistéres para que mostrarem mais aptidão, mas havendo o maior cuidado em conservar-lhes a disciplina até que tenham adquirido o hábito do trabalho e regularidade da vida.

Assás de familias há que, encerradas em infectas habitações, com falta de vestuário, dormindo sôbre palhas, não tendo por alimento senão lágrimas, e, numa palavra, cobertos de miséria, dando em resultado a prostituição, e o pejamento noturno das ruas, mendigando o sustento e não pouco perpetrando crimes, a qué se

obriga a miséria.

É desta gente que com mais economia e proveito se deve engajar, porque, melhorando de sorte, tornam-se membros úteis na sociedade sôbre que estavam pesando, e desta forma vão-se povoando as Colónias sem tirar os braços úteis à mãe-pátria. Com tais providências deve observar-se com o maior rigor a proíbição do tráfico da escravatura, como o mais nocivo de todos os males para as colónias africanas porque lhes tira e afugenta a população e os braços...

(«Memória àcêrca das Colónias Portuguesas» — 1830 — por Pedroso Gamito).

Os maus govêrnos

...É notavel que desta data em diante até quási aos nossos dias, todos os governadores de Moçambique peçam com instância a sua demissão, logo depois do primeiro ano de posse, repetindo o pedido em todas as monções, com queixas das doenças que sofriam, e privações a que os sugeitava a escassez do ordenado, acrescentando mesmo alguns, que não podiam deixar de ser ladrões com tão mesquinho sôldo, em terra de tanta carestia; mas quando lá morriam deixavam grossos cabedais, e se escapavam recolhiam abastados ao reino, segundo a denúncia com que cada um dêles mimoseia os seus antecessores, ao passo que exalta até às nuvens a própria limpeza de mãos!

A imoralidade que reinava em todas as nossas colónias não

atingiu em nenhuma delas tão alto grau como em Moçambique: dí-lo um governador do capitanía nos fins do século passado.

Por morte do primeiro secretário do govêrno, em 1766, participa para a côrte o capitão general, que não nomeára outro secretário, por não encontrar em Moçambique um homem de honra e verdade (formalia verba!). (1)

E informa a respeito do então governador de Sena, Marcos António de Azevedo Coutinho, em consciência, que arruinará de todo aquela conquista se continuar à testa da sua administração.

Vê-se ao mesmo tempo remeter preso para Lisboa um empregado de Fazenda, processado por mil crimes; sequestrados os bens de um secretário interino do govêrno, acusado de roubo, peita e concussão; concertada a residência dos governadores e mobilada, por oferta voluntária! segundo diz o capitão general; reduzida á miséria a importante feira e vila do Zumbo, pelas sedições e intrigas dos frades domínicos; a fortaleza de Manica, a áurea, desmoronando-se; uma tal confusão na feitoría de Sena, que se declarava impossível apresentar o tombo das terras da corôa naquele distrito; um ouvidor-geral, tirano, feroz e ladrão, fugindo como um degredado, depois de haver falsificado um testamento; e mil outros casos de desordem e devassidão!...

(«Ensaios sôbre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar», por F. M. Bordalo).

Moçambique

Esquecemos as riquezas da África Oriental pelo solo menos doentio e mais visinho de Portugal, que constitui hoje o vasto império brazileíro; mas visto que êste se separou para sempre do nosso domínio, é justo que volvamos de novo os olhos para aque-

las partes que abandonámos com imerecido desprêso.

Quatro mil léguas quadradas, ou mais, de fertilíssimos terrenos, que contém em si a Província de Moçambique, pódem indemnisar nos em grande parte da perda do Brazil. É preciso atar o fio do comércio africano que quebrámos com a colonisação da América Portuguesa, e olvidar os regalos do novo mundo pelos produtivos trabalhos no velho continente. Aqui há os braços que além escasseiam; os campos de Sofala e da Zambézia dão todos os productos da Terra de Santa Cruz; únicamente carecemos de vontade firme, para erguer no canal de Moçambique um empório semelhante ao que levantámos na costa americana, entre o Amazonas e o Prata.

«A África só póde prosperar pela influência de uma grande colónia europeia.» É esta a opinião de todos os homens que têem

meditado sobre o assunto.

(«Ensaios sôbre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar» por F. M. Bordalo).

⁽¹⁾ Oficio, ou como então se chamava, carta, do capitão general de Moçambique, de 16 de Agosto de 1766 (Arquivo do Ultramar).

As "feiticeiras"

... Tendo eu notícia destas feiticeiras, e de como alguns cristãos jam de noite secretamente consultá-las com tanto perigo de suas almas, fiz com o capitão de Tete (que então era Pero Frz. de Chaves) que as mandasse prender, castigar, e desterrar dêste lugar, por não infeccionarem com suas artes diabólicas os moradores da terra. O que êle logo fêz, mandando ao seu meirinho, que fôsse em buscas delas e que as trouxesse presas. O que o meirinho fêz com muita diligência, trazendo-as com seus cabaços a casa do capitão. Ao outro dia pela manhã, mandou-me o capitão recado, que tinha as feiticeiras em casa, que me chegasse para là, se as queria ver e consultariamos o castigo, que lhe daria. Fui eu logo ter com o dito capitão, em cuja companhia estavam já seis ou sete portugueses, que êle tinha chamado para o mesmoefeito. Estando nós assim todos juntos, mandou o capitão ás feiticeiras, que falassem com seus cabaços, como costumavam e chamassem seus diabos, que lhes viessem falar, porque estávamos nós todos presentes, e queriamos vêr suas artes e maravilhas. A feiticeira mais velha, e mais sagaz, estava muito triste, e disse, que o seu diabo estava muito longe dali, ocupado em outra coisa melhor, e que o não podia por então chamar; mas a outra feiticeira mais môça, e menos acautelada que a velha, disse que ela chamaria o seu e falaria com êle. Nós todos alvoracados para ver esta farça, tomou ela o cabaço e pô-lo sôbre uma mesa, que para issofoi posta no meio da casa, e começou de lhe falar muitos amores, provocando ao diabo, que viesse e não se detivesse, porque lheemportava sua honra e crédito; e dali a pouco fingiu que já viera, e estava metido no cabaço, e pôs-se a falar com êle da maneira que acima tenho dito. E todos quanto estávamos, tínhamos para nós, que de dentro lhe respondia outra voz; mas tornando-nos a certificar, vimos, que se formava esta voz dentro do nariz da feiticeira, e dando-lhe um dos circunstantes nele uma pancada, caiulhe de de dentro um dos carocos furados. E logo vimos o engano de que usava; pelo que lhe buscaram logo a outra venta, donde Ihe tiraram outro caroco semelhante, ficando ela muito turvada e confusa, por lhe descobrirem seus enganos. E logo lhe fizeram o cabaço em pedaços; do qual cairam os dentes, cinzas, retalhos e tudo o mais, que acima tenho dito. E também quebrámos o outro cabaço da feiticeira velha, onde estavam as mesmas coisas. O capitão as mandou açoitar publicamente, e as degradou para sempre fora das terras de Tete. Contei esta história, para que se veja quam bàrbaros são êstes cafres, e quam amigos de feitiçarias, porque ainda aqueles, que não são feiticeiros, fingem que o são, para serem mais temidos e estimados...

(«Etiópia Oriental»—1609-por Fr. João dos Santos).

A civilisação africana

cruel, dos godos que primeiro se lançaram na África, onde praticaram a mais cruel devastação. Poucos factos semelhantes têm sucedido na moderna África, a-pesar das numerosas invasões de umas populações negras no território das outras. Também aqui se tem levantado impérios e tem caido outros ao sôpro devastador da guerra; outros se tem desfeito pelas lutas intestinas. As guerras entre pequenos chefes são frequentes; mas a crueldade implacável, a não ser promovida pela superstição, é uma excepção. Os sentimentos brandos dominam quasi sempre.

Os povos primitivos da Europa eram antropófagos. Strabão e Plinio afirmam que os germanos e os celtas o eram: e Cesar conta que no seu tempo os vasconços praticavam a antropofagia. Este atrós costume tende a desaparecer, desde que os negros estão em contacto com a civilízação; e, como dizem muitos viajantes, todas as povoações procuram ocultar êsse crime. Se o praticam, é clan-

destinamente.

Por toda a parte as armas de guerra e de caça e os instrumentos de trabalho de metal, se vão substituindo ás armas e instrumentos de pedra. A transformação será, em poucos anos, completa; e as consequências tornar-se-hão bem evidentes, como sempre tem sucedido.

O culto dos mortos — quando não acompanhado de superstições grosseiras — é uma prova de elevação moral dos que a praticam: é um primeiro passo para a civilização, quando as superstições vão perdêndo o seu carácter cruel, e vão procurando elevar-se em busca do que é espiritual e puro. Abundam ainda as superstições grosseiras em muitas partes da África; mas, se compararmos o que sucede hoje com o que escrevem os padres Cavazzi, Fernão Guerreiro e João dos Santos, poderemos reconhecer os consideráveis progressos que tem feito a civilização africana, e a parte que nela tomaram os portugueses.

(Estudos sobre as Províncias Ultramarinas» — 1885 por Joãô de Andrade Corvo).

A Índia e a Zambézia

... A India corrompeu-nos, todos o sabem, dissolvendo-nos o carácter, tornando-nos gastadores, faustosos, venais e devassos; as riquezas ali grangeadas serviram para fazer fortunas e crear nobreza em Portugal; mas na Zambéria a influência do meio produziu, a par de uma corrupção moral talvez igual, outros diferentes e curiosos resultados.

Na India, gosadas as delícias da terra, esgotada a soma de prazeres que ela podia fornecer, pensava-se em regressar ao reino,

rico, para poder sustentar em Portugal a tendência ao fausto e grandeza que a Índia acordara e desenvolvera. Ficar na Índia? Para quê? Se qualquer rei indigena ostentava sobre si a riqueza de dez fidalgos, e os naturais eram declaradamente adversos e os perigos muitos... O tráfico dos riquissimos produtos do Oriente enriquecia depressa os que a êle se entregavam, que eram todos, e as habituais extorsões completavam o grosso pecúlio.

(«Questões Coloniais» por Ernesto de Vilhena).

Um animal curioso

... Tanto que passamos o rio de Tentanculo, indo caminhando pelas praias ao longo do mar Oceano—terras de Manamotapa—achamos um animal morto, com muitas feridas de frechas e azagaias; o qual tinham morto o dia dantes os cafres daquela terra, andando pescando na entrada do rio em uns baixos, que estão ao longo da praia, onde diziam que viera ter o animal, como desatinado, e ali nos baixos se embaraçara de modo, que em vez de nadar para o mar, foi varando para terra, onde o mataram, estando meio em sêco.

Êste animal era coberto de cabelo cinzento pelas costas, e branco pela barriga, como cabelo de boi, mas muito mais áspero; a cabeça e bôca eram como de tigre, com grandíssimos dentes: tinha bigodes brancos de comprimento de um palmo e tão grossos, como sedas, que cosem os sapateiros. Teria mais de dez palmos de comprido; era mais grosso que um grosso homem. Tinha um rabo de um palmo, muito grosso, e orelhas de cão, braços de homem pelado sem cabelo algum, e nos cotovelos umas barbatanas grandes como de peixe. Tinha junto ao rabo dois pés curtos, espalmados como pés de mono grande, e não tinha pernas. Tinha cinco dedos em cada pé e mão, cobertos com uma pele, ao modo de pé de pato; mas depois de esfolada aquela pele, ficaram-lhe os dedos soltos de um grande palmo cada um. No meio dos dedos dos pés sómente da banda das costas, tinha unhas brancas muito grandes, e agudas, como unhas de tigre. Tinha junto do rabo sinal de macho; tripas, bofes e figados eram como são as do porco.

Êste animal mandámos esfolar pelos nossos escravos, que levávamos comnosco, naquela mesma praia, onde o achámos morto, e tinha a pele tão grossa e mais que a dum boi. Estando nós nisto, vieram alguns cafres da terra ter comnosco; aos quais mandámos preguntar pelo *língua* qual era a causa porque não comiam da carne daquele animal, pois era tão vermelha e tão gorda, comendo êles cobras, lagartos, ratos, e todo o mais género de carne que achavam. Ao que êles responderam, que não tinham visto tal besta como aquela, nem na terra nem no mar, e que tinham para si que aquilo era filho do diabo, porque quando o mataram dava tão grandes roncos, que a todos assombrou, e foram

ouvidos dentro do seu logar — que estaria dali meia légua — e por essa razão haviam medo de comerem dela. Mas como viram que os nossos escravos lhe tomaram a fressura, e fizeram uma grande espetada em pau, e a assaram, e comeram, saltaram todos no animal, e em pedaços o levaram para comerem, e nem o coiro lhe deixaram!...

(«Etiópia Oriental», 1609, por Frei João dos Santos).

A introdução da Memória Estatistica

Nos amenos, e aprasíveis climas da Europa, aonde verdeiam os campos, florescem os prados, as árvores dão saudáveis e frescas sombras, e tôda a terra se veste de rosas, lírios, e boninas; aonde hà tratos de varões doutos, e tudo convida agricultar o comércio das artes e das sciências, fácil é grangear cabedal de conhecimentos estatísticos, é gostosa tarefa reduzi-los a bom sistema; porém é tudo pelo contrário nos agrestes e ardentes climas da África Oriental, aonde para os adquirir, é necessário entrar a braços e como em desafio com os maiores riscos e precipícios, atravessando rios despenhados e furiosos, penedias alcantiladas, serras fragosíssimas, sertões despovoados, brenhas temerosas, váles profundíssimos, praias desabridas, aonde até na fôrça do verão hà tempestades de crudelíssimo inverno; respirando ares doentios, arrostando muitos e mui diversos trabalhos e perigos de vida; a braveza das feras, as ciladas nos montes, as traições de tanta variedade de selvagens, para que nenhum remédio hà nem da arte, nem da natureza.

Daqui vem haver-se na Europa cultivado, e aperfeiçoado tanto o estudo da sciência estatística que não hà aí nação policiada, por pequena que seja, que não tenha à mão o inventário de tôdas as suas riquezas, e não sabe quais, e quantas sejam, e que partido possa tirar delas. Daqui vem escreverem os geógrafos tão estendidamente no que toca a esta parte do mundo, e ainda da Ásia, e da America, e serem muito minguados no que respeita à África Oriental, remetendo-se nesta parte aos escritores portugueses.

Mas nisto mesmo sobeja razão temos de nos queixar de nossos escritores naturais. Com se engolfarem no júbilo de eternizarem o nome português, levando á posteridade a fama de nossas descobertas e heróícos triunfos, espraiam-se largamente em narrar nossos feitos de armas em todo o Oriente, engrandecendo os primores e gentilezas delas. Não ha terra conquistada, fortaleza rendida, rei avassalado e tributário que nossas histórias não refiram. As guerras, os trabalhos, as batalhas, os arraiais, os exércitos, o nome dos capitães, o número da soldadesca, seu valor, seus reis, suas façanhas, tudo aí anda escrito e particularizado grandemente, em tudo o mais passaram por alto nossos historiadores, não fazendo matéria de nenhum outro assunto para o escreverem. Caíram todos nêste êrro, e deixaram-nos ás escuras, só com a vanglória de nos chamarmos donos, sem saber de quê; tão estranhos em nossa própria casa, como se vivessemos em morada alheia.

Adquirimos com a descoberta do Cabo da Bôa Esperança, e passagem para as regiões orientais, não só nome e fama de bons pilotos, e valentes guerreiros, senão, que estabelecemos nova época no mundo, mudando por esta via o comércio, os usos, a industria, e o govêrno de todos os povos. Desde esta época todos os homens trocaram mutuamente opiniões, leis, costumes, enfermidades, remédios, virtudes, e vícios. Desde esta época, de pequenas que eram se tornaram poderosas algumas nações, e outras que eram

grandes, consideràvelmente se enfraqueceram.

Contando do Cabo da Bôa-Esperança até ás portas do Japão houveram os portugueses quási um Senhorio absoluto. Nenhum soberano naquelas partes alcançava aliança com os Reis de Portugal sem lhes jurar vassalagem, sem lhes permitir a fundação de uma fortaleza na capital de seus estados, e a taxar o preço das mercadorias a arbítrio dos compradores portugueses. Nenhum mercador estrangeiro carregava seus navios primeiro que êles, e ninguém navegava nos mares orientais sem seu consentimento, e passaporte. Bastava pouca do nossa soldadesca para derrotar exércitos numerosos, em tôda a parte a encontravam os inimigos e em tôda a parte ficavam por ela desbaratados.

Maravilha-se a Europa com o numero de nossas vitórias e conquistas! ¿ Que nação tão pequena fêz até agora tamanhas cousas? Aos portugueses sobrava-lhes a valentia: e destemidos, aventuravam tudo com mesquinhas fôrças, e com elas amedrontavam o império de Marrocos, os barbaros da África, os Mamelucos, os Árabes, e todo o Oriente desde Ormuz até á China! ¿ Que homens eram os Portugueses daquele tempo? Que circunstância extraordinária os

fizeram um povo de heróis?

D'esta arte, desde a costa da Guiné até ao Mar Vermelho éramos temidos, e respeitados, Todos os portos nos estavam abertos, todos os Reis nos atraiam e festejavam, disputando entre si a qual dêles nos faria melhor hospedagem, daria maiores vantagens, concederia maiores privilégios e maiores franquezas: redondando tudo no mais rico e avultado comércio. Desta arte dominàvamos terras e mares, cousas e pessoas; as produções, o comércio, a navegação tudo era nosso; os mais preciosos objectos, com que depois se enriqueceram tantas nações, estavam concentrados em nossas mãos, e êste monopólio nos tornava árbitros absolutos do preço dos produtos, e manufacturas da Europa e da Ásia.

Com tanta glória, tesouros, e conquistas podiam os portugueses fundar um Império mais vasto e poderoso que o de nunhum dos imperadores do mundo; mas os vicios e a ignorância dalguns capitães, o abuso das riquezas, a distância da pátria, o fanatismo religioso, o despotismo político, erros de entendimento e alguns de vontade e reflexão considerada, converteram o valor em tirania, e fizeram desaparecer de todo a humanidade e a bôa fé. Todo o território dominado pelos portugueses transformou-se em um teatro

de perfídía e crueldades.

¿ A quem, senão aos portugueses cumpria tratar miudamente

de tôdas estas coisas que êles mesmos descobriram, ganharam, e possuiram? ¿ Quem de mais perto as viu e apalpou? ¿ Quem mais largamente podia, e devía escrevê-las e explicá-las? Mas foi grave o descuido, e grande a falta em que a êste respeito caíram. E que muito, se dados exclusivamente ás gentilezas de armas, os capitães só tratavam de praticar façanhas e os historiadores de escrevê-las e enfeitá-las.

> Memória Estatistica sobre os Dominios Portugueses na Africa Oriental, — 1825 — por Sebastião Xavier Botelho (1874).

O trigo e os portugueses

Temos provas numerosas de quanto os portugueses se empenharam em introduzír e cultivar nas novas possessões as plantas úteis suas conhecidas. Alguns factos bem notórios põem perfeitamente em evidência este empenho. Todos sabem, por exemplo, que o Infante D. Henrique logo depois do descobrimento da Madeira, se apressou a introduzir naquela llha as melhores castas de vides, e a rica cultura de cana de açucar, que ali prosperou de modo notavel, segundo relata João de Barros; e que mais tarde foi também empreendida com bons resultados na Ilha de S. Tomé, sendo para ali mandados mestres da Madeira, a fim de dirigirem

o fabrico.

Igual solicitude demonstra a seguinte passagem interessantíssima que encontramos na relação da viagem da Cadamosto: «Neste reino de Senegal, e dele para diante em terra nenhuma da negraria nasce trigo, nem centeio, nem cevada, nem aveia, nem uvas e isto porque o país é tão quente que não tem chuvas nove meses do ano, desde Outubro até ao fim de Junho; e por causa dêste grande calor não se pode dar o trigo, tendo experimentádo semeá-lo daquele que nos os cristãos lhe temos levado». Por onde se vê que os portugueses logo depois do descobrimento daquela região haviam tentado introduzir esta importante cultura, dando semente aos indígenas. O resultado havia sido infeliz, como era natural, mas o facto sôbre que convém chamar a atenção é sôbre a tentativa, qualquer que fôsse o seu resultado. Nem eram estas tentativas isoladas, antes, se repetiam com frequência em pontos diversos da África. Muitas relações dos nossos antigos escritores se referem demoradamente ao facto, de que várias árvores frutíferas, ou hortaliças da Europa se davam bem e prosperavam, ou pelo contrário não podiam desenvolver-se neste ou naquele ponto, o que claramente mostra que a sua cultura havia sido ensaiada....

(«Plantas Úteis da África Portuguesa» - 1884 - por Conde de Ficalho).

A história africana

... É por certo singular que as plantas cultivadas pelo africano, as que formam a base da sua sustentação, viessem — exceptuando o sorgo e poucas mais — de outras regiões, e parte delas em épocas relativamente recentes. É singular que o milho, o massango (Pennisetum), a mandioca, a bananeira de frutos alimentares, a batata doce, diversas castas de feijões, a cana de açucar, a ginguba, o gergelim, os pimentos e outras; isto é, algumas das mais importantes plantas feculentas, oleosas, condimentares de que vive o negro, fôssem introduzidas na África pelos povos de outras regiões, e que muitas arvores de fruto, como ateiras, mangueiras, cajueiros, sejam do mesmo modo estranhas á África pela sua ori-

gem, se bem que hoje ali vulgares.

A África não tem história, exceptuando naturalmente a zona setentrional, o vale do Nilo inferior e a Abissínia. Nesta terra singular as gerações passam sem deixarem vestígios que na Europa ficaram de populações tão bárbaras como as africanas. Na África não há ruinas nem quasi tradições, As cidades e os palácios dos potentados africanos — se cidades e palácios se podem chamar — construidos de madeira e cobertos de capim, apodrecem e destroem-se mais rapidamente ainda do que se apaga a memória dos acontecimentos na mente dos habitantes. A terra, invadida pela exuberante vegetação tropical, não guarda a marca da mão do homem, como o espírito infantil do negro não conserva a impressão do passado. Todas as conjecturas que fizermos sôbre a história africana serão forçosamente vagas e destituidas de provas; mas, por isso mesmo pode ter interêsse o considerá-lo por um lado novo procurando indícios que venham reforçar os que já existem.

(«Plantas Úteis da África Portuguesa — 1884 — por conde de Ficalho»)

Um acto heróico

... Em Agosto de 1884 os povos dos prasos de Massingire

levantaram-se contra nós com grande impeto e massacraram a força do comando militar ali estabelecido, uns 30 soldados, que defendiam uma aringa fortificada. O comandante dêsses homens, um capitão de apelido Queiroz, foi martirizado depois de ter visto assassinar cruelmente um filho, inocente criança de cinco anos.

O governador do distrito, ao tempo o tenente-coronel do exército de Portugal José Raimundo da Palma Velho, mostrou-se nesta conjuntura pusilânime, pois em vez de tirar partido dos recursos de que dispunha, embora eles fóssem poucos e ruins, manteve-se inactivo, o que deu margem a que os estrangeiros residentes na região, organizassem uma expedição.

Abandonando Massingire, para se dirigirem a Quelimane, e invadindo e devastando outros prasos, a horda insubordinada ameaçava avassalar tudo que encontrava no caminho. Foi nesta jornada de destruição que se deu um dos actos mais heróicos que a nossa história colonial dos ultimos tempos regista e que é um grande e belo exemplo do que pode em África um espírito varonil e decidido, embora desamparado de recursos.

Ao chegarem os revoltosos aos terrenos da companhia do ópio, como torrente despenhada, donde a população tinha fugido, tomada de mêdo, um oficial já conhecido pelos importantes serviços que prestara no ultramar, o major Alfredo Augusto Caldas Xavier, fechou-se no loane ou armazem da companhia com seu irmão, quási cego, duas velhas índias e um súbdito inglês, ferido

por duas balas.

No seu improvisado reduto o destemido oficial, — grande espírito num corpo franzino, — fêz frente ao bando durante vinte e quatro horas, semeando-lhe no seio a morte e o pavor. No meio da casa havia posto uns barrís de pólvora, a que lançaria fôgo quando a resistência fôsse de todo impossível. Êsse momento fatal avizinhava-se já, porque as munições estavam esgotadas, quando a chegada providencial dos estrangeiros a que nos referimos, veio salvar o heróico defensor do reduto e os seus infelizes companheiros duma horrorosa morte.

(«História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique, por José Joaquim Telxeira Botelho).



«Exagerar as grandezas do passado e proclamar a decadência culpa das gerações modernas—é um meio fácil
de alardear patriotismo
e de não fazer nada,
senão declamações sonorosas e lamentações
estéreis.»

(Andrade Corvo).

State Service

and the second of the second o

to the second of


Tôrre de Belém



Caravéla (Século XV)



Alguns documentos curiosos e de

interêsse económico



Carta de D. João III de Portugal a D. João de Castro sôbre Lourenço Marques

Dom Joam de Castro Amiguo. Eu elrrey vos enuio muito saudar. Per bernaldo nacere capitão da naao de garcia de saa qe chegou aquy no mes de feuereiro pasado receby a carta que me escreueste de moçambique e dou muytas graaças a noso senhor da boa viagem que levastes, de que folguey de me dardes conta tão particularmente;.....

Do descobrimento daqueles rios qe fez Louremço marques folguey de saber, e parece que será cousa my ymportante e necesaria acabarse bem de saber, pelo que vos emcomendo muyto que ordeneis loguo mamdar da ymdia pera iso hum navio ou fusta, qual vos parecer maes comveniente e pela emformaçam e pratica qe jaa disto tem lourenço marques me parece meu serviço emcarregardelo desta viagem, ao qual dareis regimento muy particular de tudo o qe faça e precure de saber. E parecem douos bem leuar ele no dito navyo alguas mercadorias, como parece qe sera necesareo, será bem mamdardeslhas, com as quaes ele poderá milhor resgatar as da terra, e saber verdadeiramente as qe haa nela. E do que se nisto fizer me avisarês. E posto que uos diga que mandeis a isto Lourenço marques, não o encaregareys diso, senam parecendouos qe he tam soficiente pera iso que podereys escusar de mamdar a iso outra pesoa.

Bertolameu froes a fes em alemeyrim a oyto dias de março de 1546.

Rev.

Pera dom Joam de castro.

Sentença arbitral do Marechal de Mac-Mahon, Duque de Magenta, Presidente da República Francesa. no pleito entre Portugal e Inglaterra àcêrca dos territórios da baía de Lourenço Marques

Nós Marie-Edmé Patrice Maurice de Mac-Mahon, Duque de Magenta, Mare-

chal de França, Presidente da República Francesa.

Estatuindo, em virtude dos poderes que foram conferidos ao Presidente da República Francesa, nos termos do protocolo assinado em Lisboa a 15 de Setembro de 1872, pelo qual o govêrno de Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha e Irlanda e o de Sua Majestade o Rei de Portugal concordaram em submeter ao Presidente da República Francesa, a fim de verem por êle decidido, definitivamente e sem apelação, o litígio que trazem pendente entre si, desde o ano de 1823, a respeito da posse dos territórios de Tembe (Catembe) e de Maputo, e das ilhas de Inyack (Unhaca) e dos Elefantes, situadas na baía de Delagoa ou Lourenço Marques, na costa oriental de África;

Vistas as memórias entregues ao árbitro pelos representantes das duas par-

tes, a 15 de Setembro de 1873, e as contra-memórias igualmente por êles entregues em 14 e 15 de Setembro de 1874;

Vistas as notas de S. Ex. o snr. embaixador de Inglaterra e do snr. ministro

de Portugal em Paris, com data de 8 de Fevereiro de 1875

Havendo-nos a comissão, criada a 10 de Março de 1873, com o fim de estudar os títulos e documentos apresentados, dado parte do resultado do seu exame;

Atendendo a que o litígio, tal como foi determinado pelas memórias apresentadas ao árbitro, e, em último lugar, pelas notas acima citadas, de representantes das duas partes em Paris, versa sôbre o direito aos seguintes territórios a saber:

I.º) Os territórios de Tembe (Catembe), limitado ao norte pelo rio de Espirito Santo ou «English River», e pelo rio de Lourenço Marques ou Dundas, ao oeste pelos montes Libombo, ao sul e leste pelo rio Maputo, e desde a foz dêste rio até a do rio Espírito Santo pela praia da baía de Delagoa ou Lourenço Marques;

2.º) Os territórios de Maputo, em que se acham compreendidas a península e a ilha de Inyack (Unhaca), assim como a ilha dos Elefantes, e que é limitada ao norte pelas margens da baía, a oeste pelo rio Maputo desde a sua foz até o paralelo de 26º30 de latitude austral, ao sul por êste mesmo paralelo e a leste pelo mar

Atendendo a que a baía de Delagoa ou Lourenço Marques foi descoberta no século XVI pelos nevegadores portugueses, e que nos séculos XVII e XVIII Portugal ocupou diversos pontos na costa ao norte desta baía e a ilha de Inyack (Unhaca),

da qual a pequena ilha dos Elefantes é uma dependência;

Atendendo a que, desde a descoberta, Portugal tem sempre reivindicado os direitos de soberania sôbre a totalidade da baía e dos territórios marginais, assim como o direito exclusivo de ali comerciar; atendendo, além disso, a que apoiou à mão armada essa reivindicação contra os holandeses, pelo ano de 1732, e contra os austríacos em 1781:

Atendendo a que os actos com que Portugal apoiou as suas pretensões não provocaram nenhuma reclamação por parte do govêrno das Províncias Unidas; que em 1782 essas pretensões foram tácitamente aceites pela Áustria depois de expli-

cações diplomáticas trocadas entre esta potência e Portugal;

Atendendo a que em 1817, a própria Inglaterra não contestou o direito de Portugal, quando celebrou com o govêrno de Sua Majestade Fidelíssima a convenção de 28 de Julho para a repressão do tráfico de escravatura; e a que, de facto, o artigo 2.º da mesma convenção deve ser interpretado no sentido que designa como fazendo parte das possessões da carta de Portugal a totalidade da baía à qual se aplica indiferentemente uma ou outra das denominações de Delagoa ou de Lourenço Marques;

Atendendo a que em 1822 o govêrno de Sua Majestade Britânica, quando encarregou o capitão Owen de fazer o reconhecimento hidrográfico da baía de Delagoa e dos rios que ali vão desembocar, o recomendou aos bons ofícios do go-

yêrno português;

Atendendo a que, se o enfraquecimento acidental da autoridade portuguesa nestas paragens pôde, em 1823, induzir em êrro o capitão Owen, e fazê-lo considerar, em boa fé, como realmente independentes da coroa de Portugal, os chefes indígenas dos territórios que hoje são contestados, nem por isso são menos contrários aos direitos de Portugal os actos por êle celebrados com êsses chefes;

Atendendo a que quási imediatamente, depois da partida dos navlos ingleses, os chefes indígenas de Tembe (Catembe) e de Maputo reconheceram de novo a sua independência a respeito das autoridades portuguesas, atestando êles mesmo

por esta forma que não tinham a capacidade de contratar;

Atendendo a que as convenções assinadas pelo capitão Owen e os chefes indígenas de Tembe (Catembe) e de Maputo, ainda quando tivessem tido lugar entre partes aptas para contratar, ficariam hoje sem efeito, estipulando o acto relativo a Tembe (Catembe) condições essenciais que não tiveram execução e os actos que dizem respeito a Maputo, referindo-se a períodos determinados de tempo, que não foram renovados depois da expiração de tais períodos;

Por estes motivos:

Julgamos e decidimos que as pretensões do govêrno de Sua Majestade Fi-

delíssima aos territórios de Tembe (Catembe) e de Maputo, á peninsula de Inyack (Unhaca) e às ilhas de Unhaca e dos Elefantes, se acham provadas e estabelecidas. Versailles, 24 de Julho de 1875.

> Marechal de Mac-Mahon Duque de Magenta

Algumas notas sôbre a abolição do tráfico de escravos

Se há nação que tenha tratado com mais persistência da extinção do tráfico de escravos, essa é Portugal. A carácter de curiosidade — e de defesa — algumas notas sôbre o assunto:

20 de Março de 1580 — Lei procurando abolir a escravatura.

11 de Novembro de 1595 — Idem.

30 de Julho de 1609 — Nova lei tendente à abolição da escravatura.

19 de Setembro de 1761 — Idem, idem. 16 de Janeiro de 1773 — Idem.

A estas providências sucederam-se outras, até que no século XVIII, e de acôrdo com várias nações, se tomaram mais as seguintes:

Tratado de 19 de Fevereiro de 1810 — Portugal obriga-se a não permitir a continuação do comércio de escravatura em qualquer lugar da costa da África, fora dos seus domínios.

Tratado de 22 de Janeiro de 1815 — Prorbição do comércio de escravos em

qualquer parte da costa de África, ao norte do Equador.

Decreto de 10 de Dezembro de 1836 — Abolindo o comércio de escravos em todos os domínios portugueses.

Tratado de 3 de Julho de 1842 — Entre a Inglaterra e Portugal — Proibindo

ruma vez mais a escravatura.

Decreto de 25 de Julho de 1842 — Declarando que seja considerado como pirataria o comércio de escravos e aplicando penas severíssimas aos traficantes.

Decreto de 22 de Outubro de 1842 - Reforçando o decreto anterior no res-

peitante às penas a aplicar.

Decreto de 14 de Dezembro de 1854 — Libertação dos escravos do Estado

em todas as províncias ultramarinas.

Decreto de 27 de Fevereiro de 1855 — Proïbindo que se deixassem sair pretos para as ilhas francesas de Reünião e Maurícias, sob qualquer pretexto. (Em cumprimento desta lei foi aprisionada mais tarde em Quitanonha, na baía de Condúcia, a barca francesa «Charles & George»).

Carta de lei de 30 de Junho de 1856 — Ampliando as disposições do decreto antecedente. (Declarava libertos todos os escravos das câmaras e da Misericórdia).

Carta de 1ei de 5 d Julho de 1856 — Providenciando sôbre a aplicação das leis antecedentes de 1854 e 1856, para abolição da escravatura em alguns territórios coloniais (Ambriz, Cabinda e Molembo).

Carta de lei de 24 de Julho de 1856 — Declarando livres os filhos de mulher

escrava.

Carta de lei de 25 de Julho de 1856 — Mandando fazer extensivas aos escravos pertencentes às igrejas algumas disposições do decreto de 14 de Dezembro

Carta de lei de 18 de Agosto de 1856 — Declarando livres todos os escravos que entrassem nos portos do reino e das ilhas adjacentes e nos territórios do Estado

da India e de Macau.

Decreto de 29 de Abril de 1858 — Fixando para um prazo de 20 anos (1878)

a extinção total do estado da escravidão em todo o território português.

Decreto de 25 de Fevereiro de 1869 — É abolido o estado de escravidão em todo o reino de Portugal e nos seus domínios. Os escravos passavam a libertos mas até 1878 deviam serviços aos seus antigos senhores.

(a) Um excerpto do testamento do Capitão-general, Pereira do Lago, aberto em 30 de Junho de 1779

...Declaro que há 50 e tantos annos que sirvo a Sua Majestade, sem nunca dêste serviço ter tirado tença nem comenda, e só sim muitos trabalhos e despesas de 14 annos para 15 me fazer estar em Moçambique até nele acabar os meus dias; e por acaso Sua Majestade quiser atender a estes serviços, os deixo ao dito meu filho Gaspar, debaixo das condições de obedecer a sua irmã, seguir as letras, e ser bom Letrado. Declaro que tenho servido a Sua Majestade nesta Conquista com toda a honra, zêlo e amor, que me tem sido possível; que nunca vi na minha mão, do seu erário, senão o meu sôldo, e lhe não devo o mais pequeno encargo assim em sêlo como em arrecadação. Declaro em como nunca contratei com o Govêrno ou qualidade alguma de comércio e isto atesto, pela última hora da minha morte, como quem não quer pôr em dúvida a sua salvação. Declaro que todos os donativos que me tem prestado em 14 anos tem sido aplicados a grandes obras públicas, agriculturas e obras pias ; e destas importâncias por parcelas nunca tirei nada senão para despesas extraordinárias que têm sido muito grandes; e capital preciso com que tenho ajudado o móvel das igrejas, principalmente com a Santa Casa da Misericórdia que, não tendo nada, hoje tem todas as suas oficinas competentes e hospital dos pobres. Declaro que todo o monte do meu espólio toi por efeito de sobressalentes que os meus procuradores me mandaram sempre de Portugal: e as minhas efectivas economias, a minha falta de vícios que faz a ruína dêstes povos; e 18\$00 cruzados que trouxe de Portugal, em moeda do mesmo reino, e aqui fizeram trinta e três mil setecentos e cincoenta cruzados; a tudo isto foi ajuntar os meus soldos e os juros de dez por cento de 14 anos, declarando tudo isto para que não faça espanto; quem não é desordenado pode juntar alguma coisa, com que ir restituir alguns estragos da minha casa.

Carta do Capitão-general Baltasar Manuel Pereira do Lago ao povo das Ilhas de Carimba, em Cabo Delgado

Recebi uma de vossas-mercês e não me faz espanto todo o seu contesto atrevido, aleivoso, e perverso; porque quem vive em piores dogmas e costumes do que os mouros é tanto pior do que êles, porque chamando-se cristãos, nem amam as leis de Deus nem respeitam as do rei; mas sempre o que vossas-mercês mereciam pelos seus atrevimentos e liberdade de escreverem, era o que se costuma fazer aos mesmos cafres, mas como vossas-mercês estão de marcha para os árabes, sempre tomo esta deliberação e esta inconfidência por um grande serviço de Sua Majestade, contentamento meu, e fortuna dessas ilhas; e se vossas-mercês, vis e baixos vassalos quando tal preferem, se dependerem do passaporte meu para fazerem o seu regresso, avisem-me que lho mandarei passar com todas as ampliações, na certeza de que lucro muito em perder uns vassalos a Sua Majestade, apóstatas em religião, sem luz da fé, nem temor de Deus, nem das leis e ordens do mesmo soberano, não querendo justiça nem merecendo misericórdia.

Toda a justiça a vossas-mercês lhes amarga, pois como régulo, não digo bem, porque todos estes têm leis e observam leis; mas como brutos em liberdade não querem as disciplinas da República, não querem justiça, não querem ser punidos nas suas brutalidades, não querem pagar a quem devem de honra e consciência, porque nenhuma destas coisas têm, não querem pagar os direitos reais, porque o de Deos a Deos, e de César a César, é coisa que vossas-mercês não entendem;

⁽a) O testamento do Capitão-general Pereira do Lago é muito extenso. Este excerpto foi tirado do Almanaque Civil e Glosiástico editado em 1854, hoje obra rara.

e só como brutos que todo o pasto lhes é livre, cevarem-se no sangue alheio que é todo cabedal que vossas-mercês têm extorquido a esta Praça e a êsses miseráveis franceses, que tanto cabedal têm furtado nessas ilhas, e o proveito que daqui vossas-mercês tem tirado é andarem nus, viverem em choças, e não terem em que caiam mortos.

Vossas-mercês levam muito a mal que eu lhes chame brutos; pois eu não os posso distinguir porque aqueles vestiu-os a natureza o que a vossas-mercês sucede; não têm que testar, nem pedem sepultura; entram por toda a casa alheia e como se esta fôsse a própria; não pedem nem dão demasias; as suas contas estão sempre ajustadas, e parecem-se vossas-mercês tanto com os mesmos brutos que estes quando os perseguem fazem-se ferozes, mordem, e zurram; o mesmo sucede a vossas-mercês. Os pobres governos querem corbi-los segundo as ordens que lhe são dirigidas; as justiças e os juizados pugnam pela sua alçada e pelo requerimento das partes e pelas cobranças de defuntos e ausentes, e neste caso vossas-mercês perseguidos fazem-se tam ferozes, que entram com pés e mãos a darem patadas em tanto desacôrdo como se não fôsse um crime de lesa-majestade; convocam vossas-mercês um povo para assinarem cartas com a maior parte dos seus sinais falsos, como de Diogo Domingos Baptista, afim de que se fizesse grande um palheiro para tantas bestas!

Queixam-se vossas-mercês do govêrno actual (como sempre fizeram de todos) sendo tam embusteiros e faltos de fé que se referem a Caetano Alberto Júdice, de que vossas-mercês mesmo me mandaram aqui mais de três ou quatro contas solenes contra êle; êste com efeito será mau, mas vossas-mercês mo fazem
bom, queixando-se dêle sem lhe capitularem um só pecadilho venial; mas isto
talvez seja porque vossas-mercês não sabem que coisa seja pecar pela sua santa
simplicidade; mas eu tenho obrigação de os ensinar, ainda mal que tam pouco ensino e deixando os mandamentos da lei de Deus, porque é coisa que vossas-mercês
não professam, lhe explicarei o que são pecados de quem governa: 1.º) é não se temer a Deus; 2.º) é furtar à Fazenda Real; 3.º) é roubar-lhes a vossas-mercês os
seus bens (como se vossas-mercês os tivessem); 4.º) é ser adúltero e empenhar as
órfãs; e quando vossas-mercês não lhes possam acusar estes quatros pecados, dei-

xem-se de contos da carochinha!

Os juizes se fazem injustiças, também declarava ir estas à minha presença privada, sendo a primeira prova de que o seu govêrno não olha, não ouve, e não castiga os erros dos mesmos juizes... Mas tudo isto que eu digo a vossas-mercês sendolhes próprio se faz desnecessário, pois como se acham de caminho para os árabes façam muito boa viagem, pois nunca mais deixará de fazer-se de vela a gávea para essas ilhas no fiel transporte de todos os seus géneros competentes, como El-Rei manda e se pratica em todos os mais portos, e como agora já cresceu mais alguma coisa, pois que é uma pala, encham-lhes vossas-mercês bem a barriga daqueles muitos gados e mantimentos que sempre produziram essas ilhas, e logo vossas-mercês serão muito ricos, e muito apotentados, porque essas terras podem produzir mil maravilhas; e porque assim não sucede padecem vossas-mercês e queixam-se sem razão, sem porem os olhos em si, monstros libertinos, símbolos da preguiça, e escândalos da luxúria e patifaria como os da sua casta. — Deus guarde a vossas-mercês. — Moçambique 15 de Novembro de 1778. — Baltasar Manuel Pereira do Lago. — Para o povo malvado das Ilhas de Carimba.



Corografia de Moçambique

(Alguns elementos)



«Em nome de Deus, Amen. Na era de mill CCCCLXVII mandou ell Rey Dom Manuell, o primeiro deste nome em Portugall, a descobrir, quatro navios, os quaes Hiam em busca da especiaria, dos quaes navios hia por capitam mor Vasco da Gama, e dos outros d'um delles Paullo da Gama seu irmãoo, e d'outro Nicollao Coelho.

Partimos de Restello hum sabado que eram oyto dias do més de julho da dita era de 1497, noso caminho, que Deus noso Senhor deixe acabar em seu serviço. Amen.

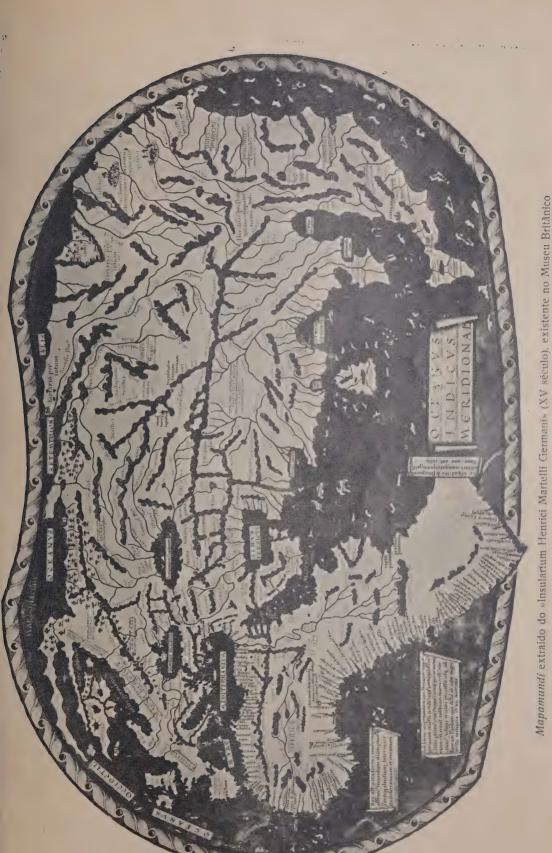
(Do Roteiro da Viagem de Vasco da Gama, por autor desconhecido).



guesa, umas vezes por malévolo despeito, outras por ignorância, e outras ainda por transformação eufónica, está quási completamente esquecida por estrangeiros, e, o que é mais, por nós mesmos os portugueses, que chegamos a escrever os termos geográficos à maneira inglesa ou francesa!

(As Nossas Colónias de África, por Ernesto de Vasconcelos).







COROGRAFIA

Colónia de Moçambique^(a)

Extensão e limites

A costa de Moçambique entre os seus pontos extremos — Cabo Delgado (paralelo 10.º 33' S.) e o paralelo 26º 52' S. — abrange cêrca de 2.300 quilómetros de extensão. A superfície ocupada pela África Oriental portuguesa é de cêrca de 760.000 quilómetros quadrados (b). A colónia de Moçambique é limitada ao norte pelo território de Tanganica (antiga África Oriental Alemã); a oeste pela Rodésia, Niassalândia e Transvaal; a sul pela Suazilândia; e a leste pelo Oceano Índico.

O tratado de 1891 (11 de Junho) define os limites da colónia:

Ao norte, por uma linha que subindo o curso do Rovuma, desde a sua foz até o ponto da confluência do rio Mesinge, daí segue, na direcção de oeste, o paralelo de latitude do ponto de confluência dêstes dois rios até a margem do lago

A oeste, por uma linha que, partindo do citado limite sôbre o lago Niassa, segue a margem oriental dêste lago na sua direcção sul até o paralelo de 13º 30' de latitude sul; corre daí numa direcção sueste até a margem oriental do lago Chiuta, a qual acompanha até o seu extremo meridional. Segue daí em linha recta até a margem oriental do lago Chirua, pela qual continua até o seu extremo limite sul mais oriental; daí por uma recta até o afluente mais oriental do rio Ruo, e então segue êsse afluente, e a seguir o centro do leito do Ruo até a sua confluência com o Chire.

Da confluência do Ruo e Chire a fronteira confunde-se com o centro do leito do último rio até um ponto logo abaixo do Chiuanga. Daqui corre para oeste verdadeiro até chegar à linha divisória das águas entre estes dois rios, depois entre o primeiro deles e o lago Niassa, até chegar ao paralelo de 14º de latitude sul, donde corre numa direcção sudoeste até o ponto em que o paralelo de 15º de latitude sul corta o rio Aruângua e segue a meio do leito dêste rio até a sua junção com o Zambeze. Depois, segue numa linha que, partindo de um ponto fronteiro à bôca do Aruângua, corre directamente para o sul até o paralelo de 16º de latitude sul, segue êste paralelo até a sua intersecção com o meridiano de 31º de

⁽a) A maior parte dos capítulos da Corografia foram extraídos do Anuário de Lourenço Marques, de que o autor dêste livro é organizador.
(b) A extensão de Portugal continental, desde Melgaço até Albufeira, é de cêrca de 560 quilómetros. A sua superfície é de 89:000 quilómetros quadrados. A distância de Lisboa a Lourenço Marques, Beira e Moçambique é, respectivamente, de 13:000, 13:863 e 14:732 quilómetros.

longitude leste de Greenwich (a) cortando para o lado do oriente, até o pontoem que o rio Mazoè encontra o meridiano de 33º de longitude leste de Greenwich; confunde-se com êste meridiano para sul até a sua chegada ao paralelo de 18º 30' de latitude sul; segue, depois, a parte superior da vertente oriental do planalto de Manica para o sul, até o centro do leito principal do Save; segue êste leito até a sua confluência com o Lunde, donde corta direito ao ponto nordeste da fronteira da República Sul Africana e confunde-se com a fronteira oriental da República com a Suazilândia até o rio Maputo.

A sul de Limpopo, a linha que nos separa do Transvaal e da Suazilândia. segue a cordilheira dos Libombos, desde o rio Maputo até a portela de Singuédri,

donde corta para uma recta para a confluência do Pafuri com o Limpopo.

Os cinco distritos debaixo da directa administração do Estado e as companhias privilegiadas têm uma área aproximada, como segue:

Lourenço Marques	7.950.500 ha
Inhambane	5.300.000 »
Quelimane	
Tete	9.945 700 »
Moçambique	8.413.600 »
Companhia de Moçambique	13.591.000 »
Companhia do Niassa	18.937.800 »

A título de curiosidade, alguns dados sôbre o território português, na parte que diz respeito à superfície:

Continente	88.740,30	km ²	
Arquipélago dos Açores	2.388,30	>>	
Arquipélago da Madeira	815,00	<<	
Cabo Verde	3.927,50	>>	
Guiné	36.125,00	>>	
S. Tomé e Príncipe.	943,72	>>	
Angola	1.255.775,00	»	
Moçambique:	760,000,00	>>	
Índia	3 806,50	»	
Macau	10,00	>>	
Timor	18.980,00	>>	
Total	2.082.771,02	km²	(b)

bino Forjaz de Sampaio.

⁽a) Nenhum território a oeste do meridiano de 32° 30' de longitude leste de Greenwich háde ser compreendido na esfera portuguesa; e nenhum território a leste do meridiano de 33° de longitude leste de Greenwich há-de ser compreendido na esfera inglesa. Falta ainda resolver um pequeno trecho entre os marcos Krogh e Impunduine, na Circunscrição da Namaacha, bem como um outro entre o Singuédri e a confluência do Pafuri com o Limpopo.

⁽b) ... Nesse imenso trato de terreno, onde Portugal vinte e três vezes e meia estaria à vontade, cabem a Espanha, a França, a Itália, a Suécia, a Noruega, e a Bélgica reunidas. Seis Inglaterras, cinquenta Suiças e meia, quási cinco Espanhas, catorze Grécias, e quási três vezes a Escandinávia, é o que diz a estatística que êle de cada vez comporta...»

(Do livro Porque me orgulho de ser Português, por Al-



A Africa, segundo o antigo mapamundi de Fra Mauro



População (a)

Resumo do censo da população indígena (1926)

		s Crianças	Totat
-			
Inhambane 71 Quelimane 195 Tete 261 Companhia do Niassa 161 Companhia de Moçambique 76	:854	2 64:018 3 354:603 — (b) 8 221:657 6 193:431 5 119:136	434:928 221:506 842:989 354:991 825:210 521:135 282:155 3:482:914

Clima

A zona litoral da colónia de Moçambique tem as características dos países sujeitos às febres palustres e, portanto, menos apropriados para a aclimatação do europeu. No interior, e principalmente nas regiões montanhosas do Niassa, do Báruè, de Manica, de Mossurize e dos Libombos, o clima é perfeitamente saudável.

Bárue, de Manica, de Mossurize e dos Libombos, o clima é perfeitamente saüdável.

Nos Picos Namuli (Montes Namuli entre o delta do Zambeze e o Rovuma) a temperatura é temperada, oscilando 12º a 21º centígrados. A temperatura naqueles montes desce até 3º,5, a máxima sobe a 35º. Os meses mais quentes são os de Novembro, Dezembro, Janeiro, e Fevereiro, e os mais frescos os de Junho, Julho e Agosto. As maiores chuvas registam-se de Dezembro a Março; são muitas vezes acompanhadas de grandes trovoadas e de monomocaias (espécie de ciclone).

Os registos de temperatura mais elevada são os de Tete, onde chega a atin-

gir o máximo de 45º à sombra.

A temperatura média nos diversos distritos está compreendida entre 22º e 26.º Os ventos predominantes são leste, nordeste, sul, e sudoeste, e o vento norte, sendo êste último de pouca dnração.

Chuvas

Chuvas. — A região onde as chuvas são mais abundantes é a do Niassa; começam ordináriamente em Dezembro e terminam em Abril ou Maio.

A quantidade de chuvas diminui do Rovuma para o sul até o Zambeze.

No distrito de Lourenço Marques chove, em geral, nos diversos meses do ano, mas os meses de menor chuva são os de Junho e Julho; os de maiores chuvas. Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março.

Nos territórios da Companhia de Moçambique, o mês das máximas chuvas

é o de Fevereiro e a seguir Janeiro, e o das mínimas Julho.

No distrito de Tete, o período das chuvas começa normalmente em Novembro, prolongando-se até Abril. O de mínimas ou nenhumas chuvas é o de Setembro.

Em Sena, a maior quantidade das chuvas é em Fevereiro. Nos meses de

Agosto e Setembro raramente chove.

Em Quelimane, as maiores chuvas são de Novembro a Abril.

⁽a) Não se publica neste volume o resumo da população europeia por nos parecerem muito deficientes os dados obtidos até hoje. Apenas se sabe que a cidade de Lourenço Marques tem 9.001 habitantes europeus. Os recenseamentos de 1917 e 1923 acusam, respectivamente, um número de habitantes indígenas igual a 3.652:008 e 3.530:377.

Em Moçambique, os meses de maior chuva são, por sua ordem, os de Fevereiro, Março, Dezembro e Janeiro. Em Setembro e Outubro raramente chove.

Médias resultantes de alguns anos de observação:

	Chuva em mm.	Temperatura média
Lourenço Marques Beira Quelimane. Moçambique Tete Chire	. 1.534 . 1,433 . 797 . 538	

Govêrno da colónia

A colónia de Moçambique compreende, como divisão territorial e administrativa do império colonial português, todo o território português na África Oriental. A sua capital é a cidade Lourenço Marques. As áreas dos territórios sob a administração de companhias privilegiadas são partes integrantes do território da

colónia, conquanto tenham organização estabelecida em leis especiais.

A colónia de Moçambique constitui um organismo administrativo e financeiro autonómo, sob a superintendência e fiscalização da metrópole, e rege-se, na sua administração civil e financeira e nas suas relações com a metrópole, pelas bases orgânicas da administração colonial, por diplomas legislativos da competência do Congresso da República ou do Ministério das Colónias e pelas disposições da Carta Orgânica, e é superiormente administrada, sob a fiscalização do Ministro das Colónias, por um governador (a), o qual exerce esta função directamente ou por intermédio das direcções de serviço e das autoridades administrativas e militares suas subordinadas, e com a colaboração do Conselho do Govêrno, com as atriburções consultivas e deliberativas indicadas na Carta Orgânica (1-10-926). O governador tem o tratamento de Governador Geral de Moçambique. A sua comissão de govêrno é de quatro anos, podendo ser reconduzido uma ou mais vezes.

Na falta, impedimento transitório ou ausência do Governador Geral, faz as suas vezes, como *Encarregado do Govêrno*, e até resolução do Ministro das Colónias, o vice-presidente do Conselho do Govêrno. Na falta dêste último, é o chefe de serviço mais antigo, com assento no mesmo Conselho, quem substitui o go-

vernador.

Junto do Governador Geral, por êle presidido ou por quem as suas vezes fizer, funcionará regularmente, na colónia, um corpo denominado Conselho do Govêrno, com atribuições deliberativas e consultivas, e composto de vogais natos, vogais de nomeação do Govêrno e vogais eleitos. Os vogais natos são funcionários públicos e são considerados membros oficiais do conselho. Os vogais de nomeação e os de eleição, que serão sempre em número igual e escolhidos entre os habitantes da colónia, com exclusão dos funcionários do Estado e dos corpos administrativos em serviço activo da colónia, são considerados membros não oficiais do conselho.

O Conselho do Govêrno tem dois períodos de sessões ordinárias anuais: o primeiro, de sessenta dias, a contar de 2 de Janeiro; e o segundo, de 1 a 31 de Julho, podendo qualquer dêstes períodos ser prorrogado pelo tempo que o conselho o julgar indispensável. Este conselho poderá ser também convocado extraor-

dinàriamente.

⁽a) Em casos excepcionais, e quando o julgar conveniente, pode o Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Colónias, submeter temporáriamente ao regime de Altos Comissariados uma colónia ou um grupo de colónias. Os altos comissários terão, além de todas as atribuïções dos governadores gerais, as que lhe forem conferidas no decreto que submeter a colónia ou grupo de colónias aquele regime.

O Conselho do Govêrno tem uma secção especialmente encarregada de dar parecer sôbre os regulamentos necessários à boa execução dos diplomas vigentes na colónia e com as demais atribuïções de carácter executivo.

Na capital da colónia, exercendo jurisdição em toda ela, existe um tribunal privativo de contencioso, denominado Tribunal Administrativo, Fiscal e de

Direcções de serviços da colónia

Os serviços da administração geral da colónia compreendem o serviço da administração pròpriamente dita e os serviços militares do exército e da marinha.

Os primeiros são tratados pela Repartição do Gabinete e pelas direcções de serviços da colónia: os segundos, respectivamente, pelo Quartel General das fôrças do exército e pelo Departamento Marítimo.

As direcções de serviço da colónia, a cargo de chefes de serviço provincial,

:são as seguintes:

Direcção dos Serviços de Administração Civil

» » Fazenda

das Obras Públicas

» dos Serviços e Negócios Indígenas » » de Saúde e Higiene

Aduaneiros

As repartições técnicas de funcionamento autónomo são as seguintes:

Direcção dos Serviços dos Correios e Telégrafos

» » de Agrimensura >> » Agricultura

» Veterinária

Repartição de Estatística e os

Serviços militares do exército e da marinha

Divisão administrativa

A colónia de Moçambique está dividida em cincos distritos debaixo da directa administração do Estado e em duas companhias privilegiadas, com poderes

rmajestáticos, e administradas por particulares.

Os distritos são: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Moçambique e
Tete; e as companhias previlegiadas: Companhia de Moçambique e Companhia

-do Niassa.

A primeira destas companhias exerce a administração nos territórios entre o Rio Save e o Zambeze; e a segunda entre o Lúrio e o Rovuma.

Todos os distritos estão divididos em circunscrições, a saber:

LOURENÇO MARQUES (Sede na cidade de Lourenço Marques)

Bilene Chibuto Guijá Marracuene Manhiça Manjacaze

Sábiè Maputo Magude Vila de João Belo

INHAMBANE * * (Sede na vila de Inhambane)

Cumbana Homoine Inharrime Massinga Zavala

Morrumbene Panda Vilanculos

QUELIMANE (Sede na vila de S. Martinho de Quelimane)	Alto Molócuè lle Maganja da Costa Pebane e	Circunscrições fiscais de Inharrombe Quelimane Nhamarroi e Intendência do Chinde	
TETE (Sede na Vila de S. Tiago Maior de Tete)	Tete Chicoa Marávia Zumbo	Intendência d e circunscriçõ de Mecanga Mutarara	es fiscais
MOÇAMBIQUE (Sede na cidade de S. Sebastião de Moçambique)	Angoche Erati Imala Macuana	Malema Meconta Memba Mongiqual Ribáuè	Mogovolas: Moma Mossuril Nacala
COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE (Territórios de Manica e Sofala)	Beira Buzi Chemba Chiloane Chimoio Cheringoma	Chupanga Gorongosa Govuro Manica Marromeu Mocoque	Moribane Mossurize Neves Fer- reira Sena Sofala
COMPANHIA DO NIASSA (Territórios de Cabo Delgado) Concelhos:	Amaramba Ibo Lago Lúrio Macondes	Metarica Metonia Mocimboa Montepuez Mucojo	Pôrto Amé- lia Quissanga Tungue

A Companhia de Moçambique está dividida em circunscrições e a do Niassa: em concelhos.

Fauna

A fauna da colónia de Moçambique é muito variada. Encontram-se todos os animais domésticos que vivem na Europa, com excepção do cavalo e do burro, que, a-pesar-de tudo, resistem ao clima. Os galináceos são em grande número.

A pesca é abundante, Existem, em grande número, elefantes, zebras, bois do mato, porco-espinhos, rinocerontes, búfalos, inalas, antilopes de todo o tamanho, hipopótamos, macacos, chacais, leões, leopardos, e grande variedade de reptís, em especial cobras e crocodilos, e de aves, sendo de notar nestas últimas o grou, a garça, a bastarda, secretário, e palmípedes de todas as espécies.

Flora

A flora da colónia de Moçambique é extremamente rica em madeiras de todas as qualidades, como sândalo, teca, pau ferro, caju, etc, Algumas são impróprias para trabalhar por causa da sua dureza; sendo outras, no entanto, totalmente aproveitáveis, para todo o género de obra. Frutas, ha em grande abundância, a banana, a ata, a manga, a laranja, o limão, a papaia, a nona, etc.

Faz-se grande exportação de sementes oleaginosas. Cultiva-se em grande incremento: amendoim, gergelim, feijão, milho, etc; rícino, tabaco, sizal, algodão, borracha, inúmeras espécies de trepadeiras donde se extraem tintas e borracha, coqueiros, tamarindos, cana sacarina, etc. Locais há onde existem extensas florestas-

cujas madeiras não são aproveitadas por falta de meio de transporte.

Geologia

A colónia de Moçambique divide se, naturalmente, em três zonas:

A Zona baixa, ao sul do Zambeze, é sobretudo formada pelos terrenos ter-

ciários e modernos; e ao norte do Zambeze por gneisse e xistos.

A Zona média é constituída pelos gneisse e xistos cristalinos e algumas manchas de terrenos primários em que predominam os xistos argilosos e alguns grés.

A Zona alta é quási exclusivamente constituída pelos gneisse e granitos.

Na zona sul predominam os terrenos arenosos que formam, principalmente,

os solos de Lourenço Marques e Inhambane.

Na fronteira sul há uma extensa formação microganítica; conjuntamente com ela vêem-se formações melafíricas, que se encontram sobretudo nos terrenos que marginam a linha férrea Lourenço Marques-Suazilândia.

Perto da confluência do Sábie e Incomati encontram-se camadas extensas de péctenes, negros, brilhantes, que frequentemente têm sido tomados por camadas

de hulha.

Ao longo da fronteira afloram alguns granitos.

Ao longo da costa são abundantes os grés com cimento calcáreo e, sobretudo

na margem do Maputo, predomina o calcáreo.

Em várias localidades junto de Lourenço Marques (Matola) afloram conglomerados fossilíferos, grés e calcáreos arenosos.

Ao sul do Save as aluviões modernas são, ora argilosas, ora arenáceas, ora mixtas, formadas de camadas de areia e argila, ora de cada uma alternadamente,

Para o norte da colónia predominam as rochas cristalinas; os depósitos modernos formam vastas planícies por vezes pantanosas (vales do Buzi e Pungué), mas onde também se encontram excelentes terrenos para a agricultura, como os do vale do Zambeze, com facilidades de irrigação. Os terrenos terciários afloram em diversos pontos (junção do Buzi e Révuè).

No distrito de Quelimane há calcáreos e marnes, que sãe utilizados para o

fabrico de cal.

Os terrenos secundários com exemplares de belemnites e amonites encon-

tram-se na baía de Condúcia.

As formações coralianas abundam ao longo da costa, nos distritos do norte da colónia, concorrendo para tornar perigosa a navegação costeira; a essa formação pertence o maior número de ilhas, incluindo a de Moçambique.

Há muitas rochas quási sempre em orientação NS. e NNE: granitos, pegma-

tites, granulites, diorites, diabases e gabros.

No vale do Zambeze há muítos afloramentos de terrenos carboníferos.

As explorações mineiras foram nos antigos tempos intensas, sobretudo para obter o ouro (Tete, Sofala, Manica)

O carvão encontra-se no Zambeze, Niassa e provavelmente Lourenço Marques.

As pesquisas para o petróleo têm dado boas indicações nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane. O ouro existe em abundância em Tete e Manica, e com êle o cobre. O ferro é abundante em toda a colónia. Chumbo encontra-se em Tete e Manica. (a)

Actualmente encontram-se algumas companhias em exploração ou em pes-

·quisas, tais como;

Companhia Mineira de Moçambique, Ltd, - Em todas as pesquisas minei-

ras, excepto as do petróleo.

Zambezia Mining Devellopment, Ltd. - Pesquisas de carvão, óleos minerais e minérios de ferro.

⁽a) A geologia de Moçamb que, como a de Angola, está pouco estudada. Os exploradores, cruz indo os nossos territórios para diversos objectivos limitam-se ordiná-riamente a referirem tudo quanto com estes se liga.

Os geógrafos indicam a orientação das montanhas e dos cursos de água e as suas posições respectivas; os pesquisadores mineiros, diggers e propectars, procuram os veios de quartzo aurifero e são êstes, ainda assim, os que fornecem alguns elementos para o estudo do terreno, porém, tanto suns como outros, só incidentalmente se ocupam da geologia pròpriamente dita. (As Colonias Portuguesas, por Ernesto de Vasconcelos).

Societé Minière et Geologique du Zambeze - Pesquisas de jazigos metalíferos.

Mudzi River (Zambezi) Sindicate — Pesquisas auriferas.

Manica Trust Co. - Pesquisas de carvão, petróleo e outras substâncias minerais.

The Manica Tin - Estracção de estanho. Andrade Mine — Extracção de ouro aluvial, Emundian Mine — Extracção de cobre,

Nos territórios da Companhia de Moçambique (Govuro) há indicações de

terrenos diamantíferos.

Nos territórios da Companhia do Niassa há indicações de carvão, ferro, (Pemba). Existe mica em muitos pontos do território e há indicações também da existência. de petróleo.

Orografia

Do sul para o norte, as elevações principais, são:

LOURENÇO MARQUES:

Ao sul, a Cordilheira dos Libombos, que divide o distrito de Lourenço Marques da Suazilândia. A maior elevação dos Libombos, o Impunduine, tem a alturade 800 metros.

QUELIMANE:

A Serra da Morumbala, cuja altitude máxima é de 2:150 metros no pico-Chiperona, fica situada próximo ao ponto de confluência do Chire com o Zambeze.

Monte Gilé, próximo a Ossiúa.

Monte Muligudge, (Cockburn, das cartas inglesas). Fica situado no limite-

norte de Moèbase.

Os Montes Namuli, cuja altitude máxima é de 2:700 metros, são considerados os mais belos montes de toda a África, pela sua vegeteção luxuriante. Pertencem à região montanhosa entre o delta do Zambeze e o Rovuma.

O mais elevado é o *Pico Namuli* (2:700 metros), havendo, contudo, outros também de grande altitude, tais como o *Mulenasi*, *Meruli*, *Meresi*, etc. cujas altitudes variam de 2:000 a 2:500 metros.

Serra de Melumbo, onde nasce o rio Lúrio. Situada na fronteira norte do

distrito, entre êste e os territórios da Companhia do Niassa.

Os Montes Milange, ao sul do lago Chirua e onde nasce o rio Ruo. O seu ponto mais alto é no pico Tumbiné com 1:600 metros. Os Montes Milange ficam quási completamente em território inglês, onde alcançam a altitude de 2:953 metros.

Serra Mambo, situada ao norte do distrito. Altitude 1:500 metros.

Serra Derre, ao longo do curso superior do rio Missonge e da margem direita do Lualua. Tem 5 picos elevados, sendo o mais elevado de 1:415 metros.

TETE:

Monte Pocorue, da margem esquerda do Zambeze. Altitude 1:240 metros. Serra Benga, na fronteira anglo-portuguesa. A sua altitude é de 1:330 metros. Monte Inhauanda, próximo à fronteira norte do distrito. Altitude 1:160 metros.

Monte Melimba - Próximo à fronteira norte do distriro. A sua altitude é de-1.363 metros.

Serra Mepenha - Prazo de Angónia. A sua principal altura é o pico de Mepulo, cuja altitude é de 1:631 metros.

MOÇAMBIQUE:

Montes Ribàuè, ao norte do distrito. Serra Merripa, onde nasce o rio Ligonha.

Montes Namarra, na margem direita do rio Lúrio.

Serra Chinga, onde nascem os rios Mecuburi, Meluli, Namoita e Muncate, afluentes do Ligonha.

COMPANHIA DE MOCAMBIQUE:

Macisso de Manica. As suas maiores elevações são os monte Doé com 2.400 metros e monte Punga, onde nascem os rios Mavusi e Conde, com 2.320 metros de altitude.

Serra da Gorongosa atravessa Manica. Tem a altitude de 1.900 metros.

Entre Serra da Gorongosa e o Luenha fica o Planalto do Bárué.

Planalto do Bárué, situado entre o rio Luenha, fronteira inglesa, e territórios da Companhia de Moçambique.

Serra Miranga, na região de Manica. Pertence ao Macisso da Gorongosa.

A sua altitude é de 2.000 metros.

Monte Inhatete, na Manica. A sua altitude é de 1.850 metros.

Monte Gogôgo, a sudoeste do Monte Miranga. A sua altitude é de 1.800 metros.

COMPANHIA DO NIASSA:

Cordilheira Messenga, na região do Niassa, que se espalha entre a confluência do Luchilingo com o Rovuma e o paralelo 13º S. O pico mais alto tem a altitude de 2,000 metros.

Montes Lichingo, com a altitude de 1.108 metros.

Montes Macanje, na margem direita do rio Lujenda. Montes Metonia, entre o lago Niassa e o rio Luchilingo, altitude de 1.160

Serra Nangade, que divide os vales do Save e de Pungué do vale Mazoè (a).

Hidrografia

Do sul para o norte, os rios principais são:

LOURENCO MARQUES:

Rio Incomati nasce no Transvaal e desemboca no Índico, formando três ilhas: a Xefina pequena e a grande; e a de Bengalane. Atravessa as circunscrições de Marracuene, Manhiça, Magude e Sabié.

Os seus afluentes principais são o Mazimuchopes, Uanètzi e Sábié.

Rio Espírito Santo, em cuja margem esquerda está situada a cidade de Lourenço Marques, é formado pela reunião dos três rios — Tembe, Umbeluzi e Matola.

Rio Maputo, que nasce no Transvaal e, atravessando a circunscrição do mesmo nome, vem desaguar na costa de Lourenço Marques.

⁽a) Apontamentos extraídos muito sumáriamente do Anuário de Moçambique (1917), por Dr. Sousa Ribeiro.

Rio Limpopo, que nasce próximo de Joanesburgo, no Transvaal, e desagua no Índico, atravessando antes as terras de Gaza. Os seus principais afluentes são o Rio dos Elefantes e o Chengane.

INHAMBANE:

Rio Inharrime, que nasce próximo de Chengane, vai desaguar numas lagoas que comunicam com o mar, e atravessa parte de Inhambane de oeste para leste. Os seus principais afluentes são o Mocumbi, Zongusa, Domo e Morrumbene.

Rio Mutamba, ou Rio de Inhambane, que nasce em terras próximo de Inharrime. È navegavel em parte. (É o antigo rio do Cobre ou do dos Reis).

Rio Luize. E afluente do Limpopo. Corre de oeste para leste até Gaza e depois do norte para o sul até a Companhia de Moçambique.

QUELIMANE:

Rio Ligonha, que nasce na serra do Inagu, desaguando no Índico. Os seus principais afluentes são o Muliguedje e o Namirroi. O Ligonha separa o distrito de Mocambique do de Quelimane.

Río Molócue, que nasce no Alto Molócue, desaguando no Índico. Forma no seu percurso uma queda de água aproximadamente de uns 30 metro de altura,

no Monte Ecupra.

Rio Melela, que nasce no Alto Molocué, desaguando por meio de uma rêde de canais que o ligam aos rios Inse e Moebase.

O seu principal afluente é o Lice.

Rio Tejungo, que nasce numa planície entre os postos de Marrua e Mulevala, desaguando no pôrto de Pebane.

Rio Raraga, que nasce perto do Posto de Mugeba. O seu principal afluente

é o Nipiode.

Rio Licungo, que nasce na vertente oeste de Namuli. Os seus principais afluentes são o Luo, Lugeba e Inhamacura. O percurso do Licungo é de cêrca de 300 quilómetros — igual ao do Ligonha.

Rio dos Bons Sinais, ou de Quelimane, em cuja margem esquerda está situada a vila de Quelimane. Os seus principaes afluentes são o Liguari, o Lua-Lua

e o Mocumbese.

Rio Zambeze, que limita o distrito de Quelimane com a Companhia de Mocambique, nasce no monte Caomba, próximo da fronteira de Angola e, depois de várias curvas, segue através do centro de África, correndo de oeste para leste, despenha-se das cataratas de Vitória — as maiores do mundo: 200 metros de altura por 1650 de largura — segue pelos territórios da «British South Africa», entra em território português pelo Zumbo, e, seguindo a jusante de Cachombo, despenha-se das cachoeiras de Querruabassa, até o Índico, fazendo, no total, um percurso de 2.200 quilómetros.

Os seus afluentes principais são: na margem direita, Panhame, Mufa, Luenha, Sangadze, Mongola, Mepuze, Zangue e Mupa; e na esquerda: Aruângua Grande, Mutambua, Maconha, Aruângua Pequena, Lina, Mavuzi, Rezugne, Inhagombe, Muani, Ziué-Ziué Grande, o Luenha, o Mazaro, o Chire, e outros

de menor importància.

Rio Chire é o afluente principal do Zambeze. Nasce na parte sul do lago Niassa. O seu principal afluente é o Ruo.

TETE:

O principal rio é o Zambeze que desagua no Índico, como já dissemos, na foz do Chinde.

Rio Aruângua Grande, afluente do Zambeze, nasce a ocidente do Lago Niassa, atravessa a Rodésia do Norte, recebe na sua margem bastantes afluentes.

Rio Luia, afluente do rio Mazoè, que por sua vez o é do rio Luenha e êste do Zambeze. Nasce na Rodésia do Sul; corta a fronteira sul do distrito de Tete. Recebe nas suas margens grande número de afluentes.

Rio Marusi, afluente da margem esquerda do Zambeze. Nasce na Macanga. Rio Revugue, afluente da margem esquerda do Zambeze. Nasce no ex-

tremo NE de Tete, atravessa a Angónia e a Macanga.

Rio Ziué-Ziué liga o rio Zambeze ao rio Chire.

Rio Panhame, afluente da margem direita do Zambeze. Nasce na Rodésia do Sul.

Rio Mufa, afluente da margem direita do Zambeze Nasce no monte Inha-

matondo. Tem vários afluentes.

Rio Luenha, afluente da margem direita do Zambeze. Nasce na Rodésia do Sul, corta a fronteira E dos territórios da Companhia de Moçambique. Tem bastantes afluentes.

MOCAMBIQUE:

Rio Mecuburi que nasce na serra Chinga e desagua na baía de Memba. Rio Ligonha ou Quissungo, a que nos referimos acima, e que limita o distrito ao sul.

Rio Meluli ou rio de Angoche, que nasce na serra Chinga e desemboca no

canal de Mocambique.

Rio Malema, afluente da margem direita do rio Lurio. Nasce próximo dos

picos de Namuli e da povoação Paiva de Andrada.

Rio Lotiúa, afluente da margem direita do rio Lúrio. Nasce nos picos de Namuli.

Rio Lúrio, limítrofe do distrito de Moçambique e dos territórios da Companhia do Niassa. Nasce próximo do lago Chirua, na vertente setentrional do monte Mulumbo, e vai desaguar na baía que tomou o seu nome.

Rio Larde nasce na serra Chalau ao S. do distrito; desagua na costa sul de

Angoche.

O principal delta do distrito de Moçambique, formado pelo Larde e pelo Meluli, compreende as ilhas de Angoche, Mafamede, Puge-Puge, e outras de menos importância.

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE:

Rio Pungué, que nasce em território inglês e entra em território português junto à confluência do rio Mombeze. Os seus afluentes principais são o *Inhan-sona*, o *Urene*, o *Xitora* e o *Vanduzi*. Tem várias ilhas.

Rio Buzi, que nasce também em território inglês e entra em território português pelo Mossurize. O seu principal afluente é o Révuè que passa junto de Macequece e de Quiteve. O Buzi desagua na baía de Màzanzane.

Rio Gorongosa, que nasce na Madanda e desagua no Índico, junto à ilha

Boene.

Rio Save, que nasce em território inglês, na parte central da Machona, desaguando no Índico, onde forma um delta que liga com a baía de Bartolomeu Dias. Os seus principais afluentes são o Lunde e o Odzi.

Rio Govuro, que nasce no distrito de Inhambane, desaguando na baía de

Bartolomeu Dias.

COMPANHIA DO NIASSA:

Rio Rovuma, que nasce perto do Niassa, desaguando ao norte de cabo Delgado. É o limite norte da colónia e o rio mais importante da Companhia do

Rio Lugenda nasce no lago Chiuta e atravessa o lago Amaramba. É afluente

do Rovuma.

Rio Montepuez nasce na povoação de Negodrongé e vai desaguar na baía de Quissanga.

Rio Lúrio nasce próximo do Jago Chirua, na vertente setentrional do monte

Mulumbo, e vai desaguar na baía que tomou o seu nome. É o limite do distrito de Moçambique, Companhia Niassa.

Rio Mesalo nasce na serra de Mepalama, em Matarica, atravessa a região

dos Macondes, e vem desaguar no litoral, no concelho de Mocimboa.

Rio Megarama nasce a NE. do monte Mecumba e vai desaguar na bacia do Lúrio. Tem bastantes afluentes, sendo os principais: o Maracotelo, o Luleio, o Bandar, o Namope, o Lotiúa e outros.

Lagos mais importantes:

Lago Niassa, a oeste dos territórios da Companhia do Niassa e que temuma superficie de 30:000 quilómetros quadrados. É de grande profundidade e fàcilmente navegável. É o terceiro dos grandes lagos africanos, Tem próximo de 600-quilómetros de comprido e a sua largura varia entre 31 e 117 quilómetros.

Lago Chirua, que tem o comprimento de 74 quilómetros e a largura de 36. Fica situado no extremo sudoeste da Companhia do Niassa, à esquerda do rio-

Chire.

Portos

Os principais portos da colónia de Moçambique são:

Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Chinde, Quelimane, Moçambique, Ibo-

e Pôrto Amélia.

O pôrto de *Lourenço Marques* é o melhor de toda a costa sueste da África e o de maior importância comercial, e melhor apetrechado, dando entrada do comércio para o Transvaal e Suazilândia. A máxima largura da baía entre a foz do rio Espírito Santo e a ilha dos Elefantes é de 29 quilometros, e o máximo comprimento entre a restinga de Xefina e o sul da baía é de 51 quilometros.

O de Inhambane forma uma baía sem dificuldade de navegação e como que

um cais natural.

O da Beira está situado na margem esquerda do rio Punguè e é a entrada para a região inglesa dos campos auríferos da Machona.

O do Chinde dá acesso ao rio Zambeze, cuja margens atravessam o território-

português desde o Zumbo ao canal de Moçambique.

O de Quelimane, que está situado na foz do rio dos Bons Sinais, tornar-

se-há de grande importância logo que esteja construido o caminho de ferro.

O de *Moçambique*, situado na baía do Mossuril, é inteiramente abrigado e era onde os antigos portugueses da descoberta faziam pôrto de abrigo nas suas viagens para a Índia. É um dos portos mais cómodos e mais acessíveis da colónia. O do *Ibo*, na ilha do mesmo nome, que dá fácil comunicação com a vila.

O de *Pôrto Amélia*, de grande profundidade, onde podem ancorar barcos degrande tonelagem, será da maior importância quando estiver construído o projectado caminho de ferro que o liga ao lago Niassa, numa distância de cêrca de 536

milhas.

Existem também, com uma importância limitada, os portos de *Chiloane*, do *Bazaruto*, *Bartolomeu Dias* (Companhia de Moçambique), a baía de *Moçambo*, *Condúcia*, *Fernão Veloso* e *Nacala* (Moçambique), *Tungue* (Niassa) etc.

Cabos

Os cabos principais, são:

Cabo de Santa Maria, à entrada da baía de Lourenço Marques.

Cabo das Correntes, ao sul do pôrto de Inhambane.

Cabo da Burra, à entrada e ao norte da baía de Inhambane.

Ponta da Burra Falsa, no litoral de Inhambane. Cabo de S Sebastião, ao norte de Inhambane.

Cabo de Bartolomeu Dias, nos territórios da Companhia de Moçambique. Ponta Massique, nos territórios da Companhia de Moçambique, separando a embocadura do rio Punguè do pôrto da Beira.

Ponta Mitaone, no litoral de Quelimane, que limita a barra do Chinde.

Ponta de Tangalane, à entrada da baía de Quelimane, a leste. Ponta do Cavalo Marinho, limitando a baía de Quelimane, a oeste. Cabo da Cabaceira, no litoral do distrito de Moçambique, ao sul da ilha. Ponta Bajona, limitando a baía do Mocambo (distrito de Mocambique)... Ponta Velhaco, na baía do Mossuril (distrito de Moçambique). Cabo Leguno, ao sul da baía de Memba (distrito de Moçambique). Ponta Serinza, ao sul da baía do Lúrio - Companhia do Niassa.

Cabo Delgado, ao norte da colónia e antigo limite, antes de Quionga tervoltado ao dominio português.

Ilhas

As ilhas principais ao longo da costa são:

Ilhas da Inhaca, dos Portugueses e dos Elefantes, à entrada da baía de-Lourenço Marques.

Arquipélago do Bazaruto, a nordeste de Inhambane e a sudoeste da Com-

panhia de Moçambique.

Ilha de Chiloane, ao norte de Quiteve (Companhia de Mocambique). Ilhas de Angoche e Mafamede, em frente do distrito de Moçambique. Ilha de Moçambique, fazendo parte do distrito do mesmo nome. Era o pôrto-de maior importância antes de se fazer o tráfico comercial pelo de Lourenço-Marques.

Ilha do Ibo, defrontando com os territórios da Companhia de Niassa.

Racas

Os povos que habitam esta colónia pertencem à raça Bantu. A raça Bantu divide-se em vários grupos a saber:

Rongas ou Landins	Lourenço Marques
Tongas	Gaza e Inhambane
Chopes	Gaza e milanisano
Sengas	Companhia de Moçambique
Angonis	Tete
Macuas	Quelimane, Moçambique e Companhia do Niassa
Vane on Aiane	

Estes grupos ainda se dividem em tribus, como os Tembes, Cosses, Changanes, Machenguas, Tanaras, Macangas, Manicos, Massingires, Borores, Maganjas, Macondes, etc., etc., não pertencendo aos moldes dêste livro fazer uma descrição completa, aliás difícil.

A raça mais dominante é raça vátua ou landina, oriunda da raça zulu. Os

povos que os vátuas conquistaram são chamados "Machangana".

Os indivíduos da raça vátua adoptam como distintivo de raça uma fenda no lóbulo da orelha. A raça chope usa os dentes afiados por meio de uma lima.

Quási todos os indígenas se enfeitam nas pernas e braços com anilhas de

latão e colares de missanga.

A raça mais inferior parece ser a bitonga ou tonga (Inhambane) e a superior a raça vátua,

O indígena é dado à poligamia e pratica, quási sem excepção, o fetichismo.

A sua arma usual é a azagaia.

Quási todas as raças praticam a circuncisão.

Os seus costumes variam de região para região, tendo a maioria dêles um carácter primitivo que o contacto com o europeu não tem conseguido fazer desaparecer-a não ser muito raramente (a).

⁽a) Um dos livros mais interessantes,—se não o mais interessante-sôbre usos e costumes-indigenas é A Vida de uma Tribu Sul-Africana, por Henri A. Junod.

Comunicações

A colónia de Moçambique apresenta hoje uma importante rêde de estradas, Muito delas, transitáveis para automóveis, têm levado o Govérno da colónia a abolir sistemáticamente o transporte humano e, por conseqüência, o uso da machila, quási único meio, noutros tempos, de percorrer longas distâncias. Actualmente estão projectadas novas vias de comunicação, encontrando-se a maior parte já iniciadas. Mais de uma vez os nossos vizinhos da União Sul-Africana, quer por meio da imprensa, quer públicamente, têm afirmado o cuidado que as estradas merecem aos governos locais, descrevendo com palavias de grande elogio a bela rêde de estradas que há de ser a maior causa do progresso desta colónia.

Actualmente há já uma rêde de caminhos de ferro superior a 1.300 quilómetros, dos quais 736 pertencem ao Estado e os restantes às companhias privilegiadas. Com o material ferroviário adquirido últimamente, a rêde de caminhos de ferro da colónia deve compreender, em breves anos, cêrca de 2:000 quilómetros.

Os mais importantes caminhos de ferro são os de Lourenço Marques, num total de 364 quilómetros, sendo 89 de Lourenço Marques à fronteira da Suazilândia, e os da Companhia de Moçambique, numa extensão de, aproximadamente, 600 quilómetros, sendo dêstes 320 quilómetros que ligam o porto da Beira à região inglesa de Machona. Qualquer dos caminhos de ferro—Lourenço Marques Suazilândia e Beira-Machonalândia— são o escoamento natural dos produtos do sul e do ocidente da África debaixo do protectorado inglês.

Basta lançar a vista sôbre o mapa para se concluir a verdade desta afirmação. Comparando as distâncias das principais cidades da Machonalândia. — Bulawayo, Gwelo e Salisbury - ao Cabo e á Beira, e as que medeiam entre Joa-

mesburgo e os portos da União ou entre Lourenço Marques, vê-se que:

Bulawayo dista do Cabo	2:050	km.
» » da Beira	929))
Gwelo dista do Cabo	2:284))
« » da Beira	703	»
Salisbury dista do Cabo	2:574	»
» » da Beira	610	.))
Entre Joanesburgo e os vários portos:		
Joanesburgo dista de Cabo	1:620	2)
» » Port Elizabeth	1:140	»
» » East London	1:060	»
» » Durban	780	"
» » Lourenço Marques	640	»

Está também projectada a construção de um caminho de ferro através da região do Niassa, oriente-ocidente, ligando Porto Amélia à região inglesa do Lago Niassa.

Correios e telégrafos

Rêdes telegráficas da colónia pertencentes ao Estado, companhias privilegiadas, caminhos de ferro, companhias de cabos submarinos e de concessões particulares:

Cabo Submaring Eastern and South African Telegraph	Quilómetros	Estações
& Co., Ltd, Cabo Submarino Francês-Moçambique-Madagascar The African Transcontinental Telegraph & Co Shire Highland's Railway & Co	4:237 600	$\frac{4}{2}$

	Quilómetros	Estações
Caminhos de ferro do Estado e outros Repartição Superior A Rádio-Telegráficas Telegráficas		45 9
regiatos. releionicas	3.450	97 3
Lourenço Marques (distrito) Diversas concessões particulares	1.055	<u> </u>
Beira Mashonaland Rhodesia Rail	- 944	25
Companhia de way & Co		10
Companhia de Mocambique (a)	. 200	4 4
Companhia do Niassa	367	$\hat{5}$
Soma	22:640	209

Organização militar

Os portugueses na África Oriental aproveitaram na guerra, quási desde ostempos da descoberta, os serviços dos pretos militarizados, quer chamando-os a si por pactos de aliança, o que já fez o primeiro governador (1505) Pero de Anaia, quando se viu sitiado em Sofala, quer impondo aos régulos a obrigação de os auxiliarem.

Pelo decreto de 14 de Novembro de 1901, a colónia passou a ser dotada permanentemente com núcleos de tropas enropeias. O tempo de serviço para indigenas, que era de 7 a 10 anos, foi limitado a 3, e as comissões dos europeus são actualmente de quatro anos.

Actualmente existem na colónia de Moçambique:

10 companhias indígenas de infantaria.

1 esquadrão de dragões.

2 batarias de metralhadoras.

1 bataria de artilharia.

3 companhias de depósito e recrutamento.

1 depósito geral de sentenciados.

Economia da colónia

LOURENÇO MARQUES: Os principais produtos exportados pelo distritosão: amendoim, gergelim, urzela, borracha, cêra, marfim, peles, couros, café, açúcar, milho, feijão, tabaco e sizal. Existem, entre outras indústrias, a do cimento, a do fabrico de tapioca e seus derivados e a do sabão, todas elas exclusivas.

A indústria de pesca, abundantíssima na baía, tem larga extracção. Há também uma fábrica de moagem, importante, três fábricas de tabacos, duas de óleos, duas

de gêlo, e outras de não menos importância.

INHAMBANE: A agricultura no distrito faz-se em pequena escala, consequência da irregularidade das chuvas e da pobreza do solo onde predomina a areia. Os principais produtos exportados são: amendoim, cocos, copra, castanha de caju, milho, mexoeira, arroz, feijão cafreal, café e cana de açúcar, exportando-se bastante de quaisquer dêstes artigos. Existe em Inhambane uma fábrica de gêlo e em grande incremento a indústria do tejolo e de olaria. A indústria mais importante é a dofabrico de açúcar (Fábrica Mutamba Sugar Estates).

⁽a) Das quatro estações, duas são rádio-telegráficas

MOÇAMBIQUE: A principal exportação dêste distrito consiste nos seguintee

géneros:

Amendoim, gergelim, urzela, castanha de caju, goma copal, marfim e cauril, borracha, cereais, azeite de amendoim, etc. O litoral é riquíssimo em plantações de coqueiros. No interior do distrito há extensas plantações de algodão e de sementes oleaginosas. As principais indústrias são a do fabrico do sabão e tejolos

QUELIMANE: Êste distrito exporta, em grande quantidade: amendoim, ger-

gelim, rícino, copra, borracha, cera e gomas, marfim, peles, sizal e acúçar.

A Companhia da Zambézia tem, em alguna prazos, centenas de milhares de coqueiros em número superior a 400:000. A área ptantada de sizal anda por 3.000 héctares, produzindo-se 11:000 toneladas dêste produto em média anual. Tem a mesma Companhia umas 10:000 cabeças de gado bovino e um serviço fluvial bem montado.

A Companhia do Boror também é notável, possuindo a maior plantação de coqueiros existente no mundo (1.800:000). Tem uma fábrica de açúcar e alguns

milhões de pés de sizal plantados.

Outras companhias não menos importantes, como a Lugela, Luabo, Sena Sugar Estates, e Societé du Madal, têm da mesma forma a sua agricultura desenvolvidíssima, distinguindo-se a Sena Sugar Estates que se dedica á fabricação de açúcar em Mopea e Marromeu. Ao todo, no distrito de Quelimane, devem existir para cima de 5.500:000 coqueiros. A maior parte do distrito está infectada pela mosca «tsé-tsé», não permitindo a criação de gado e dificultando, portanto, o aproveitamento da terra. A produção agrícola do distrito pode avaliar-se em 500:000 libras, ouro. Quanto a indústrias, existem algumas fábricas de moagem, de sizal, de tabaco, de algodão, de açúcar e outras.

TETE: As suas terras são fertilíssimas devido às cheias dos seus inúmeros rios. Os produtos que se produzem melhor são o tabaco, algodão e trigo. Apesar da feracidade do terreno, a agricultura está, neste distrito, atrasadíssima. Este distrito é o mais fértil em pastagens para o gado. Existem bastantes cabeças de gado

de raça apurada.

Tem minas de cobre, de ferro, ouro e prata e alguns jazigos carboniféros. (a) COMPANHIA DO NIASSA: As áreas costeiras são empregadas, na sua maioria, na plantação de coqueiros, O algodão tem tomado grande incremento nos territórios da Companhia, bem como a cultura da borracha. Reconhece-se a existência de óleo, carvão, grafite e ferro. (a)

O peixe abunda em toda a costa e no interior há muita caça grossa.

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE: A agricultura está bastante desenvolvida e é o principal factor da Companhia. O algodão tem sido cultivado em grande escala, bem como o sizal, milho e sementes oleaginosas, em especial o amendoim. O arroz também tem sido cultivado em grande escala. As frutas citráceas são exploradas para o mercado europeu, em especial as laranjas e as toranjas.

A indústria mais desenvolvida é a do acúcar, que é explorada pela Sena Sugar Estates em Marromeu e Vila Fontes, na Zambézia. Tem também boas madei-

ras próprias para todos os usos.

Tem-se descoberto estanho e volfrâmio, assim como prata, ouro e cobre. (a)

A indústria pecuária faz-se em grande escala em Lourenço Maaques e Tete, 1926 existiam, naqueles distritos, respectivamente, 283:227 e 32:824 bovinos. Onde a indústria pecuária é menos desenvolvida é no distrito de Moçambique. Em igual data existiam apenas 3:311 bovinos.

⁽a) Ler e capítulo «Geologia», dêste livro.

Instrução pública

O número de alunos das escolas oficiais, camarárias, das circunscrições, missionárias e particulares, que frequentaram as escolas de ensino primário geral estabelecidas na colónia de Moçambique, segundo a última estatística oficial publicada, foi o seguinte:

Lourenço Marques	14:625
Inhambane	5:649
Quelimane	1:039
Moçambique	754
Tete	2 :229
Total geral	24:296

Largos anos esteve descurada a instrucão nesta colónia. Para o provar basta dizer que em 1799 se fundou a primeira escola de instrução primária e que, vinte anos depois, se abriu a segunda. Em 1820 queixava-se o governador de Quelimane para a metrópole da exiguidade do vencimento do professor primário, nestes termos: mas a não ser por zombaria faz rir o extravagante e ridículo ordenado que se arbitrou, ordenado que iguala com o de um soldado, e propunha para o professor o vencimento de um tenente.

Ao mesmo tempo legislava-se para a abertura do ensino médico nas coló-

nias, o que em Moçambique porém, nunca teve, execução.

Em 1847, o governador Domingos Fortunato do Vale criou escolas de instrução primária nas principais terras desta colónia, pondo-as sob a direcção dum Conselho de Instrução, constituído pelos funcionários mais cultos.

Em 1854 foram criadas oito escolas chamadas principais, respectivamente em Moçambique, Sofala, Quelimane, Inhambane, Sena, Tete, Ibo e Lourenço Mar-

Em 1862 foi fundada em Tete uma sociedade literária e em 1869 fundaram-se

um pequeno museu e uma biblioteca em Moçambique.

Em 1870 instalou-se também, em Moçambique, uma escola de artes e ofícios para preparação dos seus alunos para a instrução profissional de diversos misteres. Depois de um longo interregno, de várias tentativas, criando escolas, fazendo programa de ensino e juntando projectos, ainda em 1891 se lê o seguinte: a instrução pública está num atraso deplorável. Há na capital uma «escola principal» que poucos resultados tem dado, e no resto da provincia apenas 10 escolas de instrução primária, nem tôdas sempre providas e escassamente frequentadas.

Em 1909 existiam 128 escolas, incluindo neste número as técnico-profissio-

nais, missionárias, particulares, etc.

As missões estrangeiras, pouco ou nada têm feito na parte que diz respeito à instrução. A elas se refere Antonio Enes dizendo: os missionários estrangeiros abrem uma igreja, fazem o serviço religioso e a leitura da Biblia; e aos indígenas que acorrem a ouvi-los ensinam a «ler a Bíblia». E' isto uma es-·cola ou uma igreja?

Em 1919 existiam umas 153 escolas, incluindo aquelas a que já nos referi-

mos no ano de 1909: técnicas, missionárias, etc.

Em 1924 existiam 219 escolas. (a)

As escolas dirigidas por indígenas são as mais numerosas, porque nenhuma missão dispõe dos fundos necessários para pôr, em todas escolas que abre, pessoal

branco educado convenientemente.

Como nota acentuada, para vincar hem o abandono a que se tem votado a instrução pública, é bastante lembrar que até 1919 não houve uma estatística geral do movimento da instrucão, qualquer recenseamento da população escolar, organização do arquivo sôbre o assunto, nem sequer um cadastro completo dos seus fun-«cionários!

a) Actualmente (1927) existem 235.

c ske

Em 1918 converteu-se a Escola Comercial de Lourenço Marques em Liceu Nacional 5 de Outubro

Hoje, porém, o liceu tem um numero de alunos muito maior que o dos anos anteriores, chegando actualmente algumas classes a ser divididas em turmas e prevendo-se em futuros anos uma população escolar em grande escala. Actualmente, ensinam-se no Liceu 5 de Outubro tôdas as disciplinas do 1.º ao 7.º ano.

Orçamento

Segundo o projecto de orçamento para o próximo ano financeiro de 1928-1929 as despesas ordinárias estão divididas da seguinte forma :

Admits to the control of the control	
Administração Geral e Fiscalização	103:206.573\$63
Serviços de Fazenda	16:595.843\$50
Serviços de Justica	3:412.742\$24
Services do Fomento	113:455.528\$86
Services Militares	
Services de Maria	22:876.215\$00
Serviços de Marinha.	12:163.624\$24
Diversas despesas	8:726.500\$00
Lifeargos gerais	11:492.513\$69
Serviços da dívida.	6:930,420\$18
Exercícios findos	
Exercicios iniuos	500.000\$00

A verba destinada a despesas extraordinárias é de 23:124.000\$00 distribuída da seguinte forma: para despesas de propaganda da colónia, 100 contos; para a construção de escolas, aquisição de mobiliário e material didático, etc., 12.500 contos; aquisição de material e construção de caminhos de ferro: em Inhambane, 1:000 contos; em Quelimane, 2:500 contos; e em Moçambique, 5.000 contos; para construção e grandes reparações de linhas telegráficas, 600 contos; para a transformação das estações rádio-telegráficas para onda curta, 575 contos; para a colonização agrícola, 200 contos; para crédito agrícola, 4:500 contos: para estudo da cultura do tabaco, 150 contos; para repovoamento dos postos zootécnicos, 150 contos; para construção duma instalação zootécnica, 400 contos; para construção do parque-lazareto da Veterinária, 350 contos; para construção do laboratório de Veterinária, 450 contos; para construção e reparação de faróis, 1:140 contos; para aquisição de automóveis, 600 contos, etc.

* *
A Drevisão total das receitas eleva-se a 322:483 061 \$24, con

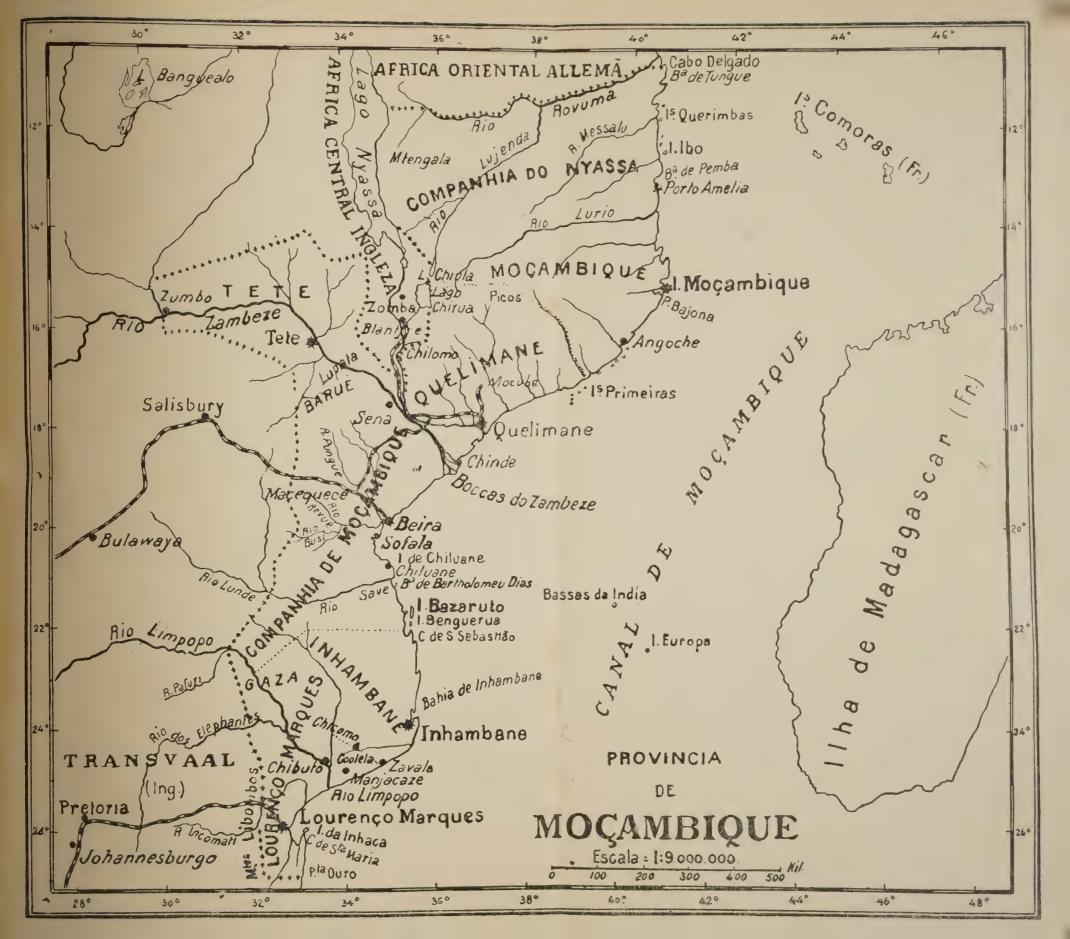
A previsão total das receitas eleva-se a 322:483.961\$34, sendo 3!2:977.090\$84-de receitas ordinárias e 9.506.870\$50 de receitas extraordinárias.

As despesas totais estão calculadas no montante igual ao das receitas totais, elevando-se a 299:359.961\$34 as despesas ordinárias e a 23:124.000\$00 as extraordinárias.

Alfândegas

As receitas cobradas provenientes dos impostos indirectos e de outros rendimentos com aplicação especial a cargo das alfândegas da colónia foram, durante os últimos quatro anos:

1924	Esc.	27:147.823\$	е	£	476:42 2
1925	>>	16:505.785\$	e	>>	553:122
1926	>>	16:450.666\$	e	>>	572:040
1927	>>	87:217.560\$	e	n.	43.479





IMPORTAÇÃO

Principais mercadorias importadas (1927)

Mercadorias	Quantidade	Escudos Ouro
Nacionais: Águas minerais. Azeite de oliveira. Calçado-pares Carnes sêcas, fumadas, etc Peixe sêco, salgado, etc. Sabão Tecidos Vinhos	78:960 294:296 30:430 60:995 149:011 248:692 92:496 3.174:334	22.720\$ 168.841\$ 88.002\$ 53.322\$ 57.318\$ 47.011\$ 174.291\$ 707.659\$
Estrangeiras: Aço e ferro em barra, chapas, etc. Arroz. Bebidas alcoólicas; vinhos e cerveja Carvão mineral (toneladas). Farinha de trigo Manteiga natural. Máquinas agrícolas e industriais. Tecidos.	2 458:971 3.999:880 459:159 75:804 3.879:706 153:147 	138.693\$ 314.836\$ 166.195\$ 271.641\$ 304.122\$ 131.950\$ 769.932\$ 3:168.297\$

O movimento, nos últimos quatro anos, das mercadorias importadas para consumo da colónia, incluindo a importação do Estado, com exclusão do ouro e prata em barra e em moeda, foi o seguinte:

1924	Esc.	322:842.767\$ sendo em ouro " 1.969:251
1925	. >>	269:690.300\$ sendo em ouro " 2.135:699
1926))	33:227.577\$ e £ 1.794:305, correspon-
		dentes a 8:074.372\$ escudos ouro.
1927))	11:885.182\$ ouro

e o valor das mercadorias de origem nacional importadas na colónia, nos últimos quatro anos, foi:

1924		54:548.140\$
1925		36:964.263\$
1926	ν	27:561.640\$
1927	Esc. ouro	1:571.757\$

Valor das mercadorias exportadas para a metrópole

1924		373;091 - 00 - 00
1925		241:453 - 00 - 00
1926	>>	302:832 - 00 - 00
correspondente a 1:362.244\$ escudos ouro.		1 00 1 0700
1927	Esc.	ouro 1:284 276\$

Mercadorias de produção e indústria da colónia

VALORES

1924	£ 1 226:031
1925	» 1.290:6 2 1
1926	» 1.499:767
correspondente a 6:748.852\$ escudos ouro.	
1927	Esc. ouro 8.105:377\$

Principais mercadorias exportadas

As principais mercadorias de produção do solo e indústria da colónia, exportadas durante os dois ultimos anos, constam do quadro seguinte:

Delegan	1926		1927		
Designação das mercadorias	Quantidades Libras		Quantidades	Valor Escudos ouro	
Açúcar Algodão em rama Casca de mangal Feijão Frutas frescas Holoturias (macojojo) Milho Oleaginosas Sisa Tabaco	31.010:414 1.154:209 1.685:780 1.516:290 1.793:320 47.972 7.940:317 52.029:355 2.945:568 209:425	337:255 81:765 6:597 7:384 23:084 3:037 36:722 810:862 104:192 13:777	33:962.534 955.347 3:611.976 1:757.985 4:646.818 51,309 8:692.982 62:284.218 3:631.929 152.043	1.860:849\$ 323:652\$ 70;604\$ 58:972\$ 269:303\$ 156:943\$ 4.354:838\$ 534:000\$ 64.265\$	

Navegação

Movimento da navegação nos portos da colónia administrados pelo Estado

				Passa	geiros		descarregada arregada
Ano	Número	Tonela- gem de arqueação	Tripulantes	Em trânsito	Desembarcados e embarcados	Tonela- das de carga	Valor em escudos
ENTRADA							
1922 1923 1924 1925 1926	1:978 1:843 1:680 1:827 1:737	3.233:267 4.250:544 4.088:688 4.427:876 4.682:893	89:029 94:468 92:285 94:606 101:135	36:446 29:929 28: 9 41 34:070 39:818	70:650 73:827 54:325 61:985 55:435	308:954 315:308 315:359 356:001 348:269	718.689:395 825.792:083 1.166.278:409 1.083.497:122 (*)

^(*) Valor em escudos metropolitanos 288,197:994. Valor escudos ouro 41.166.904.

SAIDA

1926 1:748 4.668:770 100:953 40:026 52:794 822:175 (*)	1922 1923 1924 1925 1926	2:972 1:804 1:711 1:820 1:748	3.293:716 4.253:469 4.455:998 4.349:479 4.668:770	89:510 94:166 95:868 93:528 100:953	35;581 29:915 29:285 34:070 40:026	50:911 57:292	623:931 83 2: 393 836:230 875:509 822:175	426.711:837 397.743:393
--	--------------------------------------	---	---	---	--	------------------	--	----------------------------

(*) Valor em escudos ouro 17.365:468.

A navegação inglesa nos mares de Moçambique continua a figurar no lugar de honra, com uma tonelagem sempre superior a dois milhões, ou sejam 60 por

«cento da navegação total.

Relativamente à carga descarregada e carregada nos portos da colónia, figura igualmente em primeiro lugar a marinha mercante inglesa, com uma quantidade sempre superior a 150:000 toneladas de carga descarregada (no ano de 1926 foi de 219:000) e 520.000 toneladas de carga carregada.



Para os moçambicanos

Exposição acêrca da adopção do ensino da história e da corografia de Moçambique nas escolas desta colónia

Êste livro, resumo da história e da corografia de Moçambique, destinava-se, no seu início, à última classe de instrução primária desta colónia, ao Liceu e à Escola Comercial, mas não foi exclusivamente escrito para os pequenos estudantes, porque a intenção ao escrevê-lo era—e é—a de que tôda a gente conheça o que se deve conhecer da história de Moçambique (a)—o esfôrço dos portugueses.

\$c \$6

Têm as escolas dos vários distritos — excluindo as das companhias de Moçambique e de Niassa—uma freqüência de cêrca de 24.000 alunos, segundo a estatística publicada pela Inspecção de

Instrução em 1925, e referente a 1924. (b)

Essas 24:000 crianças, pelo menos as das classes mais adeantadas, sem distinção de côres — tôdas de Moçambique — nascidas a grande maioria nesta colónia, não podem ignorar àmanhã a história da terra onde vivem, como seus pais não ignoraram a do Portugal metropolitano que, na maioria, lhes foi berço. A história aprendida e apreendida na escola será ensinamento para os que hão-de vir não deixarem de ser tam portugueses como aqueles portugueses do Portugal do Atlântico

A história que se aprende em homem desaparece mais depressa do que aquela que se fixou na meninice. E não é difícil proválo ¿ não é do povo, da classe menos instruída, que se tem mostrado mais clara a noção da Pátria? ¿ Não é do povo que se

(b) A estatística – ainda não publicada – referente a 1926, dá para as escolas

desta colónia um número de crianças de 33:041.

⁽a) Bem sabe o autor que o professor, ou por si ou em obediência a possíveis programas para a inclusão da história e da corografia de Moçambique no ensino desta colónia, procurará apenas alguns factos que marquem períodos — e nunca todos os factos, por ser desnecessário para o aluno o conhecimento de um resumo completo da história de Moçambique. E o mesmo se pode aplicar a corografia.

citam constantemente os actos mais heróicos e mais dignificadores de amor pátrio? É. É dêsse povo, que tem apenas exame de instrução primária; que aprendeu, depois das primeiras letras, a saber: que houve há séculos um Afonso Henriques, que em 1640foram expulsos os espanhóis, e que governou, há dois séculos, um Marquês Pombal. Se há colónia portuguesa, onde o esfôrço português tenha batalhado até o além-do-sacrifício, essa é a de Moçambique, quer seja apenas a pequena Sofala de Pero de Anaia, quer a Copitania de Moçambique, quer ainda se lhe acrescentem os nomes de rios de Cuana ou os de Monomotapa, ou se chamegrandiosamente Provincia ou Colónia de Moçambique.

Já alguém disse que a Índia tinha uma história, porque a Índia foi o tablado onde se jogou muita nobreza, onde se ganhou muito título de glória. Mas se na Índia nem sempre, ininterruptamente, se lutou, em Moçambique, desde 1500 até mesmo depois das campanhas do imortal Mousinho de Albuquerque, quási sem interregno, mal tem havido tempo para os soldados portugueses

descansarem as suas armas.

É pois Moçambique que o autor dêste livro pretende tornar conhecido-pelo menos em Moçambique-ás crianças das escolas, aos novos em geral e, finalmente, aos tantos mais que ignoram as dores que tem custado a paz que hoje se goza.

Os outros, eruditos ou não, terão a vaidade suficiente—e até a vergonha -- para dizer que conhecem da história de Moçambi-

que mais alguma coisa que a existência do Gungunhana...

Se, pensando fazer o que fiz, produzi pouco ou se produzi muito, nada espero da crítica: não é um trabalho scientífico. É apenas um trabalho que deu muito trabalho, e a que a crítica, que não se cançou, poderá chamar ao menos - passe a frase - um trabalho pacientifico.

E'se lhe chamar assim, ficarei bem satisfeito, porque pertenço ao número daqueles que pensam que não ha sciência sem paciência.

Plano do trabalho

Sendo impossível elaborar um livro de história de forma semelhante à empregada, nas escolas primárias da metrópole, para a história de Portugal, mostrando os chamados «factos mais notáveis» durante cada reinado, dividi antes o assunto da história de Moçambique em pequenos capítulos, curtos, para se lerem ràpidamente, seguindo uma ordem cronológica - porque enquanto em Portugal durante oito séculos de história houve apenas 34 chefes de Estado, em Moçambique, já pela qualidade do cargo, já pelos períodos de Govêrno, sujeitos durante muito tempo a prazo de lei, ou, como hodiernamente, a prazo político, houve durante metade daquele tempo, de 1504 a 1927, cento e oitenta e cinco governadores da colónia! E se há alguns, como Baltasar Pereira do Lago, que governou 14 anos, ou como Francisco de Melo e Castro, que

governou 8 anos, marcando ambos o «record» da governança de Moçambique, outros há, porém — e tantos! — que dirigiram os destinos desta colónia, apenas uns limitados meses e breves dias até, sendo talvez o único facto notável do seu Govêrno — perdoi se-me a forma de o dizer — o acto da posse.

Assim pois, não podendo — e até não querendo — seguir o método costumado, dividi o estudo da história da Africa Oriental

Portuguesa em três períodos:

O primeiro, que abrange o século XVII e parte do século XVIII,

é o período áureo;

O segundo, que vai dos meados do século XVII até depois dos meados do século XIX, é o período da decadência;

E o terceiro, do século XIX até os nossos dias, é o período

da exploração e colonização.

O maior — como em quási tôdas as histórias — é o da decadência.

O do ressurgimento é aquele dos nossos dias que a nossa fé de portugueses prevê e pressente como o maior de todos. Quem

não tem fé?

Todos os povos têm, também, a sua história, a que se pode talvez chamar, deixando esquecida a gravidade do assunto, a «história humorística», aquela que aparece depois das grandes revoluções, do rescaldo das grandes lutas e dos grandes ideais e que só acalma e que só produz, quando, depois de agitados os princípios como grandes vagalhões quási impossíveis de vencer, vem o tempo tornando-os antídotos da própria agitação que provocaram. Mas, tanto de cómico há sempre no procelar tumultuoso dessas arremetidas, que, isso, escusam bem as crianças de aprender nestes livrinhos de história!

E Moçambique é fértil também nessa parte. Bastaria aquele exemplo do Governador Geral, General João Manuel da Silva, vestido carnavalescamente de baneane, passeando num carro para... festejar o advento do Snr. D. Miguel I! E para dizer, em poucas palavras, quam fácil seria a tal história humorística, sintetiso o que poderia mostrar nesta simples frase do Bordalo dos Ensaios Estatisticos: Moçambique foi sempre o espelho da Metrópole. Disto

não tratarei. As crianças têm riso próprio.

* *

O livro que apresento, ligeiro resumo, fala dos factos que trouxeram glórias ou mesmo perda. E, assim, não poderia deixar de falar nos períodos de semi-abandono dalguns pontos da colónia, da perda absoluta doutros, numa palavra, da decadência, porque se ela o foi e em grande, e tam grande que ocupou mais de dois séculos nos quatro séculos da história dos portugueses em Moçambique, tem também a sua grandeza como a miséria a pode ter no sofrimento. Ésse punhado de portugueses que sem o mais

insignificante recurso da metrópole se iam e se foram agüentando num clima inóspito, num país inimigo como o são todos os países vencidos governados pelo vencedor, quer sejam de brancos quer sejam de pretos, êsses portugueses foram tam grandiosamente heróis como os outros, os da Fama e da Fortuna!

Não há alento maior, não ha frase maior do que esta de António Enes para definir a vontade de uma nação:

«Crendo é que se consegue. Querendo é que se vence.»

Nestas palavras tam curtas e tam incisivas vai a fé tôda dum povo, tôda a fôrça de vontade e todo o ser-se português.

Por isso abri com ela o resumo da história de Moçambique. E habituado ao eterno cântico de um passado glorioso contrabalançado pelas palavras de descrença do presente, é que juntei também como fêcho do livro, guardando para o fim a resposta àqueles que entendem que da história só deve dizer o que cada um quere, as palavras de Andrade Corvo:

> «Exagerar as grandezas do passado e proclamar a decadência — culpa das gerações modernas - é um meio fácil de alardear patriotismo e de não fazer nada, senão declamações sonorosas e lamentações estéreis.»

Disposição e método de ensino

Dispostos os factos mais notáveis por ordem cronológica, procurei traçar um método para aprender história, pretendendo fugir aos moldes antiquados, como já disse, pela impossibilidade de se-

guir os usuais empregados, até hoje, nas nossas escolas.

Todos os povos têm as suas datas históricas, não esquecendo todos êles a homenagem às de maior vulto; pelo rosário da comemoração se alinham os factos passados: marcar datas é trazer para hoje a história de ontem, é ver, conhecer e comparar. É pensar no sacrificio dos outros; é procurar imitá-los; tornar-se, se não

grande, ao menos útil.

Algumas centenas de datas que reuni debaixo do título Calendário Histórico da África Oriental Portuguesa, datas escolhidas que o aluno diàriamente poderia consultar procurando o conhecimento do facto histórico — do dia a dia — essas datas existem no mencionado Calendário para cada dia do mês. Ao lado vai indicado o capítulo onde o assunto se desenvolve na parte do livro que trata pròpriamente da história. Por sua vez êsse capitulo, conforme a sua importância, terá, possívelmente, na parte do livro que contém a transcrição de trechos de autores notados, algum ou alguns que ampliam o facto a que o Calendário, ou a parte do livro

que trata da história, se refiram.

Por êste método, que envolve curiosidade tam própria nas idades novas, julgo ser possível a fixação dos anos em que os factos tiveram lugar e consequentemente dos próprios factos e debaixo de qual Govêrno, para o que, no comêço do livro, vai uma relação cronológica dos governadores de Moçambique.

A procura de uma data e do respectivo facto traz, muitas vezes, a leitura de mais outras, mais conhecimentos por conseguinte, pois que, por sua vez, o Calendário Histórico indica aquelas que

se ligam com a data consultada.

A escolha e recolha das datas foi-me extremamente morosa, obrigando à leitura de todos êsses relatórios, livros, etc., porque se em todos encontrei a citação de muitos anos, nem sempre achei o dia e o mês. ¿E quantas vezes, ante a discordância, verificar, ver o que estava certo, foi ainda o meu cuidado? Quem se dedica ao estudo da história de Moçambique que me emende. Ensinar os que erram é um grande preceito que estes — em cujo número me incluo — devem agradecer aos que ensinam, aos que ensinam estudando.

Trechos históricos

Pensei em fazer um livro de leitura colonial moçambicana, aproveitando apenas trechos sôbre a colónia e como complemento da parte que trata da história pròpriamente dita; trechos de bons autores, mesmo que a palavra bons o merecesse apenas da gente desta terra — porque se muitos têm escrito acêrca de Moçambique, nem todos têm escrito para Moçambique. Afirmo que é dificil, por falta de elementos próprios, fazer um livro de leitura para as escolas no género desejado, pelo simples motivo de que em Moçambique (livros históricos), excepção feita a António Enes, não há literatura: há relatórios.

Em Portugal, creio-o bem, podem escolher-se com relativa facilidade os chamados — quantas vezes falsamente! — trechos para

crianças.

É abrir um livro próprio, que fácilmente a transcrição de uma pagina obedecerá aos programas, sem mais trabalho de leitura.

Aqui não. É abrir um livro e lê-lo todo para procurar, procu-

rar, e muitas vezes nada conseguir.

Estas dificuldades obrigaram-me, pois, a desistir de um livro de leitura à parte, resolvendo, antes, juntar bons trechos que melhor elucidassem, nos assuntos mais importantes, os pequeninos capítulos da parte histórica.

Justificação da escolha de trechos

Na selecção dos trechos aproveitei de preferência as descrições de combates e dêstes, ainda, os de forma mais literária, porque é preserivel ler António Enes descrevendo Marracuene, Magul ou Coolela, do que Paiva Couceiro, Mousinho, Ornelas, Eduardo Costa ou Freire de Andrade, heróis dêsses combates, descrevendo o que êles próprios fizeram, pois que António Enesque não assistiu a êles—dizendo o mesmo diz mais. Diz para descrever e para fazer vibrar, para ler com os olhos e com a alma!

Escolhi trechos para os três períodos em que dividi a história : acêrca da descoberta, e da decadência, e nesta o máximo — as campanhas contra os Bongas — e acêrca do ressurgimento—as campanhas contra o Gungunhana—além de «diversos» que se completam e que dão a idea, a prova e a demonstração do esfôrço dos portugueses.

Para os trechos de mais dificuldade na fraca compreensão

dos alunos lá estaria o professor—o professor sempre.

* *

¿ De que valeria escolher, procurar, uns trechos sôbre a agricultura ou sôbre sciência? Palavras perdidas que o cérebro da criança reteria e derreteria a seguir. Trechos históricos, isso sim. Vale mais saberem a epopeia dessas caravelas que sulcaram, ao vento e à tempestade, os oceanos ignotos; vale mais conhecerem os combates onde pouco portugueses se bateram com milhares de indígenas; é preferivel terem lido que Vasco da Gama, ao dobrar o Cabo Tormentoso, deitou ao mar os aparelhos da náutica e sedeixou apenas governar por Deus ou pelo Acaso, do que aqueles trechos mais scientíficos que a própria Deusa da Sabedoria!...

As crianças têm a noção do heroísmo, dos actos arrojados e do valor. Só o não sabe quem, não tendo filhos, nunca se tenha

perturbado com as lições da alma infantil.

Corografia de Moçambique

A parte final do livro é o resumo da corografia desta colónia. Contém apenas aquilo que o curioso dos assuntos de Moçambique deve imprescindivelmente conhecer.

Foi elaborado nos moldes dos livros congéneres e posso eu afirmar que trabalho dificil, monótono e ingrato éle foi, pois que a corografia de Moçambique está ainda tam pouco estudada (a) e

⁽a) É o melhor auxiliar o *Dicionário Corográfico de Moçambique* elaborado pela Comissão de Cartografia de que é Presidente o ilustre colonial Snr. Almirante Ernesto de Vasconcelos. Só estão ainda publicados, porém, os fascículos referentes aos territórios de Cabo Delgado, Distrito de Moçambique e Zambézia (Quelimane e Tete).

são tam poucos os seus indicativos, que chega a ser desanimadora uma tentativa que, em trabalho completo, mostre toda a província de Moçambique.

Lourenço Marques, 1298 — Mário Costa

Nota

Antes de ter apresentado o Como fizeram os Portugueses em Moçambique ao Concurso de Literatura Colonial, era intenção do seu autor, e com essa intenção trabalhou, fazer trabalho

que fôsse adoptado nas escolas desta colónia.

Uma vez que os ilustres membros daquele concurso— e poucas vezes a palavra ilustres é tam pròpriamente empregada— o distinguiram com um prémio, julgou-se o seu autor na obrigação de o tornar mais desenvolvido, sobretudo anotado, pela notável divulgação a que o favor da douta Comissão do Concurso de Literatura Colonial, distinguindo-o, lhe deu causa. Por isso o grande número de anotações e transcrições que êle contém.



Bibliografia de Moçambique

O curioso de história de Moçambique que deseje familiarizar-se, um tanto detalhadamente, com os assuntos desta província, desde o seu início de colonização até os nossos dias, não deverá deixar de consultar os seguintes livros, especializando os que vão marcados com um asterisco (*):

«Roteiro da viagem de Vasco da Gama», por autor desconhecido.

* «Etiópia Oriental», por Frei João dos Santos.

«Descobrimentos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do Ultramar nos seculos XV e XVI», por E. A. de Bettencourt.

* «Ensaios sôbre a estatistica das possessões portuguesas», por Francisco Ma-

ria Bordalo.

«Descobrimentos e conquistas», pelo Marechal Gomes da Costa.

«Os portugueses na África», por M. Pinheiro Chagas.

- * «Catálogo cronológico e histórico dos Capitães-generais e Governadores da Provincia de Moçambique», por Francisco Costa Mendes.
 - «Dos primeiros trabalhos dos portugueses no Onomotapa», por Paiva e Pona. «Viagens, explorações e conquistas dos portugueses», por Luciano Cordeiro. «Documentos remetidos da Índia, ou livros das monsões», por Gaspar Correia.
- * «Estatística da Capitania dos Rios de Sena» (1806), por Antonio Norberto Vilas Boas Truão.

* *Estudos sôbre as provincias ultramarinas», por Andrade Corvo (João de)

«Memória Estatística», por Sebastião X. Botelho.

* «Descrição dos Rios de Sena», por Francisco de Melo e Castro.

História dos últimos cem anos

* «História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias», por José Justino Teixeira Botelho.

História geral ((onhecimentos gerais)

- * «Relatórios sôbre Moçambique», por Freire de Andrade.
- * «As Colónias Portuguesas», por Pinheiro Chagas. * «Anuário de Moçambique», por Sousa Ribeiro.

* «Anuário de Lourenço Marques».

«Anuário de Moçambique», por Correia Lança.

«Administração na Companhia de Moçambique» (O Território de Manica e Sofala-Memória) 1892-1900.

«O Território de Manica e Sofala», por J. J. Machado. Colecção dos boletins da Agência Geral das Colónias.

Relatórios dos Governadores dos distritos.

Elementos dispersos para a história

«Almanaque Civil e Eclesiástico, Histórico, Administrativo da Provincia de Moçambique» (1859).

«Diário da viagem de Moçambique para os Rios de Sena», por Dr. F. José de Lacarda e Almeida.

«Conferência na Sociedade de Geografia» (1886), por Augusto Cardoso.

«Os Portugueses na Região do Niassa», por Batalha Reis.

«Relatório da inspecção a alguns prazos do distrito de Tete», por Aragão re Melo.

«Dezóito anos em África».

«Questões coloniais», por Ernesto Jardim de Vilhena.

«Portugueses e Ingleses em África», por A. C. Vitória Pereira.

- «Portugal contemporâneo Portugal em África», por Oliveira Martins. «Exame das viagens do Dr. Livingstom», por D. José de Lacerda.
- «Influência dos descobrimentos dos portugueses na história da civilização», por Consiglieri Pedroso.

Sciência (Assuntos gerais)

«Plantas uteis da África Portuguesa», por Conde de Ficalho.

«Civilização das colónias portuguesas pela agricultura», por Visconde de Coruche.

«De Angola á Contra-Costa», por H. Capelo e R. Ivens.

«Anuário Colonial» e os outros já citados.

«Anuário Estatístico dos domínios ultramarinos».

História contemporânea

«História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique», por Teixeira Botelho.

«Moçambique», por Antonio Enes.

«Guerra d'Africa (A.)» 1895, por Antonio Enes.

«Moçambique» (1896-1898). Relatório apresentado ao Governo por J. Mousinho de Albuquerque.

«A Ocupação de Moçambique», por David Rodrigues.

Campanhas contra os «Bongas»

«Relatório da Guerra da Zambézia em 1888», por Augusto de Castilho.

«Recordações da Expedição da Zambézia em 1869», por J. Joaquim Pereira.

Campanhas contemporâneas

Vários relatórios e os livros citados na História Contemporânea

«A Campanha das tropas portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane», por Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Mousinho de Albuquerque.

«A rebelião dos indígenas em Lourenço Marques», por Eduardo de Noronha.

«Campanha contra o Maguiguana nos territórios de Gaza em 1897», por Mousinho de Albuquerque.

«Campanha (A) do Barué», por João de Azevedo Coutinho.

«Relatório sôbre a Ocupação de Angoche», por Massano de Amorim.

«Livro de Ouro de Infantaria».

Campanha contra os alemães

"Tropa d'Africa", por Carlos Selvagem.

* «Guerra (A) nas Colónias», pelo General Gomes da Costa.

«Epopeia Maldita», por António de Cértima.

Raças, usos e costumes indígenas

* «A vida de uma tribu Sul-Africana» por Henri A, Junod.

«Raças e línguas indígenas em Moçambique», por Aires de Ornelas.

«Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique», por Augusto Cabral.

Relatórios sôbre Gaza, por Gomes da Costa.

Lourenco Marques

«Memória de Lourenço Marques», por Vasconcelos e Cirne.

* «Memória sôbre Lourenço Marques (Delagoa) Bay», pelo Visconde de Pai-

* «Distrito (O) de Lourenço Marques no presente e no futuro», por Augusto

de Castilho.

* «O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul», por Eduardo de

Noronha.

«Portugal em Lourenço Marques. Natal a Moçambique», por Cawthra Woodhead. * «Anuário de Lourenço Marques», editado por Livraria A. W. Bayly, C.º

Lt.B.

«Elementos e subsídios para um estudo do desenvolvimento de Lourenço Marques», por Mário Costa.

Geografia

«Dicionário Geográfico de Portugal e seus Dominios», por Perestrelo.

* «Dicionário Corográfico da Província de Moçambique», por J. J. Lapa e Alfredo Cró Ferreri.

«Dicionário de Geografia Universal, Portugal, Províncias Ultramarinas e Bra-

sil» (1881-1886), por Tito A. de Carvalho.

«Dicionário Geográfico das províncias e possessões portuguesas no Ultramar»,

por José de Sousa Monteiro. «As nossas colónias de África», por Ernesto de Vasconcelos.

«Notas para um dicionário corográfico da Província de Moçambique», por

G. da Costa. * «Colónias (As) portuguesas. Geografia fisica, económica e política», por

Ernesto de Vasconcelos. «Dicionário Corográfico da Província de Moçambique», pela Comisção de

Cartografia. * · Anuário de Lourenço Marques» — Últimas edições.



Erratas principais

Capitães, capitães generais, governadores gerais, etc.

Onde se lê	Página	linha	Deve ler se
Pedro Barreto –1557-67 Bispo de Oloa Dr. Manuel Moreira da Fon-	13 15	24	Pedro Barreto – 1567-69 Bispo de Olba
seca (interino)	18	4.ª linha a contar do fim	Dr. Manuel Moreira da Fon- seca

Período Aureo

Onde se lê.	Capí- tulo	Linha	Deve ler se
Rived	I	Nota (1)	River
Cuana	IX	17 (pag. 28)	Cuama
Kimpopo	IX	(Nota) pag. 29	Limpopo
tantos	X	4 (pag. 31)	tanto
prestar-lhe	XI	8	prestar-lhes
Lomo	XII	Nota (1)	Lamo

Período de Decadência

Onde se	e 1ê	Capítulo	Linha	Deve lêr-se
mar da baía 15 Ruco seja concedido	•	LXXX LVII LXXX XC	fim do capítulo	mar na baîa 1/5 Ruo sejam concedidos

Periodo de Ressurgimento

Onde se lê	Capítulo	Linha	Deve lêr-se
aquelas moraves Nutule mangangeiros Lwingstone Amazamba	CII CII CV CVI CVI	23 17 21 3 Nota (4) Fim nota (4) (pag. 96)	aqueles maraves Natule masganjeiros Linvingstone Amaramba
Naunila Mazúia	CX CX	5 7	Naulila Maziúa

Indice Remissivo do Calendario Histórico

Onde se lê	Pagina e Capítulo	Deve ler-se
26 Jan.º 1834 21 Dez. 1834 19 Out.º 1810 22 Dez. 1799 21 Maio 1824 22 Dez. 1858 29 Nov.º 1962 25 Junho 1865 6 Julho 1886 16 Março 1887 18 Set.º 1888 4 Set.º 1894	104 (Cap.° XIV) 104 (Cap.° XIV) 105 (Cap.° XXX) 106 (Cap.° XLVII) 106 (Cap.° LIV) 107 (Cap.° LXIV) 108 (Cap.° LXIX) 108 (Cap.° LXXX) 108 (Cap.° LXXII) 109 (Cap.° LXXXVI) 110 (Cap.° LXXXVI) 110 (Cap.° LXXXVII)	26 Jan.º 1634 21 Dez. 1634 19 Out.º 1688 22 Nov.º 1799 21 Jnnho 1824 22 Dez. 1854 29 Nov.º 1862 5 Junho 1865 6 Julho 1866 (não pertence a este cap.º) (Fica sem efeito) 4 Set.º 1891

Calendario historico da Africa Oriental Portuguêsa

Onde se 1ê	Data a procurai	Deve lêr-se
Incomati á altura invadir afim alguns régulos de Namarrais (Ver 2'-811) Chimoco Magel Owem Sementes de Tabaco 26 Outubro 1896	5 Fev.º 18 14 Fev.º 18 7 Abril 18 22 Maio 18 30 Maio 18 30 Agosto 18 27 Setembro 18	397 alguns régulos namarrais 306 (Ver 2-2-1811) 391 Chimoio 395 Magul

Transcrevem-se alguns trechos

Período Aureo

Onde se lê	Página	Linha	Deve lêr-se
mariantes	- 4 173	5	mareantes
Zamoeze	179	22	Zambeze

Periodo da Decadencia

	Onde se lê		Página	Linha		Deve lêr-se
trancas tata Inda		b 2. 2 1	189 189 191	5 12 1	tranças lata Índia	

Diversos

Onde se lê	Página	Linha	Deve fêr-se ` ·
afim Matobele advinhava-se alvoraçados José Joaquim Teixeira Bo- telho	248 254 258 262 269	26 22 45 22 (fim)	a fim Matabele adivinhava-se alvoroçados José Justino Teixeira Bo- telho

Alguns documentos curiosos ou de interêsse económico

Onde se 1ê	Página	Linha	Deve lêr-se
my Quitanonha serviços Civil e Glosiastico afim	275 277 277 278 278 279	7 32 (última linha) " 18	muy Quintangonha serviço Civil e Eclesiástico a fim

Corografia de Moçambique

	Onde se 1ê	Página	Linha	Deve lêr-se
OS6 Mt	rta para cilando 12º uncate uito 500 contos	288 289 295 300 304	11 (Clima, linha 6) 4 2 (Orçamento, linha 15)	corta por oscilando entre 12 Muecate Muitas 2:500 contos



Trabalhos do autor

ELEMENTOS E SUBSÍDIOS PARA UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DE LOURENÇO MARQUES — Prémio da Repartição de Estatística de Moçambique — 1925.

ESBÔÇO HISTÓRICO E ESTATÍSCO DA INSTRUÇÃO NA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE — Prémio da Repartição de Estatística de Moçambique — 1926.

DA POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE — ACHEGAS PARA A ESTATÍSTICA DA COLÓNIA — Prémio da Repartição de Estatística de Moçambique — 1927.

ANUÁRIO DE LOURENÇO MARQUES (Organizador do) — 1925, 1926, 1927 e 1928.

COMO FIZERAM OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE — Premiado no Concurso de Literatura Colonial — 1927.

VOLUNTÁRIOS DE LOURENÇO MARQUES — Edição da Imprensa Nacio nal de Moçambique por conta do Estado

É O INIMIGO QUE FALA (Sôbre apontamentos ainda inéditos atribuídos ao General alemão Von Letow que dirigiu a Campanha na África Oriental) – A apresentar ao Concurso de Literatura Colonial de 1928.

PRONTO A ENTRAR NO PRELO:

... NA TERRA DOS PRETOS QUEM TEM UM ÔLHO É BRANCO – (Humorístico).

EM PREPARAÇÃO:

HISTÓRIAS PARA UMA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE.



COMO FIZERAM OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE

INDICE

	Pag.
Prefacio	1
Palavras	5
História de Moçambique	11
Capitães, capitães-generais, governadores gerais, etc.	13
Periodo aureo	
I — Introdução á descoberta da Costa Oriental da Africa	21
II - A descoberta	22
III — Segunda viagem de Vasco da Gama	23
IV — A ocupação	24
V — Resistência de alguns povos submetidos	26
VI — Os franceses	27
VII — Lourenço Marques	27
VIII — A Defesa	28
IX — As minas de ouro-O Monomotapa	29
X — A primeira lei para a abolição da escravatura.	30
XI — Ataque á soberania portuguesa	31
XII — Os holandeses	32
XIII - Ataque dos holandeses a Moçambique	33
XIV — Primeiro projecto de ligação de Angola a Moçambique	34
XV — As minas de prata de Chicova	34
XVI Ataque dos Macuas	34
XVII — Governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e	2.4
Monomotapa	34 35
XVIII — O exclusivo do comércio,	35
XIX — Luta com os holandeses	36
XX — Luta contra o rei de Melinde, a Machona ou Duma	36
XXI — Divisão da Africa Oriental	37
XXII - Auxilio a Quiteve	37
XXIII — Permissão da escravatura	38
XXIV — Os ingleses	39
XXV - Novo projecto de ligação de Angola a Moçambique.	
Periodo da decadência	4.1
XXVI — A decadência	41
XXVII — Termina o exclusivo do comércio	43
VVVIII Colonização	43

	rag
XXIX — Os baneanes	53 34
XXX — Pretensões dos holandeses	
XXXI — Perde-se mais uma vez Mombaça.	$\frac{4}{4}$
XXXII — Outra tentativa de ligação de Angola á contra-costa	45
XXXIII — Retoma-se Mombaça	
XXXIV — Liberdade de comércio	48
XXXV — Os holandeses em Lourenço Marques, O Bazaruto	40
XXXVI — Reconquista de Mombaça, Pate e Zanzibar	46
XXXVII — Separação do Govêrno de Moçambique do da India.	46
XXXVIII — Liberdade de comércio	47
XXXIX — Os prazos	48
XL — Tentativa de ressurgimento, Ataque dos indígenas	48
XLI — Baltasar Pereira do Lago.	8 49
XLII — Lourenço Marques, presídio	50
XLIII — Expedição á Macuana, Ataque a Lourenço Marques	50
XLIV — Os govêrnos provisórios.	51
XLV — Abertura dos portos de Moçambique ao comércio da	01
India	51
XLVI Ataque dos franceses	51
XLVII — Nova tentativa de ligação das duas costas	52
XLVIII — A instrução	53
XLIX — Nova tentativa de ligação de Angola a Moçambique	53
L — Continua a decadência.	53
L — Continua a decadência. LI — Mais leis sobre a escravatura.	54
LII — O comércio estrangeiro	54
LIII — As pretensões da Inglaterra a Lourenço Marques	55
LIV — A decadência moral	56
LV — Mais uma tentativa de ligação de Angola a Mocambique	57
V_{-} Os vatuas	57
Evil — Laid about a esciavatura.	58
LVIII — Tentativa de colonização.	58
LVIII — Tentativa de colonização. LIX — Revolta do «Choutama».	59
LX — Perseguição á escravatura	59
LXI — Novos ataques a Inhambane. Lourenco Marques e outras	60
localidades LXII — Os degredados no exército, Tungue	
LXII — Os degredados no exército, Tungue	60
LAIII — A indisciplina e a rebelião	61
LXIV — Outra tentativa de ligação de Angola a Moçambique.	
Tentativa de ressurgimento	61
LXV — Os «bongas».	62
LXVI — Aprisionamento da barca «Charles et Georges»	62
LXVII — Iniciativas do Marquês de Sá da Bandeira	63
LXVIII — Quitangonha, A Ilha de Bengalane, Apreensão de um	
barco inglês	64
LXIX — Musila	64
EAA — Angoche.	66
LXXI — Actos de soberanja	66

	Pag.
LXXII — Antonio Vicente da Cruz, o «Bonga»	67
LXXIII — Apreensão de um barco inglês que transportava escravos	68
LXXIV — Tratado de limites com a República da Africa Meri-	
dional (Transvaal)	69
LXXV — Lourenço Marques e a cobiça estrangeira	70
LXXVI — A sentença de Mac-Mahon	71
LXXVII — Os «Mafitas»	71
LXXVIII — Serpa Pinto, Capelo e Ivens. O cabo submarino	72
LXXIX — Ataques repelidos	72
LXXX — Os macololos	73
LXXXI — O Gungunhana	74
LXXXII — Influência dos ingleses no Niassa	75
LXXXIII — A conferência de Berlim	75
LXXXIV — A Alemanha, potência colonial	76
LXXXV — Guerra de Portugal com Zanzibar	77
LXXXVI — Quinta e ultima expedição contra os «bongas»	78
LXXXVII — O Namarral	79
LXXXVIII — A «British South Africa Company»	79
LXXXIX — Contra os "macololos"	80
XC — Quionga	81
XCI — Ultimato da Inglaterra a Portugal	81
XCII — Expedição a Macequece	. 82
XCIII — Tratado de limites	83
XCIV — O Gungunhana e a Companhia Inglesa	84
Periodo de ressurgimento	
XCV — Revolta do Bárue	87
XCV — Revolta do Bardes	88
XCVI — O quadrado de Marracuene	89
XCVIII — Combate de Magul	90
XCIX — Combate de Coolela	90
C – Prisão do Gungunhana-Chaimite	91
CI — O Maputo	91
CII — A ocupação efectiva do distrito de Moçambique-Cam	
panha dos «namatrais»	. 92
CIII — O Maguiguana, Combate de Macontene.	93
CIV — Campanha dos prazos de Sena	94
CV — Campanha de Maganja da Costa	95
CVI — O Mataca-Campanha do Niassa	95
	96
CVII — O Bárue	97
CIX — A campanha de Angoche	98
CX — A Grande Guerra em Africa-Campanha contra os ale-	
mães. Conclusão	98
Indice Remissivo do «Calendario Historico da	
Africa Oriental Portuguesa.	103 a 112
Calendario Historico da Africa Oriental Portuguesa	117 a 164
raiomnario mistorico do milito vitationi	

Periodo aureo

	Pag
Primeira viagem de Vasco da Gama	173
Homenagem a Vasco da Gama	174
Fernando Veloso	175
Um episódio da viagem de Vasco da Gama (os antropófagos)	176
A armada de Cabral	176
Uma embaixada a Roma	177
As minas de prata	179
De Tete a Quiloa	180
A expedição de Francisco Barreto	: 181
Periodo da decadência	
A decadência moral	187
Um mercado de escravos	188
Um acto do Inháude	190
O primeiro «Bonga»	191
Primeira campanha contra o Bonga (Inháude)	191
A traição	192
O final duma campanha contra o «Bonga»	193
Os mártires de Massangano	194
A luga do «Chatara»	195
A derrota dos «bongas»	196
Periodo do ressurgimento	
A embaixada do Gungunhana em Lisboa	001
O «quadrado» de Marraquene	201
Os recrutas de Marracuene	201 204
Continência à bandeira	204
Paiva Couceiro	2 05
Combate de Magul	207
Um episódio do combate de Magul, O «Chibanza»	210
Combate de Coolela	210
Como foi preso o Gungunhana	213
O efeito da prisão do Gungunhana.	215
Combate de Macontene	216
A morte de Maguiguana	217
O «Negoanase»	218
O valor do soldado português	219
Ainda sômos portugueses	220
Grande Guerra	
Serra Mecula	227
om episodio de guerra com os alemães. A marcha da cosgas	228
Nevala em frente do «boche»	229
Na retirada do Marret-	230
Na retirada de Nevala	/.11

Diversos

	Pág.
O nosso dominio colonial	237
A história da Africa	238
Costume de Guerra	241
Como o Gungunhana foi rei	241
Dedicatòria do livro «Moçambique»	242
Parte final do livro «Moçambique»	243
A velha «matonga»	244
O Zambeze ,	245
Um binóculo no sertão	246
Lourenço Marques em 1889	247
A liberdade de trabalho em Africa	248
Portugal no passado,	248
A igreja de Lourenço Marques em 1878	248
A embriaguês do preto	250
O traje do guerreiro landim	251
O rei dos «matabeles» e o canhão-revolver	252
A troca de sangue	254
O cristianismo em Africa	255 255
O «baneane»	253 257
Os ingleses em Lourenço Marques	257
O vátua e o mar	2 59
O batuque	260
Colonização	260
Os maus govêrnos	261
Moçambique	262
As «feiticeiras»	263
A civilização africana	263
Um animal curioso	264
A introdução da «Memória Estatística»	265
O trigo e os portugueses	267
A história africana	268
Um acto heróico	268
Om acto neroico	
Alguns documentos curiosos e de interesse económ	ico
Carta de D. João III de Portugal a D. João de Castro sôbre Lourenço	
Marques	275
Sentença arbitral do Marechal de Mac-Mahon, Duque de Magenta,	
Presidente da Republica Francesa, no pleito entre Portugal e	
Inglaterra àcêrca dos territórios da baía de Lourenço Marques	275
Algumas notas sôbre a aholição do tráfico de escravos	277
Um excerpto do testamento do Capitão-general, Pereira do Lago	278
Carta do Capitão-general Baltazar Manuel Pereira do Lago ao povo	
das Ilhas de Carimba, em Cabo Delgado;	278

Corografia

Colónia de Moçambique

					Pág
Extenção a limitar		• • .	,		
Extensão e limites		• • • •	* * * * * * * * * *		287
População	• • • •	• * • • •	• • • • • •	• • • • •	289
Clima	* * * * * * * * * * * * * * * * * * *	• 3 • 1 • 1 • -	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *		289
Chuvas		• • • •	• • • •	• • • • •	289
Govêrno da colónia	0.16-1-1	•			290
Direcções de serviços da	coroma.	• ` • ` • ` • •	• • • • • •		291
Divisão administrativa . Fauna .		• • • •	• • • • • •	• • • • • •	291
	• • • •				292
Flora	• • • •				292
Orografia	• • • • •		• • • •	• • • • • •	293
Hidrografia		• • • • •			294
Portos					295
Cabos			* * ² 9 24 24 1		298
Ilhas		• • •	• • • • •	• • • • •	298
Raças				• • `• • • • •	299
Comunicações		,	• • • • • •	• • • • •	299
Correios e Telégrafos			* * * 1* 1*		300
Organização militar			• • • • • • • •		300
Economia da colónia					301
Instrução pública			• • • • • • • • • • • • • • • • • • •		301
Orçamento				* 1 * 1 * 1 * 1 * 1 * 1 * 1 * 1 * 1 * 1	
Alfandegas			* * * * * * * * * *		304
Valor das mercadorias ex	cportadas n	ara a Me	tropole.		304
Mercadorias de produção	e indústria	da coló	nia		306
Principais mercadorias ex	portadas .				306
Navegação	• • • • •				306
Para os Moçambica	2005				
Bibliografia de Ma				• • • •	309 a 315
Bibliografia de Mo	çam bi q u	2 · . ·			317 a 319









